

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A PRODUÇÃO DE SENTIDO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jonas de Oliveira Bertucci

Brasília, 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A PRODUÇÃO DE SENTIDO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jonas de Oliveira Bertucci

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Brasília, 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A PRODUÇÃO DE SENTIDO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autor: Jonas de Oliveira Bertucci

Orientadora: Professora Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca examinadora: Professor Doutor: Paul Israel Singer (USP / SENAES)
Professor Doutor: Maurício Sardá de Faria (SENAES)
Professor Doutor: Marcelo Carvalho Rosa (UnB)
Professora Doutora: Tânia Cristina da Silva Cruz (UnB)

Brasília, 2010

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, antes de tudo, ao povo brasileiro que, através de seu Estado, direta ou indiretamente, permite a existência de instituições de apoio à pesquisa como o CNPQ e a CAPES. Esta tese não poderia ser realizada sem este financiamento público, pelo qual tive acesso a uma bolsa de doutorado durante 3 anos no Brasil e todas as despesas pagas para permanecer 1 ano na Universidade de Paris X - Nanterre, na França, ao longo do estágio sanduíche.

Agradeço, em especial, aos amigos e desconhecidos que me concederam longas entrevistas, durante o trabalho de campo: André Santana, Domingos da Silva, Domingos Ricardo (de nome indígena Ticuna), Eugênia Motta, Fábio Sanchez, Francisca Catarina, Gorete Santana, Lenivaldo Lima, Leonardo Egito (o Léo), Leonardo Pinho, Miguel Steffen, Paulo Moraes (também conhecido como Paulinho Solidário), Roberto Marinho da Silva, Romeu Batista, Rosana Kirsh, Rosângela Alves (a Rosinha), Shirley Silva e Walmir de Almeida.

Nessa lista, merecem destaque Eugênia Motta, com quem compartilhei importantes reflexões sobre a Economia Solidária e sobre nosso *estar no mundo* através da tarefa que vivíamos mais ou menos no mesmo período, de realização de uma tese; e Roberto Alves que, direta ou indiretamente tem acompanhado meu desenvolvimento profissional.

É difícil listar todas as demais pessoas que influenciaram minha trajetória ao longo desses quatro anos e meio de pesquisa. Apesar de correr o risco de deixar passar alguns nomes, é importante dizer obrigado:

Aos meus pais, Zoraide e Ademar, por me oferecerem um porto seguro;

Aos irmãos e irmãs, Adriana, Davi e Bia, por estarem sempre por perto, mesmo quando a distância física era grande;

Aos que se tornaram parte da família, Cadu, Dea e Tati, por compartilharem tantos momentos importantes;

Às que se revelaram parte da família, Adriana Bezerra e Núria Del Rio;

À minha querida orientadora, Christiane Girard, pelo apoio e incentivo;

Aos mestres, Alain Caillé e Jean-Louis Lavige, pela orientação em terras distantes, embora breve, extremamente relevante;

Aos membros da banca de qualificação, Maurício Sardá e Eric Sabourin, pelas críticas e comentários que me levaram dar um novo rumo ao projeto;

Aos membros da banca final, Paul Singer, Tânia Cruz, Maurício Sardá e Marcelo Rosa, pelas críticas apaixonantes resultantes de leitura cuidadosa da tese. Seus posicionamentos, em grande parte contrários às minhas conclusões gerais, serviram em muito para fortalecer a versão final da tese;

Aos brasileiros que compartilharam de alguma forma a experiência em outro país, Ana Dubeux, Rosemary Gomes, Livy, Mariana, Rodrigo e Naraína;

Aos amigos e amigas francesas que foram importante parte da minha vida lá fora, que me apresentaram a vida e os salões de vinhos franceses, que me apoiaram nas revisões de traduções e que fizeram importantes apontamentos sobre esta tese, Kristel, Guillaume, Magali, Manue, Arturo, Laura e Céline;

Aos colegas de trabalho e pesquisa da pós-graduação, em especial, Daniel Bin, Gabriela Cunha, Renata Florentino e Wilson Vianna.

Os Hebraicos, no lugar de um superlativo absoluto, proferiam várias vezes a mesma palavra para dar ênfase a uma mensagem. Assim como eles, eu vos digo 3 vezes, expressando minha admiração e respeito: obrigado, obrigado, obrigado!

APRESENTAÇÃO

Algumas das colocações feitas ao longo desta tese geraram certo desconforto aos seus primeiros leitores, principalmente aqueles ligados ao mundo da economia solidária. Por isso, considereei necessária esta apresentação, a fim de esclarecer questões que podem influenciar a forma com que este trabalho será interpretado por atores e pesquisadores envolvidos no tema.

Certamente, existem questões sobre as quais não me sinto satisfeito – assim como qualquer outro participante de um movimento que reúne pessoas com trajetórias, origens, idéias e expectativas tão diversas – o que não foge do normal. No entanto, isso não significa uma desilusão em relação à economia solidária, nem quer dizer que eu tenha assumido uma posição pessimista e negativa frente ao tema.

Uma das questões mais polêmicas aqui discutidas é a afirmação de que não é suficiente ter como referência para ações de economia solidária o modelo de Empreendimento Econômico Solidário. Parte da reflexão aqui realizada aponta para a conclusão de que fora do universo das unidades e redes produtivas, tais ações não oferecem muito mais que princípios morais para a vida cotidiana.

Não resta dúvida de que as iniciativas associativas têm importância imensa e devem continuar recebendo cada vez mais apoio. Contudo, do meu ponto de vista, para que possa se apresentar como estratégia ampla de desenvolvimento, um projeto precisa oferecer orientações práticas e normativas que possam ser incorporadas por instituições e pessoas em espaços diversos da sociedade, institucionalizando hábitos e regulando processos econômicos (não apenas em iniciativas associativas que tem como base a produção mercantil).

Se minhas colocações parecem partir de um posicionamento mais cético do que em trabalhos anteriores, isso se deve exclusivamente ao fato de que hoje tenho um conhecimento e uma vivência maiores do que no passado. Não há nenhuma motivação subentendida que deva ser aqui explicitada que não seja a orientação sociológica do “interesse pelo desinteresse”.

De qualquer forma, a contribuição mais original desta tese não é a discussão sobre os limites e o potencial da economia solidária, mas sim a análise sobre o processo de construção

social desde universo. Com efeito, acredito, um não poderia ser feito sem o outro e sem assumir um determinado posicionamento quanto às expectativas de seu desenvolvimento.

Foram imensos os avanços alcançados neste campo, sobretudo nos últimos dez anos, e as críticas aqui formuladas se inspiram na possibilidade de contribuir ainda mais para este progresso. Não concordo plenamente com a afirmação de que este trabalho pretende desmistificar uma imagem “falsa” ou “ideal” da economia solidária. Meu objetivo é antes oferecer elementos que possam ajudar a compreender e enxergar melhor esta realidade, através do questionamento e da reflexão crítica. Esta tese não responderá por si só todas as questões que precisam ser discutidas e muito ainda pode e deve ser feito.

RESUMO

A PRODUÇÃO DE SENTIDO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jonas de Oliveira Bertucci

Orientadora: Christiane Girard Ferreira Nunes

Resumo da tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UNB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Esta tese trata da produção de sentido e da construção social da economia solidária (ES). Na primeira parte, explicitam-se as escolhas metodológicas e epistemológicas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, discutindo-se a construção do pensamento sociológico na modernidade. Na segunda parte, apresenta-se o campo da ES no Brasil e os diferentes significados atribuídos ao termo. É dada ênfase à compreensão da ES como fenômeno social, resultado histórico e econômico da dinâmica do capitalismo, para, assim, se traçar algumas considerações críticas sobre a política de ES. Procura-se mostrar que a concepção prática do movimento social e da política pública, que são limitadas ao significado da ES como conjunto de unidades de produção coletivas (Empreendimentos Econômicos Solidários), fornece uma base frágil para uma estratégia ampla de desenvolvimento. Na terceira e última parte, discute-se a construção social deste universo, a partir de dois campos classificados como: o *mundo acadêmico* e o *mundo do trabalhador*. São analisadas as características das 226 pesquisas de pós-graduação sobre ES realizadas até 2007 e investigadas as trajetórias e motivações dos atores quanto as suas práticas. Desse modo, esta tese busca mostrar que existem condições sociais que reforçam a participação no mundo da ES, evidenciando que esta não constitui uma escolha puramente individual e voluntária.

Palavras-chave: economia solidária, capitalismo, engajamento militante, participação, produção de sentido, desvio, outsiders, movimentos sociais, sociologia da ciência.

ABSTRACT

THE PRODUCTION OF MEANING AND THE SOCIAL CONSTRUCTION OF SOLIDARITY ECONOMY

Jonas de Oliveira Bertucci

Thesis supervisor: Christiane Girard Ferreira Nunes

Abstract of the doctoral thesis submitted to the Postgraduate Program in Sociology at the University of Brasilia - UNB, as part of the requirements for obtaining a doctoral degree in sociology (PhD).

This thesis deals with the production of meaning and the social construction of solidarity economy (ES). In the first section, we explain the methodological and epistemological choices that guided the development of this research, discussing the construction of sociological thought in modernity. The second section presents the field of ES in Brazil and the different meanings attributed to this term. Emphasis is given to the understanding of ES as a social phenomenon, the result of historical and economic dynamics of capitalism. From that, it is possible to draw some critical observations on the policy for ES. We attempt to show that the practical conception used by the social movement and applied by the public policy, which is limited to the meaning of ES as a group of units of collective production (Empreendimentos Econômicos Solidários – Solidarity Economy Initiatives), provides a fragile basis for a broad development strategy. In the third and final section, we discuss the social construction of this universe, starting from two fields classified as: *the academic world* and *the world of the workers*. We analyze the characteristics of 226 postgraduate researches on ES held until 2007 and we investigate the experiences and motivations of the actors regarding their practices. Thus, this thesis aims to show that there are social conditions that reinforce participation in the world of ES, indicating that this is not a merely individual and voluntary choice.

Keywords: solidarity economy, capitalism, militant engagement, participation, production of meaning, deviance, outsiders, social movements, sociology of science.

RESUMÉ

LA PRODUCTION DU SENS ET LA CONSTRUCTION SOCIALE DE L'ÉCONOMIE SOLIDAIRE

Jonas de Oliveira Bertucci

Directrice de thèse: Christiane Girard Ferreira Nunes

Résumé de la thèse de doctorat soumise au Programme D'Études Supérieures en Sociologie à l'Université de Brasilia - UNB, dans le cadre des exigences requises pour l'obtention du titre de doctorat en sociologie.

Cette thèse examine la production du sens et la construction sociale de l'économie solidaire (ES). Dans la première section, nous exposons les choix méthodologiques et épistémologiques qui ont guidé le développement de cette recherche, en questionnant la construction de la pensée sociologique dans la modernité. La deuxième section présente le champ de l'ES au Brésil et les différentes significations attribuées à ce terme. L'accent est mis sur la compréhension de l'ES comme phénomène social, résultant de la dynamique historique et économique du capitalisme, pour nous permettre de dégager quelques observations critiques sur la politique de promotion de l'ES. Nous essaierons de démontrer que les conceptions retenues, du mouvement social et des politiques publiques, se limitent à une signification de l'ES entendu comme un nombre d'unités de production collective (Empreendimentos Econômicos Solidários – Les initiatives économiques solidaires), ce qui ne fournit qu'une base fragile pour une stratégie de développement au sens large. Dans la troisième et dernière section, nous examinerons la construction sociale de cet univers, selon deux ensembles distincts : *le monde académique* et *le monde des travailleurs*. Nous analyserons les caractéristiques des 226 recherches d'études supérieures sur l'ES qui ont été réalisées jusqu'en 2007 et nous étudierons les trajectoires et les motivations des acteurs sur leurs pratiques. Ainsi, cette thèse vise à montrer qu'il existe des conditions sociales qui renforcent la participation dans le monde de l'ES, mettant en évidence que celle-ci ne constitue pas un choix purement individuel et volontaire.

Mots-clés: économie solidaire, capitalisme, engagement militant, participation, production de sens, déviance, outsiders, mouvements sociaux, sociologie de la science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS	Pg.
Tabela 1: Número de teses e dissertações com o termo ES no assunto entre 1998 e 2007...	138
Tabela 2: Número e percentual de teses e dissertações entre 1996 e 2007 segundo UF	139
Tabela 3: Número de teses e dissertações segundo área de pesquisa	143
Tabela 4: Número de grupos de estudo segundo área de pesquisa	145
Tabela 5: Número e percentual de trabalhos segundo temas de pesquisa	146
Tabela 6: Número e percentual de pesquisas segundo tipo de empreendimento estudado ..	147
Tabela 7: Número e percentual de pesquisas segundo instituição	150
Tabela 8: Motivos de criação dos empreendimentos	170
Tabela 9: Tipos de movimentos que os empreendimentos participam	171
Tabela 10: Tipos de rede ou fórum de articulação os empreendimentos participam	171
Tabela 11: Produtos agrupados por tipo de atividade	172
GRÁFICOS	Pg.
Gráfico 1: Número de teses e dissertações com o termo ES no assunto entre 1998 e 2007.	138
Gráfico 2: Distribuição das pesquisas e número de incubadoras segundo UF	141
Gráfico 3: Distribuição dos pesquisadores e orientadores segundo gênero	148
Gráfico 4: Posicionamento das pesquisas	152
QUADROS	Pg.
Quadro 1: Os diferentes sentidos atribuídos à ES	57
Quadro 2: Grandes eventos que marcam a origem e o reconhecimento da ES	74
FIGURA	Pg.
Figura 1: O campo da Economia Solidária no Brasil	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	9
1.1. Traçando um posicionamento científico	10
1.1.1. Uma concepção histórica de ciência	10
1.1.2. Algumas concepções	13
1.1.3. A ciência como fenômeno político	17
1.1.4. A falácia da demarcação: por uma ciência plural	19
1.2. Sobre a construção do pensamento sociológico na modernidade	23
1.2.1. Contextualizando o cientista como destruidor de mitos	24
1.2.2. As teorias sociológicas de médio alcance	27
1.2.3. Funções Manifestas e funções latentes	31
1.2.4. Sociologia e modernidade	33
1.3. Capitalismo e mudança social em Marx e Weber	37
1.3.1. Diferenças metodológicas	38
1.3.2. A Origem do capitalismo	41
1.3.3. O destino do capitalismo	45
PARTE 2 – AS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS	50
2.1. Os diferentes significados da economia solidária	51
2.2. Breve histórico político e econômico de um fenômeno social	58
2.3. O campo da Economia Solidária no Brasil	68
2.4. O campo da Economia Solidária no Brasil a partir do mapeamento da ES	75
2.5. Sobre a ES como projeto de desenvolvimento	82
2.6. Sobre a falsa dicotomia indivíduo-sociedade	97
2.7. Algumas considerações	101
2.7.1. A crítica da economia racional e o paradigma do dom	102
2.7.2. O socialismo da aceitação à recusa da lei do valor	109
2.7.3. O mito do desenvolvimento	124

PARTE 3 – O MUNDO ACADÊMICO E O MUNDO DO TRABALHADOR	131
3.1. Introdução: a construção social do participante da ES	132
3.2. O mundo acadêmico	136
3.2.1. As pesquisas sobre economia solidária	142
3.2.2. Os pesquisadores	147
3.2.3. Há um posicionamento explícito?	151
3.2.4. A influência francesa	159
3.2.5. A economia solidária como teoria social	165
3.3. O mundo do trabalhador	168
3.3.1. A função social dos exemplos modelos	177
3.3.2. Auto-estima e pertencimento a um grupo	179
3.3.3. Dois momentos: o caso das feiras de Economia Solidária	190
3.3.4. O sentido está lá, mas como podemos desvendá-lo?	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
BIBLIOGRAFIA	212
ANEXO I – Roteiro de Entrevistas	223
ANEXO II – Lista de pesquisas de pós-graduação com o termo economia solidária no assunto entre 1998 e 2007	225

INTRODUÇÃO (OU COMO ANALISAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA)

O mundo da Economia Solidária (ES) compreende uma série de personagens, organizados das mais diversas formas. Na última década, desde a criação de diversos fóruns locais e, principalmente, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES – espaço nacional de articulação entre entidades da sociedade civil) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, numerosos encontros, plenárias, conferências e reuniões de abrangência nacional, estadual ou municipal têm sido realizados. Muitas pessoas e instituições vêm se engajando ativamente neste tipo de organização, passando a dar novo sentido às suas atividades militantes ou profissionais orientados a partir desta temática, inseridos em empreendimentos coletivos de trabalhadores, em universidades ou em secretarias de governo.

Antes de um movimento político propriamente dito, a ES no Brasil começa a ser caracterizada na década de 80 por um conjunto de projetos produtivos comunitários, incentivados inicialmente por organizações não governamentais ligadas à igreja ou ao movimento de trabalhadores sem terra, assim como organizações de apoio às fábricas recuperadas por trabalhadores. Gradativamente, na medida em que se sugere que tais projetos sejam levados a frente pelos próprios trabalhadores, começa a tomar forma uma bandeira comum, a partir do ideal da autogestão. Algumas análises buscam nas experiências do socialismo utópico as raízes da ES.

Na década de 90 e desde a virada do milênio, diversas organizações e indivíduos vêm se inserindo e se reconhecendo no mundo da ES. Em geral, tal reconhecimento se dá a partir da reafirmação, conhecida nas esferas dos movimentos sociais em geral, por um *novo projeto de sociedade*. De modo específico no caso da ES, se acrescenta a tal perspectiva o discurso da transformação social a partir da construção de *outra economia*, “*onde o ser humano, e não o capital, seja sujeito e finalidade da atividade produtiva*”¹.

De alguma forma, a agregação desses dois eixos (um novo projeto de sociedade e uma nova economia) tem se mostrado como uma fórmula sedutora, permitindo o diálogo e

¹ Conforme se apresenta em documentos diversos e na apresentação básica do FBES (www.fbes.org.br).

interlocução entre a ES e diversos outros movimentos sociais (ambiental, negro, indígena, de mulheres e trabalhadores desempregados, etc.).

Nesse sentido, se verifica uma mudança qualitativa na configuração, na forma de organização e no perfil dos indivíduos e instituições envolvidos neste movimento desde seu início, além de seu crescimento e reconhecimento para dentro do Estado brasileiro. Esta transição pode ser simbolicamente exemplificada pela sutil mudança no próprio grito de luta do FBES. Em 2003, inspirado no lema do Fórum Social Mundial, a afirmação era colocada pela frase “*Uma outra economia é possível!*”. Cinco anos depois, a mesma é apresentada como “*Uma outra economia acontece!*”.

A mudança nessa expressão não é algo que deva passar em branco. Seu sentido demonstra uma clara preocupação deste movimento em ser visto de uma forma diferente de há algum tempo atrás. Além de dar ênfase a uma série de possíveis conquistas já realizadas, demonstra e reproduz uma aparente confiança dos indivíduos nesse mesmo discurso, que forja a ES como movimento político.

O primeiro trabalho de pós-graduação especificamente sobre este tema (que continha o termo Economia Solidária em seu resumo) foi escrito em 1998. Até 2002 eram publicados menos 5 pesquisas de mestrado ou doutorado por ano, sendo que a partir de 2003 este número salta para 25 pesquisas anuais. A partir de 2007, realiza-se a cada ano entre 50 e 60 teses de mestrado ou dissertações de doutorado com o termo ES. É interessante notar que as características destas pesquisas refletem bem os espaços institucionais deste universo.

É relevante também afirmar nesta introdução que o meu próprio envolvimento e proximidade como mundo da ES influenciou fortemente as análises aqui apresentadas. A intimidade adquirida nos espaços de encontro e convivência, por exemplo, foi tão ou mais importante que as entrevistas planejadas, que normalmente criam certo constrangimento ao entrevistado². A troca e a reflexão espontâneas com outros participantes, muitas vezes de forma inesperada, revelaram-se fonte rica de informações. Como participante, inicialmente como pesquisador, depois como membro da SENAES por um ano e por diversas vezes como consultor das organizações de apoio, pude não apenas utilizar o conhecimento linguístico e

² Principalmente como material de análise para a terceira parte da tese, foram realizadas 18 entrevistas detalhadas de cerca de uma hora e meia com participantes do mundo da ES, representantes de seus diversos setores. O roteiro encontra-se no anexo I.

racionalizado para analisar o campo da ES, mas também o conhecimento adquirido pelo meu próprio corpo. Isto permitiu compreender este universo de forma muito mais intensa do que se me baseasse numa tentativa de observação pouco engajada, partilhando inclusive as alegrias e frustrações³.

Nesta tese, procuro oferecer uma visão do mundo da ES enquanto construção social, econômica e histórica. Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está organizado em três partes distintas, que se articulam continuamente ao longo do seu desenvolvimento.

Na primeira parte, explico as escolhas metodológicas e epistemológicas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. Discuto minha compreensão de ciência, assim como a construção do pensamento sociológico na modernidade. Isto serve como base para discutir capitalismo e mudança social, o que será relevante na parte 2 e também para a discussão sobre o campo acadêmico da ES, travada na parte 3. A parte 1 pode ser ignorada sem grandes prejuízos para uma compreensão satisfatória da tese pelo leitor que não tiver condições de se dedicar a uma leitura cuidadosa.

Na segunda parte, é apresentado de forma mais específica o campo da ES no Brasil e seus atores, assim como os diferentes significados atribuídos ao termo. É dada ênfase a compreensão da ES como fenômeno social, resultado histórico e econômico da dinâmica do capitalismo para, ao final desta parte, traçar algumas considerações críticas sobre o sentido prático dado a política de ES. O diferencial desta parte da tese em relação às demais análises sobre este tema é o esforço para mostrar que a concepção do movimento social e da política pública de ES fornece uma base frágil para uma discussão sobre desenvolvimento, pois limitam o significado prático da ES a um conjunto de unidades produtivas coletivas. Particularmente, considero o item OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA e a crítica SOBRE A ES COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO, junto

³ A tese de doutorado de E. MOTTA (2010) é extremamente original e interessante por fazer uma etnografia profunda sobre o seu próprio processo de engajamento e sua própria trajetória no mundo da ES. Embora, a meu ver, esta seja uma contribuição absolutamente relevante para os próprios atores da ES (e ao longo desta tese, ele será citado diversas vezes), o seu trabalho deixa um certo sentimento de frustração ao leitor pelo fato da autora evitar um diálogo direto com os próprios “pensadores da ES”, que analisam o mesmo fenômeno sob perspectivas políticas, econômicas ou sociais.

com as considerações finais deste capítulo como as contribuições mais importantes desta parte.

Na terceira e última parte, realizamos apontamentos numa perspectiva sociológica sobre as motivações específicas desses atores quanto a suas práticas, a partir de dois campos, os quais denominamos de o mundo acadêmico e o mundo do trabalhador. Talvez essa seja a parte mais original e promissora desta pesquisa, oferecendo um olhar sobre aspectos raramente discutidos deste objeto, que permitem pensar a construção social da ES.

Primeiramente, analiso um conjunto de dados sobre as 226 pesquisas de pós-graduação sobre ES realizadas entre 1998 e 2007, o número de pesquisadores de acordo com as regiões, os departamentos nos quais tais pesquisas são realizadas, entre outros dados. Os resultados reforçam a tese de que a concepção dominante de ES no Brasil está centrada na idéia de Empreendimentos Econômicos Solidários, assim como permite compreender melhor a construção de sentido e as trajetórias dos pesquisadores neste universo. A discussão sobre a influência francesa nos permite fazer a crítica sobre o uso inadequado do paradigma da dádiva e da noção de economia plural em análises que interpretam a ES como atividades econômicas que seriam reguladas por mecanismos não mercantis.

Em seguida, a análise sobre o mundo do trabalhador permite mostrar mais claramente as funções latentes, não declaradas, do trabalho autogestionado. Mais do que mudanças econômicas estruturais, são elementos como auto-estima, dignidade e reconhecimento, que dão o cimento para fortalecer a identidade da ES, que cada vez mais se define como um setor com demandas próprias e específicas e não como um movimento amplo que sugira políticas universais de regulação e controle social da economia.

Como se pode notar, a tese foi escrita de forma a percorrer inicialmente as grandes questões no que se refere às transformações no mundo do trabalho para, finalmente, se chegar à problemática dos sujeitos. Tentamos evitar o dilema indivíduo-sociedade, arquitetando uma análise em que o objeto possa ser compreendido em suas múltiplas dimensões. Esta preocupação se fundamenta na noção de Fato Social Total, apresentada por Lévi-Strauss, com base na antropologia de Marcel Mauss. Strauss afirma que o fato social não é real senão integrado em sistema, não sendo possível apreendê-lo exclusivamente pela reintegração de aspectos descontínuos – familiar, técnico, econômico, jurídico, religioso – mas ele deve fazer

coincidir as dimensões sociológica, a histórica e a dimensão físico-psicológica (LÉVI STRAUSS, 2003, p. 23).⁴

É recorrente nas ciências sociais uma crença na existência de duas possibilidades mutuamente excludentes para analisar um objeto social. Seja para analisar um incidente pontual (uma manifestação política, um assassinato, um contrato econômico, etc.) ou um evento de maiores proporções (como o funcionamento do sistema de saúde, o fechamento de um partido político, uma crise econômica, etc.), coloca-se regularmente a questão sobre que abordagem será privilegiada – o indivíduo ou a sociedade.

Podemos direcionar nosso olhar de forma mais geral sobre um objeto e explicá-lo a partir da dinâmica estrutural da sociedade, sua trajetória histórica, seu contexto político e cultural. Mas, é também possível escolher cada um dos eventos e explicá-lo em detalhes a partir das micro-interações entre os sujeitos e os grupos implicados. Contudo, esses dois olhares não são necessariamente contraditórios e a expectativa de uma escolha entre eles constitui geralmente uma falsa questão.

Um trabalho sociológico pode bem explicitar os mecanismos individuais e os detalhes cotidianos que, simultaneamente, orientam um determinado movimento dentro de um grupo. Mas ele deve procurar sempre, a partir do olhar específico, elementos que podem ser generalizados e que dizem respeito a outros grupos e sociedades. É o que fazem teorias classificadas por MERTON (1970) como teorias de médio alcance.

Assim, não faz sentido tentar explicar um fato social sem levar em conta que grupos sociais são constituídos por indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos são formados pelos grupos. Entre esses dois elementos, as instituições assumem um papel importante, sejam as instituições orientadas para a cultura, como a família, a escola e a religião, ou as instituições políticas e econômicas, como o mercado ou o Estado. Nesse sentido, a trajetória social de uma pessoa aparece como uma relação com essas instituições que simultaneamente os transforma ao longo da sua interação no tempo. Isto quer dizer que é também ao longo dessa relação que a manutenção ou a transformação de um sistema social é possível. Como afirma CAILLÉ (2002):

⁴ Ver também, nesse contexto, VELHO (1995).

A totalidade social não preexiste aos indivíduos como tampouco o inverso, pela simples razão que tanto uns como os outros, como a sua posição respectiva, se geram incessantemente pelo conjunto das inter-relações e das interdependências que os ligam. (p. 18).

Nesse trabalho, a intenção é analisar o objeto de estudo proposto de acordo com a relação entre essas duas dimensões. Em um sentido macroeconômico e estrutural, a ES no Brasil não pode ser considerada fora da dinâmica do capitalismo global e das mudanças recentes no mundo do trabalho. O fim do Estado providência e da condição estável do trabalho assalariado, a abertura comercial e o crescimento do setor informal são exemplos evidentes que explicam uma parte importante da origem e do crescimento deste tipo de atividade.

Tais transformações nos permitem levantar a questão: o que se passa quando organizações e de práticas onde as relações de produção capitalistas não estão claramente configuradas se reproduzem dentro de uma sociedade de mercado? Antes de dizer, de maneira precipitada, que estas experiências demonstram o início do fim do capitalismo, outro grupo de questões também fundamentais pode ser imediatamente colocado: como tais experiências se caracterizam e se organizam? Qual a sua pertinência no quadro da economia capitalista? Quais os mecanismos de apoio financeiro e político aos quais têm acesso?

Muitas pesquisas assim como os dados do mapeamento nacional da ES demonstram a fragilidade econômica dos empreendimentos. São organizações que, em sua maioria, desenvolvem atividades produtivas pouco orgânicas, isto é, geralmente ocupando uma posição inferior no circuito econômico, com baixo nível tecnológico (como artesanato, confecção, reciclagem e serviços gerais) e com capacidade de investimento e captação de crédito muito reduzida. Em grande parte, são formadas por trabalhadores pouco qualificados, sendo que muitas funcionam como uma atividade complementar de renda para o associado.

Em consequência, mesmo que o movimento de ES possa ter conquistado ganhos em termos de políticas que favoreçam os empreendimentos, a sua condição atual não constitui ameaça ao centro da estrutura econômica capitalista. Apesar da crítica feita à organização tradicional das empresas capitalistas, os empreendimentos solidários não concorrem nem podem concorrer com elas. Ao contrário, possivelmente eles negociam entre si, dentro de uma

estrutura produtiva desigual. Os dois tipos de empresas disputam raramente o mesmo mercado e, ainda, o pequeno empreendimento solidário é muito mais dependente do preço de mercado e das condições dadas pela lei do valor.

Além disso, embora possa ter havido um aumento quantitativo expressivo de empreendimentos associativos nos últimos anos (e muitos destes alcançaram destaque nacional), de seu reconhecimento e da criação recente de políticas públicas voltadas para seus participantes, a sua condição de reprodução não se alterou significativamente após da consolidação do movimento da ES. Em termos macroeconômicos, não há uma mudança estrutural em seu favor na configuração da economia brasileira no mesmo período. Logo, a confiança dos atores (e de muitos pesquisadores) no potencial da ES não reflete necessariamente uma condição socioeconômica favorável.

Ainda assim, a cada dia a diversidade de atores, assim como o imaginário sobre a ES não param de crescer. O movimento ganhou visibilidade e a expressão “Economia Solidária” começou a ser utilizada em muitos novos espaços, alimentando numerosas e discussões. Isso indica que a condição de reprodução simbólica da ES não depende necessariamente da apresentação de resultados econômicos favoráveis. Em outros termos, a confiança e o reconhecimento da ES não refletem necessariamente seu sucesso econômico e nem podem preceder o movimento social.

Assim, nos parece frágil justificar o engajamento de indivíduos na ES a partir da idéia de que os empreendimentos lhes oferecem melhores condições materiais. A grande parte dos trabalhadores envolvidos no mundo da ES realiza tais atividades por uma necessidade imediata de sobrevivência e pela busca de uma possibilidade mínima de melhoria de vida. Isso leva a segunda dimensão da análise proposta, nos levando a uma série de questões sobre o perfil e a carreira dos indivíduos e grupos que constroem e são influenciados pelo universo simbólico da ES. O que explica a expansão deste conjunto de práticas de mobilização nos últimos anos? O que faz com que cada vez mais pessoas se envolvam nesse universo e permaneçam nele? Como se dá a construção dos diferentes sentidos nessas atividades?

Isto nos conduz a investigar um pouco a trajetória e o perfil desses atores, assim como suas carreiras no mundo da ES, e as micro-relações entre estes personagens no centro das

instituições, dos espaços de encontro e de construção simbólica do movimento, oferecendo uma visão um pouco mais completa deste conjunto.

O olhar focado no indivíduo e a dimensão macro-social complementam-se mutuamente como parte de um todo inseparável. A análise deste universo será mais significativa se for capaz de evidenciar o conjunto de conseqüências não intencionadas e, muitas vezes, não reconhecidas em relação às motivações iniciais dos atores nos contextos em que se inserem. O engajamento na ES não é uma simplesmente uma escolha de âmbito individual ou interno e específico a determinado grupo, mas constitui um fenômeno que deve ser explicado à luz do meio ideológico e social.

PARTE 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Quem não compreende um olhar
tampouco compreenderá uma longa explicação.
(Mário Quintana)

1.1. Traçando um posicionamento científico

Antes de iniciar a análise específica proposta nesta tese, considero ser relevante expor algumas reflexões metodológicas sobre a concepção de ciência adotada neste trabalho. Apesar do posicionamento epistemológico assumido aqui se orientar numa concepção transdisciplinar do saber, não se tem a pretensão de reunir e integrar definitivamente o conhecimento sobre natureza e sociedade. Antes, procuramos nos situar em uma realidade complexa, contextualizando o objeto sem a preocupação de traçar barreiras disciplinares rígidas⁵.

Esta primeira parte se inicia com discussão epistemológica que visa oferecer elementos para explicitar melhor a orientação de análise desta tese. Primeiramente, discutimos brevemente uma concepção histórica sobre o que é ciência. Em seguida, procuramos contextualizar o lugar da sociologia como campo científico, abrindo, por fim, uma reflexão sobre as diferentes interpretações sobre o capitalismo na modernidade. Este caminho favorece, por um lado, seguir a linha de pensamento que vai dar base para as inferências das partes 2 e 3, e por outro lado, compreender a própria orientação que levou as conclusões destas análises.

1.1.1. Uma concepção histórica de ciência

A aplicação do termo “científico” oferecida pelo senso comum, em geral, implica um grau superior de confiabilidade a uma afirmação qualquer. Nesse sentido, a autoridade do cientista é ferramenta de constante apelo na vida cotidiana, como se vê pelos milhares de anúncios da mídia popular seja pela indústria da saúde seja pelos anúncios de novos instrumentos da culinária. Não só a vida cotidiana está sujeita a essa influência quase mística, alguns diriam, da autoridade do cientista e de seu método rigoroso, mas também as áreas de estudo mais recentes, em particular as ciências sociais. Podemos lançar aqui algumas palavras sobre esta questão.

A influência do desenvolvimento da física foi tão grande na humanidade que diversas outras áreas do conhecimento ainda buscam obter a mesma credibilidade que esta chamada

⁵ Na introdução de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber fala brevemente sobre as dificuldades de análises completas sobre a realidade histórica e sociológica em relação ao meio ambiente (natural), que hoje temos na teoria da complexidade. Ele deixa claro que é um conhecimento a ser perseguido, contudo, afirma que o deslocamento de seu estudo para um campo então desconhecido impediria o alcance do conhecimento naquele momento possível.

ciência natural. Em geral, isto é feito a partir da busca incessante pelo que se acredita ser o método *empírico* da física. Este método *científico* consistiria na coleta de dados livre de preconceitos por meio de cuidadosa observação e experimentação, seguida da conseqüente derivação de leis e teorias por algum tipo de procedimento lógico. No entanto, a compreensão sobre o que é ciência, normalmente guarda pouca semelhança com seu avanço histórico— o que indica que o sucesso da física, na realidade, não pode ser atribuído ao método o descrito acima.

Uma atenção especial em defesa deste argumento deve ser prestada à história da ciência. Não se pode tentar definir ciência se não pousarmos nossos sentidos no desenvolvimento histórico sob a qual esta construção social e política está fundada. Isso permite compreender, como discutiremos a frente, a impossibilidade de se construir proposições científicas livres de posicionamentos políticos.

Desde o início dos tempos o homem vem desenvolvendo novas tecnologias e formas de compreender e dominar a natureza. Contudo, o advento da ciência na sua forma moderna se deu somente a partir da concepção iluminista do domínio da razão e da superação da idade das trevas. É apenas a partir do século XVI e da revolução causada por homens como Copérnico, Newton e Galileu, que a razão começa a se colocar a frente da religião, como forma de regular e dominar a vida e a sociedade.

Nessa transição, desde a economia até os sistemas de governo e jurídico – antes regidos pelo costume e pela tradição e condicionados ao poder da igreja – passam a ser regulados por normas cada vez mais racionais e formalizadas. Assim, o desenvolvimento científico e tecnológico terá papel fundamental como um dos elementos ligados à queda do sistema feudal e vinculados ao espírito do capitalismo.

No que tange ao método científico e ao paradigma atualmente dominante, Bacon e Descartes desempenham papel fundamental na formação de uma nova consciência filosófica e epistemológica, acompanhada pela matemática desde os filósofos da Grécia antiga. Com eles fica mais evidente a construção de diferentes concepções para definir o que é ciência.

O primeiro elemento decorrente da concepção cartesiana é a idéia de que fazer ciência significa quantificar, sendo que o que não pode ser quantificado não caberia ao método científico. De modo mais radical, a concepção mecanicista de mundo (junto à afirmativa de

Galileu de que “o livro da natureza está escrito em linguagem matemática”), implica que **tudo** poderia ser quantificável. Como afirma Boaventura SANTOS (2005), “Segundo a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exatamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem”.

O segundo elemento, que se torna uma regra do método científico decorrente dessa concepção é a de que para se conhecer melhor é preciso dividir. Decompondo-se a realidade seria possível entender melhor suas partes, isoladamente mais simples, para depois recompor o todo. Esta concepção foi construída baseada no pressuposto teológico de que o mundo é estável e ordenado.

A capacidade oferecida pelo conhecimento mecanicista de dominar e controlar a natureza, mais do que compreendê-la, vem atender aos interesses da classe burguesa emergente do século XVIII, o que será tomará proporções incalculáveis com a chegada da revolução industrial. Ao mesmo tempo, essa compreensão sobre a ciência transborda para as ciências sociais e para o estudo das sociedades na busca de respostas para os desequilíbrios decorrentes dessa revolução.

Observa-se assim, duas tendências diferentes em relação às ciências do homem, como afirma Boaventura de Souza Santos. A primeira busca aplicar às ciências sociais os princípios da ciência natural (a partir do exemplo modelar e aparentemente bem sucedido da física). A segunda reivindica a estas um estatuto metodológico e epistemológico próprio. Ambas são limitadas. A primeira falha porque não compreende o próprio desenvolvimento metodológico da física para poder aplicá-lo e a segunda, porque divide artificialmente o mundo social e o mundo natural, criando uma barreira para compreender sua interdependência.

A cada dia cede a idéia que quer colocar a ciência sob um fundamento seguro e, muitas vezes, incontestável e se reforça a compreensão sobre a impossibilidade de um método científico eficaz, que possa demonstrar a veracidade de qualquer teoria, assim como sua rejeição conclusiva. Gostaria de expor e assumir desde o início esta limitação. Toda tese acadêmica se expressa direta ou indiretamente a partir de mecanismos epistemológicos que, inevitavelmente, indicam uma posição sobre o que é o conhecimento científico.

1.1.2. Algumas concepções

Até meados do século XVIII, a concepção de ciência baseia-se fortemente no que CHALMERS (2000) classifica como o critério da indução. A ciência começaria com a observação rigorosa, livre de preconceitos e descomprometida de uma grande quantidade de fatos sobre a realidade. Esta observação forneceria ao cientista uma base de informações seguras para que o conhecimento pudesse ser indutivamente construído por meio de generalizações sobre eventos recorrentes.

Esta concepção, chamada caricaturalmente de indutivismo, falha tanto como tentativa de explicar o modo pelo qual é feita a ciência como para oferecer-lhe um método eficaz por duas razões. A primeira é uma questão lógico-probabilística: a fragilidade do método é dada pela impossibilidade de se definir o momento em que determinado evento tenha sido observado ou testado suficientemente para, a partir da sua recorrência, se inferir uma lei geral.

Logo, não há conclusões definitivas, pois nosso conhecimento será sempre ínfimo perante as infinitas possibilidades da realidade. O estudo disciplinado e metódico, por mais tempo e trabalho que seja empreendido levará sempre a conclusões limitadas. Nada mais que considerações gerais, já que o conjunto de fenômenos passíveis de serem estudados, assim como os diferentes ângulos pelos quais podem ser observados é interminável.

O segundo problema diz respeito à impossibilidade de uma inferência livre de preconceitos. Mesmo a observação mais simples depende inevitavelmente de experiências anteriores. Reconhecer um buraco negro numa foto tirada por um satélite exige o mesmo exercício de interpretação cognitiva que o ato de reconhecer uma cadeira, uma pedra ou uma peça de roupa. A compreensão do que são estes objetos só é possível porque há um conjunto de experiências vividas anteriormente pelo observador.

Por conseqüência, dois observadores podem perceber elementos bastante diferentes ao observar o mesmo evento de acordo com seu conhecimento adquirido. A linguagem, forma de expressão adquirida a partir do nascimento, é o primeiro exemplo disso, já que a mesma palavra pode adquirir diversos sentidos, não apenas devido ao contexto, mas principalmente, devido às experiências vividas por cada ator.

Ao assumir a impossibilidade de se encontrar verdades absolutas, Karl Popper chamou a atenção dos filósofos da ciência do século XX. Segundo a concepção do falsificacionismo,

por ele trabalhado, a ciência é criada pelo homem para explicar os aspectos do mundo por meio de conjecturas e hipóteses, que devem ser sempre falsificáveis, já que nunca podem ser tidas como realmente verdadeiras. As melhores teorias seriam aquelas mais abrangentes e que resistem ao maior número de contestações. Assim, ao se falsificar uma hipótese, esta deve ser abandonada dando lugar a novas teorias ainda mais abrangentes. Diferentemente do indutivismo, o cientista possui ampla liberdade de criação para propor hipóteses diversas sobre o mundo, não se restringindo à exigência da observação⁶.

Assim, esses critérios podem ser aplicados na ciência para “derrubar” idéias e teorias e, desse modo, aprofundar cada vez mais seu alcance. No caso das ciências sociais, contudo, torna-se muito complicado falsificar uma teoria, de forma que se abrem brechas para inúmeras hipóteses, muitas delas opostas entre si. Nesses casos, o critério de falsificação não explica a forma com que a ciência evolui.

Sobre esta questão, Mark BLAUG (1993) apresenta o debate da filosofia verificacionista, que aponta, ao menos nos estudos sociais, a necessidade de se procurar “leis de tendência”, mais do que leis gerais. Para estes, o método científico de pesquisa, especificamente indutivo nas ciências sociais, é estabelecido com base na verificação teórica, devido à impossibilidade da realização de experimentos controlados em laboratório (como nas ciências exatas).

Ao julgar a validade de uma proposição, os verificacionistas recorrem a suposições destacando que existem condições fora do controle do cientista (como a máxima, *Coeteris paribus* na economia). Desse modo, o verificacionista não se preocuparia em falsificar uma teoria e sim em verificá-la. O que o leva a refutá-la é a percepção da inexistência das condições e princípios por ela adotados, significando que a tendência afirmada pela lei não é necessariamente uma consequência das suposições teóricas.

Críticas semelhantes recaem sobre essas duas concepções. Primeiro, há uma inúmera quantidade de teorias aceitas, mas que nunca foram verificadas e nem podem ser falsificadas.

⁶ Para alguns autores, tais hipóteses não precisam nem mesmo ser estritamente realistas, pois, dentro do estudo de uma sociedade, expressam apenas uma parte, um componente do conjunto que se pretende estudar. Este é o caso do economista norte americano, Milton Friedman. FRIEDMAN (1953), em um polêmico artigo sobre a metodologia da economia (extremamente criticado pelos filósofos da ciência) defende que a boa teoria é a que oferece boas previsões, não tendo nenhuma importância qualquer outra relação com a realidade.

Isso significa que outros critérios influenciam essa demarcação. Segundo, é muito difícil sustentar, como o faz Popper, que aspectos culturais e sociais estejam distintos do resultado objetivo do conhecimento. Para Popper, o contexto social e político de uma descoberta pode ser importante para a psicologia, mas é irrelevante para a análise lógica do conhecimento científico⁷.

Lakatos, por sua vez, restabelece e atualiza Popper, procurando definir um critério prescritivo para a avaliação das diversas teorias científicas, sem apontar necessariamente um único método. O autor sugere que a ciência deva se basear num *Programa de Pesquisa Científica*, numa elaboração mais complexificada do falsificacionismo. A avaliação científica, segundo Lakatos, deve ser feita não por teorias individuais, mas por conjuntos de teorias interligados. “A sucessão dessas teorias procura enfrentar o fato de que teorias antecessoras fracassaram no intento de tratar o objeto do conhecimento de determinado campo científico”. (CAVALIERI, 2005).

De modo alternativo, segundo a teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn, a ciência se desenvolveria por saltos descontínuos. O contexto da descoberta seria um elemento útil ao cientista, que estabelece teorias a partir do conhecimento que lhe é transmitido por outros autores que se valem de métodos afins por meio de paradigmas mais ou menos definidos no tempo. Assim, o estabelecimento de um novo paradigma leva ao abandono do velho e revoluciona a ciência com o surgimento de inúmeras novas teorias nele baseadas⁸.

Isso implica que não apenas o nascimento de uma teoria social seria localizado no contexto histórico dos pensadores, mas também as teorias sob a base das ciências naturais. Desde a análise do capitalismo de Marx e Weber ou o estudo das religiões de Durkheim, até a invenção do tear, da máquina a vapor, do rádio, da bomba atômica e, claramente, a corrida espacial, corroboram tais idéias.

⁷ CAVALIERI (2005) desenvolve uma interessante proposta oposta a de Popper, a partir das abordagens de Kuhn e Lakatos, para se analisar o surgimento de diferentes escolas de pensamento a partir do contexto histórico de diferentes autores. Defende que o estudo da interação entre o ambiente social e as idéias propostas abriria este caminho.

⁸ Embora, Margareth Mastermann tenha apontado que na obra de Kuhn existam 22 significados diferentes para a categoria paradigma, este autor posteriormente reformulou o conceito a partir de dois elementos básicos: *a matriz disciplinas e os exemplares*, que são os elementos formais e normativos contidos num paradigma.

Muitas vezes, o conhecimento científico que explica determinado fenômeno e as “leis” de determinado aparato tecnológico só são formulados muito tempo depois que este já se encontra desenvolvido e difundido na sociedade. Este é o caso da segunda lei da termodinâmica e da teoria do Ciclo de Carnot, que ofereceram explicações científicas para o funcionamento da máquina a vapor – e das máquinas térmicas – apenas após a revolução industrial e suas conseqüências sociais.

A questão que se coloca então se centra no método. Existiria um método ideal de fazer ciência, cuja aplicação permitiria verificar a consistência das teorias de forma mais organizada? Evidentemente, nada garante que haja um método em particular que seja superior aos outros. A postura autoritária que defende a necessidade de um “monismo metodológico” muitas vezes significa abrir mão da busca pelo conhecimento pela busca do método. Neste ponto, a visão tradicional de que a filosofia da ciência permitiria uma demarcação absoluta entre ciência e não-ciência deve recuar, porque não se pode ignorar a história da ciência.

Vale lembrar que procuramos até aqui apenas problematizar e situar o debate sobre uma questão, sobre a qual sabemos não haver uma resposta final. De forma instigante, podemos concluir esta síntese com a posição polêmica de FEYERABEND (1977), que nos apresenta o anarquismo metodológico. O autor procura demonstrar que não há um caminho ordenado, lógico e racional no modo pelo qual se desenvolve a pesquisa científica. Ao contrário, muitas descobertas relevantes não recebem o devido crédito, pois a comunidade científica quase sempre assumiria uma postura conservadora, preconceituosa e repressiva frente a novas idéias. Criticando o que ele considera um dogma de que “fora da ciência não há salvação”, o autor defende a *antimetodologia*.

A crítica de Feyerabend alerta para o perigo de que a unificação do método científico pode lhe debilitar o poder crítico. Assim parece ter surgido a metodologia, decorrência da necessidade de uma **norma**, institucionalizada por meio de valores, ritos e mitos que conformam o comportamento dos cientistas. Mas a norma, ao mesmo tempo em que delimita e traz rigor, limita e domestica. Destrói a criatividade. Por isso, defende um tipo de *vale-tudo* metodológico - que ao mesmo tempo significa um elogio à diversidade das formas de construção do conhecimento. O autor afirma que a ciência não tem características especiais que a distingam de outras formas de conhecimento, sendo apenas uma religião moderna, de

modo que a escolha por diferentes teorias deve-se a fortemente a fatores subjetivos aos indivíduos.

A abordagem de Feyerabend pode também ser compreendida como um processo de democratização da ciência. O termo anarquia significa aqui “ausência de estado”, ou melhor, autogoverno – e não desordem. Nesse sentido, significa muito menos o caos do que a ordem. O anarquismo metodológico constitui uma defesa liberal da autonomia da pesquisa, onde não há norma imposta, mas respeito quanto a concepções e formas de ações diferentes e que, precisamente por serem diferentes tem muito mais a oferecer umas às outras. Por tudo isso, a ciência precisaria dar mais valor a categorias libertadoras como a arte e a fantasia oferecendo caminhos para a felicidade e para o desenvolvimento de cada um de forma mais autônoma e espontânea.

Torna-se então, cada vez mais forte a necessidade de se reconhecer a inexistência (ou impossibilidade) de um metacritério inequívoco para a escolha de uma ou outra teoria. A ciência, sendo um produto humano, cultural, é resultado das implicações de conflitos e imbricações de forças políticas da sociedade, de lutas de (e por) poder. Mesmo que se busque a neutralidade máxima no fazer científico, este é ainda apenas um outro posicionamento.

1.1.3. A ciência como fenômeno político

Se a ciência é um fenômeno histórico, a concepção sobre o que é ciência possui também uma transitoriedade, variando recorrentemente ao longo da história. Pensada como produto humano da atividade científica dos cientistas, impensável sem a marca do produtor, ela se constitui assim como **objeto construído**⁹. Esse é precisamente seu sentido político, resultado da interação do homem em sociedade que, através do conhecimento, muda sua realidade. Assim, como qualquer fenômeno social, a ciência está também submetida a diversos condicionamentos sociais. Desse modo, entende-se que os problemas científicos em momentos históricos distintos são apreendidos de modos distintos¹⁰.

⁹ Vale reforçar que mesmo nas ciências ditas *naturais* não é possível definir marcação clara entre sujeito e objeto, pois estas também são produto lógico e social da atividade científica dos homens (nesse caso, não necessariamente de sociólogos e economistas, mas de físicos, químicos, biólogos etc.).

¹⁰ PAULA et Al. (2002).

Por isso, como afirma Pedro DEMO (1995), “dificilmente se pode negar que as ciências sociais guardam em si um projeto conservador de sociedade, porque nelas aparecem tendencialmente como beneficiárias”. O autor alerta para o cuidado necessário que se deve ter com todo tipo de ‘neutralidade engajada’ que acaba por justificar formas contraditórias de controle social. Este é o exemplo do cientista social que estuda a pobreza, mas não ajuda a revertê-la (pois ele sobrevive dela)¹¹.

Se não há consenso sobre a objetividade do fazer científico, é difícil negar a impossibilidade da neutralidade completa. Por conseqüência, é possível colocar, antes de tudo, os próprios juízos de valor dos cientistas, assim como seus posicionamentos sociais e políticos mais subjetivos como objeto da análise científica. As suas distintas *visões de mundo* muitas vezes explicam melhor as diferenças entre as escolas do pensamento do que qualquer característica estrutural das teorias. Logo, é preciso reconhecer que:

Os valores são constitutivos da atividade e, portanto, da estrutura da ciência e seu produto: o conhecimento científico, que não é um supervalor absoluto, é um valor e tem de ser submetido, como tal, ao escrutínio social e cultural. (DELGADO, 2003, p. 18).

Nesse sentido, o estudo da interação entre o ambiente social e as idéias abre o caminho para a análise dos componentes metafísicos de uma teoria, das pré-concepções que não derivam da observação ou da análise, mas que estão presentes na motivação inicial e no produto final da pesquisa.

Isso ajuda a perceber que o científico muitas vezes é entendido com aquilo que grupos dominantes, nos principais espaços da academia e da sociedade, determinam. De tal modo que a crise de certa hegemonia teórica é, em geral, resultado do questionamento social, político e cultural da hegemonia dos grupos dominantes, pois o método se tornou um artifício de

¹¹ A crítica de Demo, nesses termos, constitui uma grave denúncia, de que, em geral, a ciência social é antiética – já que, embora seu discurso verse num sentido, sua prática siga em direção oposta. Ou seja, embora traga o discurso de uma mudança da sociedade, na prática, age para conservá-la. De forma semelhante, PAULA et Al (2002) afirma que a hegemonia contemporânea da abordagem neowalrasiana, no exemplo da ciência econômica, “não está condicionada à saúde e à consistência de sua estrutura teórico-metodológica e de sua relevância heurística ou social, mas, sobretudo, por sua aderência e funcionalidade à dominação do capital nesta época neoliberal”.

controle do conhecimento e não do seu desenvolvimento. Basta citar o exemplo monstruoso das experiências levadas a cabo pelos cientistas alemães durante o nazismo.

Este caráter político indica que é preciso ter um posicionamento crítico frente à autoridade do cientista, sem necessariamente descartá-la. É verdade que o prestígio quase nunca indica competência ou utilidade social, refletindo antes critérios de ocupação de espaços de poder e visões diferenciadas de mundo. O perito nem sempre está correto e sua palavra não é prova da verdade, mas não é possível ignorar sua palavra. Suas afirmações têm base em longo esforço e trabalho de pesquisa, o que indica uma maior probabilidade de consistência dos argumentos¹².

De uma forma ou de outra, o que podemos destacar é que quando se diz o que é ciência, está se apontando também o que deve ser ciência, segundo um conjunto de valores e normas considerados importantes no campo acadêmico, socialmente construído. Em outras palavras, a demarcação entre o conhecimento científico e não-científico é fundamentalmente normativa.

Resta aqui uma conclusão: se o método no qual o conhecimento científico se desenvolve obedece a um conjunto de normas, socialmente construídas e, conseqüentemente, historicamente mutáveis, há, com certeza, uma relação entre os resultados do conhecimento científico e o contexto no qual ele é desenvolvido. Ter essa consciência permite evitar a ilusão da objetividade da ciência, assim como redirecionar as armas da crítica para si mesmo. Afinal, conhecer e definir o mundo é também conhecer e definir a si mesmo.

1.1.4. A falácia da demarcação: por uma ciência plural

Como destacamos anteriormente, o Discurso do Método de Descartes marca uma mudança não apenas na forma de pensar a ciência, mas está também inserido num quadro de racionalização do mundo. O elemento mais importante do método cartesiano nesse processo histórico foi a aplicação sem precedentes da análise.

Como afirma DEMO (1995), existem várias vantagens promovidas pelo método analítico. Foi, por exemplo, a análise que tornou possível o conhecimento controlado, que

¹² Até mesmo Marx faz uso desse argumento, ao afirmar, no prefácio da Contribuição à crítica da economia política, que os resultados encontrados, apesar de aparentemente absurdos, não devem ser descartados pelo leitor apressado, pois teriam sido resultado de penoso trabalho de estudo e pesquisa.

permitiu os vários avanços tecnológicos do mundo atual. A análise seria a demonstração da racionalidade, combinando a lógica indutiva com a dedutiva, pelo lado do sujeito com discurso coerente e consistente e do objeto, colocando o desafio da objetividade.

Frente a um mundo complexo não resta dúvidas de que é necessário analisar, simplificando e tornando cada parte compreensível, dentro da nossa visão limitada do mundo. A análise permite assim definir, apontar idéias claras, conceitos delimitados e teorias transparentes – o que foi fundamental no desenvolvimento da sociedade ocidental.

Contudo, analisar significa também interpretar e ressignificar o mundo. Assim, como um princípio metodológico, a sua aplicação generalizada teve duas conseqüências levadas ao extremo. Por um lado ela é a origem do processo histórico de disciplinarização, de fracionamento do conhecimento sobre o mundo em uma multiplicidade de áreas com cada vez menos interconexões entre si. Embora saibamos muito sobre as partes, a ciência se revela incapaz de recompor uma visão do todo. Por outro lado, a análise se reflete também na delimitação racional dos diferentes espaços da vida. Estudo, trabalho e lazer se tornam atividades cada vez mais antagônicas no processo racionalizado de alocação do tempo, dado que uma segmentação artificial da vida foi fortemente estabelecida.

A ideologia da neutralidade e da objetividade do conhecimento, ao burocratizar a ciência, cerceia a paixão pelo conhecimento, rompendo (ilusoriamente) qualquer elemento de espiritualidade no fazer científico, qualquer elemento de subjetividade que conecte o homem diretamente a uma visão ontológica de si e do mundo.

Isso mostra que o texto de Descartes (*O Discurso do Método*), tido como obra inaugural da filosofia moderna e considerado fundador da era do domínio da razão sobre a fé, foi muito mal interpretado. Sua proposta vai além da divisão do conhecimento e da separação dos assuntos da ciência e do espírito. Descartes não pretendia limitar o fazer científico a uma esfera particular da vida. Ao contrário, seu posicionamento indicava uma conduta ética, que partia da sua própria forma de estar no mundo. Sua filosofia não separa razão e espírito, mas considera que estas duas dimensões estão intrinsecamente ligadas. Assim, a análise só tem sentido se o objetivo final é religar as partes para se ter uma visão do todo complexo¹³.

¹³ Engels, na introdução de *a Dialética da Natureza*, apresenta um ponto de vista semelhante. Afirma que as mentes notáveis da história da humanidade como Leonardo da Vinci, Lutero, e mesmo Maquiavel, possuíam

A ideologia moderna, no entanto, apresenta a especialização como algo inevitável, natural e eterno, e desconsidera o fato de que as divisões disciplinares foram criadas artificialmente. A preocupação de Descartes em religar as partes que constituem o todo foi esquecida e uma sociedade em que o conhecimento deixasse de ser especializado se tornou um devaneio de tolo. Mas as diferentes dimensões do mundo concreto, embora possam ser observadas de forma analítica, na prática, não se separam em categorias – tudo está mesclado e acontece ao mesmo tempo. O homem, enquanto ser simultaneamente social e biológico, só se sujeita à multiplicidade de interações da natureza dentro de determinada condição social.

Nesse sentido, as diferentes áreas do conhecimento são apenas categorias **analíticas** que não passam de abstrações simbólicas¹⁴. A estratégia analítica ajuda a olhar a realidade, já que o todo dificilmente é apreendido, mas não se pode esquecer que tal estratégia constitui um exercício de **abstração** e que o todo não existe de forma fracionada. Esta constatação constantemente negligenciada faz com que, em diversas áreas do conhecimento, a análise se torne um entrave ao conhecimento, pois, especializando-se, os pesquisadores acabam por perder uma visão do todo¹⁵.

Logo, é a fé na ideologia da disciplina, em última instância, o que impede que os conhecimentos historicamente acumulados de forma segmentada sejam religados. É preciso, assim, questionar a origem material da disciplinariedade e do desenvolvimento histórico do conhecimento humano. Não se pode deixar de notar que as formas históricas de apreensão do

vasto conhecimento não apenas em uma área específica, mas trataram tanto de questões sociais como de fisiologia e engenharia, inclusive com profundo trabalho no campo das artes. Seu mérito teria sido, precisamente, sua capacidade de compreender os fenômenos estudados sobre diversas dimensões e não de forma especializada.

¹⁴ No plano ontológico, o problema se refere à natureza da realidade. Como afirma DELGADO (2003, p. 13) “O conhecimento é conhecimento na medida em que o sujeito lhe atribui algum valor. Então, a realidade é uma realidade em atividade onde o sujeito constrói sua experiência da realidade por meio de representações simbólicas (esquemas, letras, fonemas, etc.)”.

¹⁵ Isso é muito claro na distinção que os cientistas sociais procuram fazer das ciências naturais. Por exemplo, MOTTA (2010), uma antropóloga, marca politicamente seu campo disciplinar ao afirmar que o trabalho do antropólogo trata do estudo da cultura. Em referência a Rabinow, a autora afirma que a cultura do Outro não é “algo como uma pedra que possa ser recolhida e depois analisada num laboratório” (p. 66). Embora esta distinção tenha sido importante para o desenvolvimento das ciências sociais, este posicionamento revela, ao mesmo tempo, uma compreensão limitada sobre a própria relação do cientista da área de ciências naturais com seu objeto. O antropólogo parece esquecer que a pedra, no momento em que está sendo analisada pelo mineralogista, só existe como um objeto cultural. Para falar sobre uma pedra e para compreendê-la, uma pessoa precisa vivenciar e se inserir no mundo dos cientistas que estudam pedras. Isso significa que não somente conhecimento do mundo físico pode ser importante para o antropólogo, mas também o conhecimento antropológico se revela importante para o físico. Na verdade, trata-se do mesmo mundo.

conhecimento estão também intrinsecamente ligadas às diferentes formas de organização produtiva. Assim, existe relação direta entre o aprofundamento da divisão disciplinar e o desenvolvimento da racionalidade capitalista. A divisão do trabalho científico é certamente influenciada pelas necessidades produtivas das sociedades mercantis, baseadas na divisão social do trabalho.

Por isso, a metodologia da ciência, mesmo que se baseie na análise como ponto de partida, não pode ignorar a totalidade na qual o conhecimento científico está inserido, que são todas as formas de conhecimento, assim como não pode ignorar sua dependência histórica e política.

Seguindo a crítica de MORIN (2005), verifica-se que a questão da complexidade não trata simplesmente de uma contraposição de métodos, mas do desenvolvimento de um método distinto por sua natureza cognitiva. O autor aponta a necessidade de se levar a cabo uma articulação entre a ciência antropossocial e a ciência da natureza, o que requer uma reorganização da própria estrutura do saber. Assim, afirma que a dissociação dos três termos indivíduo/sociedade/espécie desfaz sua relação permanente e simultânea e que a urgência não é apenas em se rearticular indivíduo e sociedade, mas “também efetuar a articulação considerada impossível (pior ainda “ultrapassada”) entre a esfera biológica e a esfera social”.

Não se procura, evidentemente, se reduzir o antropológico ao biológico, nem se fazer a síntese do conhecimento para uma *teoria de tudo*, mas religar conceitos para se entender a realidade complexa na sua simultaneidade física, biológica e antropológica. Historicamente, a ciência natural têm negado sua origem cultural, assim como as ciências humanas se limitam a sua inconsistência extra-física. “Ora, toda a realidade antropossocial depende, de certo modo (qual?), da ciência física, mas toda ciência física, depende, de certo modo (qual?), da realidade antropossocial” (MORIN, 2005). DELGADO (2003), por sua vez, afirma que:

Se o mundo do homem é um mundo artificial, construído a partir do conhecimento, e se esse conhecimento é uma resultante da integração do sujeito e do objeto nos atos cognitivos, que cobram significado para o sujeito a partir dos valores envolvidos, então não é possível afirmar uma relação cognitiva objetivante que exclua o sujeito e o transcenda. (p. 15).

É, pois, necessário assumir que a pergunta: *o que é ciência?* não tem uma resposta científica, já que “a ciência não se conhece cientificamente e não tem nenhum meio para se conhecer cientificamente”. Assim, “já não se trata de obedecer a um princípio de ordem (que exclui a desordem), de clareza (que exclui o obscuro), de distinção (que exclui as aderências, participações e comunicações), de disjunção (que exclui o sujeito, a anomia, a complexidade), isto é, a um princípio que liga a ciência à simplificação lógica. Trata-se, pelo contrário (...) de ligar o que estava disjunto”. (MORIN, 2005).

Embora esta mudança epistemológica seja missão cada vez mais impossível, sua demissão se torna ainda mais impossível, como afirma Morin. Nascendo da crise da ciência, mas também dos seus progressos revolucionários, ela pode transformar a forma de se entender o conhecimento sobre a realidade, assim como a realidade em si. Resta perguntar como a ciência especializada pode reconstruir a realidade em sua totalidade e, assim, tornar possível um processo em que todo o conhecimento, parcelado em diferentes especialidades, possa se reencontrar. Devemos, pois (o que neste momento, é apenas uma indicação da direção que tomaremos na bifurcação a nossa frente), responder a essa questão, no sentido mais profundo e poético, lógico e irracional que nos oferece o poeta: no caminhar.

A busca pelo conhecimento parece nos ter suscitado, ao invés de respostas, muitas novas e instigantes questões. A conclusão não indica um fechamento, mas uma abertura. Uma abertura para novos caminhos e possibilidades e para novos inícios. No que se refere ao método, a ética que prevalece é a que nos leva à, tão logo descobrimos algo que acreditamos estar correto, buscar todas as fontes que nos contradizem. E assim, navegar de um universo a outro do conhecimento, sem nos preocuparmos com seus limites.

Na parte seguinte, analisamos alguns aspectos sobre a construção do pensamento sociológico como pensamento científico no mundo contemporâneo. Ao final desta primeira parte, resgataremos, nessa perspectiva, as teorias sociais clássicas sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista.

1.2. Sobre a construção do pensamento sociológico na modernidade

Após o resgate geral sobre as diferentes compreensões do conhecimento científico, em geral, podemos discutir, especificamente, um pouco sobre a origem e o significado sociológico

das ciências sociais. Trata-se de um complemento ao esforço de contextualização e dimensionamento do um campo de estudo sobre o qual estamos trabalhando. A análise não se pretende exaustiva nem se quer determinar de modo definitivo a visão e as proposições metodológicas e epistemológicas dos autores citados (nem também se trata de uma simples comparação entre eles). O objetivo é discutir o objeto caracterizado na relação conhecimento-sociologia-modernidade a partir das contribuições originais que nos oferecem esses gigantes que nos oferecem o apoio de seus ombros.

Sem perder de vista a centralidade dos clássicos na formação do pensamento sociológico, procuramos discutir a dissociação entre teoria e prática e a correlação entre pesquisa de campo (muitas vezes engajada) e o esforço de abstração estritamente meditativo. Nesse sentido, torna-se fundamental explorar as novas formas de fazer ciência no contexto do mundo moderno, as novas relações entre a prática científica e a vida cotidiana, e a mútua influência entre a ordem civilizacional e o espaço acadêmico – lar do conhecimento sistematizado e racionalizado.

Apensar do processo de segmentação e dissociação do conhecimento, é possível afirmar que existem espaços para uma nova ordem de relações entre pessoas e instituições. Em que medida, estas dinâmicas alternativas de tempo e espaço, se refletem, em maior ou menor grau, em formas alternativa de se lidar com o conhecimento e com sua produção?

1.2.1. Contextualizando o cientista como destruidor de mitos

Como discutido anteriormente, ao longo da evolução das ciências nos últimos dois séculos tem sido cada vez mais forte um processo de especialização do conhecimento em diferentes áreas, tanto nas ciências chamadas naturais como a física, a química ou a biologia, quanto, mais particularmente, nas ciências sociais, como a história, a economia, a ciência política, a sociologia ou a antropologia, etc. Dentro das ciências sociais, a própria sociologia começa a se dividir em ramos cada vez mais diferenciados. A análise de Norbert ELIAS (1980), alicerçada na história da ciência nos permite bem contextualizar a discussão.

Segundo Elias, não se pode entender o que é ciência, e mais propriamente sociologia, sem se pensar sobre todo o processo de divisão social do trabalho científico que se deu nos últimos séculos. Este processo reflete e é reflexo de uma série de transformações e revoluções

sociais que devem ser levadas em conta para uma investigação científica das ciências. Até então, a maioria dos estudos sobre as ciências se baseava na idéia problemática da filosofia pela busca de princípios ideais pelos quais a investigação científica deveria ser conduzida e não pela observação (histórica) do que os cientistas realmente fazem.

O autor deixa claro que a existência ou não de verdades absolutas é um pressuposto que não pode ser comprovado nem rejeitado. Por isso, diz Elias, antes do trabalho para definir o que é ciência (o que só pode ser uma opinião sobre o que deve ser ciência) é preciso empreender um estudo científico das ciências, do que pode ser “observado e experimentado”. Este estudo sistemático das ciências indica uma primeira conclusão fundamental, a primeira “descoberta” da sociologia da ciência: **o avanço da ciência deve-se a ação de grupos que lutam contra sistemas de pensamento pré-científicos**. Assim, Elias sugere que o critério para o reconhecimento de um trabalho científico seja sua contribuição para o progresso do conhecimento científico. Em suas palavras:

Grupos que pensam de um modo científico são grupos que geralmente criticam ou rejeitam as idéias dominantes aceites pela maioria da sociedade em que vivem, mesmo quando são defendidas pela autoridade reconhecida, pois descobriram que não correspondem aos fatos observáveis. Por outras palavras, os cientistas são destruidores de mitos. (ELIAS, 1980, p. 55).

Assim, o cientista, em geral, teria o papel histórico de questionar os mitos e crenças que fazem parte do senso comum. Exemplos de mitos desfeitos podem ser encontrados em todas as formas de pensamento. Desde a diluição da crença na terra plana e centro do universo pelos primeiros estudiosos do mundo físico, até a destruição da crença na inferioridade natural das mulheres, negros ou dos povos indígenas por cientistas sociais em dado momento histórico.

No entanto, mesmo o progresso da ciência pode ser entendido, em última instância, por meio de critérios políticos. A relevância das teorias, seja no campo da física ou da sociologia,

é determinada em grande parte pelo contexto social e pelos grupos nos quais elas se inserem e sobre os quais exerce certa influência¹⁶.

A própria ciência cria seus mitos e, ao institucionalizar um grupo de critérios dominantes faz com que seja necessário que novos grupos marginalizados lutem para destruir os novos mitos criados (pela própria ciência). Após o estabelecimento de uma teoria, um complexo processo é necessário para que posições discordantes possam ser reconhecidas. Por exemplo, a teoria de Pasteur (que comprovava a existência de microorganismos invisíveis a olho nu, refutando o princípio de geração espontânea) foi por longo tempo ridicularizada pela comunidade científica na biologia, antes de ser aceita. Este é também um bom exemplo para mostrar que a noção de fatos observáveis é controversa e relativa.

Voltando à argumentação de Elias, verifica-se que uma teoria sociológica das ciências deve perguntar “*sob que condições sociais foi possível alargar o conhecimento das sociedades humanas e reconciliar constantemente esse conhecimento com fatos observados?*” (p. 58). Isso leva a um **segundo alerta** da sociologia da ciência, agora mais geral:

A estrutura do pensamento começou a orientar-se numa direção razoavelmente óbvia no período em que os problemas sociais começaram a ser tratados como se fossem de caráter científico e não de caráter teológico ou filosófico (p. 58). [Assim,] (...) O desenvolvimento do conhecimento científico, seja ele sobre a natureza ou sobre a sociedade, tem que ser considerado como uma transição para uma nova fase na busca geral do conhecimento efetuada pela humanidade (p. 59).

Para o autor, o desafio ainda presente para as ciências sociais seria destruir a crença de que os acontecimentos sociais são consequência de planos conscientes e bem elaborados de alguns homens ou atribuídos a seres sobrenaturais. A sociologia indica que não apenas os acontecimentos físicos, mas também os sociais são relativamente autônomos e independem das intenções e vontades humanas. Por mais assustadora que seja a idéia a primeira vista, já que pode desorientar o homem sobre o significado da vida, é fundamental que o cientista

¹⁶ Para uma discussão inicial sobre o *Contexto da Descoberta*, com base na noção de *Episteme* de M. Foucault, ver Cavalieri, M. A. Porque os economistas discordam: O contexto da descoberta em economia. Textos para discussão. CEDEPLAR, 2005.

questione constantemente suas próprias crenças e considere a possibilidade de que o mundo seja uma mera conexão de forças mecânicas regulares, cegas e sem significado pré-concebido¹⁷.

Na sociologia, os avanços não são tão reconhecidos como na física e apenas se alcançou uma relativa autonomia. Ainda sim, há consenso sobre o fato de que está em curso um processo de transformação social global e de desenvolvimento do conjunto das sociedades, com uma tendência crescente de cientifização do conhecimento. É o que também aponta Max Weber, ao destacar o processo de desencantamento e racionalização do mundo. É nesse contexto que se encontra o problema sociológico.

Isso nos leva a retomas a questão da especialização a partir da qual se iniciou esse debate. Nas palavras de Elias, qualquer análise científica deve *“tomar em consideração a totalidade do universo científico, atendendo-se à multiplicidade das ciências”*, e **entendendo que a divisão da sociedade em esferas “econômicas”, “políticas” e “sociais”, assim como do mundo material, em esferas física, biológica ou química é meramente conceitual**. Trataremos desta questão mais adiante, após destacar alguns elementos da compreensão de Robert Merton sobre a teoria sociológica.

1.2.2. As teorias sociológicas de médio alcance

Uma perspectiva sobre a metodologia sociológica pode ser encontrada no trabalho de Robert MERTON (1970), que analisa o desenvolvimento das ciências sociais, propondo possibilidades práticas interessantes para ampliar a consciência sobre o *fazer ciência*. Sua reflexão se desenvolve com base no conceito de Teoria de Médio Alcance (TMA), com a preocupação em relacionar teoria e verificação empírica numa linha de pensamento ponderada e evitando concepções extremadas.

Para Merton, o termo teoria sociológica se refere a conjuntos de proposições logicamente entrelaçados, dos quais se podem derivar certas uniformidades empíricas. Tais proposições necessitariam ser baseadas em teorias intermediárias para responder adequadamente à necessidade de equilíbrio entre as hipóteses pequenas e abundantes durante a

¹⁷ No sentido mais positivo, a ciência possibilitaria uma *verdade* libertadora e emancipadora que, Zygmunt Bauman (2001, p. 26), de modo instigante ao discutir a liquidez da modernidade resume na afirmativa: *“a verdade que torna os homens livres é, na maioria dos casos, a verdade que os homens preferem não ouvir”*.

pesquisa e os amplos esforços para desenvolver uma teoria unificada, abstrata e geral. Esta perspectiva evita o pseudo-problema entre a teoria generalizadora (mais próxima aos sistemas filosóficos pré-científicos como apontou Elias) e a análise particular historicista (que pode falsamente estagnar o progresso do conhecimento ao sugerir a impossibilidade de verificação precisa de qualquer afirmação).

Com isso, as TMA serviriam de guia para pesquisas empíricas. Embora tratem de temas limitados, tem ampla capacidade de incorporar conceitos teóricos mais abstratos, sem perder de vista a relevância empírica, sem a qual a teoria se torna apenas um sistema filosófico. Além disso, em geral, as TMA não entrariam em desacordo com as orientações de sistemas teóricos amplos como o marxismo, a análise funcional ou o behaviorismo. Como parece concluir Merton, o materialismo histórico, por exemplo, pode ser compreendido como um Sistema de Teorias Médias Especiais. Ao mesmo tempo em que Marx procurava uma visão de totalidade, admite que os conceitos são construções abstratas e históricas, eles mesmos transitórios e não “eternos e naturais”, de modo que as categorias econômicas são apenas abstrações das relações reais, que só são verdades na medida em que subsistam tais relações.¹⁸

Em parte, tal formulação sobre a “*importância estratégica de uma série graduada de teorias intermediárias empiricamente confirmadas*” (MERTON, 1970, p. 69), que independe da corrente ou escola teórica, estaria presente já em trabalhos clássicos desde Platão, seguidos por Bacon e J. S. Mill. Ponto forte da abordagem de Merton é essa abertura para o diálogo na articulação entre teorias aparentemente muito diferentes, que oferecem contribuições diferentes para a compreensão da realidade, mas não menos significativas. Ao invés da sua mútua exclusão, como é prática comum entre autores que “escolhem” determinada escola teórica e a ela se limitam, Merton consegue em sua análise atravessar vários campos sem contradições lógicas.

Observando, assim, um conjunto de teorias conhecidas e apresentando desde exemplos da física e da biologia, até as teorias sociais como a de *grupos de referência* ou dos *grupos de desempenho de papéis*, Merton aponta que as TMA não são derivadas de sistemas teóricos abrangentes, que tratem de todos os sistemas sociais. Mas, ao contrário (e este é um ponto

¹⁸ Veja Marx (1982), Carta a Pavel Annenkov e Marx (1977), O Método da Economia Política.

fundamental nessa análise): *“essa teoria de médio alcance não se preocupa com a generalização histórica de que um certo grau de ordem ou de conflito social prevalece na sociedade, mas com o problema analítico de identificar os mecanismos sociais que produzem maior grau de ordem e são capazes de evitar grande número dos conflitos que surgiriam se esses mecanismos funcionassem”*. (p. 57).

Portanto, a busca por sistemas totais, ideal da filosofia dos séculos XVIII e XIX, é uma visão arriscada da ciência, que pode ser superada pela concepção das TMA. Pode-se considerar na sociologia que a busca pela reunião de diversas teorias médias aponta para um sistema cada vez mais amplo, até que estes se tornem casos especiais dentro de formulações mais gerais e não o contrário. Sem perder o sentido de conjunto, as teorias médias podem se consolidar com a vantagem de serem empiricamente alicerçadas. Como afirma Merton: *“Creio – e as crenças são sabidamente sujeitas a erro – que as TMA ainda encerram a maior promessa, contanto que a sua procura esteja associada à preocupação generalizada de consolidar as teorias especiais num conjunto mais geral de conceitos e de proposições mutuamente consistentes”* (p.64/5).

Esta visão não entra em desacordo com a noção estruturalista de Fato Social Total apresentada por Lévi Strauss¹⁹, com base na Antropologia de Mauss. Como afirma Strauss:

(...) o fato social não é real senão integrado em sistema, e esse é um primeiro aspecto da noção de fato social total [e citando Mauss]: ‘Depois de terem inevitavelmente dividido e abstraído um pouco em excesso, os sociólogos devem buscar recompor o todo’. Mas o fato social total não consegue sê-lo por simples reintegração dos aspectos descontínuos – familiar, técnico, econômico, jurídico, religioso – sob qualquer um dos quais poderíamos ser tentados a apreendê-lo exclusivamente. (...) O fato social total apresenta-se, portanto, com um caráter tridimensional. Ele deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e, enfim, a dimensão físico-psicológica. (In MAUSS, 2003, p. 23).

¹⁹ Veja Introdução à Obra de Marcell Mauss por Claude Lévi-Strauss em MAUSS (2003). Sociologia e Antropologia.

A noção de totalidade aqui expressa não visa responder a todas as perguntas a partir de um sistema global, mas reafirma a preocupação generalizadora e não historicista da análise. A crítica de Merton pode também, nesse sentido, fazer frente à tentativa teórica de Talcott Parsons²⁰ de formulação de sistemas totais (abstratos) e à sua conseqüente – e consciente – “negligência” às verificações empíricas, com base em proposições não-factuais mais dedutivas que indutivas.

Com efeito, o sociólogo precisa ter consciência do seu lugar entre as ciências e não deve ignorar os avanços e as possíveis relações com as outras abordagens. Comparações simplificadoras com as ciências “naturais”, notadamente a física, devem ser cautelosas tanto no que se refere à concepção do seu método quanto à sua aplicação prática. Sendo a sociologia uma disciplina relativamente recente (e sabendo que o conhecimento científico resulta de longos acúmulos de observações e inferências), ela não pode, segundo Merton, tão cedo esperar ter resultados do mesmo tipo de outras ciências.

Por outro lado, o estado atual da física é muitas vezes mal compreendido. Esta não é caracterizada por um sistema único, total e universal já consolidado, mas por uma série de teorias que talvez possam ser agrupadas em algum momento do futuro em famílias de teorias. Mesmo a física ainda está longe de uma teoria que tudo abranja e que reúna seus vários postulados e nada impede o diálogo entre essas duas dimensões aparentemente tão distantes. Ao mesmo tempo, talvez o conhecimento acumulado em sociologia ainda não seja adequado para satisfazer todas as exigências – legítimas – que lhe estão sendo feitas.

Porque a guerra, a exploração do homem pelo homem, a pobreza, a segregação racial, a insegurança psicológica e outros males afligem as sociedades modernas, exige-se que a ciência social justifique sua própria existência fornecendo soluções para todos esses problemas. (MERTON, 1970, p. 61).

Numa orientação desenvolvimentista, para Merton, a busca das soluções necessárias para tais problemas deve ser conjugada com o conhecimento social acumulado, não através de milagres, mas de avaliações razoavelmente realísticas. Com isso, defende a importância e as

²⁰ Para uma análise da obra de Parsons ver TREVIÑO (2001).

funções dos paradigmas na ciência e de sua clara e imparcial codificação para que sirvam ao progresso da sociologia (mesmo admitindo que conflitos da própria ciência e a produção de heterodoxias sejam funcionais para o seu desenvolvimento).

“Já que a interpretação sociológica bem fundamentada inevitavelmente acarreta algum paradigma teórico, parece ser de bom aviso expô-lo abertamente” (p. 81). Eles suavizam o domínio de concepções ortodoxas reinantes e ajudam a diversificar o trabalho sociológico, aumentando as perspectivas de empreendimentos fecundos, até que esses se tornem novas ortodoxias (p. 68). Por isso o paradigma pode e deve ser usado apenas como ponto de partida, como binóculo sociológico reconhecidamente provisório e mutável.

1.2.3. Funções Manifestas e funções latentes

Percebe-se que MERTON (1970) estava interessado em melhorar as ferramentas conceituais a serem empregadas na análise funcional. Para isso ele apresenta uma proposta de paradigma da análise funcional na sociologia, que se fundamenta na distinção entre funções manifestas e latentes. Seu objetivo é *"evitar a confusão inadvertida (...) entre motivações conscientes do comportamento social e suas conseqüências objetivas"* (p. 128). Embora já tenhamos dado suficiente ênfase ao trabalho de Merton, dedicaremos mais algumas linhas a esta concepção, altamente relevante.

Funções e disfunções **manifestas** são aquelas conscientes e deliberadas, que as pessoas observam ou esperam no curso da ação social. Por outro lado, as funções **latentes**, representam as conseqüências não intencionadas e não reconhecidas de determinado ator ou instituição podendo ter efeitos contrários às motivações iniciais da ação.

Por exemplo, segundo Merton, a função manifesta de uma dança da chuva é produzir chuva, e seus resultados são intencionados e esperados por seus participantes. Contudo, embora a dança em si possa não ter o resultado meteorológico desejado, ela exerce uma função latente, não reconhecida e não explícita, que é a criação de um vínculo social entre os participantes. Daí sua importância para a análise sociológica.

Funções latentes não são explicitadas, reconhecidas, nem intencionadas pelas pessoas envolvidas, por isso muitas vezes só são identificadas por observadores externos. No exemplo da cerimônia da chuva, a função latente pode ser o fortalecimento da identidade grupal, ao

providenciar periodicamente uma oportunidade para membros dispersos do grupo se reúnam para uma atividade comum. Se a pesquisa termina na mera descrição das funções manifestas, a análise certamente se torna pobre o pouco contribui para a compreensão do fenômeno social.

Por isso, Merton destaca o papel das funções latentes na crescente compreensão da sociedade e na pesquisa frutífera. A distinção entre as forças manifestas e latentes permite que o sociólogo enxergue além das razões individuais dadas para as ações ou para a existência de costumes e instituições. Desvelando outras conseqüências sociais que possibilitam a sobrevivência de determinadas práticas, é possível lançar mais luz sobre o funcionamento da sociedade²¹.

O trabalho de Merton abre espaço para investigações em novos e antigos campos. Por exemplo, pode ser aplicado à engenharia social, demonstrando que as tentativas de mudança social baseadas no senso comum serão certamente ineficientes. Um teorema fundamental explicita isso: *"toda tentativa de eliminar uma estrutura social existente sem fornecer previamente outras estruturas adequadas para preencher as funções exercidas pela organização que se quer abolir, está condenada ao fracasso"* (MERTON, 1970, p. 148).

Entendendo um dos sentidos da economia solidária como uma prática de engenharia social, é fundamental que os gestores de políticas tenham em mente este teorema ao visualizar mudanças de todo tipo. A questão é discutir se a ES forneceria estruturas adequadas para preencher as funções exercidas pela organização que pretende abolir. Aparentemente, ela não preenche muitas das funções exercidas pelo sistema atual. Logo, é também sobre essas lacunas que se deve trabalhar.

Esse entendimento das funções e disfunções latentes permite perceber uma Teoria Sociológica como um conjunto de enunciados lógicos e coerentemente relacionados entre si e que podem ser incorporados a um corpo teórico. A pertinência teórica não está intrinsecamente presente nem ausente nas generalizações empíricas, mas aparece nas abstrações conceituais que estabelecem uma relação entre si, ampliando enormemente o escopo dos achados empíricos que derivam desta construção teórica, bem como o que se pode inferir a partir de generalizações das categorias envolvidas.

²¹ É interessante a semelhança da noção das funções latentes destacada por Merton ao explicitar o sentido da ciência com a afirmativa de Marx em *O Capital*: *"toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente"*.

Nesta construção para a generalização de hipóteses, o trabalho de predição e observação de dados serve para reduzir os efeitos empíricos de falácias lógicas e para proporcionar uma base inicial de escolha entre hipóteses competitivas. Porém, há um equilíbrio a ser buscado na busca de coerência interna, pois uma pressão prematura para a precisão pode esterilizar hipóteses imaginativas.

Todo o posicionamento de Merton evidencia uma relação mais estreita entre a teoria e a investigação empírica. Seu objetivo é o contínuo acúmulo de conhecimento, articulando experiências em série, na medida em que os enunciados *a posteriori* que inevitavelmente surgem são explicitados como indicadores de uma nova formulação de hipóteses testáveis. O ponto fundamental a se destacar, e o que parece ser a sua grande preocupação é a percepção de que “*não somente a teoria e a pesquisa deveriam agir influenciado-se mutuamente mas que, de fato, trabalham mutuamente*” (MERTON, p. 171).

1.2.4. Sociologia e modernidade

Como já foi dito, o debate sobre a sociologia da ciência é amplo, extenso e inconcluso. De forma alguma pretendemos esgotar o que foi dito e realizado por esse conjunto grande de pensadores e, menos ainda temos a pretensão de sistematizar tal debate. Ainda assim, podemos levantar alguns outros elementos da realidade atual das ciências sociais no contexto da modernidade.

Em primeiro lugar, destaca-se na era moderna a transição do domínio da tradição, marcada pelo hábito e pelos costumes, para a sociedade do conhecimento racional. A ciência moderna (seja ancorada em Descartes, na suposta neutralidade da ortodoxia econômica utilitarista do século XVIII ou na dialética marxista), *matou Deus* e apartou completamente os assuntos do espírito dos assuntos razão.

Embora a era da razão traga consigo uma expectativa de estabilidade, este não é de modo algum um tempo de certezas. Segundo GIDDENS (2002), a vida social moderna é marcada por uma profunda reorganização do tempo e do espaço, que atua na transformação do conteúdo e da natureza do cotidiano. “*A sociologia e as ciências sociais em termos mais amplos são elementos inerentes à reflexividade institucional da modernidade*”. Porém, ao contrário da certeza, é “*A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, [que]*

permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo. A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo conhecimento tome a forma de hipóteses” que podem a qualquer momento ser abandonadas (p. 10).

Giddens destaca uma aplicação particular às noções de risco e confiança, no sentido de que a vida social moderna é *“inerentemente mais arriscada do que antes”* e que o envolvimento prático inevitavelmente demanda um *“salto de fé”*, somente possibilitado com certo grau de confiança. Essa qualidade de fé é inclusive designada aos domínios das ciências “naturais”, mas, *“A reflexividade da modernidade deve ser distinguida do monitoramento reflexivo da ação intrínseco a toda atividade humana”* (p. 25). Trata-se de uma questão mais profunda, quando o princípio metodológico da dúvida, incômodo inquietante para os filósofos, extrapola os limites do mundo acadêmico e se torna uma questão *“existencialmente perturbadora para os indivíduos comuns”*.

Frente a esta dinâmica diferenciada de tempo-espaço diretamente ligada ao avanço extremo dos meios de transportes e de comunicação em massa, Giddens pronuncia a possibilidade de desenvolvimento de sistemas sociais globais, na medida em que, por exemplo, a informação especializada é *“de uma forma ou de outra constantemente apropriada pelos leigos”*. Ao escolher uma especialidade médica a outra (ou uma teoria a outra), dado que a primeira pode não lhes ter oferecido respostas ou soluções que tenha satisfeito suas demandas, os indivíduos (sejam eles políticos ou sociólogos) não realizam mais que uma transferência de fé.

Embora possa se afirmar que a modernidade fragmente e individualize os atores, a dimensão unificadora de suas instituições não é menos central. O crescimento maciço da força organizacional associado com o surgimento da vida social moderna tem, nas instituições de vigilância, sua base, seja de forma direta e visível, seja pelo uso de informações na coordenação de atividades sociais. Esse é um dos aspectos bem destacados por M. Foucault.

A nova tecnologia de poder, descrita por FOUCAULT (1994) a partir de sua clássica alegoria do panóptico de Bentham é traduzida e reproduzida em quase todas as instituições sociais que visam o controle e a formação da “boa” educação do indivíduo. Da escola às prisões, a disciplina torna-se a regra e essa microfísica permite o tratamento diferenciado e

individualizado de cada membro da comunidade. O tratamento, embora individualizado, serve como meio de padronizar o comportamento do indivíduo na modernidade. Eliminando a diversidade, defini-se o desviante, aquele fora da ordem. Com o estigma, surge o *outsider*, o que cria a impressão social de anomia²².

Contudo, como aponta BAUMAN (2001), a fluidez se torna agora o padrão e, no campo do conhecimento, a ciência (e o cientista) é compelida(o) a estar em constante movimento e renovação. A sociedade do consumo cria também uma ciência do consumo, muitas vezes efêmera e superficial, onde a produção de símbolos de conhecimento (e não o conhecimento) se torna um fim em si. A acumulação excessiva de artigos, livros e todo tipo de publicações, assim como a obrigação de cada departamento universitário e de grupos de estudantes de pós-graduação não só terem um número mínimo de publicações, mas também sua própria revista científica sem dúvida reflete e é, em alguma medida, reflexo da insaciabilidade do consumo na modernidade. Evidencia-se cada vez mais um dilema entre quantidade versus qualidade da produção acadêmica.

Este tema pode ser alvo de reflexões tal como sugere BOURDIEU (1998) ao reforçar a necessidade de vigilância constante da sociologia pela própria sociologia. Como afirma MARTINS (2002), “*Bourdieu apontou a necessidade de se proceder a uma objetivação do próprio campo da produção científica a fim de neutralizar os efeitos das determinações sociais e das posições ocupadas pelos pesquisadores neste espaço social.*” Dessa forma, “*Tal vigilância deve ser capaz de problematizar a relação ‘natural’ que o investigador estabelece com o universo estudado, tornando exótico o que num primeiro momento lhe parecia um objeto familiar*” (p. 165). De todo modo, como afirma o próprio Bourdieu, tal tarefa não é simples:

(...) tenho perfeita consciência de que a própria intenção de definir objetivamente (...) e de explicar, a despeito de todas as prudências metodológicas e lógicas do raciocínio e da linguagem probabilísticos (...), esteja condenada a parecer especialmente

²² Como bem aponta Gilberto VELHO (1995), a anomia não é deve ser tratada aqui como uma característica intrínseca ao indivíduo, mas uma condição relativa ao sistema social. O *outsider* é criado pela sociedade e não é “desviante” em si mesmo, por sua natureza, mas apenas em relação à sociedade ou a um grupo social. “(...) o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor” (p. 24).

escandalosa quando aplicada aos mundos escolásticos, isto é, a pessoas que se sentem estatutariamente fundadas a ‘fundar’ ao invés de serem fundadas, a objetivar em lugar de estarem sujeitas a objetivação e que não encontrem nenhuma razão para delegar a uma outra instância o que elas percebem como um poder discricionário de vida e de morte simbólicos. (BOURDIEU, 1998, p. 158).

Faz-se presente uma dimensão indissociável ao campo social do cientista e de qualquer teoria científica - a dimensão política. Trata-se de compreender o campo científico de produção do conhecimento não como uma esfera isolada das demais camadas da realidade, mas pela própria noção de Fato Social Total. E de recordar que a distinção entre esferas política, acadêmica, física ou mesmo biológica é apenas conceitual e analítica. Somente assim a percepção da sociologia como instrumento de humanização e libertação (e não é possível falar em liberdade sem se falar em política), adquire coerência lógica, ao explicitar o funcionamento da sociedade e a ação social.

Porém, como afirma TEIXEIRA (2002), a definição do fato social de Durkheim tem por consequência o divórcio completo entre a ação humana e a natureza. Afirma o autor que:

Durkheim só admite observar, comparar e explicar um fato social por um outro fato social (as taxas de suicídio só podem ser explicadas em função dos meios sociais, dos divórcios, das crises econômicas etc.). O social só se explica pelo social: proposição teórico-metodológica que não deixa de reverberar a máxima tautológica do positivismo de que o que dá estabilidade à ordem social é a própria... ordem social. (...) Esse testemunho de fé positivista, ao mesmo tempo em que afirma a natureza singular da coisa social, consagra a separação cortada entre ciências sociais e ciências naturais, deixando todo o “naturalismo” para estas últimas. Uma vez mais, destaco a já mencionada cisão “moderna”, na solução durkheimiana: a afirmação do caráter sui generis do objeto da sociologia tem como preço o divórcio completo entre ação humana e natureza. (TEIXEIRA, 2002, p. 146).

Não se podem negar os avanços das ciências sociais desde o seu surgimento e a importância do reconhecimento da sociologia como ciência. Contudo, a preocupação

excessiva em delimitar o social ou em desenvolver análises “estritamente sociológicas” fatalmente levou à negligência em relação aos seus vínculos com outras esferas, que, em verdade, são apenas distinguíveis em termos de uma lógica formal, como conceitos analíticos e não como entidades opostas a indivíduos biológicos e psicológicos. (VELHO, 1995). Assim, esmiuçar os mecanismos de controle social latentes na produção científica e buscar vigilância constante será fundamental para qualquer estudo que reconheça a necessidade de autonomia e respeito à diversidade.

1.3. Capitalismo e mudança social em Marx e Weber

Falar em economia solidária implica necessariamente falar sobre o funcionamento da economia capitalista e sobre mudanças sociais. Neste sentido, antes de entrar na discussão sobre o que seja economia solidária, procuramos levantar alguns elementos a respeito da origem, do funcionamento e da manutenção do capitalismo moderno. Para isso, nos valem de alguns trabalhos de Marx e Weber.

Não se tem a pretensão de se fazer uma síntese nova e original das imensas obras desses dois polêmicos autores (tal proposta nem caberia no escopo deste trabalho). Contudo, mais do que traçar um simples paralelo entre duas teorias distintas, apontando suas semelhanças e diferenças, procura-se articular duas noções sobre o sistema capitalista que possuem muitos elementos complementares.

Para se empreender uma comparação entre a análise de personagens como Marx e Weber é fundamental perceber que a distinção primária entre esses autores é, sobretudo, metodológica e fundamentalmente, ontológica. Se, para Weber, o capitalismo é inevitável, para Marx é também necessário. Portanto, se a ciência deve buscar uma *neutralidade axiológica* para um, para o outro não se trata somente de interpretar o mundo, mas de transformá-lo. Assim, tanto a compreensão sobre as regras e o sentido da ciência, como a visão de mundo sobre o homem e a sociedade, sobre sua origem e seu destino marcam o ponto de separação entre os dois.

Tal posicionamento – político e filosófico – não impõe, contudo, nenhuma incoerência para se entender e explicar a realidade a partir dos dois autores. A consistência lógica e a profundidade histórica que cada um deu aos seus trabalhos não reduzem, mas, ao contrário,

tornam mais amplo o conhecimento sobre a sociedade. Por isso, acabam também por gerar uma exigência cada vez maior ao cientista social que tem o desafio de compreender e de influenciar as mudanças sociais.

Nesse sentido, tomaremos como eixo a origem do capitalismo moderno e seu desenvolvimento, para só então, refletir sobre o papel que cabe à economia solidária nesse contexto. Os mecanismos de manutenção do sistema apresentados por ambos os autores nos são caros, seja para uma conclusão de resignação, sobre um processo burocrático de racionalização ilimitado, seja pela busca de uma sociedade *melhor*.

1.3.1. Diferenças metodológicas

Em textos como *A objetividade do conhecimento científico* ou *A ciência como vocação*, Max Weber demonstra uma persistente resistência a todo tipo de “contaminação” do conhecimento científico pela política. Sem deixar de levar em consideração o contexto do primeiro texto (a mudança na equipe de redação de uma revista de ciências sociais, da qual ele passa a fazer parte, rejeitando a idéia de obedecer a qualquer tendência) e a preocupação à época de reconhecimento da sociologia e de sua constituição como disciplina científica, podemos extrair daqui importantes elementos para compreender seu método e sua visão sobre a ciência.

Segundo Weber, qualquer definição científica metodologicamente correta no campo das ciências sociais deve ter o objetivo, embora não seja possível realizá-lo completamente, de ser universalmente reconhecida como correta, sem que, por diferenças em nossos imperativos éticos, se coloque em dúvida o valor científico da análise teórica. Assim, é preciso entender que concepções de mundo nunca poderão ser produto de um saber empírico progressivo, sendo necessário que cada um seja capaz de criá-las por si mesmo (WEBER, 1977, p. 21).

Nesse sentido, a aceitação da forma capitalista por Weber não significa literalmente uma tomada de posição política, nem que esta lhe pareça melhor em face de outras formas. Diferentemente, Weber simplesmente considera a forma capitalista “*praticamente inevitável*”. Assim, acredita que “*as tentativas de uma luta radical contra ela nunca seriam um progresso, mas antes um obstáculo no acesso da classe operária à luz da cultura*”. Em outras palavras:

Contudo, levar tais confrontos até uma decisão já não constitui tarefa possível para a ciência, mas antes para a pessoa dotada de vontade. Esta confronta e escolhe os valores em causa segundo a sua própria consciência e a sua própria concepção do mundo. Por certo que a ciência pode ajudá-la a perceber que qualquer ato e também, segundo as circunstâncias, a ausência de um ato, significam, pelas suas conseqüências, tomar o partido de determinados valores. (WEBER, 1977, p. 15).

Portanto, a ciência, para Weber, ajuda a avaliar os atos e as vontades, assim como os meios para se atingir determinado fim. Auxilia o indivíduo a tomar consciência dos padrões, muitas vezes inconscientes, pelos quais suas vontades são influenciadas, mas não dita os padrões. Há um elemento interpretativo, subordinado a pontos de vista particulares, mas que deve ser controlado pela lógica precisa e pela coerência teórica. Daí que toda a teoria weberiana é centrada metodologicamente na análise de tipos ideais e ações sociais, na ação de um indivíduo a partir do comportamento dos outros, numa perspectiva ou sob um paradigma que se pode considerar individualista.

O autor percebe a ciência como uma instituição que se limita por normas e padrões e reconhece que certas escolhas dizem respeito à pessoa. Contudo, Weber não chega ao ponto de indicar uma inevitabilidade da ciência em refletir e determinar valores à sociedade. Esta é a principal distinção a ser feita. Numa perspectiva marxista, a afirmação de que os juízos de valor encerram, em crenças individuais, “*os elementos mais íntimos da personalidade*” (Weber, 1977, p. 17) seria rapidamente considerada como uma ingenuidade liberal. De forma bastante diferente, em Marx enfatiza-se que a personalidade, é construída (ou constrangida) socialmente.

Enquanto para Weber o papel da ciência é compreender a realidade, para Marx a ciência é prática revolucionária, já que assim como as relações entre os homens, as idéias sobre tais relações (necessariamente abstrações) são também produtos do homem. A prática se torna assim o ponto de partida, critério e finalidade do conhecimento.

Desse modo, segundo Marx, as categorias econômicas são apenas abstrações das relações reais, que só são verdades na medida em que subsistam tais relações²³. Nesse sentido,

²³ MARX (1982) e MARX (1977).

as ciências sociais (na verdade, neste caso, a economia política) não tratam de coisas, mas da relação entre as pessoas, através de coisas. Diferente do tipo ideal de Weber, o conceito pode buscar ser genérico e não específico. Mais que isso, Marx aponta que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, mas devem ser entendidas a partir das condições materiais da existência, de modo que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política²⁴.

O fio condutor dos seus estudos é, conseqüentemente, a conclusão geral (provavelmente um dos trechos mais citados de sua obra) apontada no Prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* de que “*o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência*”.

Assim, Marx oferece uma teoria para explicar como a ação recíproca dos homens produz a sociedade. Segundo ele, os homens de uma determinada época não são livres árbitros de suas forças produtivas, já que estas “*são a base de toda sua história*”. O conhecimento acumulado, a ciência e a tecnologia são, assim, resultado da energia prática acumulada de homens de gerações anteriores, energia esta circunscrita pelas condições em que estes se encontram situados, por uma forma social que existe antes deles. Em suas palavras:

(...) os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem. Não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, k. 2002, p. 21).

A conseqüência dessa conexão histórica formada entre os homens é, para Marx, o fato de que a história social é também a história do desenvolvimento individual dos homens. Na medida em que os homens desenvolvem suas faculdades produtivas ao viverem, desenvolvem

²⁴ “Não se trata (...) de explicar a práxis a partir da idéia, mas de explicitar as formações ideológicas a partir da práxis material; chega-se, em conseqüência disso, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser resolvidos por força espiritual (...), mas só podem ser dissolvidos pela derrubada prática das relações reais das quais brotam essas tapeações idealistas”. (Marx, 2005:66).

também certas relações entre eles, que mudam necessariamente com a modificação e o crescimento dessas faculdades produtivas. Logo, todas as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, trocam, são históricas e provavelmente transitórias. Nesse sentido, cada modo de produção possui o germe para o desenvolvimento de um modo de produção subsequente.

Por isso, as relações de produção capitalistas não podem ser tratadas como se fossem relações naturais e eternas, pois são históricas e transitórias. Essa concepção metodológica de Marx (fundada na compreensão sobre a inevitável contradição entre as forças produtivas e as relações de produção em certo estágio de desenvolvimento de um modo de produção) é a base para entender sua teoria sobre o capitalismo. Entretanto, a conclusão de que as relações burguesas, a organização histórica da produção mais desenvolvida e variada que existe, podem ser consideradas como a última forma contraditória do processo de produção social é ainda uma suposição controversa.

Seja como for, é interessante como os dois autores se posicionam alegoricamente frente a seus objetos de estudo. Um nos diz que o confronto com a fé implica necessariamente num sacrifício intelectual. O outro que, diante da porta do inferno, devemos, como Dante, afastar da alma todo o medo para aceitar os duros resultados de longos e conscienciosos estudos.

1.3.2. A Origem do capitalismo

É interessante o ponto de vista que Marx e Weber apresentam em suas análises sobre a sociedade capitalista. Embora seja claro em ambos a distinção histórica entre as sociedades pré-capitalistas e a sociedade moderna, é bastante diferente o ângulo pelo qual cada um trata a passagem de uma para outra.

Para Weber, o elemento fundamental que distingue a sociedade moderna da sociedade tradicional, como ele denomina, não está na mudança das condições materiais, mas na transformação dos elementos que determinam o comportamento dos indivíduos, definidos no campo da cultura e da política. Enquanto na sociedade tradicional prevalecem elementos irracionais como a magia e o costume, a sociedade moderna é cada vez mais racionalizada, de modo que a burocracia se torna seu fundamento.

A sua primeira preocupação é, então, desvendar e explicar a gênese e a peculiaridade do racionalismo ocidental, do processo de racionalização e desencantamento do mundo e da vida, que se dá na mudança do *ethos* pelo qual opera a sociedade. Não em suas condições materiais, mas antes em seu espírito. Espírito este, marcado pela disseminação de valores como o exercício da vocação e da ascese, o que permite, a partir da Reforma Protestante, uma ética racional de existência. Uma fundamentação religiosa do regime da vida com ênfase no trabalho profano, no mundo, e não em seu isolamento dele, orientando, sobretudo, o modo de vida das massas. Assim, as idéias não são necessariamente determinadas na esfera econômica, pois, embora seja necessário considerar, acima de tudo, as condições econômicas, “*ao mesmo tempo, não se deve deixar de considerar a correlação oposta*” (Weber, 2006, p. 32).

Desse modo, enquanto a ética protestante permite o desenvolvimento de seu espírito, a condição prévia para a existência do capitalismo moderno será, geralmente, a “*contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas*” (Weber, 1974, p. 126). Com efeito, a análise weberiana do capitalismo será feita a partir de dois tipos ideais: a empresa capitalista e a ação econômica capitalista.

Marx, de outra forma, explica a transição ao capitalismo a partir de transformações no modo de produção material. E sua origem se encontraria na acumulação primitiva de capital. Esse movimento levaria, segundo ele, uma nova ordem social, fundada na expropriação do trabalho pela forma capitalista. Possivelmente, para Marx, mesmo a origem do espírito racional e a ruptura da (super)estrutura da sociedade baseada na magia se daria por mudanças anteriores nas condições materiais²⁵. Com efeito, a compreensão da formação capitalista em Marx deve se dar a partir do esforço em desvelar os mecanismos de formação e manutenção de suas relações de produção.

As categorias de análise marxistas refletem a noção de mercadoria e capital, e por conseqüência, as relações capitalistas de produção. Nas sociedades pré-capitalistas, o produto do trabalho humano, forjado para satisfazer suas necessidades e desejos (o estômago e as paixões) não era necessariamente mercadoria. O produto do trabalho só passa a ser mercadoria

²⁵ Assim se percebe em afirmações como às que se referem ao saque aos bens da Igreja: “A propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam mais se manter”. (MARX, 1980, Cap. XXIV, p. 838).

quando, além de assumir um valor de uso, é voltado para a venda para terceiros (e não para o próprio produtor), dentro de um mercado (não necessariamente capitalista).

Nesse processo, a mercadoria apresenta-se como capital na medida em que o trabalho e os meios de produção começam a ser comprados e vendidos por um preço regulado pelo mercado capitalista e a sociedade é dividida entre a classe dos capitalistas, possuidores dos meios de produção, e dos trabalhadores, desprovidos de capital, que só têm como opção a venda da sua força de trabalho. Por isso, Marx define capital como uma relação social de produção, uma relação histórica, gerada a partir da relação de propriedade privada e da relação de controle deste sobre o trabalho (assalariamento).

Em consequência disso as possibilidades humanas se limitam e o homem tem sua essência fragmentada, não sendo mais possuidor do produto do seu trabalho e não mais dominando o processo de produção. Isso caracteriza a alienação do trabalho no âmbito das condições capitalistas de produção, revelando o “feitiço” que oculta a essência da vida humana sob um véu nebuloso, pois impede que o produto seja percebido como resultado do trabalho de outro homem, e faz com que as relações sociais de troca se tornem relações entre coisas e não entre pessoas (fenômeno que Marx denominou de “fetichismo da mercadoria”).

Enquanto Marx vê a mudança social a partir de transformações no modo de produção, Weber dá ênfase às mudanças da cultura e da ética. Contudo, nem Marx despreza a cultura, como fazem os materialistas radicais, nem Weber despreza a importância da economia e das condições materiais. Na Ideologia Alemã Marx afirma: *“Cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade (...) Ou seja, é obrigada a dar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas”*. (Marx, 2005, p. 80). Assim, ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e costume, aceita como naturais as exigências daquele modo de produção. Tais idéias não podem ser mais bem ilustradas do que pela ética protestante descrita por Weber, a ideologia, o *ethos* da classe dominante no capitalismo.

Ao mesmo tempo, Weber recorrentemente está lidando com a estrutura de organização do trabalho, deixando evidente, entre as condições para a formação das grandes empresas

lucrativas, dois fatores cruciais: a apropriação dos bens materiais de produção e a existência de pessoas dispostas a vender seu trabalho *livremente*²⁶. E descreve, assim, todo o processo econômico e histórico capitalista (sempre a partir da racionalização) desde as transformações no tráfego postal nos séculos XVII e XVIII, até o uso da imprensa, do desenvolvimento da navegação e das ferrovias no início do século XX, a serviço do comércio. Em Weber, podem-se encontrar afirmações que poderiam ser confundidas com trechos de O Capital, como:

Não é fácil precisar o conceito de *fábrica*. Sob esta denominação, pensamos primeiro na máquina a vapor e na mecanização do processo de trabalho. Todavia, a máquina teve como precursores os chamados *aparelhos*, instrumentos de trabalho que podiam ser utilizados por meio de energia hidráulica. A diferença se verifica no fato de que os *aparelhos* estão a serviço do homem, enquanto que na máquina moderna ocorre precisamente o contrário. (WEBER, 1974, p. 140/1).

Surpreende-nos como normalmente se dá pouco destaque nas ciências sociais aos elementos pelos quais estes dois clássicos se assemelham. Ambos descrevem como o recrutamento de trabalhadores para a nova forma de produção se deu de forma violenta, através da expulsão dos pequenos agricultores com o cercamento dos campos para criação de áreas de pastagens. E ambos apontam como o Estado (por exemplo, a partir da lei dos pobres e dos aprendizes na Inglaterra) submetia o excedente da população que vinha do campo, esse exército *primitivo* de reserva, a trabalho coercitivo, com o *monopólio legítimo da violência*. Ao mesmo tempo, os dois reconhecem o mecanismo da concorrência como um poderoso instrumento para estimular o aumento da produtividade²⁷, quando o capital se alia à ciência e a técnica, barateando preços e expandindo o consumo.

²⁶ “(...) isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas no econômico, obrigadas a vender livremente sua atividade num mercado (...). Apenas sobre o setor do trabalho livre resulta possível um cálculo racional do capital, isto é, quando existem trabalhadores que se oferecem com liberdade, no aspecto formal, mas realmente estimulados pelo látigo da fome, os custos dos produtos podem ser, inequivocamente, de antemão”. (Weber, 1974, p. 126).

²⁷ Não há contradição entre o reconhecimento dos efeitos da concorrência sobre o aumento da produtividade (e da extração de mais valia absoluta ou relativa) e a tendência à monopolização ou oligopolização. Schumpeter fala, por exemplo, de uma ameaça constante de concorrência, mesmo no monopólio, que cria uma necessidade constante de aumento da produtividade em alguns setores.

Seja tratando a questão em termos de reprodução das relações de produção (burguesas), seja em termos de disseminação de uma ética (racional), tanto Marx como Weber, chegam a uma mesma conclusão, que, talvez seja para nós a mais importante. Demonstram o processo e a imensa capacidade que o capitalismo possui de reproduzir-se globalmente, de reproduzir sua forma de organização por todos os aspectos da vida, seja através do Estado burocrático, das leis do direito, da administração do trabalho, da política ou mesmo ocupando os espaços da arte, da literatura e da música. Demonstram como o capital toma vida própria e se autonomiza, colocando o homem a seu serviço, dissolvendo as relações sociais em relações monetárias, tornando a idéia do dever de um indivíduo com relação ao aumento do seu capital um fim em si mesmo.

Mesmo que este não seja seu objetivo “axiológico” ao fazer ciência, é praticamente inevitável, ao ler Weber, perceber que suas conclusões teóricas apontam mesmo que indiretamente, para uma necessidade de mudança ou de construção de uma sociedade diferente²⁸. Já em Marx esta questão nos parece mais bem resolvida.

1.3.3. O destino do capitalismo

Vimos até aqui alguns dos pontos básicos para se aproximar de uma definição do capitalismo por Marx e Weber. Resta-nos ver de que forma cada um deles concebe o andamento futuro da sociedade. Podemos iniciar isto a partir da análise do mais aparente mecanismo de manutenção do capitalismo moderno, o Estado.

Segundo Weber, “*é o Estado racional cerrado que assegura ao capitalismo suas possibilidades de subsistência*” (Weber, 1974, p. 161). Com a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, o Estado se fortalece como seu elemento estruturante, por meio não mais da dominação tradicional, mas pela dominação legal-burocrático-racional, impondo sua racionalidade com suas próprias profecias racionais.

²⁸ Por exemplo, ao demonstrar como a ética econômica capitalista, forjada no ideal ascético com um sentido moral e humanista (ilustrada pela conduta fora do comum de Franklin), perde seu sentido religioso, Weber induz inevitavelmente a conclusão política de que algo não vai bem. A percepção de que este caráter humanista é substituído por uma atitude pessimista-realista, segundo a qual os vícios individuais podem ser vantajosos para a coletividade (Weber, 1974, p. 179/80) e da qual é preciso se adaptar ou ser sobrepujado, sugere certamente uma tomada de ação.

Assim, a própria democracia aparece para Weber, enquanto forma de governo, como um sistema de dominação, determinando as ações que se colocam para o indivíduo além de sua própria vontade. Essa estrutura, inclusive, possibilita a uma comunidade humana, dentro dos limites de determinado território, reivindicar, em nome do Estado, o *monopólio legítimo da violência*. A política para Weber será compreendida de forma limitada “*ao conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado*”. (Weber, 1968, p. 56).

Weber não se arrisca a sugerir uma radicalmente nova estrutura política, como faz Marx, mas reconhece na estrutura dos partidos e no parlamento um espaço importante de luta e representação. Assim, em determinados momentos pode emergir a figura de um líder carismático contrapondo à racionalização que extermina os heróis do mundo. Mas a noção de democracia e participação para o cidadão comum, para as massas, significa o sufrágio universal. Em sua análise, centrada no indivíduo, não é possível identificar qualquer processo de evolução coletivo.

Paralelamente, para Marx, o Estado, é “*a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período*”. Assim, “*(...) segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada sua base real. Do mesmo modo, o direito é reduzido, por seu turno, à lei*”. (Marx, 2005, p. 98). De forma mais radical, Marx aponta que o progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo.

Não há, pois, incoerência se acrescentarmos, a partir de Weber, que a violência é o instrumento específico do Estado, da qual é o único que faz uso legítimo. Ou seja, não se trata da violência como simples instrumento de coerção direta, mas da legitimidade, fundamentalmente ideológica, da qual a classe dominante impõe a toda a sociedade como forma de manutenção do poder. Talvez por isso Weber afirme que “*A disciplina militar significa a vitória da democracia*” (Weber, 1974, p. 154). Vale lembrar que é este Estado burocrático racional, com sua capacidade de permitir previsibilidade, que procura manter, através da legislação econômica, certa tranquilidade para o bom andamento dos negócios.

Contudo, Marx não acredita, obviamente, na democracia burguesa, como se percebe na crítica que tece à declaração dos direitos humanos, onde o homem que se distingue do cidadão é “*simplesmente o membro da sociedade burguesa*”²⁹. A liberdade então promovida “*não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante. A liberdade é o direito a esta dissociação, o direito do indivíduo delimitado, limitado a si mesmo.*” Como aponta Engels, introduzindo seu texto sobre *A Guerra Civil na França*: ao tomar o poder, “*o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres possa se desfazer de todo este traste do Estado*” (in: MARX, 1999, p. 27).

Deste modo, a democracia pode ser entendida, em Marx, não apenas como sufrágio universal, mas como caminho para o autogoverno da sociedade, que só pode se dar com a extinção do Estado burguês, e o desenvolvimento de uma forma mais ampla e radical de participação nas decisões que dizem respeito a todos. É evidente seu entusiasmo ao analisar a comuna de Paris, afirmando ter sido esta “*a forma política finalmente descoberta para realizar a emancipação econômica da classe operária*” (MARX, 1999). Este é o sentido da *ditadura do proletariado*. Assim, a política, por meio do Estado, pode ser instrumento de dominação e de manutenção do poder, mas, nas mãos do proletariado seria imprescindível para uma revolução.

Na sociedade burguesa, diz Marx, “*(...) Desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair*” (MARX, 2005), sendo obrigado a exercer uma atividade (*sua vocação?*) e aprimorar-se nela para não perder seus meios de sobrevivência. Com efeito, somente no comunismo, o indivíduo em comunidade, teria possibilidade plena de um livre e verdadeiro desenvolvimento.

Nesta sociedade comunista, “*onde o indivíduo não tem uma única atividade, mas pode aprimorar-se no ramo que o satisfaça, a produção geral é regulada pela que me dá a possibilidade de hoje fazer determinada coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar depois do jantar, segundo meu desejo, sem jamais*

²⁹ Ver *A Questão Judaica*.

me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx, 2005, p. 59/60). O comunismo não é um projeto de um novo Estado que deve ser criado, ou um ideal pelo qual a realidade terá de ser conduzida, mas um movimento que supera o atual *status quo*, cujas condições seriam consequência dos pressupostos já existentes na sociedade capitalista. Portanto, esta revolução deve ser internacional e só pode se dar com a formação de um proletariado histórico-universal e com o amplo desenvolvimento das forças produtivas, *missão histórica* do capitalismo.

Contraponto essas duas análises, tão diferentes e contraditoriamente complementares, segue que ao questionamento quanto à perenidade do Capitalismo se acrescenta o questionamento quanto à perenidade de sua racionalidade. Em outras palavras, deve-se questionar como se dá a manutenção das relações sociais de produção capitalistas, de sua ideologia e de seu espírito.

Para Marx, a acumulação encontra limites, seja nas crises cada vez mais intensas, seja pela crença de que uma condição de abundância levaria, em determinado momento, a subversão da lei do valor³⁰. Assim, “*Para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, na prática, o estado de coisas que ele encontrou*” (MARX, 2005, p. 73).

Para Weber, por outro lado, embora haja momentos de emergência de figuras carismáticas, o processo de racionalização prenderia inevitavelmente a humanidade em uma *jaula de aço*. A perda da individualização, o desaparecimento da magia, a racionalização crescente, a previsão e o cálculo legitimados pela ciência³¹ substituem o carisma pela burocracia racional, tornando inclusive o líder uma figura substituível. Para os que o acusam

³⁰ Sobre a demonstração *técnica* desse limite, ver o capítulo do livro III de *O Capital: Lei da tendência decrescente da taxa de lucro* e o debate a respeito. As críticas a tal lei apontam uma possível incoerência na demonstração de Marx, contudo vale lembrar que este foi o último livro, organizado e publicado por Engels após sua morte. Sobre a subversão da lei do valor, a partir da *Crítica ao Programa de Gotha*, onde se encontra a afirmação “*de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades*” (e não “segundo seu trabalho”, como é comum se inverter) vemos um caminho mais interessante para essa transição. É aí que Marx explicita os problemas da concepção do socialismo por uma simples distribuição do produto social segundo o tempo e a qualidade do trabalho. Voltaremos a essa discussão ao final da parte II desta tese.

³¹ O trabalho de Weber é para nós um desvelamento dos aspectos mais tristes da sociedade moderna. Ele demonstra com precisão, mas não com frieza, o caminho pelo qual o mundo perde seu encanto e magia. Demonstra como a vida perde graça e leveza diante de uma organização social cada vez mais racionalizada. É contraditório que, de forma não menos extremada, seu esforço de tipificação das sociedades e das ações sociais, junto com a distinção clara entre ciência, religião e política, constitui também uma das maiores contribuições para a racionalização das ciências da sociedade.

de desenvolver uma sociologia burguesa, Weber afirma ser a alternativa socialista ainda mais burocrática³².

...

Por um lado ou por outro, podemos reconhecer que os dois autores aqui estudados nos oferecem importantes elementos para compreender a realidade. Não se trata de escolher um ou outro, pois ambos constroem suas análises sobre uma lógica consistente e bem estruturada. Conseqüentemente, a tendência para uma das teorias não pode se dar senão retornando-se ao início de tudo, pela discussão das visões de mundo.

É comum gastarmos muito tempo com discussões inférteis e tentativas de se mostrar o que disse ou não um ou outro autor, quando o que é importa não é exatamente o que disse Marx ou Weber sobre o capitalismo, e sim o que realmente é o capitalismo.

Vimos que, se não há uma afinidade forte, é possível conciliar, em alguns momentos, suas análises, sobretudo com relação à capacidade do capitalismo de expansão e dominação das formas de agir, viver e pensar dos homens. Até então, o capitalismo vêm demonstrando sua força para isso e a burocratização do Estado e da política engrossam as barras das grades. Ao mesmo tempo, o extremo desenvolvimento científico e tecnológico (e as transformações das condições materiais) leva-nos cada dia a questionar porque ainda persistem diversas formas de desigualdade.

Ora, os problemas sociais não se devem a restrições técnicas de fatores de produção, mas sempre têm caráter, fundamentalmente, político. A fome e a carência das necessidades mais básicas para grandes parcelas da humanidade não se devem à falta de recursos, mas à estrutura pela qual são produzidos e distribuídos. Portanto, formas mais eficientes de engenharia social não podem ser trabalhadas fora do campo da política.

É nesse sentido que surgem propostas como a da economia solidária, que se apresentam muitas vezes como formas alternativas de regulação do produto social. Acreditamos que é preciso analisar estas experiências de forma crítica, para visualizar seus limites e potencialidades.

³² Como socialismo, entende-se, em geral (e sobre este parece se adequar a crítica de Weber), as experiências burocráticas e fracassadas do “socialismo real” que na prática se revelou como sistema autoritário e antidemocrático, com pouca ou nenhuma semelhança à proposta de Marx e Engels.

PARTE 2 – AS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

Será que eu falei o que ninguém dizia?
Será que eu escutei o que ninguém ouvia?
Eu não vou me adaptar, me adaptar.
(Arnaldo Antunes)

2.1. Os diferentes significados da economia solidária

Existem várias maneiras de compreender a ES e diferentes significados por vezes lhe são atribuídos. A fim de começar esta segunda parte, que trata das diferentes concepções dentro do mundo da ES, é interessante mapear os diferentes significados atribuídos ao termo. É importante notar, como explicita MOTTA (2010) que:

As idéias e pressupostos teóricos sobre a ES estão sendo construídos na mesma medida em que este mundo se constitui como universo particular. Elas não se limitam a formulações teóricas elaboradas segundo cânones acadêmicos e sob forma de texto escrito. Os supostos morais, os princípios éticos e as idéias de uma natureza humana e de um bem coletivo são produzidos tanto nas formas escritas através dos diversos meios disponíveis como em encontros, através de práticas ritualizadas. (MOTTA, 2010, p. 16).

Normalmente, a questão não é colocada desta forma e cada um toma o significado que lhe convém. No entanto, seja no meio universitário, dentro do movimento social ou no imaginário do público leigo, há sempre concepções que não se distinguem claramente. Nesse sentido, **o objetivo aqui não é escolher um dos significados**, mas antes recordar que cada grupo tem uma maneira própria de interpretar a realidade, as quais correspondem características e formas de agir específicas. Isso pode ser feito por meio de tipificações, que são sempre ideais.

É importante notar que nem sempre é possível identificar precisamente os autores ligados a cada uma das visões que apresentaremos sobre a ES. Por um lado, as fronteiras são sutis e, por outro lado, não se pretende aqui criar imagens caricatas de análises que têm especificidades próprias. Alguns dos significados podem não ser perfeitamente compatíveis, mas aspectos de cada visão que apresentaremos podem também estar presentes num mesmo indivíduo ou grupo.

Provavelmente, o significado mais preciso seja o que apresenta a ES como sendo formada por um **conjunto de organizações econômicas**, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário. Nesta definição, a unidade mais

simples da ES é o Empreendimento Econômico Solidário, que pode ser uma cooperativa, uma associação ou mesmo um grupo informal. Assim, a ES não se confunde, nesse sentido, com práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou de responsabilidade social e/ou ambiental, mas está antes ligada a uma concepção de solidariedade social necessariamente atrelada às condições de organização e (auto)gestão do trabalho e da repartição de benefícios.

A partir desta concepção, podemos tomar **quatro** variações, que dizem respeito à forma com que se analisa o potencial desses empreendimentos. Para os **mais otimistas**, o crescimento desse tipo de empreendimento econômico mostraria um caminho evidente que, através de uma prática socialista, levaria à superação do capitalismo. Isso quer dizer que, neste ponto de vista, a organização da produção através de empreendimentos autogestionários se tornaria hegemônica. Esta interpretação é vista principalmente nos trabalhos de Paul Singer e em muitos estudos que partem do mesmo referencial.

Para os **realistas**, não seria possível afirmar que, em seu estágio atual, tais iniciativas, apesar de constituírem formas não capitalistas de produção, representariam um modo de produção que irá necessariamente se expandir a ponto de tornar-se historicamente predominante. Encontramos avaliações como estas de forma mais sistematizada em GAIGER (2003) e POCHMANN (2004), por exemplo³³.

Para os **menos otimistas**, tratar-se-iam de experimentações que reproduzem as experiências românticas do socialismo utópico do século XIX, que se fundamentariam sobre a reafirmação de valores morais. Segundo estes, as experiências de ES estariam condenadas à dependência frente aos mercados capitalistas tradicionais, isoladas em pequenas ilhas sem autonomia real e sem poder suficiente para enfrentar o processo de divisão social do trabalho. Este é um tipo de visão que se observa mais frequentemente em discussões orais do que em trabalhos sistematizados sobre o tema, em falas que descartam muitas vezes de forma simplificada a discussão. Observamos também tal posicionamento em um blog de um partido

³³ “A ES não reproduz em seu interior as relações capitalistas (...), mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por hora apreensível do conhecimento. Argumentos correntes em defesa da profundidade da mudança contida na ES (...) em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém”. (GAIGER, 2003, p. 194).

político na internet. Muitos trabalhos mais otimistas ou realistas refutam uma comparação anacrônica da ES com o socialismo utópico.

Para os **mais pessimistas**, a ES não apenas não constituiria uma possibilidade efetiva de transformação social, como também representaria uma alternativa conivente com os interesses dos grupos que detém o poder. Com efeito, ela reforçaria a (auto)exploração do trabalho, na medida em que reduziria as tensões sociais ao atender precariamente aquela parcela da população excluída do mercado de trabalho tradicional. Neste sentido, a ES representaria uma política de **controle social da pobreza** e um empecilho para uma verdadeira revolução social. Não são muitos os trabalhos considerados como pessimistas, porém, algumas afirmações críticas que fogem do posicionamento tradicional frente ao tema, constituem um diferencial que permite identificá-los com certa facilidade, como visto em MENEZES (2006), BARBOSA (2005) e CARLEIAL e PAULISTA (2010).

Limitar-se a definições simplificadoras como estas, se tomadas fora de contexto, representaria uma análise anacrônica do objeto. De modo complementar, é possível ter um olhar mais político e histórico, o que ajuda a compreender as diferentes visões.

Antes de ser uma construção consciente, a ES constitui um **resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo** e de suas repercussões no mercado de trabalho (no Brasil e no mundo, com condições diferentes em cada contexto). Assim, não se trata simplesmente de uma realidade inventada por uma pessoa ou um grupo, mas do resultado da crise do trabalho e do crescimento do desemprego, de um processo social – o que significa que, em parte, não constitui necessariamente um projeto ligado a uma estratégia de transformação social.

Contudo, num momento particular da história do Brasil, dentro de determinadas condições, o desenvolvimento de tais práticas deu lugar a um movimento mais ou menos coordenado, cujo trabalho constituía uma aposta promissora (o que nos dá outro sentido). Durante o I Fórum Social Mundial nasce a idéia da ES como um **movimento social**, com o agrupamento de organizações que tinham orientações ideológicas e práticas similares³⁴. Em

³⁴ As primeiras organizações que se agrupam no FSM são denominadas por BAUD (2008) de organizações "nativas". Mais tarde muitas outras começaram a surgir a partir deste movimento inicial, as são chamadas de organizações "naturalizadas". Para uma análise sobre a emergência e o reconhecimento do movimento ver também MOTTA, E. (2004).

geral, são organizações não governamentais que desenvolvem atividades em zonas urbanas ou rurais de apoio a comunidades e empreendimentos solidários (o tipo de empreendimento que definimos no início, mas que na época não recebiam tal denominação).

A compreensão da ES como movimento social é um tema ainda a ser aprofundado, dado que a sua conjuntura atual não deixa claro se ela se constituiria como um novo movimento social, como uma reestruturação de movimentos antigos ou mesmo como um reagrupamento de diferentes movimentos. Ao mesmo tempo, também é preciso reconhecer que, embora a distinção não seja sempre evidente, existem níveis diferentes de reconhecimento dos próprios atores dos empreendimentos como parte de um movimento.

De todo modo, a consolidação da ES como espaço de reivindicação política leva ao crescimento de demandas frente ao Estado Brasileiro e de seu reconhecimento (mesmo se de início não houvesse uma definição dominante precisa). No início do governo Lula, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). No imaginário público, tal crescimento, aliado à existência de um projeto de governo anterior chamado “Comunidade Solidária” (que não tem relação direta com o tema), sugere o significado de **ES como política pública**.

Dentro deste sentido, a ES é por vezes vista como uma atividade governamental sem nenhuma relação com um movimento social, por exemplo, quando desenvolvidas por secretarias de pequenas prefeituras em regiões onde não há organizações da sociedade civil que tratem do tema. Isso não é necessariamente ruim. Porém, quando se oferece um curso para trabalhadores desempregados que os induz a se organizarem em cooperativas, alguns pesquisadores e os próprios participantes podem considerar a ES antes como uma iniciativa governamental e não como movimento que têm sua origem na sociedade civil organizada.

Há também outros sentidos que, mesmo com reconhecimento dentro do movimento, seguem conduzindo ações e práticas ainda marginais. É o caso da concepção onde o princípio básico da ES é apresentado por meio de práticas cotidianas que podem ser realizadas individualmente, como o **consumo ou a poupança solidária**. A idéia de **redes solidárias** sugere a possibilidade de articulação entre empreendimentos coletivos e pessoas na organização de uma espécie de mercado solidário paralelo ao mercado capitalista. As propostas e reflexões de MANCE (2000) são as que mais bem representam esta concepção.

Tal significado, que destaca a prática de atos políticos para a construção de um projeto econômico não compete necessariamente com a definição mais estrita de empreendimento solidário (que ganhou muito mais visibilidade nos últimos anos). Contudo, alguns que aderem a esta visão demandam maior reconhecimento para que se desenvolvam políticas que não se limitem ao apoio de empreendimentos.

Por fim, há também uma compreensão de ES enquanto **teoria social**. Deste significado, se dividem três variações. De um lado, há pesquisadores que vêem na ES um nicho fértil de atividades que permitiriam o reconhecimento da pluralidade da economia. Nesse sentido, ela não seria uma teoria propriamente, mas **uma realidade que permite justificar outras teorias**, como a da Economia Plural.

Este conceito tem sua origem em estudos franceses (onde o termo ES assume significados muito diversos do brasileiro) e baseia-se na idéia de que o comportamento econômico pode ser regido por diferentes princípios, além do mercantil – o princípio da domesticidade, da reciprocidade e da redistribuição. Dessa forma, a ES refletiria "outras possibilidades modernas de organização da sociedade, outros princípios não-mercantis de organização econômica e outras organizações econômicas, distintas da empresa privada capitalista." (ALVES e BURSTYN, 2009). Entre os principais autores, temos FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004).

É possível verificar neste debate que a concepção de ES como uma forma de economia mista, diferente da economia pública e da economia de mercado não é compatível com aquela concepção que vê na ES uma vocação para substituir todo o capitalismo. Ambas as concepções podem ser alvo de críticas e devem ser observadas com certo cuidado, como veremos adiante.

A segunda variação é uma interpretação comum que sugere que exista uma **teoria da economia solidária**, como campo disciplinar específico do conhecimento. É relativamente comum essa confusão, que aponta a ES como uma espécie de teoria social e não como um fenômeno social³⁵.

³⁵ Por exemplo, um pesquisador, seja economista, sociólogo ou engenheiro pode ter como objeto de estudo a ES. No entanto, não ele não é formado em ES. Esta questão será discutida novamente na parte 3, onde analisamos o campo acadêmico.

Uma terceira interpretação sugere que seja possível apreender do mundo da ES, uma **teoria econômica**, ou seja, uma visão específica de mundo que caracteriza seus participantes por partilharem uma concepção ontológica particular. A solidariedade verdadeiramente transformadora seria aquela advinda de uma escolha política e consciente. Existiriam laços “naturais” que provariam “que o homem é essencialmente solidário. Tendo este valor sido corrompido pelo capitalismo, resgatá-lo seria combater o próprio sistema explorador, algo só possível como uma escolha consciente”. (MOTTA, 2010, p. 15)³⁶. Esta é uma interpretação de muitos participantes deste universo, explicitada na análise original de MOTTA (2010).

Como tentamos demonstrar, o significado de ES não é evidente, sendo que não há uma clara uniformidade no campo. Conforme afirma Noelle Lechat:

O que os membros do campo da economia solidária têm em comum não é sua uniformidade. Não há um mimetismo de comportamentos ou de idéias, mas fronteiras comuns dentro das quais pode proliferar uma diversidade de compreensões (...). O sucesso desta comunidade é de ter conseguido reunir num movimento unificado concepções divergentes que não chegam a ameaçar a aparente coerência que ela expressa para a sociedade. Para definir uma comunidade o importante é que seus membros, apesar de reconhecerem importantes diferenças entre si, sintam-se mais próximos uns dos outros do que com pessoas externas à comunidade e isto se deve ao fato que, embora possam atribuir significados diferenciados para os símbolos da economia solidária, eles os compartilham. (LECHAT, 2004).

Nos últimos anos, o imaginário sobre a ES cresceu enormemente devido, sobretudo, ao apoio do Estado – apesar deste apoio ser bastante limitado. A cada dia, novos atores como o movimento feminista, indígena, pela igualdade racial, de deficientes, de educação de jovens e adultos, etc. afirmam ter um laço comum com a ES. Simultaneamente, houve mais diálogo, com a criação de espaços de participação e consulta à sociedade. Estas diferentes

³⁶ É fundamental esclarecer que o que é considerado como teoria econômica da ES por MOTTA (2010) não é a teoria econômica estudada e ensinada nas universidades, mas sim a concepção dos atores da ES sobre a prática econômica em geral. Ou seja, o que é considerado como teoria econômica da ES aqui não se trata de um tipo de teoria que possa ser conhecida e reconhecida como científica, mas antes de seus pressupostos políticos e ontológicos.

interpretações se confundem entre os diferentes personagens e nos dão uma idéia do campo de trabalho e pesquisa a seguir.

Quadro 1: Os diferentes sentidos atribuídos à ES

SIGNIFICADOS	RESUMO
I. Conjunto de organizações econômicas	Caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário;
I.I. Otimista	Caminho para a superação do capitalismo;
I.II. Realista	Não há elementos para se afirmar que a ES deve se tornar uma forma de produção historicamente predominante;
I.III. Menos otimista	Experimentações isoladas, sem autonomia real e sem poder para enfrentar o processo de divisão do trabalho;
I.IV. Mais pessimista	É conivente com a precariedade do trabalho, representando políticas de controle social da pobreza;
II. Resultado histórico	Resulta do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas repercussões no mercado de trabalho;
III. Movimento Social	Articulação de organizações que fazem demandas políticas frente ao Estado;
IV. Política governamental	Atividade governamental que não teria necessariamente origem num movimento social;
V. Consumo e poupança solidária	A idéia de redes solidárias sugere a possibilidade de articulação entre empreendimentos coletivos e pessoas na organização de uma espécie de mercado solidário paralelo ao mercado capitalista;
VI. Teoria social	
VI.I. Economia plural	Articulação e reconhecimento entre as esferas mercantis e não mercantis da economia;
VI.II. Teoria da economia solidária	Quando é apresentada como campo disciplinar específico do conhecimento;
VI.III. Visão de mundo	Pode ser compreendida a partir da concepção ontológica de seus atores sobre o caráter naturalmente cooperativo do homem.

2.2. Breve histórico político e econômico de um fenômeno social

A partir do quadro da história da ES é possível perceber um pouco sua complexidade. Cada vez mais, diferentes atores se relacionam neste universo, desde organizações da sociedade civil, formados por empreendimentos econômicos formais e informais das mais diferentes escalas, até instâncias governamentais, locais ou nacionais. Embora a afirmação possa parecer evidente, é relevante reafirmar que a ES não pode ser comparada de forma imediata ao socialismo do século XIX, embora haja uma clara inspiração nas experiências dos chamados utópicos.

A história do pensamento e da prática socialista aponta a figura de Robert Owen como um importante personagem, a partir de sua atuação no movimento cooperativista. Entre diversos momentos, Owen atuou na elaboração de projetos detalhados de formação de pequenas colônias comunistas com experiências na Irlanda e na América do Norte, as “Aldeias Cooperativas”, onde o produto do trabalho seria repartido de forma equitativa de acordo com o tempo gasto na produção. A princípio um plano para acabar com a pobreza, que cada vez mais se mostrava como uma proposta de reformulação de toda a sociedade. É a idéia da organização da economia a partir de unidades produtivas autogestionadas que aproxima a ES do Socialismo Utópico. No entanto, as diferenças podem ser maiores que as semelhanças.

Muitas vezes de forma distinta, e cada um à sua maneira original, os utópicos faziam alusão às questões morais por meio da fé e buscavam comprovar suas propostas para um sistema ideal por meio da ciência. Como afirma Engels (1985), queriam instaurar um “império da razão”. Com efeito, atualmente, a ES surge em um outro contexto de evolução do capitalismo e precisa ser compreendida dentro dessa nova perspectiva histórica e política específica³⁷. Antes de se apresentar como modelo definitivo de sociedade perfeita, a ES coloca em pauta um projeto político em movimento e cujos elementos não são evidentes.

Uma análise prudente sobre o tema deve levar em consideração essas questões estruturais. Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender a ES enquanto experiência e movimento em expansão dentro (e por consequência) da conjuntura do capitalismo global. Nesse sentido, a observação de suas origens permite mostrar o desenvolvimento (ou o

³⁷ Ver SINGER (2002). Uma análise mais extensa sobre o Socialismo Utópico, suas semelhanças e diferenças da ES pode ser buscada em BERTUCCI (2005).

atrofiamento) das experiências dos chamados socialistas utópicos, assim como o estudo das formas não-capitalistas de produção na história. Ao resgatar alguns elementos do pensamento marxista, distorcido pelas experiências autoritárias e antidemocráticas do “socialismo real”, torna-se possível compreender tais experiências, antes de tudo, como fenômenos sociais. Dessa maneira, percebe-se que a ES não pode ser reduzida a uma categoria de socialismo utópico, mas surge em um novo contexto histórico e precisa ser compreendida dentro desse quadro, bastante distinto.

Após dois séculos de evolução desde as duas revoluções industriais, o sistema capitalista tem apresentado uma intensa e vigorosa capacidade de expansão e de reprodução de suas relações de produção. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a economia de mercado passou por profundas mudanças econômicas, políticas e culturais. Em particular, no que tange à estrutura do emprego e às relações de trabalho e emprego, os estudos a respeito do desenvolvimento dos países do centro do sistema mostraram que, no contexto da chamada “sociedade salarial”³⁸, o trabalho – na sua configuração moderna de trabalho assalariado – ocupava uma posição dominante no que concerne à inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, o trabalho desempenhava um papel estruturante no que se refere à determinação da sociabilidade dos indivíduos.

A atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro de gravidade da sociabilidade humana. Isto porque o trabalho assalariado era a matriz de uma condição social estável, na medida em que ele dava acesso a – e a ele estavam associadas – certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como a doença, a velhice e o desemprego³⁹.

Esta condição social relativamente estável vinculava-se, no contexto do “regime de acumulação fordista” que marcou os trinta “gloriosos” anos da “Era de Ouro” do capitalismo, à chamada “norma salarial fordista”. Isto é, ao compromisso vigente então no que se refere à repartição do valor agregado entre capital e trabalho, que permitia a transferência de uma parte dos ganhos de produtividade aos salários. Portanto, essa condição social estável estava

³⁸ O que corresponderia, em linhas gerais, ao fordismo, de acordo com a concepção da Teoria francesa da Regulação. Ou seja, a fase do capitalismo que, nos países desenvolvidos, vai, grosso modo, do final da segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970.

³⁹ CASTEL (1998).

associada à norma salarial que viabilizou efetivamente a progressão do poder aquisitivo do salário e estava ligada também à existência do “Welfare State”, ao Estado do Bem Estar Social, que pode ser considerado como a mais avançada conquista do capitalismo civilizado⁴⁰.

Os dois pilares da condição salarial “fordista” eram, de um lado, uma determinada configuração da relação entre capital e trabalho que permitia uma progressão do salário real. Vale ressaltar que esta progressão não ocorria em detrimento do lucro, pelo contrário, o crescimento sustentado da produtividade permitia o crescimento da remuneração do trabalho assalariado e, simultaneamente, o aumento (ou manutenção em patamares relativamente elevados) da rentabilidade do capital. Portanto, essa condição social estável constituía, do ponto de vista das relações de trabalho e emprego, o núcleo central do compromisso social entre capital e trabalho que dava sustentação ao crescimento econômico dos países desenvolvidos durante a época do fordismo, e que vai entrar em processo de crise no início dos anos 70.

É importante destacar que esse compromisso social e essa condição social estável, à qual tinha acesso grande parte dos trabalhadores, estabeleciam certo equilíbrio e harmonia entre o “econômico” e o “social”, através, notadamente, de uma “domesticação”, ou seja, de um controle efetivo das forças do mercado. A compatibilização entre a esfera econômica e a esfera social, que no caso do capitalismo é, como sabemos, sempre e necessariamente precária, encontrou neste momento da história destes países uma “harmonização precária” principalmente em função do compromisso social que se estabeleceu entre capital e trabalho. No início dos anos setenta chega ao auge este compromisso de equilíbrio, contraditório e frágil, entre as condições para a produção de riquezas e a necessidade de se proteger aqueles que a produzem.

O que se vê a partir da década de 70 nos países desenvolvidos, entre diversos outros aspectos que marcam o “pós-fordismo”, é a afirmação da dominância dos serviços na estrutura ocupacional e o crescimento do trabalho autônomo (com variações significativas de país para país). O trabalho não mais se apresenta como uma condição de estabilidade e inicia-se a partir de então um movimento de desestabilização dessa condição social estável do emprego que antes permitia certas garantias e direitos de proteção ao trabalhador assalariado.

⁴⁰ Sobre o assunto ver HARVEY (1993); GLYN et al. (1990) e BERTUCCI e FERREIRA (2006).

A chamada crise do fordismo engendra, assim, uma série de mudanças e uma reestruturação produtiva que incide sobre as relações de trabalho e emprego a nível mundial. Com o aprofundamento da globalização produtiva e financeira, o estado, nas décadas de 80 e 90, nos países do centro, incorpora as políticas de abertura comercial, liberalização dos mercados, ajuste fiscal e redução de gastos e coloca em questão sua condição de “estado do bem-estar-social”, sendo que nos países periféricos, essa situação se mostra ainda mais perversa em decorrência da precariedade – ou até mesmo da ausência – das estruturas de proteção social implantadas nos países desenvolvidos em meados do século XX.

Passa a haver um conflito aberto entre o “econômico” e o “social” e ressurge com mais força a perspectiva liberal, onde a retirada do estado do bem-estar é considerada, junto às políticas de redução dos gastos do governo, da austeridade monetária e fiscal e da contenção de salários reais, como necessária, como um passo virtuoso, como o único caminho para o desenvolvimento das nações.

Os efeitos disso nas relações sociais entre pessoas e nações são perversos. O trabalho, um dos principais espaços de definição do status social, assim como da dignidade e do respeito social torna-se fluido, perde sua estabilidade e solidez, dentro de um quadro de desmantelamento dos instrumentos de proteção dos trabalhadores. Em um quadro de competição, onde é preciso mostrar constantemente superioridade em relação às pessoas ao seu redor, perde-se a confiança entre pessoas no trabalho e no Estado:

O princípio do seguro social coletivo como direito social de todos os cidadãos foi (...) substituído por uma promessa de assistência dirigida apenas às pessoas que fracassassem no teste da abundância de recursos e da auto-suficiência – e, portanto, implicitamente no teste da cidadania e da ‘plena humanidade’. (BAUMAN, 2005 p. 50)

Para tratar os problemas sociais, são dadas orientações individuais, que sugerem ao indivíduo seguir sua autodeterminação, onde as conquistas se justificam pelo mérito individual. Os homens, assim, encontram-se hoje abandonados e ameaçados constantemente

pelo espectro da exclusão, pelo medo de não serem bem sucedidos, de se sentirem incapazes (p. 53).

É nesse sentido que BAUMAN (2005) caracteriza a liquidez da modernidade, na qual a dificuldade de criar vínculos atinge inclusive as relações amorosas. Esta instabilidade verificada nos compromissos de longo prazo é análoga à situação do trabalho, que passa a ser regulado com contratos de curta duração. Isso dificulta a criação de vínculos fortes de solidariedade em grupos sociais que antes eram marcados pela estabilidade.

O aumento conseqüente do desemprego e da exclusão social, a flexibilização e a precarização do trabalho, estão assim associados ao desenvolvimento de formas diversas de sobrevivência econômica que podem passar pelo aumento da violência até as formas associativas como a ES. Além disso, a crise econômica tem como resultado o crescimento do número seres humanos que se encontram desestabilizados e sem proteção social, o que provoca um estado de crise psicossocial. A ES, de certa forma, tenta dar proteção aos indivíduos e cobrir esta função de proteção. Logo, além de significar uma luta por sobrevivência econômica, as práticas de ES se inserem num quadro de busca por alternativas a esta frustração generalizada do mundo do trabalho, representando uma espécie de alívio frente uma patologia psicossocial.

No caso específico do Brasil, outro fator relevante a ser considerado é a abertura democrática, com o final da ditadura, o fortalecimento das organizações sindicais e de diversas organizações de luta social no campo ou na cidade. Tais organizações estão direta ou indiretamente ligadas às origens da economia solidária. Com a redução da repressão, estas ganham mais espaço, maior reconhecimento e visibilidade.

Nesse contexto, multiplicam-se organizações onde a relação tradicional capital-trabalho não está plenamente configurada. A democratização se reflete economicamente, a partir de empreendimentos em diversos setores, que se caracterizam pela autogestão dos seus trabalhadores na tomada de decisões e pela socialização dos meios de produção. São experiências coletivas de trabalho e produção nos espaços rurais e urbanos, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Sua especificidade caracteriza-se pelo fato de serem organizações produtivas, onde o trabalho assalariado é substituído pelo trabalho associado e a hierarquia de poder e o controle sobre o processo organizativo tomam formas participativas. Estas organizações acabam por tratar também de questões mais amplas como raça e gênero, o que indica que não se limitam ao campo material da produção.

Assim, a história da ES não é simplesmente a história dessas organizações econômicas, mas também a história de produção simbólica do imaginário sobre experiências que começam a ser classificadas como “solidárias” e da sua luta histórica. A ES ganha força e se expande impulsionada por organizações da sociedade civil (ONG’s), de igrejas, das incubadoras universitárias, de sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo e na cidade. São centenas de entidades que, nos últimos 20 anos, têm apoiado iniciativas associativas comunitárias e a constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de ES etc.

Como se pode perceber, há uma variedade grande de organizações econômicas ou assistenciais envolvidas nesse universo que podem ter características, origens e atuação bastante diversificadas, mas que se identificam num projeto comum. Esses atores passam a ser representados em três segmentos: “empreendimentos”, “assessorias” e “governo”.

Um elemento importante no debate é que esses diferentes grupos e atores trazem de volta um amplo debate sobre o conceito e a prática da autogestão, como fundamento básico para uma reestruturação radical da economia, colocando em destaque a necessidade da *radicalização da democracia* na construção de um novo projeto de sociedade. Destaca-se, segundo seus ideólogos, um potencial para uma nova lógica de desenvolvimento centrada não na acumulação desenfreada e na reprodução do capital, mas no que seria a *reprodução ampliada da vida*⁴¹. Alguns afirmam que a autogestão pode ser “uma revolução silenciosa nas estruturas de dominação do Brasil” (como diz um trabalhador do maior empreendimento de

⁴¹ Existem diferentes visões (não necessariamente contraditórias) sobre a lógica de funcionamento destes empreendimentos a partir da abordagem de SINGER (2001, 2002a, 2002b, 2002c), CORAGIO (1994, 1996), FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004), GAIGER (2004), entre outros.

economia solidária do país⁴²) e que um grande passo foi dado para a *revelação e para a criação* dessa realidade, antes invisível.

LEFÉBVRE (1978) argumenta que o que sustenta e permite a reprodução de um modo de produção é sua capacidade de reprodução de suas relações de produção. Assim, dado o processo de difusão e aceleração do crescimento de atividades baseadas em relações de produção não capitalistas na sociedade moderna, não se pode descartar a possibilidade de uma crise do processo de reprodução do sistema.

Com efeito, é importante ressaltar que não se deve idealizar tais experiências. A fragilidade econômica destes empreendimentos é evidente. São organizações que, em sua maioria, desenvolvem atividades pouco orgânicas, com baixo nível tecnológico (como artesanato, confecção, reciclagem e serviços gerais) e com capacidade de investimento muito reduzida. Em grande parte, são formadas por trabalhadores pouco qualificados, sendo que muitas funcionam como uma atividade complementar de renda para o associado. Apesar dessas dificuldades, estes empreendimentos têm sobrevivido reunindo mais de 1 milhão e meio de trabalhadores associados aos mais de 20 mil empreendimentos mapeados entre 2005 e 2007.

Além disso, é preciso notar que a fase atual do capitalismo, como afirma CARLEIAL e PAULISTA (2010) está fortemente ancorada na microeletrônica, uma transformação tecnológica importante, o que deixa cada vez mais evidente a dominância da ciência nos processos produtivos. As autoras indicam que a organização frágil dos empreendimentos solidários baseada em processos artesanais oferece poucas esperanças de que estes possam se contrapor à tendência da organização da grande firma-rede capitalista que, no formato de sociedades anônimas, planejam e controlam o mercado mundial.

Desse modo, embora a ES se apresente como uma alternativa virtual⁴³ de desenvolvimento equilibrado, seria imprudente considerar sua fase atual como um projeto alternativo ao capitalismo. Como afirma POCHMANN (2004), esse movimento que se vê hoje

⁴² Referimos-nos aqui a Usina Catende, em Pernambuco, uma indústria de produção de açúcar, que reúne milhares de trabalhadores em várias comunidades.

⁴³ Numa definição histórica, o virtual é algo apenas potencial, ainda não realizado. O virtual não é necessariamente oposto ao real. Ele é real, na medida em que influencia o presente. Contudo, o virtual pode ser oposto ao atual, porque carrega uma potência de ser, enquanto o atual já é.

no interior do segmento não-organizado do mercado de trabalho, dentro da crise capitalista, é sinal do “desenvolvimento de uma fase embrionária da ES, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista”. Apesar da abertura de espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista, seu crescimento requer evidentemente uma ampla ação externa em termos de políticas públicas para seu fortalecimento⁴⁴. Trata-se, portanto, de “uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura” (SINGER, 1998, p. 12.).

Podemos traçar aqui algumas considerações sobre os conceitos de modo de produção, forma social de produção e formação social, que pode ser esclarecedora. GAIGER (2003) alerta sobre esta questão, afirmando que “convém ir devagar com o andor”. Segundo o autor, o advento de um novo modo de produção dominante representa:

in limite a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes. GAIGER (2003, p. 186).⁴⁵

Assim, o conceito de modo de produção não diria respeito somente à forma pela qual uma unidade produtiva se organiza, mas ao funcionamento do sistema em sua “totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção (...) compreendendo igualmente a circulação e a troca de bens materiais” (GAIGER, 2003, p. 187). Dessa maneira, uma formação social pode reunir uma combinação de modos de

⁴⁴ A abertura de espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista requer não apenas a atuação de forças de mobilização social, nem um longo período de maturação histórica, mas também (e necessariamente) uma ampla ação em termos de políticas públicas para seu fortalecimento. Como se sabe, no ocidente a própria economia de mercado não teria sido legitimada, institucionalizada e implementada se não tivesse o apoio maciço do Estado no século XIX (NEE, 1999). Para se chegar ao livre mercado foi necessária uma longa estrada, aberta pelo Estado, para garantir seu “livre” funcionamento. De espontâneo e natural não há nada nesse processo senão uma ideologia. Esse é um dos motivos pelos quais torna-se delicado afirmar que a ES representa, na sua forma atual, uma estrutura pós-capitalista de distribuição do produto social.

⁴⁵ Não é objetivo desta tese aprofundar este debate conceitual, mas devemos ainda assim explicitar alguns elementos que fundamentam esta análise. Uma questão a se considerar é de que a análise marxiana foi elaborada em primeiro lugar para explicar a queda do feudalismo e o surgimento da formação capitalista. A partir daí, alguns autores admitem a constituição dos primeiros fundamentos para se desvendar, de forma mais geral, as leis que regulariam o surgimento, a evolução e o desaparecimento de dado organismo social, assim como a passagem para um sistema pós-capitalista. Sobre a temática da transição é interessante ver o texto de Maurice GODELIER (1986).

produção articulados, sendo que um modo de produção, caracterizado por uma forma social de produção específica, exerce, em cada momento histórico, o papel dominante. Como afirma GORENDER (1980, p. 51):

A teoria geral da formação social (capitalista ou outra) poderia partir da concepção abstratamente homogênea de um único modo de produção articulado com sua superestrutura correspondente e daí passar à concepção mais complexa (e mais conforme à realidade empírica) de uma combinação de modos de produção articulada com uma superestrutura correspondente. Neste último caso, um dos modos de produção exercerá o papel *dominante* na formação social.

Nesse sentido, o capitalismo apenas é considerado como modo de produção hegemônico, quando a forma de produção capitalista (fundada na produção de mercadorias sob a relação de trabalho assalariado e de propriedade privada) se generaliza, representando a forma estruturante da sociedade pós-feudal. Esta forma possui não apenas a capacidade de se reproduzir historicamente, mas também constitui a forma pela qual passa a ser provida a maior parte das necessidades materiais de uma determinada sociedade. Para isso, foi preciso que a relação mercantil se tornasse a relação predominante não apenas entre as empresas capitalistas, mas inclusive na regulação do mercado de trabalho (assalariado).

Com efeito, formas econômicas desprovidas de uma estrutura relativamente auto-suficiente, capaz de reproduzir continuamente as relações de acumulação de excedentes próprias àquelas formas, não remeteriam ao conceito de modo de produção como unidade de análise (GAIGER, 2003, p. 188). Por isso, Gaiger afirma que a ES representaria uma nova forma social de produção, mas cuja tendência seria abrigar-se, de forma contraditória sob o modo de produção capitalista. Isto quer dizer que não se observa necessariamente na ES elementos que permitam afirmar que esta deve se tornar uma forma de produção historicamente predominante.

Podemos ainda ir além. Embora, internamente, as unidades produtivas da ES se caracterizem por relações de produção não capitalistas (já que não reproduzem nem a relação de assalariamento, nem a de propriedade), externamente não é possível afirmar o mesmo. Isso

porque as relações que vinculam os indivíduos e grupos de ES ao processo de produção não são apenas aquelas internas ao empreendimento, mas são relações que devem ser analisadas frente à totalidade do processo social de produção.

Em outras palavras, a relação entre os empreendimentos de ES e os demais setores da economia – a forma de extração dos meios necessários ao seu funcionamento – é uma relação de propriedade, assim como a regulação geral do trabalho é dada pela forma mercantil⁴⁶. Isso significa que o trabalho num empreendimento coletivo permanece sendo uma forma de produção de valor na forma de mercadorias. Logo, o que regula a produção não é em absoluto a busca consciente pela satisfação das necessidades sociais, mas sim a necessidade de produção de dinheiro⁴⁷ - o que independe do processo interno de humanização do trabalho e das mudanças na vida de seus participantes (como será discutido na terceira parte).

Portanto, devemos nos atentar a questão de que os chamados empreendimentos econômicos solidários surgem antes devido às mudanças estruturais na organização da sociedade salarial e nas relações de trabalho, do que de forma planejada, como um projeto de sociedade. Embora parte destas organizações esteja ligada à intensificação de uma série de lutas sociais e operárias e a uma estratégia de organização legítima, outra parte resulta do aumento da precarização e da falta de assistência social.

Assim, é preciso reconhecer que tais práticas não são necessariamente opostas ao movimento dominante do capitalismo, mas são, em parte, produtos deste. Ao mesmo tempo, não nos parece exagero afirmar que a ES, na forma como vêm se desenvolvendo, expressa

⁴⁶ O fato do trabalho em um empreendimento de ES ser associado não implica necessariamente uma lógica de regulação do sistema, como um todo, fundamentalmente diferente. O exemplo simples de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis ajuda a esclarecer o que queremos colocar em questão aqui. Embora internamente o trabalho de seus sócios não seja regulado pela relação de assalariamento, este continua sendo explorado através da relação mercantil, dada sua frágil posição na cadeia produtiva e o baixo valor de mercado do trabalho pouco qualificado dos catadores. Tendo apenas sua mão de obra a oferecer e negociando o material recolhido com grandes empresas capitalistas, o resultado é que o capital emprega o trabalho e não o contrário. Não seria correto dizer que, no limite, o lucro continua sendo o que orienta a atividade produtiva? O fortalecimento dos empreendimentos pode ter o efeito necessário de favorecer um maior rendimento ao trabalho associado, mas não o torna imediatamente emancipado e livre da relação de exploração.

⁴⁷ Essa afirmação não constitui uma crítica radical ao projeto humanista da ES e aos seus princípios, nem um julgamento moral. É antes uma questão teórica básica, que diz respeito ao debate sobre o *fetichismo da mercadoria* e os fundamentos da teoria do valor em Marx, expostos nos primeiros capítulos de *O capital*. O texto de JAPPE (2006) pode contribuir muito para o aprofundamento desta discussão, o que foge aos limites desta tese.

antes o seu reconhecimento enquanto movimento de crítica ao capitalismo do que um conjunto de práticas econômica e socialmente pujantes.

Independentemente de ter uma origem planejada ou de seu potencial de superação das relações capitalistas, tais práticas se convertem em um movimento social (ou um conjunto de movimentos) que tem crescido bastante ao se afirmar como um pretensioso projeto político. Talvez a crença na busca por uma *outra sociedade* (ou por uma melhor condição de vida) seja um dos elementos que tem dado cimento (antes político e simbólico do que econômico e material) ao conjunto de ações realizadas neste universo. Com efeito, não se pode ignorar a nova consciência coletiva que se forma nessa auto-afirmação. Nem a possibilidade latente de que a busca (simbólica) em si guarde mais sentido do que o projeto (econômico).

2.3. O campo da Economia Solidária no Brasil

As origens da ES na sua configuração atual como campo político no Brasil podem ser observadas a partir dos trabalhos de um conjunto específico de organizações. Como analisa Céline BAUD (2008), trata-se das organizações “nativas” da ES⁴⁸. Segundo a autora, a ES tem suas raízes em três tipos de experiências. Os Projetos Alternativos Comunitários (PAC’s) da Cáritas Brasileira, as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as iniciativas da Associação de Trabalhadores em Empresas Autogestionadas (ANTEAG), no setor industrial.

A primeira é marcada pelos princípios da teologia da libertação numa tentativa de ruptura com as tradições assistencialistas cristãs, prometendo uma visão libertadora da caridade. Nesse sentido, o programa dos PAC’s, sustentado pelas comunidades eclesiais de base e pelas pastorais sociais por todo o país, deve, segundo a Cáritas, permitir gerar um novo modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao capitalismo. De forma similar, o MST

⁴⁸ A autora utiliza esta denominação para diferenciar as organizações nas quais a ES é produto de uma lógica ascendente de práticas em direção à teorização, onde a identificação com a ES é feita *a posteriori*, das organizações “naturalizadas”, que surgem inspiradas nessas experiências para reproduzi-las e adaptá-las, onde a identificação é feita *a priori*. Como exemplo de organização naturalizada, temos a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. É claro que a CUT não se converte em uma organização de ES, sendo que sua dedicação não significa necessariamente uma modificação de seu projeto e de sua estrutura original. Na CUT, a aderência a uma política de ES se inscreve num quadro de grande reflexão sobre o papel do movimento sindical e as mudanças necessárias em sua organização. Hoje, existem muitas organizações que não são necessariamente dedicadas a ES, mas que passam a dialogar de forma mais próxima com as organizações nativas e naturalizadas.

afirma o projeto do Novo Cooperativismo, como projeto político de transformação social, em oposição ao cooperativismo tradicional da agroindústria concentrador de riquezas. Por sua vez, a ANTEAG, no meio urbano, reafirma um novo modelo a partir das experiências de recuperação de empresas.

É nesse quadro de experimentação das organizações nativas que tais projetos ganham repercussão, passando a ser difundidos no meio sindical e universitário. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro surge a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), a COOPE/UFRJ, a fim de direcionar recursos humanos e saberes acadêmicos para o apoio a trabalhadores em atividades autogestionadas, na perspectiva da inclusão cidadã⁴⁹.

É fundamental verificar que um grupo de intelectuais teve papel fundamental na construção da identidade da ES. Segundo LECHAT (2004), “Os intelectuais, em geral, trouxeram para o campo de ES a consciência de sua existência, uma certa forma de identidade simbólica, um espaço para a discussão e a reflexão a respeito de seus percalços, desafios e possibilidades.” A autora investiga a trajetória de três intelectuais, entre aqueles que tiveram papel mais importante nesse contexto: Paul Singer, Marcos Arruda e Luis Inácio Gaiger. É interessante notar que as vias de acesso dos atores que se engajam na ES, muitas vezes se dão em referência ou se forma similar a essas trajetórias.

Singer exerce em todo o campo da economia solidária uma liderança inegável tanto junto aos sindicatos, às universidades, aos movimentos sociais, às ONGs, como com relação às organizações ligadas às igrejas, apesar de nunca ter participado delas, o que inclui até os que não compartilham de sua tese sobre o novo modo de produção. A sua posição atual de Secretário Nacional faz dele a ponte entre o Movimento da Economia Solidária e o Governo Federal. Quanto a Arruda, ele exerce uma liderança numa parte do Movimento e realiza a intermediação com as Entidades Internacionais e Estrangeiras. Já Gaiger, em sua qualidade de coordenador de pesquisas há mais de uma década inicialmente em âmbito estadual e hoje nacional, e por sua participação em

⁴⁹ Atualmente existem mais de 40 ITCP's apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que surgiu em 1998 através de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP.

redes internacionais de pesquisa, tornou-se um experto nesta questão. (LECHAT, 2004).

Sua influência é inegável e reforça o reconhecimento da ES. No entanto, é interessante notar que não se trata simplesmente de um reconhecimento no espaço acadêmico, já que não é fundamentalmente como campo de pesquisa que a ES se desenvolve como comunidade. Trata-se, antes, de seu reconhecimento público, na medida em que o tema é legitimado por intelectuais.

Ao demarcar de forma geral as diferentes fases dos movimentos sociais no século XX, GOHN (2008), relembra que "Nos anos 50 e parte da década de 60 os manuais de ciências sociais e parte dos estudos específicos abordavam os movimentos no contexto das mudanças sociais, e os viam como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes." (p. 24) Somente a partir do movimento pelos direitos civis nos EUA, dos movimentos estudantis da década de 60, das mulheres, etc. novos olhares surgiram sobre a questão, de forma que aspectos positivos sobre os movimentos passaram a ser destacados.

No final do século, o posicionamento estigmatizante das ciências sociais é definitivamente superado. Algumas teorias passaram a afirmar os movimentos, "como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais" (idem). Atualmente, mais do que uma visão positiva em relação aos movimentos, pode-se dizer que há um compromisso declarado de importantes correntes da sociologia com a realização ou a canalização de mudanças sociais. Esta condição social ajuda a legitimar a atuação dos intelectuais no campo da ES.

Por outro lado, para aqueles que engajam no movimento ou numa organização, sejam intelectuais ou não, a luta genérica contra o capitalismo se torna uma condição *a priori*, já que os fundamentos históricos, políticos e econômicos que sustentam esta posição, são socialmente legitimados. Isso faz com que seja traçada de antemão e de forma simplista uma (falsa) dualidade entre a economia capitalista (egoísta) e a economia solidária (cooperativa). Esta dualidade, que demarca o campo entre o "nós" e os "outros" está presente desde a origem

da ES como movimento, refletindo, em parte, a demanda por reconhecimento desses atores e instituições.

Devemos levar isso em conta ao analisar o contexto de construção da ES enquanto movimento, em especial na sua relação com a luta por uma política econômica alternativa à onda neoliberal. Na contemporaneidade, a discussão sobre movimentos sociais se insere no campo da chamada crise da modernidade. Grande parte dos movimentos recentes demanda a busca por novos paradigmas e novas racionalidades. Nesse sentido, o Fórum Social Mundial (FSM) se apresentou como um dos momentos decisivos na história da ES no Brasil. É nesta grande arena internacional que a ES se estabelece como um movimento plural, envolvendo outros movimentos.

Na primeira edição do FSM em 2001, se produziu um espaço de encontro entre entidades que começariam a se articular e dar forma a esse campo. É possível dizer assim que o contexto de origem da ES guarda uma relação estreita com o movimento altermundialista, no qual se desdobra o FSM. Segundo Michael Löwy:

Essa vasta nebulosa, espécie de ‘movimento dos movimentos’ que se manifesta de forma visível nos Fóruns Sociais – regionais e mundiais – e nas grandes manifestações de protesto contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G8 ou a guerra imperial do Iraque – não corresponde às formas habituais de ação social ou política. Ampla rede descentralizada, ele é múltiplo, diverso e heterogêneo, associando sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas. Longe de ser uma fraqueza, essa pluralidade é uma das fontes de força, crescente e expansiva, do movimento. (LÖWY, 2010, p. 1).

O posicionamento de Löwy nos parece bastante otimista ao caracterizar tanto os fóruns sociais, quanto a ES. Não nos parece que a linha entre os movimentos emancipatórios (anti-capitalistas) e os reformistas (todos que não se declaram anti-capitalistas) possa ser traçada de forma tão clara. A meu ver, esse tipo de posição pouco contribui para indicar ações práticas. Contudo, é um fato que os fóruns, marcados pela heterogeneidade, permitem o encontro, o debate, o diálogo e a aprendizagem recíproca entre diversos tipos de movimentos. Foi nesse

contexto que surgiu um Grupo de Trabalho de Economia Solidária, chamado GT Nacional, que a partir de então seria o centro de mobilização para eventos fundamentais na construção da identidade da ES.

Durante dois anos, representantes das entidades que formaram o GT Nacional se encontraram diversas vezes articulando ações, projetos e trabalhos em comum. Um novo processo tomava forma e se tornaria mais visível após a posse do novo governo em 2003. Pouco antes da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da república foi organizada pelo GT Nacional a I Plenária Nacional de ES, onde participaram diversos trabalhadores da ES, além de representantes de entidades de apoio e gestores governamentais. Nesta plenária foi aprovada a chamada *Carta ao Governo Lula*, assinada pelas 12 entidades que compunham o GT. A carta evidenciava a demanda pela criação de um espaço público, voltado para o desenvolvimento de políticas para a economia solidária.

A proposta se configura, assim, na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE)⁵⁰, dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego em junho de 2003. No dia seguinte a posse do economista Paul Singer como Secretário Nacional de Economia Solidária foi realizada a III Plenária Nacional, onde foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), espaço de articulação da sociedade civil composto pelas entidades do GT Nacional e uma série de outras organizações⁵¹. Sua criação vinha sendo discutida como espaço da sociedade civil que não se confundisse com o espaço público que seria a SENAES.

Após 2003, com uma política nacional começando a ser gestada, cresceu o número de Fóruns Estaduais e municipais de ES, de modo que em 2005 já se afirmava a existência de Fóruns em todos os Estados do país. Não se têm informação precisa de quantos fóruns consolidados existiam antes de 2003, contudo sabe-se que na terceira plenária houve

⁵⁰ Essa iniciativa do governo federal foi considerada por Jean-Louis Laville como uma inovação importante no campo das políticas sociais: 'face à pobreza massificada e diante das dificuldades para implementar de forma eficaz políticas sociais clássicas, trata-se de apostar na organização coletiva das atividades socialmente úteis. Colocando com outras palavras, trata-se de dar apoio à formalização de um setor da economia que ficou por um tempo demasiadamente longo relegado à informalidade, o que significa organizar a passagem de uma Economia Popular auto-organizada a uma Economia Solidária com direito à cidadania' (*Alternatives Économiques*, n° 220, dez./2003, p. 91). Citado em BERTUCCI e FERREIRA (2006).

⁵¹ Um registro destes momentos, a partir do qual é baseada esta contextualização inicial, é apresentado no estudo etnográfico de MOTTA (2004).

participação de 17 Estados⁵². Assim, posteriormente, alguns desses fóruns foram induzidos, de um lado, pela influência do FBES para a articulação regional de entidades que poderiam passar a trabalhar com ES, de outro pela necessidade de formação de grupos de trabalho ou comissões para acompanhamento de projetos ou encontros nacionais organizados pela SENAES (e/ou pelo FBES). Em algumas regiões, esses espaços são visivelmente frágeis, não havendo um conjunto de organizações locais consolidadas que os animem, mas pessoas que, individualmente, conduzem atividades em seus estados.

A motivação de participação nessas ações é, para muitos trabalhadores que se engajaram na ES, não apenas uma possibilidade imediata de trabalho e de criação de vínculos que podem levar a projetos futuros, mas seu reconhecimento como liderança em suas regiões.

Desde a criação da SENAES, foram realizados, com financiamento do MTE e de outros ministérios, dois grandes encontros a nível nacional: em 2004, o primeiro Encontro Nacional de Empreendimentos e, em 2006, a primeira Conferência Nacional de ES, culminando em junho no decreto que dispõe sobre a composição, estruturação e funcionamento do Conselho Nacional de ES. Em meio a esse contexto, as lideranças do FBES começam a repensar seu papel na organização do movimento de ES e na sua articulação com o Estado nesses últimos anos, propondo um novo debate para sua reestruturação. Com esse intuito, em 2008 foi realizada a IV Plenária de ES (quase 5 anos depois da III plenária) que foi precedida de uma série de plenárias preparatórias em todos os Estados.

A diversidade de novos atores, as mudanças de visões e consolidação de idéias, assim como os processos de formação de um imaginário sobre a ES permitem muitas investigações em meio a todos esses acontecimentos.

De modo ilustrativo, é possível verificar a diferença entre esses dois momentos no fórum do Distrito Federal e entorno. Em agosto de 2003, em meio ao entusiasmo de tudo o que ocorria naquele contexto, seu primeiro encontro teve a participação de cerca de 400 representações, a maior parte assessorias. Naquele momento, uma pesquisa coordenada por GIRARD (2004), constatou que, apesar da existência de práticas reais de solidariedade que possibilitavam um potencial para geração de renda e laços de sociabilidade, não havia

⁵² Entre os espaços de articulação presentes, tinha-se à época, o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS – criado em 2001), o Fórum de Cooperativismo Popular do RJ, Fórum de ES do RS, entre outros.

praticamente redes, havendo muitas pessoas e grupos isolados⁵³. Hoje a situação não se modificou muito, tendo havido inclusive certo esvaziamento da participação das entidades que compunham o Fórum.

Em 2008, na plenária ocorrida em janeiro no DF, preparatória para a IV Plenária nacional, houve a participação de cerca de 50 representações (um quarto do número anterior), em sua maioria empreendimentos (ao contrário de antes). É certo que existem diversas razões que explicam tal mudança (entre elas uma escolha política do FBES de reduzir o encontro a fim de qualificá-lo e de aumentar o número de vagas para representantes de empreendimentos). Seria interessante um esforço de pesquisa para verificar quais indivíduos e grupos permaneceram desde aquele momento de entusiasmo até os tempos atuais. Essas são questões para as quais se deve dar atenção.

Quadro 2: Grandes eventos que marcam a origem e o reconhecimento da economia solidária

- 1980 – PAC’s Caritas (Igreja Católica)
- 1994 – Criação da ANTEAG (Empresas Recuperadas)
- 1995 – Criação da ITCP RJ (Incubadoras universitárias)
- 1996 – Artigo de Singer na Folha de São Paulo “Economia Solidária Contra o Desemprego”
- 1998 – Criação da ADS – CUT (Sindicatos) / Ano de publicação da primeira tese sobre ES
- 2000 – Criação de Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária
- 2001 – Criação do Grupo de Trabalho ES no I FSM
- 2002 – I Plenária Nacional de ES / Criação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de ES
- 2003 – Criação da SENAES e do FBES (II e III Plenária Nacional)
- 2004 – Primeiro Encontro Nacional de EES
- 2005 – Publicação do primeiro Atlas da ES
- 2006 – I Conferência Nacional de ES / Conselho Nacional de Economia Solidária
- 2008 – IV Plenária Nacional de ES
- 2010 – II Conferência Nacional de ES

⁵³ “Os participantes, depois da constituição do movimento, tornaram-se muito mais esperançosos em relação à urgência dos encaminhamentos de soluções para suas necessidades” (p. 107). A afirmação destacada pode dizer muita coisa sobre o sentido simbólico que estamos tentando destacar aqui.

Outro ponto relevante é a discussão sobre a denominação que se deveria dar a esse conjunto de práticas. No início dos processos de mobilização e reflexão nacional e regional, essa era uma das discussões bastante presente (atualmente foco de pouca atenção). Entre uma série de outros termos como Economia Popular, Sócioeconomia solidária, Economia Popular Solidária, Economia Social, utilizados na América Latina e em diversos países como o Canadá e a França, não havia um consenso para denominar este fenômeno no Brasil.

Contudo, a partir de 2003, com a criação da SENAES e do FBES, o termo Economia Solidária se consolidou como imagem *ideal* dessas diferentes atividades⁵⁴. Os termos de referência e outros documentos elaborados pela SENAES trazem uma definição geral para a ES, que indica que a discussão sobre as reflexões anteriores não faz mais parte de um debate central:

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob formas de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo (Brasil, 2005b, p. 7).

2.4. O campo da Economia Solidária no Brasil a partir do mapeamento da ES

Possivelmente o debate que concentrou o maior esforço coletivo para atingir certo consenso sobre as definições básicas sobre o que é ES tenha sido aquele motivado pela necessidade de uma definição metodológica para execução do mapeamento da ES. Idealizado desde 2004 numa parceria entre a SENAES e o FBES, **o primeiro mapeamento nacional da**

⁵⁴ A primeira citação da expressão ES data de 1996, em um artigo de Singer, publicado na Folha de São Paulo (ver LECHAT, 2004).

ES teve como primeiro desafio a construção de conceitos mais ou menos objetivos sobre o objeto que estava sendo pesquisado⁵⁵.

Sabendo que as estatísticas geradas, seja por órgãos governamentais ou organizações civis são sempre fruto de processos sociais, é preciso lembrar que elas são fundamentalmente instrumentos políticos, não sendo absolutamente gerados segundo qualquer neutralidade (MOTTA, 2010). No caso do Sistema de Informações em ES (SIES), há um o caráter político explícito em sua concepção, seja no processo participativo de produção de estatísticas, seja em sua motivação inicial de fortalecimento da ES. Assim, é possível se questionar: sobre que projeto político, sobre que ideologia estaria sendo construído o SIES?

Antes de responder a essa questão é preciso verificar que o SIES cumpre três funções básicas mutuamente relacionadas. Em primeiro lugar, o SIES seve ao **reconhecimento social** da ES, ao inseri-la nas “estatísticas oficiais” do MTE, ao lado de bases como a RAIS e o CAGED. Isto é, com um instrumento legitimado cientificamente, através de um sistema público, a ES passa a ser compreendida pelo Estado e por toda a sociedade como um “setor realmente existente”. Em segundo lugar, este conjunto de informações permite o **autoconhecimento**, por parte dos próprios atores da ES, do universo que o compõem, assim como sua maior **organização**. É interessante notar que nesse processo passam a se reconhecer como ES atores que antes não haviam contato algum com o tema. Em terceiro lugar, mas não menos importante, o resultado do mapeamento aumenta as possibilidades de elaboração e orientação de **políticas públicas para a ES** (e o acesso a um conjunto de novas políticas por parte desses grupos). Isso permite assim, maior pressão frente a diferentes instâncias governamentais ao oferecer dados quantitativos oficiais, o que muitas vezes caracteriza o fetiche por números.

A compreensão simbólica e social do mapeamento e de seu papel como instrumento legitimado cientificamente necessitaria uma análise a parte⁵⁶. Todo indicador pode ter uma

⁵⁵ Bastante atenção foi dada para que as definições do SIES fossem compreendidas como definições técnicas para permitir a aplicabilidade da pesquisa, sem intuito de se criar uma definição consensual ampla do que seria ES. Contudo, posteriormente, na prática o mapeamento se tornou uma ferramenta fortíssima como critério em diversas instâncias e contextos (como conferências e plenárias) para se dizer o que é e o que não é, o que faz parte e o que não faz parte da ES.

⁵⁶ Este é um dos focos da pesquisa de MOTTA (2010), que afirma: Só se pode compreender a construção do SIES se o consideramos ao mesmo tempo como processo de diálogo entre macro-lógicas e espaços autônomos,

alta relevância ao quantificar o que antes não estava visível ou não era socialmente reconhecido. Ao mesmo tempo, o fato de haver uma publicação oficial apresentando a ES como algo real tem um efeito significativo na auto-estima de trabalhadores que passam a se enxergar, se reconhecer e reforçar sua existência nesse universo.

Por isso, uma das preocupações constantes do grupo de trabalho que coordenou o trabalho era de criação de uma base que pudesse ser considerada científica, feita a partir de uma metodologia bem fundamentada e validada através de sistemas de controle da qualidade da informação. Isso permitiria o reconhecimento nacional e contínuo do SIES por atores que estão de fora do mundo da ES, assim como a apreensão dos conceitos de ES não como ligados a um Governo ou à SENAES, mas como uma concepção da Sociedade e do Estado Brasileiro.

Sabendo que é possível afirmar hoje que o SIES vem atingindo de forma satisfatória este papel, resta-nos discutir que elementos cercam suas concepções básicas. A figura 1 permite visualizar uma primeira compreensão sobre o campo da ES no Brasil, que serviu para guiar o mapeamento. (É interessante notar que esta imagem, que hoje representa um mosaico amplo e complexo, se limitava, em 2003, a poucos componentes).

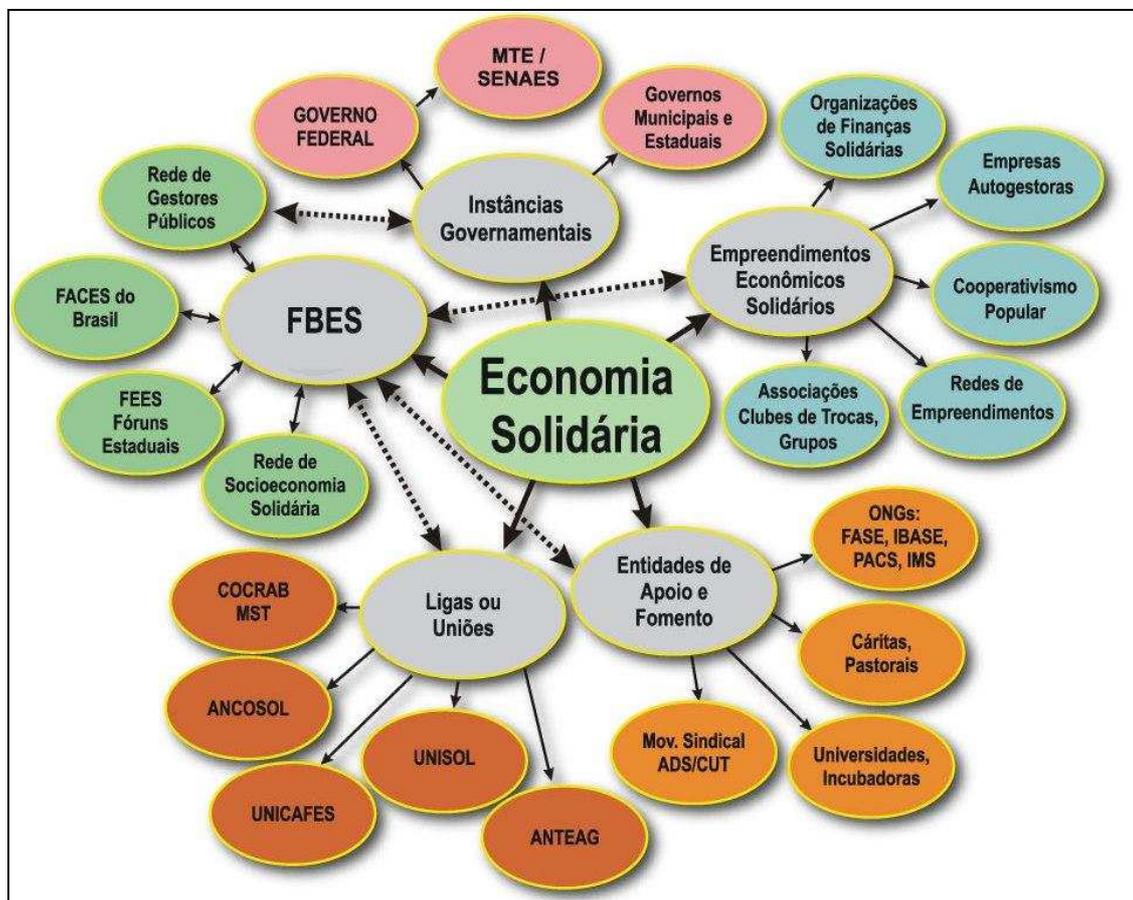
Como apresentado na imagem, além dos trabalhadores organizados em cooperativas, associações, clubes de troca, grupos informais etc., essa concepção apresenta a ES com um campo amplo de atores. As entidades de apoio e fomento, ligadas a diversos movimentos e às universidades, as ligas que representam associações de empreendimentos, as instâncias governamentais em todas as esferas e os fóruns em si, como espaços de reunião e articulação entre todos esses atores são aí incluídos. Tendo em mente este quadro histórico da ES no Brasil, é possível se ter uma pequena percepção da amplitude do campo de trabalho para compreender os diferentes sentidos construídos nesse processo.

Vale lembrar que o mapeamento não pretendeu (nem era seu objetivo) dar conta de toda a realidade da ES. Seu foco recai sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES)⁵⁷. A unidade central da ES, como discutido anteriormente, é, segundo a concepção que guia o mapeamento, o EES.

como Estado, academia e movimento social e como construção negociada e cotidiana de sentidos entre pessoas em particular e a interpretação delas sobre o que fazem (p. 148).

⁵⁷ Até 2007 foram identificados mais de 20 mil EES em todo o país. O questionário abrange um conjunto de 72 questões organizadas em seis partes: identificação e características gerais, tipificação e dimensionamento da

Figura 1: O campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da ES no Brasil 2005

Considerados como a razão de ser da ES e que a ela dá sentido, os EES são caracterizados, no âmbito do SIES, como aquelas organizações⁵⁸:

a) coletivas: serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;

atividade econômica, investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão, situação do trabalho e dimensão sóciopolítica e ambiental. Para um detalhamento maior ver o termo de Referência do SIES. Os resultados podem ser vistos no Atlas da ES no Brasil. Ver BRASIL (2005). Todos estes documentos também se encontram disponíveis na página do sistema: www.sies.mte.gov.br.

⁵⁸ BRASIL, 2006. Portaria Nº 30, de 20 de Março de 2006.

- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Da mesma forma, as definições de Entidades de Apoio e Fomento e de Políticas Públicas de Economia Solidária, só ganham sentido após a definição de EES:

ENTIDADES DE APOIO, ASSESSORIA E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (EAF) são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

As POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA são definidas no âmbito do SIES como aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. As Políticas Públicas de Economia Solidária possuem como beneficiários diretos trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição⁵⁹.

Verifica-se que, mesmo antes do mapeamento, o sentido dominante do que é ES já se mostrava baseado na idéia de EES. Apesar deste sentido estar presente desde o início do fórum brasileiro (nas primeiras plenárias as representações já eram dadas para classificar os participantes como “empreendimento”, “assessoria” ou “governo”), havia antes uma maior

⁵⁹ Logo, seguem características complementares, como o tipo de apoio oferecido aos EES (semelhante aos listados nas entidades de apoio e fomento), a previsão orçamentária e existência de instrumentos institucionalização.

abertura para concepções de desenvolvimento alternativas. Contudo, mais do que nunca, agora o sentido da ES a partir do conceito de EES é absolutamente hegemônico.

Ao tratar dos novos movimentos sociais na atualidade, Maria da Glória Gohn faz um alerta que pode servir à ES:

Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2008, p. 12)

Segundo a autora, a alteração recente no papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior produziu uma situação contraditória. Diferentemente de antes, “As novas políticas sociais do Estado globalizado priorizam processos de inclusão social de setores e camadas tidas como 'vulneráveis ou excluídas' de condições socioeconômicas ou direitos culturais (índios, afrodescendentes etc.)” (GOHN, 2008, p. 13). Assim, as novas referências são “os pobres e excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho” (p. 35) e não operários, com certa estabilidade. A disputa perde como foco a luta capital X trabalho e os mecanismos causadores da exclusão e vai se direcionar às novas políticas sociais compensatórias, ou seja, pela busca de políticas de inclusão.

Isso se refletiria diretamente na própria dinâmica dos movimentos sociais, gerando uma contradição que é a de capturarem-se os sujeitos políticos e culturais da sociedade civil, que passam a ser mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Há, assim, um risco de que esta institucionalização leve à transformação da identidade política desses sujeitos em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados por secretarias de Estado em parceria com organizações civis. Assim, a autora alerta para o perigo da inversão da ordem dos termos (identidade política para política de identidade), que “muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva”, criando sujeitos demarcados por certos laços de pertencimento territorial, étnico etc, como parte de “uma estrutura social amorfa e apolítica.” (p.13).

Em muitos casos, segundo GOHN, isso fez com que os eixos de coordenação das ações coletivas acabassem sendo deslocados da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e organizações populares, para os gabinetes e secretarias do poder estatal, sobretudo, no plano federal.

Este é um dos desafios que enfrenta o movimento de ES. Se, por um lado, nas conferências e plenárias, participam sujeitos fortemente envolvidos com ações locais, há também aqueles artificialmente criados, muitas vezes alienados quanto ao seu significado político mais amplo. Mesmo com todo o esforço de representatividade nacional no FBES, e das características particulares da sua relação com a SENAES, a institucionalização da ES implica muitas vezes em "criar" uma identidade para atores nos territórios, que antes não se reconheciam como tal, nem participavam de outras formas de mobilização.

Além disso, como afirma GOHN, é preciso notar que os movimentos têm nos direitos individuais ou coletivos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade, tendo como referência o universal, com demandas referenciadas na igualdade de condições. Nesse quadro, o movimento de ES reforça sua luta por meio da demanda legítima pelo direito ao trabalho associado. Contudo, ao se limitar a um grupo social, na concepção forjada sobre a noção de empreendimento solidário, perde seu caráter universal.

Nesse sentido, BAUMAN (2005) é ainda mais pessimista em seu diagnóstico, afirmando que a modernidade não deixa espaços nem tempo para se pensar um mundo melhor. Segundo o autor, a idéia do universal se encolheu frente às causas de grupos e categorias fragmentados, como gênero e raça. Além de fragmentados, tais movimentos não tocam mais os aspectos da organização econômica da vida, focando suas reivindicações sobre aspectos culturais (no campo do estigma). A batalha por justiça social dá lugar àquela por reconhecimento.

Isso ocorre num quadro em que se intensifica no capitalismo não só a exploração, mas a exclusão, o que está na base dos casos mais extremos de desigualdades e injustiças sociais. Ao excluído é negada a possibilidade de escolha de sua identidade, é negada sua individualidade, já que é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas.

Neste debate, a ES tem como originalidade a reinserção do econômico. No entanto, ela corre o mesmo risco de ser mais um elemento entre tantos neste universo de fragmentações ao criar barreiras que dividem o “nós” e o “eles”. Essa é a outra face do seu processo de reconhecimento. Sua luta se torna luta pelos interesses de um grupo, de uma forma de organização, que não parece ser passível de ser generalizada. No tópico seguinte, procuramos discutir elementos que podem ajudar a compreender os limites dessa fragmentação.

2.5. Sobre a ES como projeto de desenvolvimento⁶⁰

O livro “Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento”, organizado em 2006 pela rede de gestores de ES (MEDEIROS et AL, 2006), nos permite um olhar bem representativo do ponto de vista teórico e prático sobre a orientação das políticas públicas de ES no Brasil. Esta é a mesma concepção que se encontra tanto nos documentos oficiais da SENAES, nos documentos do FBES ou nos documentos base da primeira e da segunda CONAES. Para entender esta orientação, podemos rever a compreensão sobre ES que fundamenta este livro.

Os antecedentes da ES estão relacionados, segundo os autores, "às conseqüências da revolução tecnológica, nas últimas três décadas do século passado, e à globalização financeira dos mercados (...)" (p.11). A construção de "novas dinâmicas" nos níveis, micro, meso e macro é, assim, vista como uma forma de lidar com a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e o crescimento da pobreza. Estariam dadas as "condições para o surgimento e a ampliação de experiências de economia solidária (...) fazendo emergir muitos empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda, principalmente nas áreas urbanas, bem como a recuperação de empresas pelos trabalhadores na forma de autogestão" (p. 13). Inevitável é citar os casos emblemáticos das fábricas recuperadas.

A ES solidária é apresentada ao lado da economia popular, como tendo:

na sua essência valores sociais e políticos para além da sua viabilidade econômica, enquanto negócio, pois trazem consigo laços de reciprocidade e solidariedade. Compreende-se, também, que essas iniciativas e práticas vão além da geração de

⁶⁰ Parte das conclusões apresentadas aqui pode ser encontrada de forma resumida em BERTUCCI (2010a).

trabalho e renda, porque reivindicam direitos sociais e vinculam as suas conquistas às transformações sociais e políticas para si e para outros. Associam assim, o direito econômico à luta pela democracia. (MEDEIROS et AL, 2006, p. 13).

A partir de tal argumentação, os autores concluem que tais empreendimentos devem ser fortalecidos, assim como sua articulação "para que promovam mudanças e/ou novas regulamentações institucionais no ambiente macropolítico e macroeconômico capazes de dar o suporte necessário à consolidação da Economia Solidária no Brasil. Considera-se, portanto, que o Estado tem um débito histórico para com esses trabalhadores e cidadãos." (idem).

Neste mesmo livro, Genauto França apresenta a política pública de ES como uma fase mais avançada da política de geração de trabalho e renda. Diferentemente da concepção que procurava lutar contra o desemprego através da qualificação massiva de trabalhadores e para além da concepção de inserção produtiva, esta política estaria baseada, segundo o autor, em uma concepção que "privilegia a possibilidade de construção de empreendimentos econômicos coletivos, solidários, articulando a dimensão socioeconômica a sociopolítica." (MEDEIROS et AL, 2006, p. 137). Em sua visão, a política de ES teria uma vocação para "causar um desenvolvimento local, a partir de ações e iniciativas que implicam em organização sociopolítica".

Apesar de não oferecer exemplos de políticas de ES que obtenham tais resultados, é a partir dessa visão que se defende a ES como política de desenvolvimento, "um tipo de iniciativa que envolve diversas ações do poder público; uma questão transversal, do ponto de vista de uma política pública" (p. 139). França Filho afirma ainda que "não é possível pensar uma política de ES a não ser numa forma de política de desenvolvimento" (p.140). Esta é a forma do que deveria (aos olhos desses atores) ser a política de ES.

Não é difícil demonstrar que a compreensão prática da ES no Brasil não constitui ações transversais, se baseando, quase que exclusivamente, na noção de apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários. Apesar da ES ser apresentada como projeto de desenvolvimento, tanto as ações do movimento organizado quanto a política pública são limitadas a ações específicas de apoio a unidades de produção coletiva. Ou seja, são ações voltadas para o fortalecimento de um determinado tipo de organização, com características específicas, e não para o conjunto da

sociedade numa concepção ampla de desenvolvimento. Isto se dá tanto pelas instituições do movimento da sociedade civil quanto do Estado.

A leitura da carta de princípios de junho de 2003, definida na III Plenária Nacional da Economia Solidária do FBES poderia dar a impressão contrária:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

Documentos como este são extremamente genéricos, reafirmando a luta contra a exploração do trabalho no capitalismo e defendendo um conjunto de valores consensuais e quase que universalmente aceitos. A falta de clareza sobre medidas práticas que poderiam ser colocados em jogo num projeto de desenvolvimento deixa em dúvida a possibilidade de que esta carta tenha, por si, maior repercussão. Por outro lado, um elemento importante fica explícito na carta: o fato de que **a luta histórica que culmina na ES diferencia-se da luta sindical por ser uma luta pelo direito ao trabalho associado**, e não da defesa ou ampliação dos direitos do trabalhador assalariado – o que não impede que haja alianças entre esses campos.

Ao se observar o texto básico mais recente de apresentação do FBES, percebe-se que este está em sintonia com as definições do mapeamento da ES, o que reforça a idéia de que o que se chama de projeto de desenvolvimento se restringe ao desenvolvimento dos empreendimentos coletivos:

Numa breve avaliação do processo de constituição, pode-se dizer que o movimento de Economia Solidária alcançou, em parte, o reconhecimento, a visibilidade e a legitimidade necessária. Agora, caracterizar e identificar o FBES são ações prioritárias no sentido de demarcar o campo da denominada Economia Solidária. Nisso, o Mapeamento da Economia Solidária e a elaboração do Atlas da Economia Solidária no Brasil são, ao mesmo tempo, frutos da política de integração do movimento da ES com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES) e instrumentos

para a qualificação do nosso trabalho e demarcar o campo da Economia Solidária. (www.fbes.org.br – consulta em março de 2010).

Do mesmo modo, no documento final da I Conferência Nacional de ES é possível encontrar diversas afirmações genéricas que falam sobre “práticas fundadas em relações de colaboração solidária”, “inspiradas por valores culturais”, “ambientalmente sustentáveis e socialmente justas” e que “transformem a mentalidade cultural dominante de competição”. No entanto, questionando-se sobre as normas, os mecanismos, as instituições ou as práticas específicas que permitiriam o desenvolvimento desses valores, a resposta é simples e quase direta: isso seria alcançado pelo fortalecimento dos empreendimentos solidários.

A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que **tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários**. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. (...) é geradora de trabalho emancipado, (...) superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital (BRASIL, 2006). (Grifo nosso).

Sugere-se assim que o desenvolvimento dos empreendimentos levaria a uma sociedade emancipada, já que estes democratizariam as relações de trabalho. Neste documento é declarado ainda que a ES compartilha valores, princípios e práticas “de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade que tenham como foco principal a valorização do ser humano”. Faz-se referência à luta da população negra, aos movimentos indígenas e de mulheres, entre outros. Contudo, o que é considerado valorização do ser humano constitui algo bastante impreciso.

A fim de reforçar a afirmação de que a política de ES está centrada no apoio aos EES, podemos tomar outras citações. Em reportagem sobre a comemoração dos 6 anos da SENAES, afirma-se:

A Secretaria implementa ações de formação, incubação, assistência técnica e assessoramento **de trabalhadores em empreendimentos solidários**. (...) Cerca de 250 mil trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários já foram beneficiados.⁶¹ (Grifo nosso).

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, o papel da SENAES é estratégico para o Brasil:

O desempenho da SENAES é importante pela necessidade de fortalecimento das cooperativas de trabalhadores e pelo incentivo à qualificação as linhas de crédito para os pequenos empreendedores. Esta secretaria iniciou um novo ciclo nas relações das organizações populares voltadas aos pequenos produtores e ao associativismo, para que o trabalhador garanta seu próprio sustento.

De forma semelhante, em reportagem sobre um Projeto de lei que cria normas para Economia Popular Solidária no RS verifica-se que:

De acordo com o texto do projeto, “os empreendimentos da economia popular solidária terão prioridade e critérios diferenciados para a obtenção de incentivos ao investimento e à fixação das atividades econômicas”⁶².

Mas isto não se limita à visão de política pública. Em um texto de um blog formado por atores influentes na ES, afirma-se que:

A economia solidária, maneira de trabalho na qual patrão e empregado não existem, representa uma alternativa promissora para a pobreza. Milhares de empreendimentos que trabalham nessa linha ganham cada vez mais espaço no campo e nas cidades brasileiras⁶³.

⁶¹ Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4566&Itemid=1 Assessoria de Imprensa do MTE (29 de junho de 2009).

⁶² Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4636&Itemid=1 (08 de agosto de 2009) Fonte: <http://www.jornalagora.com.br>.

⁶³ Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4570&Itemid=1 Brasil Autogestionário (02 de julho de 2009).

E esta lista poderia seguir indefinidamente. Tanto os documentos oficiais quanto os discursos dos atores colocam o apoio aos empreendimentos como a base fundamental da política de ES. Contudo, existem poucas evidências que permitam afirmar que a organização de trabalhadores em empreendimentos autogestionados pode ter, por si só, um efeito tão relevante ao combate à pobreza e à desigualdade.

Há poucos argumentos que permitam defender a idéia de que uma economia formada por EES's teria menos problemas sociais de todo o tipo. Se fosse este o caso, nada indica que haveria uma possibilidade de superação das desigualdades de qualificação e de disputa pelos melhores postos nas empresas mais bem sucedidas, assim como o acesso aos bens básicos não estaria por si garantido. A corrida por inovação manter-se-ia guiada pela maximização de lucros, gerando a necessidade de ampliação constante da produtividade. Embora houvesse mais dificuldades em desligar os sócios trabalhadores, provavelmente não haveriam, dado o modelo concorrencial, condições que permitissem aumentar seu número.

Ou seja, a aplicação de políticas redistributivas, que afetem a estrutura econômica e as desigualdades entre diferentes grupos sociais, as conexões com as estruturas de poder e o uso dos bens públicos são questões que não são investigadas nem enfrentadas pela orientação da política de ES centrada em empreendimentos autogestionados.

Francisco Alves (MEDEIROS et Al, 2006, p.120) explica o papel da ES no organograma das prefeituras: "Em alguns lugares, há uma secretaria instituída, própria para ES; em outros, não se verifica nada disso. [Nestes] A economia solidária é uma iniciativa ou um projeto, ou até aglutina um conjunto de projetos, mas que ocorrem subordinados a uma determinada secretaria que está dentro de um órgão do governo." Assim, faz uma crítica aberta ao lugar institucional da SENAES, chegando a questionar a real existência de uma política de ES no Governo Federal, já que esta secretaria ocuparia, segundo o autor, um "quarto escalão" (o que nos parece um certo reducionismo das possibilidades de atuação desta secretaria). Vale destacar que ele não critica os limites da política quanto ao seu fundamento no apoio aos empreendimentos, mas sim os limites do espaço institucional ocupado pelos órgãos executores da política.

Fica claro que a política de ES no âmbito do governo federal, realizada por uma secretaria, se fundamenta em um conjunto de ações e estratégias especificamente voltadas para

o apoio à organização de EES. Existem ações diversas elaboradas em conjunto com outros Ministérios e instâncias de governo, contudo, neste diálogo, as ações e programas não se desvinculam desta perspectiva. Isso é reforçado pela conclusão de BAUD (2004, p. 47), ao afirmar que a existência de diversas parcerias limitadas a um só programa, cuja realização é assumida pela SENAES, não permite modificar de fato os modelos de análise dentro de cada órgão, ou seja, entre tais parceiros. A integração da identidade da ES se mantém parcial e, geralmente, segundo a autora, tida a partir de uma visão assistencialista.

BAUD (2004) afirma ainda que isto revela outra característica do governo Lula, que demonstra uma grande capacidade de responder a diferentes demandas sem, contudo, integrá-las de modo estrutural. A possibilidade de se obter resultados substancialmente mais importantes, com uma política integrada às prioridades do Estado é limitada por certo isolamento da SENAES na estrutura do governo e pelo fraco envolvimento de outros órgãos do Estado na política pública de apoio à ES. No entanto, mesmo que maior atenção fosse dada a ES, é preciso verificar que a política de ES, em sua concepção prática precisaria de maior consistência para orientar um projeto de desenvolvimento nacional justamente por ser restrita à economia de empreendimentos autogestionados.

No início de 2010, o Ministério da Educação lançou um edital que visa à contratação de instituições de ensino para produção de materiais de ensino para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a formação de educadores. Iniciativas como essa sugerem que a ES estaria entrando em uma pauta mais ampla de desenvolvimento tanto pela via da formação ao entrar no currículo de EJA quanto através da inclusão produtiva desse público, que poderia constituir novos empreendimentos solidários no processo de alfabetização. No entanto, o que orienta tal política é a formação de empreendimentos solidários, dentro de uma perspectiva de inclusão destes trabalhadores (no mercado). O projeto se coloca como uma possibilidade complementar (importante) de geração de renda para esta parte específica da população, guardando pouca relação com um projeto de mudança estrutural do sistema educacional tradicional. Não se trata de questionar a orientação “conteudista” do sistema de ensino atual, sua base na divisão disciplinar, as metodologias de avaliação e gestão da escola, nem a meritocracia.

De forma similar, existem políticas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério do Desenvolvimento Social que realizam ações que têm como

público alvo, trabalhadores em EES. Quando há uma referência direta à ES explicita-se o público alvo como os membros de unidades produtivas coletivas, associações e cooperativas, ou se prevê parceria ou articulação com fóruns locais de ES. É o caso do decreto que determina a destinação de resíduos dos órgãos e autarquias da administração pública às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a lei federal que dispõe sobre a dispensa de licitação. O que fica evidente é que, cada vez mais se criam mecanismos para se apoiar um setor específico, que luta por espaço, reconhecimento e recursos:

Outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo **para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações**, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de economia solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). (PRAXEDES, 2009, p. 59). (Grifo nosso).

Dado este quadro, os diferentes programas de ES, construídos e orientados mais ou menos de acordo com a demanda do próprio movimento social, tratam basicamente de políticas de formação, capacitação, comercialização, crédito, etc. voltadas para as unidades de produção coletivas que se enquadram na definição de empreendimento econômico solidário. Sua orientação atual tem seu foco na organização produtiva e na inserção mercantil desses trabalhadores (mesmo sabendo que não se trata do livre mercado do liberalismo clássico).

Tais programas ampliam consideravelmente o alcance das políticas de ES, e são fundamentais como parte de um projeto de desenvolvimento, sendo que têm efeitos muito relevantes na vida das pessoas nele inseridos que não podem ser descartados. Contudo, são políticas que partem basicamente da perspectiva de fortalecimento de grupos produtivos associativos. Tais iniciativas são extremamente positivas e legítimas, mas não devem ser superestimadas. Há que se perguntar qual a possibilidade de se obter resultados substanciais com tal estratégia, dado, por um lado, as frágeis condições estruturais dos EES, e, por outro

lado, a falta de um projeto prático, que aponte com clareza uma forma de integração da ES com o resto da sociedade.

A introdução na agenda pública do tema do trabalho associado e autogestionário significa um novo desafio para o campo dos direitos sociais e do trabalho. Contudo, não se trata de um conjunto de ações que forneça um eixo de orientação para diferentes áreas do desenvolvimento. Nada indica que a ES, enquanto setor organizado por unidades produtivas autogestionadas ofereça caminhos para práticas políticas baseadas em um modo de cultura e de vida estruturalmente diferente da vida moderna, que possa ser difundida para além de suas unidades. Há de se considerar que há uma mudança efetiva na vida dos atores diretamente envolvidos nos seus empreendimentos que é relevante, inclusive, no que diz respeito a elementos subjetivos como auto-estima e superação de situações de preconceito e discriminação por meio da valorização no grupo trabalho. Porém, a idéia de que a “mudança” (pela ótica das relações sociais de produção) operada nos empreendimentos possa alcançar a dimensão civilizacional é apenas uma suposição⁶⁴.

Ou seja, a orientação atual da política de ES se volta, seja por meio de apoio direto ou por meio de mudanças institucionais, para trabalhadores em empreendimentos. Esta é sua lógica e seu resultado, não se tratando de uma política universal, seja no campo dos direitos do trabalho ou no campo dos direitos sociais. Percebe-se aqui que existe uma grande diferença entre a noção de ES como um conjunto de princípios e valores e como forma objetiva de política pública. O que vemos é que existe uma camada da população que demanda (de forma legítima) políticas de apoio (aí se reflete a política de forma objetiva). Na prática, isso está distante do que seja um projeto alternativo de organização da sociedade (o que se pretende na declaração de princípios e valores).

Este é o ponto que gostaríamos de destacar. A compreensão da ES mesmo como um setor da economia é contraditória com o discurso de projeto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo. Isso porque o fortalecimento de empresas que se baseiam em formas alternativas de gestão não parece ser suficiente para sustentar tal projeto. Isto é reconhecido sutilmente na parte final do documento base da II CONAES, quando são apresentados os objetivos da

⁶⁴ Poder-se-ia dizer que se trata de uma aposta, mais do que uma suposição. Porém, o que estamos tentando demonstrar é justamente que para apostar numa mudança civilizacional é preciso considerar outros elementos, além das transformações operadas nos empreendimentos.

política de economia solidária, “enquanto **parte** de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo” (BRASIL, 2010, p. 27. Grifo nosso).

O debate que será feito na II Conferência Nacional de ES discutirá o direito ao trabalho associado⁶⁵, o que evidencia que pouco se discute sobre a criação de normas gerais que possam regular o conjunto da economia. Muito menos que isso, trata-se de definir um recorte, um setor determinado que corresponda a alguns atores. Embora haja uma expectativa ampla de que a ES signifique um novo paradigma (e, de fato, tal política já constitui um avanço em relação à tendência do Estado capitalista em individualizar as relações), cada vez mais sua concepção se restringe a uma visão setorializada, não se tratando da luta por direitos de todo cidadão, mas apenas daqueles ligados a empreendimentos autogestionários. Nesse sentido, a luta por uma legislação que permita o reconhecimento da ES é baseada na idéia de que existem sujeitos de direito e um público beneficiário específico desta política.

Em resumo, a definição tradicional de EES constituída nesses dez anos teve um efeito evidente de permitir uma orientação objetiva para o movimento e para as políticas públicas. Incubadoras de **empreendimentos, cooperativas** de trabalhadores, **associações** de produtores rurais, **empresas** recuperadas, **grupos** informais, formam a pedra fundamental para o Mapeamento da Economia Solidária, ou melhor, para o Mapeamento de **Empreendimentos Econômicos Solidários**. Todavia, há uma distância grande entre o discurso que resgata as diversas dimensões estruturais do desenvolvimento (ambiental, social e comunitária), e os instrumentos práticos que definem a ES no Brasil que, na sua atual orientação, não se consolida sem a noção de grupo produtivo⁶⁶.

⁶⁵ Em uma entrevista no I FSM de ES um membro da secretaria executiva do FBES afirma: “essa IIª Conferência tem uma natureza menos setorial e mais agregadora, porque entra em uma questão mais de fundo sobre Economia Solidária, como sendo um setor da economia que precisa ser fortalecido e não apenas uma agenda social, como política social compensatória.” Como revela esta afirmação, não se trata de mudar estruturas e comportamentos, mas de apoiar um setor. Não se trata de ES como algo de caráter universal, mas de uma política restrita a um conjunto de atores.

⁶⁶ Por isso, muitos atores se perdem ao procurarem encontrar um espaço na ES, se perguntando “como eu faço parte?”. Não é apenas o caso dos artesãos individuais nas feiras, mas também de diversos outros indivíduos cuja profissão, no contexto societário atual, não os permite fazer parte de um grupo. Em casos excepcionais, baseados na idéia de que o empreendimento solidário seria o modo de organização econômica ideal, jovens de classe média e bem qualificados decidem formar cooperativas de softwares livres, por exemplo. Outra resposta comum é de que todos podem participar constituindo um grupo de consumo. Tendo dado o longo processo de divisão social

Outra questão que não pode ser negligenciada é a de que limitar a prática da ES ao apoio aos empreendimentos implica limitar o projeto de ES a uma concepção de desenvolvimento que tem na troca mercantil, seu fundamento. É certo que não se trata da concorrência do livre mercado, já que é dado grande peso às políticas de Estado no apoio para sua inserção produtiva. Mas, ao contrário do que se prega, a concepção sobre o que caracteriza o mundo econômico continua restrita a atividade de troca de valor trabalho.

Isso significa que a concepção de autogestão centrada nos empreendimentos econômicos solidários pouco contribui para propor mudanças na vida cotidiana, sobre a estrutura do sistema educacional, sobre os sistemas de transporte e saúde públicos ou sobre o acesso à cultura e lazer disponíveis à população. Tal concepção, limitada a noção de que basta mudar a organização do trabalho, negligencia o papel do Estado na coordenação do processo de redistribuição da riqueza nacional em áreas básicas, através da oferta não mercantil de bens públicos⁶⁷.

Diferentemente, parece-nos que a idéia de autogestão social é algo que deve ir muito além da tomada de decisão coletiva em unidades de produção associativas. Trata-se de um princípio amplo de orientação da organização social, para além das fábricas. Numa sociedade regida pelo mercado em sua macroestrutura, não se pode idealizar a gestão coletiva das fábricas. Isso significaria pensar a autogestão de forma descontextualizada, pois, mesmo que a propriedade da empresa seja coletiva, o produto social é definido, antes de tudo, por ter valor de troca⁶⁸ e não valor de uso.

Além disso, não existe, na ES, uma orientação para uma política pública de valorização e reconhecimento de atividades econômicas não mercantis que não são coordenadas pelo

do trabalho, é possível perceber que a mera mudança organizacional não altera em si a dependência dos mercados nem pode criar a diversidade produtiva para responder a maior parte das demandas da vida cotidiana.

⁶⁷ Consequentemente, a Idéia de autogestão se limita quase sempre à gestão dos empreendimentos, não significando uma autogestão social, o que seria muito diferente. Embora as práticas de ES coloquem fortemente em pauta questões como a do orçamento participativo, valorizando a criação de espaços institucionalizados como os conselhos estaduais e municipais, não se identifica na gestão (participativa) do orçamento público um espaço potencial de desenvolvimento de um projeto fundado na solidariedade social e no autogoverno.

⁶⁸ Acredito que a autogestão, como princípio, esteja ligada a um processo em que os homens em sociedade definem conscientemente o que produzir de acordo com suas necessidades, segundo seu valor de uso. Por isso, regular e controlar a produção socialmente (por exemplo, pelo controle social da saúde, da educação ou do transporte público) pode ter tanto ou mais sentido em termos de autogestão social do que regular a fábrica coletivamente.

Estado, tanto de serviços de assistência prestados à população por organizações civis (como o apoio a idosos, deficientes, crianças, desempregados, etc.) quanto de trabalho doméstico⁶⁹.

Esses elementos são fundamentais para qualquer discussão sobre desenvolvimento⁷⁰ que considere a possibilidade de institucionalização de um processo de solidariedade social de maneira ampliada. No entanto, passam apenas marginalmente pelas principais discussões e disputas políticas da ES. Discussões fundamentais sobre a organização da cidade, o acesso aos bens e espaços públicos estão fora do centro dos debates⁷¹.

Isso não significa que empreendimentos solidários não devam receber um apoio maciço do Estado. Ao contrário, é provável que o processo de autogestão nas unidades produtivas em si gere diversos efeitos positivos, devendo ser estimulado. Contudo, não é razoável a crença de que os empreendimentos por si só, por mais que possam se tornar viáveis social, econômica e ambientalmente, tenham potencial para criar uma dinâmica de desenvolvimento no sentido amplo do termo.

Estamos relativamente de acordo com Sandra Praxedes, da rede de gestores em economia solidária, quando afirma que “Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade” (PRAXEDES, 2009, p. 57).

No entanto, nesse discurso, falta esclarecer como articular o cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas várias áreas (educação, saúde, meio ambiente, habitação, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) e as ações de apoio a

⁶⁹ Uma importante fração das atividades econômicas realizadas nesses setores na França se inclui na chamada Economia Social e Solidária. Neste país, o quadro de teóricos que busca dar ênfase a Economia Solidária, parte de uma realidade muito diferente da brasileira, em que alguns setores se organizam por atividades mercantis e não-mercantis, sendo pertinente a concepção de Economia Plural. É importante afirmar que a ESS na França e no Brasil se diferem muito no tocante a relevância dada à autogestão e à restrição ao emprego de trabalho assalariado nos empreendimentos.

⁷⁰ Ver, por exemplo, a discussão de Amartya SEN, 2000.

⁷¹ Por exemplo, a valorização dos meios de transporte público e a urgência da necessidade de se reduzir o número de carros nas grandes cidades, talvez um dos temas mais importantes da atualidade, é um tema que não chega nem mesmo a ser citado nas conferências de ES.

empreendimentos coletivos. Considerando a estrutura histórica, social e econômica da realidade dos empreendimentos solidários, não é possível esperar que a mudança da sociedade venha simplesmente da transição do trabalho assalariado em empresas capitalistas para o trabalho autogestionado. Um projeto que não discuta minimamente esta articulação ampla, não nos parece refletir uma proposta viável de longo prazo.

Ao fazer uma defesa feminista da ES, Tânia Cruz, evidencia (de maneira não intencionada) qual seria o público alvo desta política. Afirma que:

(...) a política para chegar no município em que mulheres são donas-de-casa e que, na visão delas, estão ali complementando uma renda, tem que ter a seguinte preocupação: para trazê-las para o fórum de debate, quem cuida da criança? Quem cuida da casa? Essa mulher que está ali há 10, 15, 20 anos trabalhando como diarista, não tem carteira assinada e vai envelhecer. Como essa política vai realocar a força de trabalho dessa mulher? Para fazer isso, eu tenho que trazê-la para o debate. (CRUZ, Tânia. In: MEDEIROS et Al, 2006, p. 142)

Uma política voltada a EES não é capaz de responder a esse tipo de demanda. A criação de creches públicas ou um sistema de aposentadoria específico para mulheres em determinadas condições são elementos que ampliariam sua condição de cidadania e liberdade, mas que não se considera na política de ES. E de forma alguma deveriam ser restritas a mulheres que participam de empreendimentos solidários. É interessante notar que a questão de gênero é sempre levantada como um elemento importante nos debates, sem que se aponte de forma objetiva como a noção de direito das mulheres se relaciona com a de fortalecimento unidades produtivas coletivas⁷².

O fato das políticas de ES serem direcionadas para os empreendimentos não é algo que se coloca em questão, mas constitui uma consequência natural da concepção dominante de ES. Em um artigo de um Boletim informativo da SENAES, isso fica claro, no comentário sobre um curso oferecido para uma incubadora:

⁷² A dificuldade em se organizar, nos próprios encontros de ES, mesas que tenham participação equilibrada de homens e mulheres deveria evidenciar, por si só, que as estruturas sociais dificilmente podem ser derrubadas por ações voluntaristas.

Vários membros das cooperativas participaram do curso e, para o educador da Universo Livre, Wesley Alberto Alves, “Através do curso percebemos que existem outras políticas públicas desenvolvidas pela Senaes das quais podemos fazer parte. Além disso, durante o evento sentimos a necessidade de buscar parcerias para o nosso desenvolvimento e também para comercializar os produtos das nossas cooperativas”, afirmou. (BRASIL, 2009).

Ou ainda, sobre as políticas elaboradas pelo governo da Bahia:

Ademais, contou-se também com a experiência e dedicação da equipe técnica no firme propósito de contribuir para a implementação de uma política de economia solidária que gerasse resultados efetivos para os empreendimentos baianos. (OLIVA, REIS e MEIRA, 2009, p. 50).

É correto que este setor pode ser importante para um projeto de desenvolvimento. No entanto, olhando desta perspectiva, a política de ES constitui antes a defesa de um setor do que um projeto político integrado para a sociedade. Cabe considerar a fragilidade dos empreendimentos solidários. É muito difícil que a renda obtida neste tipo de atividade (que, no Brasil, forma um imenso exército de reserva de mão de obra) possa proporcionar um padrão de vida satisfatório a maioria dos trabalhadores da ES⁷³.

De todo modo, fica claro que o público alvo da política de ES se limita a uma parte específica da população, ligada diretamente aos EES. Esta população não é pouco relevante, porém, este limite impede, no estágio atual, de se considerar esta concepção de ES como um projeto de desenvolvimento para o país. Ela pode oferecer orientações importantes sobre o princípio da democracia participativa, da autonomia e da autogestão social, porém, até o momento não serve mais do que orientação para tais questões.

Não se quer, com isso, afirmar que a política não seja relevante, mas apenas apontar seus limites, já que considerá-la como um paradigma de desenvolvimento pode ser uma opção

⁷³ Para fazer afirmações mais precisas, um estudo específico seria necessário. Contudo, os dados sobre remuneração média dos associados nos empreendimentos permitem uma boa idéia desta realidade. Entre aqueles que declararam a remuneração dos sócios (cerca da metade não declarou), 63% se encontram na faixa de até um salário mínimo. Apenas 6% declarou remuneração dos sócios superior a dois salários mínimos.

no mínimo precipitada. Colocada da forma como hoje está definida, **a política solidária pode ser considerada um elemento a ser considerado em um projeto de desenvolvimento**, na medida em que tem potencial de atingir um conjunto específico de trabalhadores (assim como uma política de agricultura familiar ou uma política voltada para um setor da indústria), **mas não como o projeto em si**.

Alzira MEDEIROS et Al. (2006) destaca que é preciso levar em consideração a existência de formações sociais e econômicas diferentes nas regiões brasileiras, que se expressa dentro do contexto da construção da ES e, portanto, das políticas públicas⁷⁴. A autora conclama todos "para repensarmos essas questões das políticas públicas dentro de um contexto socioeconômico e de formação histórica diferente para que não queiramos estabelecer modelos e padrões que são importantes para o Nordeste ou para o Norte, mas não se adaptam nem ao Sul nem ao Sudeste, e vice-versa" (p. 154). A pergunta que se coloca assim é: existe um esforço para se pensar políticas que levem em conta as questões territoriais diferenciadas? Ou ainda, que peso têm tais políticas para influenciar características regionais? Não sendo um projeto assumido como prioridade pelo governo federal, a política não estaria restrita a pequenas ações pontuais?

Nesses anos um novo campo para se discutir uma orientação diferente de sociedade foi aberto. Este campo denomina-se "Economia Solidária" e nunca teve tamanha repercussão. Contudo, é incerto que as políticas de ES tenham capacidade de atingir um nível mais elevado de criação de um tecido social, somente pela dinamização de associações e cooperativas. A compreensão do significado público desse fenômeno vai depender, num futuro próximo, de como os próprios atores o constroem, seja no campo de empreendimentos, de práticas individuais, da política pública ou no campo de luta por direitos econômicos e sociais.

Não se deve ignorar que, em grande parte, não é a dimensão propriamente econômica que permite a construção simbólica da ES. Como temos visto ao longo deste trabalho, são os distintos contextos sociais que condicionam a trajetória daqueles que nela se engajam.

Com efeito, se a economia solidária se limita a um setor da economia (fundamentalmente caracterizado por grupos sociais pauperizados) ela talvez não possa ser

⁷⁴ Fato ilustrado pelo mapeamento, que indica uma maior presença de formações cooperativas no Sul e Sudeste, enquanto que no Nordeste vigoram formações Associativas.

afirmada como um projeto amplo de desenvolvimento. Isso significa que, da forma como está colocada, defendendo o direito (vale lembrar, legítimo e necessário) ao trabalho associado ela pode significar, antes, uma estratégia de inclusão social e de geração de renda para uma camada da população excluída ou com dificuldades de inserção produtiva, do que uma estratégia de mudança cultural, que coloque em questão o *status quo* e o modo de vida da sociedade moderna para além desses grupos.

2.6. Sobre a falsa dicotomia indivíduo-sociedade

No mundo da ES é comum encontrar, como discutimos anteriormente, um discurso que considero um pouco simplista sobre o funcionamento da sociedade e a condição humana. Em alguns documentos, como o da I Conferência, afirmações como esta chamam a atenção:

A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital. (BRASIL, 2006).

Essa percepção quase heróica do trabalhador emancipado é fruto de uma visão da realidade que toma valores como cooperação e solidariedade como atributos individuais e não construções sociais. Nesta visão, este trabalhador, por ser um sujeito formado num empreendimento coletivo autogestionário seria diferente de outros trabalhadores. Contudo, não há nada que justifique a idéia de que unidades de produção coletivas por si só produzirão trabalhadores emancipados, livres das condições que o mundo do trabalho e todo o resto da sociedade lhe aplicam.

Esse contraponto entre valores individualistas e cooperativos é feito muitas vezes a partir da análise dos empreendimentos, como se fossem escolhas morais de grupos de trabalhadores:

Temos a enorme preocupação de que os empreendimentos sejam auto-sustentáveis. E o que é um empreendimento auto-sustentável? Seria o que dá dinheiro, que dá lucro? Ou seria aquele que, em sua concepção e lógica, estão presentes os fundamentos da

economia solidária no que tange a solidariedade, cidadania e autogestão? (ALVES, Francisco J., em MEDEIROS et Al., 2006, p. 125);

A responsabilidade neste tipo de colocação é colocada sobre os empreendimentos e pessoas que os constituem, quando, participar de um EES não se trata de uma simples decisão do trabalhador, mas também de uma condição social (do mesmo modo que um trabalhador não decide simplesmente ser assalariado). Nessa perspectiva, que criticamos, bastaria que estes empreendimentos, em seu micro universo, seguissem determinados fundamentos (e valores) e poderiam ser considerados sustentáveis. Esta é uma das críticas feita por CARLEIAL e PAULISTA (2010):

A preparação para tal prática exige a apreensão de valores éticos, morais e sociais centrados na cooperação e no coletivo para grupos muito fragilizados socialmente os quais ainda teriam a “responsabilidade” de construir um modelo de superação do capital. (p. 20)

A sustentabilidade não é vista, assim, sobre uma perspectiva social, nem se questiona que condições estruturais poderiam limitar ou estimular práticas sustentáveis. Diferenciando a ES da economia popular, França Filho afirma que:

No final das contas, há uma imensa economia dos setores populares que é fundamentalmente em base informal. Nem sempre ela é solidária. Ela pode ser, inclusive, muito individualista, como é o caso dos ambulantes, por exemplo, no que a gente costuma chamar de economia informal. O grande potencial que existe para o desenvolvimento dessa economia dos setores informais encontra-se, precisamente, no segmento de economia popular que existe dentro dessa imensa economia dos setores populares. (MEDEIROS et Al, 2006, p. 167).

Considerações como estas partem de um modelo que cria uma dicotomia entre uma economia popular solidária e uma economia informal não solidária ou uma economia capitalista individualista, praticamente polarizando a questão entre duas formas concorrentes

de agir. Não queremos dizer que os trabalhadores estão fadados a obedecer a uma condição social determinada. O objetivo aqui é apenas alertar para o fato de que o contexto social condiciona as escolhas individuais. José F. de Melo Neto afirma:

A ES, me parece, marcha nesse caminho de fazer com que as pessoas possam se transformar individualmente, se despojar desses conceitos e pré-conceitos construídos na nossa história, até porque no Brasil temos grande diversidade cultural, o que faz com que a gente abra a cabeça para pensar o novo. (MEDEIROS et Al, 2006, p. 146).

Esse tipo de argumentação gera duas dificuldades fundamentais. Por um lado, peca por transformar a discussão em uma questão de valores a priori (valores aos quais os indivíduos ou empreendimentos isoladamente poderiam se adequar). Por outro lado, falha ao ignorar as práticas de solidariedade de outras esferas que estão fora do âmbito da ES (e que são, certamente, fundamentais para a sobrevivência de muitas organizações bem sucedidas na anarquia do mercado capitalista).

Sabendo que os trabalhadores de empreendimentos solidários desenvolvem atividades de produção e prestação de serviços mal remuneradas, Sylvia de Mello afirma que "A capacitação desta população, para que possa oferecer serviços e produtos qualificados e melhor remunerados constitui um importante compromisso neste campo, cabendo também à universidade um importante papel, dada sua responsabilidade pela formação." (in CORTEGOSO e GAMBELLI, 2008, p.35). A autora evidencia, assim, o dilema da universidade: qualificar os empreendimentos para sua inserção no mercado competitivo ao mesmo tempo em que os forma para uma cultura de sustentabilidade e cooperação.

Embora, esta formação tenha a perspectiva de desenvolvimento de uma cultura "compatível com a proposta da economia solidária" internamente ao empreendimento e na relação destes com outros atores sociais, sua base se orienta, na prática, ao apoio a unidades de produção coletivas. Não se coloca em questão o sistema educacional, nem a formação

universitária ou o ensino fundamental. A formação para construção de uma "outra sociedade" segundo esta concepção individualizante, equivale à formação de trabalhadores na ES⁷⁵.

Não seria exagero dizer que isso algumas vezes acaba impondo a organização de trabalhadores em cooperativas ou associações, ou o pertencimento a um grupo coletivo, para que recebam algum apoio. A condição para o acesso à política, como apresentada no documento preparatório da II CONAES não deixa dúvidas.

É fundamental que a Política Nacional de Economia Solidária inclua também os beneficiários de programas sociais desenvolvidos no âmbito das políticas sociais, com prioridade para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, **desde que desejem** se organizar em empreendimentos econômicos solidários. (BRASIL, 2010, p. 25). (grifo nosso).

Isso supõe a participação em um empreendimento solidário como uma mera escolha individual. No entanto, associar-se para o trabalho coletivo, assim como a decisão de se tornar um trabalhador assalariado, são escolhas condicionadas pelo meio social⁷⁶. Não foi sem preceder grandes mudanças no meio social e econômico e sem a influência dos Estados-nações que a venda da força de trabalho no mercado pelos indivíduos se tornou a regra, assim como não será a partir de decisões voluntaristas que o trabalho associado vai se difundir. Para isso, é preciso criar estruturas sociais que dêem suporte a esta forma de produção (o que de

⁷⁵ Para citar outro exemplo, podemos lembrar a idealização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. É comum a afirmação de que os catadores deveriam ser considerados agentes ambientais pelo fato de prestarem um serviço a sociedade e por seu papel formativo nesse processo. Contudo, é preciso considerar que o trabalho de catador não se origina de um processo individual de conscientização, mas é um reflexo de uma sociedade extremamente desigual que não oferece nenhuma outra perspectiva de vida digna para esses trabalhadores. A proposta de organização de catadores em cooperativas, embora louvável e mesmo produzindo resultados efetivos na redução da precariedade de seu trabalho e aumento de sua renda, constitui medida apenas de curto prazo ao valorizar uma profissão que, num quadro ideal, talvez não devesse nem mesmo existir. Um projeto de tratamento de resíduos em longo prazo deve também ter como horizonte, por um lado, medidas de regulação dos processos de produção e consumo, e por, outro, medidas de realocação e readaptação do trabalho nesses setores e não de sua manutenção precária.

⁷⁶ Não se trata aqui da discussão de se os trabalhadores podem ou não, individualmente, decidir os rumos das suas vidas. O fato de tomar decisões coletivas na unidade produtiva, embora deva ser valorizado, não está relacionado em si aos condicionamentos sociais vividos por este trabalhador, como sua jornada de trabalho, o acesso a educação, saúde, transporte, etc. Não parece existir, assim, uma qualidade intrínseca ao trabalho associado que torne este trabalhador mais livre do que um trabalhador não associado. Pois tal liberdade é adquirida socialmente, o que significa não apenas no local de trabalho.

fato vem sendo feito politicamente, por exemplo, com o esforço para criação de uma legislação específica).

A tensão que ocorre entre trabalhadores de chão de fábrica e peritos em empresas recuperadas exemplifica como aspectos internos aos empreendimentos estão condicionados aos seus limites externos, no que diz respeito a questões como a hierarquização e a remuneração desigual. A desigualdade é resultado de condições externas ao empreendimento, como a formação diferenciada dos trabalhadores numa macroestrutura extremamente injusta e dificilmente vai ser reparada no seio da unidade produtiva.

Assim, a questão se a ES “trata-se ou não de um movimento emancipador” constitui, no meu ponto de vista, uma falsa questão. Por maior que seja o aprendizado e o desenvolvimento pessoal de um indivíduo neste universo, um processo de emancipação não se dá sem mudanças estruturais e políticas que permitam oportunidades menos díspares de acesso à educação e serviços básicos para todos.

É importante superar o discurso e evitar a armadilha da separação entre indivíduo e sociedade nele implícita. Compreender os processos que formam os sujeitos da ES antes e depois de seu engajamento é, assim, um desafio que se coloca frente a uma compreensão do fenômeno em sua complexidade.

2.7. Algumas considerações

As considerações finais desta segunda parte podem ser apresentadas a partir de duas perspectivas que se relacionam entre si. Por um lado, a perspectiva **do paradigma do dom, que formula e sustenta a crítica da economia racional**. Por outro lado, **a teoria do valor de Marx**, que sustenta sua crítica da economia política. As duas perspectivas permitem compreender as trocas econômicas como relações sociais e ajudam a explicitar os riscos da sua mercantilização. Se o paradigma do dom amplia a compreensão sobre aspectos não mercantis que coexistem com as trocas econômicas, para Marx, a negação do domínio da lei do valor (ou seja, do mercado) será o único caminho possível para o socialismo. Vamos discutir essas duas perspectivas e concluir esta parte com uma breve crítica ao mito do desenvolvimento que caracteriza o modelo atual.

2.7.1. A crítica da economia racional e o paradigma do dom

Nas ciências sociais, as discussões sobre uma economia plural, notadamente a partir da obra de Alan Caillé e do movimento anti-utilitarista nas ciências sociais (MAUSS) com base em Polany e M. Mauss têm crescido⁷⁷. Essa tendência não diz respeito apenas à forma de se fazer ciência, mas também reflete a relação e o compromisso entre a ciência (em destaque a ciência social) e a transformação (ou conservação) das relações na sociedade. Como aponta LAVILLE (2004, p. 42), “a *economia alternativa* é alvo de fortes esperanças, das quais os novos movimentos sociais são uma das manifestações”. Assim, afirma, ela não se desenvolve sem revalorizar os pressupostos herdados da economia ortodoxa.

É possível entender, a princípio, que a teoria da escolha racional é apenas uma orientação metodológica aceitável, com base em um conjunto de pressupostos capazes de oferecer respostas e formas de formular questões de fácil aplicação, tangíveis e “menos etéreas”. Contudo, a sua reprodução ampla implicou um efeito perverso na história da economia, ciência que foi gradualmente se afastando do mundo econômico real, dando cada vez menos atenção às relações sociais que permeiam as relações mercantis. Formulou-se, em nossa opinião, um conhecimento útil, porém, incompleto, segmentado e que limita a própria tomada de consciência de seus limites.

Assim, se tornaram cada vez mais comuns análises economicistas que reduzem o mundo social a esses mesmos conceitos e pressupostos como análises de “economia do meio ambiente”, “da saúde”, “das drogas” e até “do mercado de relacionamentos”, que constroem modelos análogos aos clássicos modelos da economia da firma maximizadora desde Marshall. A ciência acaba por se reduzir à aplicação do mesmo método em diferentes casos, e não do estudo e compreensão dos fenômenos em si.

Como explicita GODBOUT (2002), o paradigma da escolha racional – que têm seu reflexo político nas práticas neoliberais na política econômica – possui o privilégio (iníquo) de ser o ponto base de referência para quaisquer outras teorias. Embora o postulado do comportamento egoísta auto-interessado (*homo economicus*) não seja em si comprovado (nem comprovável), não é alvo de contestação. Uma das críticas fundamentais à razão dominante da

⁷⁷ O site do jornal do MAUSS recentemente ganhou uma versão em português e espanhol, se transformando em uma revista eletrônica bimestral. Ver <http://www.jornaldomauss.org/>

economia é o reducionismo do seu pensamento, causado por uma ruptura epistemológica completa entre o econômico e o vivente.

O processo é ao mesmo tempo teórico e prático, na medida em que, historicamente, o pensamento sobre a sociedade reflete os valores e a forma de expressão das relações desta mesma sociedade. Enquanto a visão econômica procura uma suposta neutralidade científica (ao suprimir o social), o mercado também tem sua neutralidade ao aparentemente suprimir a necessidade de que pessoas diferentes, com valores diferentes, precisem se relacionar ao realizar uma troca⁷⁸.

Com isso, a economia passa a se apresentar como um fim em si mesma, e nega-se a compreensão histórica do processo de construção política que dá sentido a qualquer projeto humano de sociedade. Assumir a noção de economia como alocação eficiente de recursos escassos entre usos alternativos e competitivos, significa ignorar o processo de definição social das necessidades, assim como o papel de manipulação de gostos e interesses exercido pela mídia de forma deliberada, o que se torna tema de outras áreas de estudo. Por conseqüência, a ciência econômica, dando menor importância ao seu caráter político, passa a servir legitimamente aos interesses da ideologia dominante, deixando de lado elementos fundamentais para a compreensão do processo de formação de demanda. Como técnica, dispensaria não só o apelo à virtude, mas também à autoridade e à tradição. Daí que na sociedade moderna o que era meio para permitir a vida (a necessidade de se produzir) torna-se um fim em si.

Nessa direção crítica, LAVILLE (2004), a partir do pensamento de Polany, apresenta três características que marcam a economia moderna:

- 1) a autonomização da esfera econômica e sua assimilação pelo mercado;
- 2) a identificação do mercado a um mercado auto-regulador;
- 3) a identificação da empresa moderna à empresa capitalista.

⁷⁸ Esta é a clássica visão do fetiche da mercadoria, como desenvolvido por Marx em O Capital. Para uma discussão sobre mercado e interação humana nas ciências sociais ver ABRAMOVAI (2004).

Em contraponto ao pensamento dominante na modernidade, o resgate do Ensaio Sobre a Dádiva de Marcell Mauss pelos autores do movimento anti-utilitarista defende que, na história da humanidade, há uma pluralidade das formas de propriedade, além da pluralidade dos princípios econômicos. O estudo de elementos das sociedades arcaicas poderia, assim, ajudar a explicar características das sociedades modernas, a partir da compreensão de que a ação humana não é orientada pelo interesse individual, mas pela situação social.

Essa conclusão é ilustrada pelas pesquisas de Mauss sobre as comunidades na Melanésia, onde inexistente a motivação pelo lucro, o trabalho assalariado ou qualquer instituição baseada em motivações econômicas, mostrando que estas motivações “se originam no contexto da vida social”⁷⁹. Nessas comunidades, a ordem na produção e na distribuição é garantida por outros princípios, a saber, o da *reciprocidade* e da *redistribuição*. Aqui, um indivíduo é beneficiado segundo seus atos de virtude cívica, de modo que sua reputação (segundo o cumprimento do trabalho e da oferta dos melhores produtos da colheita para a família de sua esposa, por exemplo) é de extrema importância para manter o equilíbrio de subsistência familiar. Nesse sentido, os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente e o sistema econômico é dirigido, fundamentalmente, por motivações não-econômicas.

Numa tal comunidade, é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à “barganha, permuta e troca” (como sugeria Adam Smith). Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social. (POLANYI, 1980 [1944], p. 64).

Assim, partindo de uma análise sobre a natureza das relações sociais, esta crítica se fortalece com a análise de Polanyi sobre o desenvolvimento dos mercados tomando um foco que leva necessariamente a se repensar o econômico. Segundo CAILLÉ (2002):

⁷⁹ Ibidem, p. 62.

Ao lado da circulação de bens e serviços no mercado, ao lado da circulação garantida pelo Estado sob forma de redistribuição, há com efeito um imenso continente socioeconômico mal percebido, no qual bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos do dom e do contra-dom. Como se vê, a sociedade primeira, por uma parte, ainda está viva. (p. 10).

Como afirmam LECHAT e SCHIOCHET (2003), essas relações não se restringem a grupos familiares ou de amigos, mas se dão também (e talvez mais ainda na atualidade do que antigamente) entre desconhecidos, sem que nem mesmo se veja o resultado da ação. Isso ocorre, por exemplo, quando doações de sangue, ações humanitárias ou trabalhos voluntários são realizados como dádiva, o que reforça a não-existência de um contato direto entre doador e receptor⁸⁰. Nesse processo, podem ser formadas redes de confiança regidas pelo dever de dar, receber e retribuir, nas quais, quando algo é oferecido, não se sabe como nem de que forma poderá retornar.

É importante compreender que a dádiva não é necessariamente um ato altruísta, podendo adquirir um caráter negativo, ao criar uma dívida que implica uma obrigação social numa relação fundada entre dominantes e dominados. Daí a dialética de que, ao mesmo tempo, a dádiva pode ser interessada e desinteressada. A questão é que, de um modo ou outro, ela é uma construção social.

Na sociedade atual, ao lado da circulação dos bens e serviços no mercado, e da circulação assegurada pelo Estado sob forma de redistribuição, existe um enorme contingente socioeconômico mal percebido, no qual os bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos do dom e do contradom. É esse conjunto de fenômenos que agrupamos sob o conceito de economia da dádiva. (LECHAT e SCHIOCHET, 2003, p. 86).

⁸⁰ Um dos exemplos atuais mais vigorosos de relações de dádiva secundária entre desconhecidos, em escala mundial, pode ser verificado na massiva corrente de solidariedade frente à tragédia asiática do final de 2004, onde milhares de toneladas de alimentos e mantimentos foram enviados em auxílio às vítimas dos *tsunamis*. Evidentemente, não se pode ignorar a forte influência sensacionalista que os meios de comunicação têm sobre esse tipo de tragédia.

Este é o fundamento que, numa perspectiva mais ampla, leva a idéia de solidariedade democrática, que se coloca não apenas como uma alternativa de análise, mas também como uma resistência à sociedade dominada pelo mercado. Este seria um princípio de democratização que percebe a organização do espaço social como resultado de ações coletivas. Para além da utopia do livre mercado como condutor ideal do desenvolvimento, a solidariedade é vista como possibilidade de limitar seus efeitos perturbadores. Numa interpretação mais realista, pode-se afirmar que “Não se trata, com a reatualização da economia solidária, de substituir o Estado pela sociedade civil, mas de combinar a solidariedade distributiva com uma solidariedade mais recíproca para reforçar a capacidade de auto-organização da sociedade” (LAVILLE, 2004, p. 49).

É esse espírito que desenvolvem os defensores do paradigma da Dádiva, numa orientação mais geral. Apesar de não se constituir como uma orientação individualista, esta perspectiva não é necessariamente contraditória a uma análise que tenha como ponto de partida o sujeito. Ponderando sobre esta questão, e procurando um equilíbrio entre a análise da ação interessada e desinteressada, J. GODBOUT (2002) alerta que da mesma forma que o interesse (do homem racional) não explica tudo, também não se pode atribuir às normas sociais toda justificativa da ação humana.

Uma visão holística da sociedade também apresentaria seus limites. Para o autor, a espera pela retribuição não é um fim e nem o objetivo da dádiva. Por isso, é preciso inverter a lógica tradicional fim-meio concebendo a dádiva não como um meio para se receber algo em troca, mas como um fim em si. Assim, o vínculo social seria o objetivo das relações e não necessariamente um meio para conquistar um benefício através da troca.

Ao deixar o fator vínculo social em segundo plano, a economia neoclássica se limita ao interesse individual. Seu fundamento é baseado na afirmação de que se dois indivíduos participam livre e voluntariamente de uma troca, ambos necessariamente se beneficiam. As conseqüências desse posicionamento na modernidade são destacadas por Godbout, que argumenta: “O perigo de recebermos é a principal razão para não fazermos dádivas, ou melhor, aquela que justifica a substituição do sistema do dom pelo sistema do direito ou pelo sistema mercantil” (p. 93). O sistema moderno, baseado nas trocas diretas, faz com que as pessoas tenham dificuldade de aceitar uma dádiva, já que temem a criação de uma obrigação.

A partir disso ficam claros os limites de formulações como do conceito de *capital social*, na qual o vínculo social é interpretado como um meio para permitir a reprodução do capital e não em um fim em si. Tal termo, em geral, não considera a formação de vínculos a partir do processo de desenvolvimento de uma comunidade na história.

É fundamental diferenciar o conceito de capital, como relação social de produção – dada, no capitalismo por meio da relação de propriedade privada e do assalariamento – da noção genérica de capital como recursos físicos, financeiros ou humanos. Características do tecido social, comportamentos interiorizados, embora possam facilitar relações de mercado, não se constituem em relações de produção, não podendo ser chamados de capital.

Uma máquina em si, não se constitui em capital, assim como o conhecimento também não pode ser assim definido, fora do contexto histórico-produtivo. Ambos apenas se tornam capital se mobilizados a partir de relações capitalistas de produção. Reza nesse aspecto o perigo de se denominar vínculos de confiança de uma comunidade, por reduzirem custos de transação e por elevarem a produtividade dos fatores, como capital. Ignora-se que muitas vezes tais vínculos ocorrem dentro de formas não capitalistas de organização econômica, ou onde tais relações não estão plenamente configuradas⁸¹.

De certa forma, a dívida nas sociedades modernas pode ser vista como um caminho alternativo e democrático para a construção de normas sociais, e com um forte aspecto de universalidade. Para CAILLÉ (2002), a dívida é simbólica e representa o ato político por excelência, aquele que institui a fronteira entre os amigos e os inimigos, o interior e o exterior (p. 195).

“No âmbito da pequena sociedade, fundada no interconhecimento, existe coincidência entre a dívida e o político; o mesmo não acontece no âmbito da grande sociedade em que a aliança estabelece-se para além das relações interpessoais”. Assim, Caillé sugere que a modernidade assiste a uma forma inédita de dívida, a dívida aos estrangeiros, que, para além

⁸¹ Num empreendimento ideal de ES, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva e não há trabalho assalariado, e sim associado, teoricamente não se pode afirmar que existe capital nesse sentido estrito do termo. O termo geralmente é utilizado em seu sentido vulgar para definir um montante de recursos físicos ou financeiros utilizados para mobilizar a produção. No entanto, a definição do senso comum, se utilizada na análise do mundo social, como a noção de capital social faz, pode distorcer profundamente a compreensão do fenômeno em estudo.

das relações comunitárias abre a possibilidade de alimentar redes potencialmente ao infinito (p. 196)⁸².

Destaca-se, nesse contexto, o fato associativo como elemento que se desenrola na interface entre a primariedade das relações pessoais e a secundariedade das relações impessoais, permitindo a execução de alianças em grande escala, “próprias da grande sociedade, sem renunciar à forma da pequena sociedade”. Dessa forma o princípio de liberdade é visto de forma complementar e de ligação estritamente dialética com o princípio da obrigação. Cada vez mais, as sociedades tomam consciência e reconhecem que são produtoras autônomas de suas próprias normas e, a partir daí, constroem mecanismos mais democráticos de intervenção.

A modernidade irá destacar-se por ter realizado a substituição sistemática da solidariedade individualizada e personificada pela solidariedade institucional, impessoal e pública, como o estado do bem-estar, assunto discutido no início desta segunda parte⁸³. Esse paradoxo nos obriga a reinventar novas formas, espaços e práticas de solidariedade.

Perante a crise do trabalho, destacam-se três grandes medidas a serem seguidas, defendidas por Caillé: 1) a redução do tempo de trabalho; 2) o incentivo a expansão das atividades associativas e; 3) a reafirmação do apoio dos mais ricos aos mais pobres sejam países, grupos ou pessoas.

É no meio dessas transformações que as experiências de ES se apresentam como pistas para um novo projeto de sociedade que, embora não tenha um plano bem definido, busca revalorizar as práticas solidárias e oferecer uma re-significação do sentido do agir econômico em sociedade, num campo central da sociabilidade humana, o trabalho. Há certamente um

⁸² Para uma análise sobre um exemplo concreto de dádiva na modernidade, considerando uma atividade econômica (prestação de serviço) realizada de forma não monetária e não mercantil, ver BERTUCCI (2009). Neste artigo é analisada uma rede de oferta gratuita de hospedagem, cujo fundamento é a construção de laços sociais. Se esta iniciativa fosse considerada um EES, certamente poderia ser considerada como o maior do mundo, tendo atingido cerca de dois milhões de membros em 2010. Apresentando o trabalho, Caillé afirma: “*L’essentiel de la discussion sur le don via internet se concentre généralement sur les logiciels libres et sur wikipedia. Mais l’échange des logements via couchsurfing, que l’auteur analyse ici en se fondant sur une enquête ethnographique, prend une ampleur étonnante. Une autre forme de don entre étrangers*”.

⁸³ Vale frisar que atualmente, além das relações familiares e da oferta de pequenos presentes entre amigos, a maior expressão de relações não mercantis é a redistribuição regulada pelo Estado, desde os programas de transferência de renda como o bolsa-família, até a oferta gratuita de bens públicos como saúde, educação e concertos culturais. Acreditamos que o caminho para o socialismo autogestionário passa necessariamente por esta discussão.

potencial para se desenvolver e incentivar atividades associativas e tomadas participativas de decisões, embora seja importante perceber seus limites. Por isso, acreditamos que a interpretação de que a ES se trata de uma estratégia de controle social da pobreza é equivocada, já que ignora dimensões importantes desse fenômeno.

Como vimos, a ES não se constitui em um projeto de desenvolvimento em si, mas apenas parte de um projeto, que responde apenas a demandas de grupos específicos e fragilizados social e economicamente. É fundamental destacar que **as experiências de ES não são coordenadas a partir de relações de dívida, mas se inserem na dinâmica da economia mercantil, condicionadas a quase todos seus aspectos**. Certamente, existe uma pluralidade de relações econômicas, sociais e políticas e uma diversidade de sujeitos neste campo. Contudo, embora o estudo dessa diversidade seja fundamental para compreender esta realidade, não parece ser isto que a caracteriza, mas sim a noção comum de gestão coletiva.

Restam ainda muitas interrogações sobre as reais possibilidades de tais práticas em gerar desenvolvimento territorial sustentável no nível macro e de constituir-se como alternativa efetiva à noção predominante da economia de mercado. No entanto, não se pode negar que, ao menos no campo simbólico, isso fortalece a desconstrução da concepção habitual sobre o fato econômico.

O cuidado necessário está em não misturar a análise do que se deseja que a ES seja com a análise das suas condições históricas e materiais. É claro que não é simples fazer tal separação, mas, ao menos podemos evitar tomar o discurso como reflexo imediato da realidade. Este assunto será alvo do debate empreendido na terceira parte desta tese.

2.7.2. O socialismo da aceitação à recusa da lei do valor⁸⁴

A teoria do valor-trabalho, originalmente desenvolvida por David Ricardo e então refinada por Marx, expressa a ideia de que o valor de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção. O trabalho socialmente necessário é uma média do trabalho necessário para a produção de uma mercadoria em determinadas condições históricas. O trabalho é dito abstrato porque na medida em que

⁸⁴ Estas conclusões são resultado de uma reavaliação de parte de algumas conclusões do texto BERTUCCI (2010b).

compõe o valor de uma mercadoria, torna-se indiferente a forma específica em que o tempo foi despendido.

Também não se trata de uma simples medida do tempo de trabalho despendido, pois este pode ser mais ou menos intenso e mais ou menos qualificado. A questão central é que os valores das mercadorias não são senão “cristalizações” de uma medida abstrata que é o trabalho humano indiferenciado. Assim, o trabalho abstrato cria um valor, que “não tem existência empírica, antes existe apenas na cabeça dos homens que vivem numa sociedade em que os bens tomam a forma de mercadoria” (JAPPE, 2010, p. 29).

Com base nessa teoria, válida para a análise de uma economia de mercado, Marx pôde demonstrar que o capitalismo baseia-se na exploração do trabalhador pela apropriação do trabalho excedente pelo capitalista. Ou seja, o trabalhador, ao vender sua força de trabalho (uma mercadoria como outra qualquer), recebe em troca um valor menor do que o valor das mercadorias que produziu. Desse modo, a acumulação de lucro nada mais seria do que a apropriação do que se denominou mais-valia⁸⁵, o resultado do que o trabalhador produz além do trabalho necessário para pagar a sua força de trabalho.

Sem perceber a crítica fundamental à mercadoria e pautados numa interpretação direta e simples da teoria do valor trabalho, diversos movimentos depois de Marx defenderam o socialismo como o sistema que poderia oferecer uma justa distribuição do produto do trabalho e, assim, impedir o mecanismo de exploração do trabalhador por meio da abolição da propriedade privada. Geralmente, defende-se que o trabalhador deveria se apropriar da maior parte do valor por ele produzido – o que significa manter a mistificação que é tomar uma atividade social como um objeto natural.

O primeiro problema deste tipo de interpretação é que o valor é uma medida social e não pode ser reduzido a uma interpretação particular da unidade de produção. O segundo

⁸⁵ À primeira vista parece contraditório que a teoria do valor-trabalho, originalmente desenvolvida pelos economistas da escola clássica tão criticados por Marx, tenha servido de base para demonstrar a origem da apropriação de trabalho. Na verdade, de início, Marx rejeitou a teoria do valor de Ricardo. Somente após um aprofundamento de seus estudos econômicos e de uma *superação analítica* das contradições que ele acreditava ter descoberto nesta teoria, então, foi possível uma mudança de posição. Não por uma possível agitação revolucionária que esta teoria poderia gerar, mas pela superação em termos da reflexão dialética sobre a realidade, da qual a abstração ricardiana (que parecia querer moldar a realidade de acordo com a teoria) poderia expressar apenas uma verdade aparente. Não surpreende a afirmação de que “numerosos economistas mais conservadores chegassem a considerar a teoria do valor de Ricardo não somente como logicamente incorreta, mas ainda como socialmente perigosa”. (MARX, 2002, p. 49).

problema, é que a lei do valor, que determinaria o valor da força de trabalho e das mercadorias, é desenvolvida, segundo Marx, para explicar as relações de troca capitalistas. Em outras palavras, **em um sistema não capitalista, não é a quantidade de trabalho incorporado que define a distribuição dos bens e serviços produzidos em uma sociedade.**

Por isso, JAPPE (2006, p. 9) afirma que “Apreende-se em Marx que a mercadoria é a ‘célula germinal’ de todas as sociedades modernas, mas que não representa, contudo, nada de ‘natural’.” Ao demonstrar a natureza social e histórica da mercadoria, a análise marxiana permitiria demonstrar ainda que, em virtude de sua estrutura básica, seria impossível a existência de sociedades conscientes baseadas na produção mercantil.

Esta é a principal característica que impede, teoricamente, que se denominem os projetos de desenvolvimento orientados seja pelo movimento sindical, seja por políticas do tipo keynesianas, de projetos socialistas. Ambas as orientações são baseadas numa certa *ideologia do trabalho* que acaba, no limite, por torna a produção um fim em si e não um meio para suprir necessidades. Tais movimentos não superam o *fetichismo da mercadoria*, se limitando a crítica sobre a repartição do valor, embora a produção social ainda escape ao controle humano consciente. Permanece assim a idéia de que a sociedade necessita gerar cada vez mais empregos e mais trabalho (assalariado ou associado), quando, na verdade, o processo de desenvolvimento e aumento da produtividade, permitiria que se trabalhasse cada vez menos para viver melhor⁸⁶.

JAPPE (2006, p. 9), afirma que “guiando-se por essa teoria, os partidos e os sindicatos operários contribuíram para a integração da classe operária na sociedade capitalista, libertando

⁸⁶ Aparentemente, as propostas de renda básica, como aquela defendida por Van Parijs (1994), romperiam a ideologia do trabalho ao permitir a escolha do indivíduo em não trabalhar – oferecendo uma renda básica para todos os cidadãos desde o nascimento. Contudo, sua proposta, embora tenha seu mérito, é fundada nos preceitos clássicos da economia racional, não rompendo (aliás, são perfeitamente compatíveis) com uma perspectiva de mercantilização das relações sociais, ignorando as possibilidades de fortalecimento de vínculos sociais através dessas relações, o que poderia contribuir para superar o individualismo da sociedade capitalista. É desapontador o fato de que a proposta de liberdade de Van Parijs (“a liberdade real de levar a própria vida da forma como se desejar”) não difere da concepção utilitarista do homem (na máxima benthaniana, “cada indivíduo é o melhor juiz do seu próprio interesse”), desconsiderando a forma como desejos e vontades humanas são formados socialmente. A dificuldade se revela numa visão estanque e fracionada do comportamento humano que considera a realidade individual, em princípio, independente da sociedade e da cultura. Assim, ignora a relação tão cara às ciências sociais entre indivíduo e sociedade. MIGUEL (2006) apresenta uma análise sobre as novas utopias modernas, dentre as quais o projeto de A. Gorz nos parece bastante coerente com uma perspectiva da crítica a ideologia do trabalho.

assim a própria sociedade capitalista de muitos dos seus anacronismos e deficiências estruturais”. Segundo o autor, os marxistas tradicionais colocaram a noção de conflito de classe no centro de seus raciocínios, entendendo-o como uma luta pela repartição do dinheiro, da mercadoria e do valor, “sem por em causa essas três realidades em si mesmas”.

Com efeito, em uma perspectiva socialista, alternativamente, embora pudesse haver melhor distribuição do produto segundo seu valor, este não poderia ser o critério para a distribuição da riqueza, uma vez que se tornaria apenas um princípio ordenador de planificação. É isso que Marx afirma na *Crítica ao programa de gota*, onde se encontra a afirmação: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (e não “segundo seu trabalho”). Esta frase representa a orientação principal de sua proposta, no sentido de superar a concepção de projetos que se limitavam a simples melhoria na divisão do produto social segundo tempo e qualidade do trabalho.

Isso quer dizer que a parte que convém a cada um do produto social pode ser desigual em relação ao seu trabalho, que também é desigual⁸⁷. Para crianças, idosos e deficientes, por exemplo, é mais evidente que não pode ser o valor de troca que permitirá a satisfação de suas necessidades. Do mesmo modo, as desigualdades e os privilégios de trabalho ou lazer não podem ser justificados simplesmente pelas diferenças de atividades⁸⁸. Esta é uma compreensão e uma forma de pensar a distribuição do produto socialmente construído, que não responderia à lei do valor, mas a critérios não mercantis.

Com efeito, a existência de formas de regulação do produto social, capazes de permitir a existência da coletividade, não depende da lei do valor e da configuração de relações mercantis. Acreditamos que isto pode ser simbolizado por prestações que se baseiam em princípios como o da dádiva. Como discutido anteriormente, vários autores mostraram que a produção capitalista, com base na dominação do mercado, não foi (e provavelmente não será) a única forma de regulação do produto social que se teve no mundo⁸⁹. Ao contrário, historicamente houve (e vale lembrar que ainda “sobrevivem”) diversas formas capazes de

⁸⁷ MARX, 2002 [1875].

⁸⁸ Ibidem, p. 39-40.

⁸⁹ Nesse sentido, os trabalhos de A. Chayanov, M. Mauss, K. Polanyi, M. Sahlins e P. Clastres, entre outros, são exemplos de estudos que, apesar de manterem suas especificidades, apresentam formações sociais dotadas de certa estabilidade estrutural, nas quais a existência da coletividade não depende absolutamente de relações capitalistas de produção.

permitir a existência da coletividade que não são baseadas na relação capitalista, ou, ao menos, onde essa relação não está plenamente configurada.

POLANYI (1980, p. 55) afirma que “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo”. O fato da introdução da máquina na Revolução Industrial ter se dado em meio a uma economia de mercado certamente tem íntima relação com os devastadores efeitos provocados na sociedade naquela época. Não há melhor exemplo histórico que mostre, em termos de recursos disponíveis, a contradição que se impõe quando se quer defender que a existência e reprodução da sociedade necessitam das categorias como mercadoria e produção mercantil.

O erro vem desde a geração de economistas pós-Adam Smith que, com o conceito de divisão do trabalho e da ação pelo auto-interesse que tenderia a levar o homem a um estado *natural* de troca, desviaram todo o interesse histórico da economia e marcaram as análises (ou a falta destas) sobre o homem primitivo, que poderiam ser altamente relevantes para os problemas de nossa época. Contudo, a maioria das sociedades primitivas não possuía um sistema de mercado estabelecido e nem mesmo a sociedade feudal ou as sociedades escravocratas antigas. Para se entender sua formação, seria necessário ligar história econômica e antropologia social, algo nunca feito consistentemente (e não seria falso dizer, por longo tempo evitado).

Vale resgatar novamente o pensamento de Polanyi de que “a Economia do homem está submersa em suas relações sociais” (p. 61). Isto é, as ações humanas não são movidas pelo interesse individual de acumulação material, mas pela situação social dos homens. Isso sugere que o processo que representaria uma fase pós-capitalista seria aquele sustentado sobre um modelo fundado *fora* da base da lei do valor, onde o trabalho e a força de trabalho não são determinados pelo mercado, como mercadoria, mas resultam de uma lógica diferente de interação e compromisso social.

Muitos dos pesquisadores que estudam a ES analisam estas iniciativas como sendo experiências reguladas a partir de relações de reciprocidade dentro dos interstícios do

capitalismo⁹⁰. Embora SINGER (2003), não afirme isto desta maneira, sua análise, pode induzir a esta interpretação. Explica o autor que o sistema socioeconômico no Brasil é constituído por diferentes modos de produção que competem entre si. Além do sistema capitalista hegemônico – caracterizado pelo conflito entre capital e trabalho, pelas relações de propriedade e de assalariamento, e cuja lógica é o lucro –, haveria uma série de formas não-capitalistas de produção.

Entre elas, têm-se a pequena produção familiar, onde não há distinção entre a remuneração do capital e a remuneração do trabalho, apesar de produzirem mercadorias para o mercado capitalista; a produção sem fins de lucro pelos estabelecimentos do Estado, como escolas e hospitais (que empregam assalariados); e, finalmente, segundo Singer, os empreendimentos formados por trabalhadores associados em cooperativas e empreendimentos autogestionários ligados a redes de produção e consumo, que formam a ES⁹¹.

De forma geral, concordamos com sua análise. No entanto, no contexto específico da ES, é preciso notar que não é possível considerar as relações de produção na ES como relações de reciprocidade. Para citar um exemplo, análises, como a de ALVES e BURSTYN (2009) afirmam que a teoria de Polanyi "fornece elementos para se desvendarem as fontes por meio das quais vem se manifestando a resistência à sociedade de mercado ou à convivência com esta." (p. 591). A imprecisão desta afirmação reside no fato de que o sistema de produção e distribuição na ES não é regulado a partir de obrigações sociais, como a obrigação de “dar, receber e retribuir”. Diferentemente, **na organização dos empreendimentos solidários, a produção é basicamente regulada pela lei do valor e dentro de um mercado capitalista, não constituindo necessariamente formas de resistência à mercantilização.**

Por isso, acreditamos ser relevante para a reflexão sobre a dinâmica de empreendimentos coletivos, compreender a produção mercantil:

⁹⁰ Esta era uma suposição inclusive indiretamente adotada por mim em trabalhos anteriores. Algumas das conclusões da presente tese, aliás, representam uma superação desta interpretação, algumas vezes exageradamente idealista. Em particular, veja minha dissertação de mestrado: BERTUCCI (2005).

⁹¹ Mesmo com o capitalismo tendo se tornado hegemônico, é fato que formas alternativas de produção escapam a ele. Como aponta PAULA (2000), o desenvolvimento de uma teoria, ainda inexistente, que incorpore as economias não-capitalistas, é importante inclusive para uma solução adequada ao problema da transformação entre valores e preços em Marx. Com efeito, pode-se buscar ampliar a compreensão do processo de “desconfiguração” da relação capital-trabalho/lucro-salário dentro dessas pequenas experiências, assim como de sua articulação dentro do sistema.

Na produção mercantil, o produtor individual, ou a unidade de produção particular [ou coletiva?], está, no nível material, muito mais socializada do que nos modos de produção precedentes. Contudo, produz para uma esfera de trocas que é anônima, e só a *posteriori* e independentemente de todo o agir humano consciente é que essa esfera pode dar ao trabalho um caráter social. Como é sabido, a dita esfera pode também não o fazer – a mercadoria não vendida volta a cair num estado extra-social. (...) Assim, no nível mais abstrato, o que representa para Marx a característica principal da produção de mercadorias, e também da sociedade fundada sobre ela, é o fato de o trabalho, a atividade fundamental do homem, por intermédio do qual ele é membro da sociedade, possuir um caráter social como qualquer coisa exterior, da qual o trabalho tem que se apropriar por intermédio da troca; uma troca cujo sucesso, para mais, nunca se encontra assegurado. (JAPPE, 2006, p. 50/51).

Partindo da comparação entre as diferentes formas de produção associativas, autores, como Ricardo TAUILLE (2001), procuram investigar se os empreendimentos da ES podem ter espaço próprio de sobrevivência sustentável no longo prazo nas economias contemporâneas. Sua preocupação é verificar se essas formas de reprodução representariam a manifestação de mudanças sociais e econômicas mais gerais no modo de produção capitalista. O problema, no entanto, é que em geral esta perspectiva corre o risco de observar as experiências de ES ignorando o desenvolvimento histórico do capitalismo e sua dinâmica fundada na mercadoria, como explicitado acima.

LEFEBVRE (1978) aponta que, aquilo que sustentaria e permitiria a reprodução de um modo de produção, seria sua capacidade de reprodução de suas relações de produção. Assim, se verificássemos um processo de difusão e aceleração do crescimento de atividades baseadas em relações de produção não-capitalistas, poder-se-ia sugerir um início de uma ruptura do processo de reprodução do sistema – uma vez que a reprodução de suas relações de produção estaria ameaçada. Em termos de relações de produção, a novidade da ES estaria no questionamento ao trabalho assalariado.

No entanto, não se pode estudar a ES em si, nem limitar a análise às relações internas aos empreendimentos. É preciso também estudar o contexto do desenvolvimento econômico e

histórico. Nesse sentido, seu alcance, no que se refere ao espaço ocupado pela ES no quadro da economia capitalista, pode ser questionado. Por um lado, os empreendimentos estão restritos a um conjunto limitado de atividades, caracterizando um setor e um público particular, não havendo uma generalização da produção baseada na ES em diferentes atividades da economia. Por outro lado, apesar da aparente superação do o trabalho assalariado, assim como da relação interna de propriedade privada, a medida de valor do trabalho e do produto é dada, internamente e externamente, pelo mercado e regulado por este – segundo o valor socialmente necessário.

Não queremos, com isso, julgar o caráter solidário ou ético destas atividades, mas simplesmente demonstrar que não se trata de um sistema onde a reprodução social seja dada por meio de relações baseadas em uma lógica não-mercantil. A crítica de SARDÁ e DIGNINO no prefácio do livro de Henrique NOVAES (2007), tratando das empresas recuperadas, revela uma dificuldade em se conceber o caráter socialista a estas iniciativas:

Sugere-se, de forma mais ou menos consciente, que a modificação das relações de propriedade garantiria por si só a adoção de formas autogestionárias de organização da produção, comercialização ou consumo dos trabalhadores, que poderiam assim assumir características sociais, solidárias ou socialistas. (p 18).

Os autores esclarecem que relações de propriedade alternativas não garantem por si formas alternativas de distribuição do trabalho e da riqueza. Diferentemente, a tendência nos EES é “de que passe a existir um novo tipo de separação entre dirigentes e dirigidos francamente condicionada à propriedade dos meios de produção.”

A partir de uma análise pautada em observações empíricas diversas, afirmam que hoje, muitas das experiências latino-americanas no âmbito do movimento cooperativista e das fábricas recuperadas encontram-se envolvidas num processo de assimilação à ordem capitalista e com orientação da sua produção voltada aos circuitos de acumulação do mercado (capitalista). Observa-se assim, "uma tendência marcada pelo isolamento entre os empreendimentos em autogestão e pela não constituição de encadeamentos produtivos que permitam um apartamento das relações como mercado". (p. 20). E "não está demais lembrar

que as áreas onde se localizam esses empreendimentos só não são ocupadas pelas empresas porque sua taxa de lucro se situa abaixo da média da economia." (NOVAES, 2007, p. 21).

Apesar de identificar isso, os autores insistem em fundamentar sua pesquisa no seguinte questionamento: "trata-se de saber se as experiências (...) podem constituir pontos de apoio para movimentos emancipatórios que visem à organização da produção dos meios de vida. Se superam o trabalho assalariado, aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade." (Idem, p. 25). A conclusão é de que "embora significativas, as fábricas recuperadas não conseguem superar a substância da exploração e da opressão da classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas." (Idem, p. 26).

A partir da constatação dos limites dos empreendimentos autogestionados, sugere-se que há um "caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital" e que "as empresas autogeridas continuam sendo exploradas pelo mercado capitalista, apesar das possibilidades de existência de democracia interna" (p. 330).

NOVAES (2007) percebe a impossibilidade em "redirecionar a produção para a satisfação das necessidades humanas ao ocupar apenas algumas poucas fábricas", mas ainda sim vislumbra "as possibilidades que as FRs têm de dissolver o caráter de mercadoria da força de trabalho, definindo a alienação". (p. 331). Mais uma vez, o problema desta análise é que não se dá conta de que o redirecionamento da produção para a satisfação das necessidades não pode ser plenamente realizado enquanto a produção social for orientada pela criação de valor.

Ou seja, mesmo as empresas autogestionárias (talvez, as empresas mais bem estruturadas no campo da ES) estão presas às cadeias produtivas capitalistas, caracterizadas, por exemplo, por contratos de terceirização e condicionadas pelo profundo processo de divisão social do trabalho. Muitas são fábricas faccionistas, como na Argentina, que não têm qualquer margem de manobra frente às imposições de preços e compra dos produtos pelas empresas contratantes. (Idem, p. 329). A outra parte, fora às empresas recuperadas, é constituída por trabalhadores restritos ao mundo da economia popular, informal e pouco orgânica. Pertencentes a um circuito inferior, parte de uma estrutura dependente da produção do circuito superior, como apresentado na análise clássica de Milton SANTOS (1979).

É esse aspecto que Henrique WELLEN (2008) apresenta em sua contribuição à crítica da ES, criticando o apelo das pesquisas em ES para a vontade individualizada das pessoas.

Segundo o autor, a ES não pode forjar de forma independente um tipo de racionalidade peculiar, pois as relações internas dentro de uma comunidade não estão suspensas das determinações do capitalismo. Assim, afirma que:

Para superar a ideologia capitalista e fazer submergir qualidades autenticamente humanas, é preciso um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade, isto é, que não se limite à posição de que a racionalidade assentada na comunidade diluiria as fronteiras entre individual e coletivo. [E ainda], A transformação social não pode ter como seu núcleo estrutural a premissa de superação subjetiva e particular das determinações materiais presentes no capitalismo, ao contrário disso, faz-se preciso analisar a ‘economia solidária’ por meio de suas relações de dependência com o mercado. A consciência das pessoas que integram essas organizações não está acima dessas relações, mas é consubstanciada por elas. (WELLEN, 2008, p. 109).

Argumentos incipientes sobre redes de ES são utilizados para tentar responder a esse tipo de crítica, na medida em que as cadeias produtivas poderiam representar estruturas colaborativas em grande escala. Mas as condições atuais das redes [ainda?] não oferecem respostas satisfatórias. Sugere-se, por exemplo, de forma bastante otimista, que em sua atual fase a ES teria capacidade de integrar Oferta e Demanda de modo a ir contra a força tradicional do mercado⁹², ao menos no nível local. Na definição de um dos criadores do Banco Palmas, verificamos a seguinte colocação:

A filosofia do banco é ser uma rede de solidariedade de produtores e consumidores, prossumidores, porque todo ser humano consome e produz. Dessa forma, a meta fundamental é botar produtor e consumidor em relação; um produz e o outro compra e vice-versa. Entendendo isso, entende-se o resto do banco. A moeda, denominada

⁹² Como se pode notar na afirmação de FRANÇA FILHO (2007): “...envolvendo moradores num determinado contexto territorial (...) a criação de atividades (sócio-produtivas) ou a oferta de serviços, são construídas (ou constituídas) em função de demandas reais (genuínas) expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, então, no território um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária” (p. 05).

Palma, permite a troca de tudo por tudo, desde dentro da fronteira do bairro. (MELO NETO, 2003, p. 101. In: ALVES, Odete e BURSTYN, 2009, p. 598).

A expectativa de superação do distanciamento entre produtores e consumidores é atraente, mas deve ser olhada com mais cuidado. O modelo fornecido a partir dessas experiências, apesar de ser uma experimentação válida, é incapaz de superar centenas de anos de divisão de trabalho e especialização como um passe de mágica. Pode significar um fortalecimento do vínculo comunitário, sem, no entanto, servir como estratégia de reversão de uma situação de pobreza se, a princípio, se mantém a partir de atividades de baixíssimo valor agregado, permitindo pouco crescimento das possibilidades de liberdade social e econômica às gerações futuras.

Um exemplo interessante dessa problemática é a situação dos chamados clubes de trocas. Em algumas dessas experiências, procura-se definir o valor dos produtos ou serviços de acordo com a quantidade de horas trabalhadas. Em outros casos, utiliza-se o custo da matéria-prima para sugerir os preços. Ambos são mecanismos que supostamente evitariam a definição de preços com vistas ao benefício individual.

Em sua maioria, estes sistemas têm muitas dificuldades para funcionar, seja porque há excesso de oferta de alguns produtos ou dificuldade de conversibilidade quando a atividade se baseia em uma forma de escambo. Além disso, embora possa não haver transações monetárias, há um preço invisível, um valor de mercado conhecido pelos participantes, sendo que dificilmente algum produto será trocado por um valor muito diferente do seu valor externamente ao clube⁹³.

Isso significa que, normalmente, o valor do trabalho é dado pela sua referência fora do clube de trocas, ou seja, o valor socialmente necessário – esta é a remuneração de mercado para um trabalho de baixa qualificação, num contexto de excesso de mão de obra. A "camaradagem" entre os membros do clube, que caracteriza uma relação de confiança não é

⁹³ As atividades desse tipo mais bem sucedidas que temos conhecimento, são aquelas que permitem a oferta livre de bens e serviços na forma de dádivas, como em alguns sistemas de trocas locais (LETS, em inglês, ou SEL, em francês). Ou seja, apesar no nome conter o termo "troca", não há necessariamente uma expectativa de equivalência nem de intercâmbio direto ou indireto de serviços entre os membros, mas um interesse em se colocar a disposição para fornecer seu trabalho, o que cria e fortalece vínculos sociais. Isso pode ser apresentado como uma atividade complementar, não sendo vista necessariamente como uma forma de eliminação das atividades mercantis tradicionais.

diferente daquela entre um morador de um bairro e o barbeiro local, de quem é cliente há muitos anos. Há uma flexibilidade no preço, para cima ou para baixo, contudo, isso não torna a relação não-mercantil. São muitos os exemplos desse tipo, que permitem verificar que o vínculo social pode ser reforçado em torno de diferentes atividades econômicas, não particularmente na ES.

Este é o mesmo questionamento feito por CARLEIAL e PAULISTA (2010, p. 11): “Será essa forma de organizar a produção e o trabalho um meio para a superação do capital?”. Não é preciso visitar uma empresa recuperada ou 32 pequenos empreendimentos apoiados por incubadoras e prefeituras (como fizeram as autoras) para se chegar a conclusão de que a resposta a esta questão é negativa. Na verdade, trata-se antes de uma questão que carrega em grande parte uma busca pessoal e subjetiva dos autores. Este questionamento revela que o interesse latente de muitos pesquisadores não é estudar o funcionamento da ES propriamente, mas procurar os caminhos para a superação do capitalismo.

Esse posicionamento do cientista poderia ser repensado. Embora relevante (inclusive nos debates dentro dos empreendimentos), este questionamento pode desviar o foco de estudos que deveriam discutir a ES como fenômeno a partir de suas determinações históricas (e não a partir de uma expectativa política – sem desconsiderá-la, claro). Em primeiro lugar, os autores, insatisfeitos com a situação presente, olham demasiado para frente e pouco para trás na história para tentar compreender o fenômeno e propor soluções. Partem da idéia, controversa e idealizada, de que há uma forma de trabalho "emancipado" – e é sob esta forma ideal que se analisam os EES, ignorando seu fundamento como uma formação histórica⁹⁴.

O fato dos EES continuarem sendo "explorados pelo mercado" não deve ser colocado, como é feito, como uma questão de valor moral, nem como escolha do trabalhador ou do gestor público. Simplesmente porque não se trata de escolhas dadas em cada unidade, sobre a melhor forma organizacional, mas do fundamento de tais empreendimentos no nível mais básico.

⁹⁴ Isto fica explícito, quando as autoras apresentam o crivo de sua análise: “é possível considerar a empresa coletiva solidária como portadora de uma utopia transformadora?” (p. 16). Não surpreende o fato de que as críticas mais duras feitas à ES, na linha de WELLEN (2008) e CARLEIAL e PAULISTA (2010) não apresentem absolutamente nenhuma orientação política prática portadora de uma utopia transformadora. Contraditoriamente, limitam-se à negação, havendo uma carência de elementos afirmativos sobre como seria, em sua visão, um projeto político alternativo ou complementar a ES.

Ao se colocar em questão a existência de uma estratégia consciente, seja “defensiva diante de uma crise avassaladora” ou “ofensiva em direção a uma sociedade para além do capital” (NOVAES, p. 336) revela-se certa nostalgia sobre uma possível retomada revolucionária planejada dos trabalhadores contra o capital. Não necessariamente revolucionário no sentido de tomada violenta de poder, mas no sentido de transformar profundamente as bases da sociedade. Isso coloca nas mãos de um grupo social (extremamente frágil e nada homogêneo) o protagonismo da mudança social.

Em segundo lugar, ao partir do pressuposto injustificável de que é preciso verificar se tais empreendimentos favorecem a superação do capital, criam-se expectativas idealistas, que não podem ser respondidas por este movimento. O resultado provável é a desilusão daqueles que se dão conta de que o trabalho "não é solidário" como se acreditava. Em escala maior, tal idealização pode significar a desmobilização de atores e instituições, assim como a perda de legitimidade perante outras camadas da sociedade, que poderiam apoiar iniciativas de ES.

Não basta, assim, apenas afirmar (corretamente) que "a possibilidade de avanço estaria na articulação das FRs com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas de unidades produtivas." (NOVAES, p. 332) É preciso também separar melhor o que é análise da realidade histórica e o que é projeto de futuro. Sem dúvida, a teoria é ferramenta que pode ser útil para a manutenção ou a transformação social, contudo ela não pode ser confundida com o projeto em si.

É preciso reconhecer que CARLEIAL E PAULISTA (2010) avançam em seu questionamento numa direção diferente da usual. Este é um dos raros exemplos de críticas que sugerem, num quadro de análise da ES, que são as mudanças na organização do trabalho de empresas capitalistas em geral que devem ser observadas para se pensar a sociedade moderna⁹⁵. Segundo as autoras, o socialismo como processo histórico deve ser compreendido por meio da tendência clássica, já apontada por Marx, de coletivização das unidades produtivas, através da centralização e concentração de capital. Haveria uma “tendência de

⁹⁵ Nesse sentido, é interessante notar que a principal obra de Marx, chama-se *O Capital*, sendo fundamentalmente um estudo sobre o capitalismo, não sobre o socialismo. Por isso, pensar o socialismo requer antes a compreensão do funcionamento do capitalismo e da empresa capitalista, algo geralmente desconsiderado em análises que pretendem fortalecer a ES que olham apenas os empreendimentos coletivos.

socialização crescente das forças produtivas capitalistas as quais possibilitariam, historicamente, a superação do capital enquanto modo de produção” (p. 7).

Isso se deveria às mudanças e transformações nas grandes firmas, ao aumento de sua complexidade e às inovações organizacionais, fenômenos propiciados pelo desenvolvimento do capitalismo e que resultam na dominação da firma-rede. Este tipo de empresa, cujo formato jurídico é o das sociedades anônimas, tem características muito diferentes das pequenas empresas solidárias, que enfrentam os problemas clássicos de gestão de pequenos negócios. Elas atuam em grande escala, têm tendência a internacionalização e à coletivização da propriedade do capital:

Podemos então considerar a firma-rede como a representação, por excelência, do desenvolvimento capitalista contemporâneo, personalizando de forma acentuada todas as suas tendências: dominância da ciência, aumento exponencial da produtividade, elemento da integração dos mercados de bens e financeiro, presença mundializada, necessidade decrescente de força de trabalho por unidade produzida. CARLEIAL E PAULISTA (2010, p. 15).

Logo, não é possível realizar uma análise sobre o destino do capitalismo limitando-se à ES ou mesmo às empresas recuperadas, que representam apenas uma fração mínima das empresas de uma economia⁹⁶. O espaço político ocupado por estas e mesmo suas técnicas de gestão coletiva se aplicam somente a empreendimentos autogestionários e a processos ligados a movimentos sociais, pouco servindo para explicar mudanças na estrutura das empresas que realizam a maior parte da produção de um país. Por isso, de antemão é possível imaginar que não se pode esperar uma superação linear das relações mercantis a partir de um segmento limitado como o das empresas autogestionadas⁹⁷.

⁹⁶ Verifica-se, por exemplo, que no mapeamento da ES foram identificados cerca de 160 registros de empresas recuperadas. Tomando o conjunto dos EES mapeados (pouco mais de 20 mil), este também é um número pequeno frente ao número de empresas registradas no Brasil (segundo o IBGE, em 2006, havia 5,7 milhões de empresas formais no país).

⁹⁷ Apesar de termos consciência de que a empresa pós-capitalista não precisa ser necessariamente mais eficiente, a frágil capacidade competitiva atual dos EES gera muitas dúvidas sobre sua capacidade de se tornar a forma dominante de se organizar a produção e o trabalho. De todo modo, seria relevante o desenvolvimento de estudos que pudessem traçar estimativas confiáveis sobre o crescimento da produção da ES nos próximos anos.

No entanto, o processo de desenvolvimento da firma-rede capitalista tradicional nada tem de espontâneo e natural, senão uma ideologia. A própria economia de mercado ocidental não teria sido legitimada, institucionalizada e implementada se não tivesse o apoio maciço do Estado no século XIX⁹⁸. Para se chegar ao livre mercado foi necessária uma longa estrada, aberta pelo Estado, para garantir seu “livre” funcionamento.

No mesmo sentido, a abertura de espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista não será um processo natural, mas requer não apenas a atuação de forças de mobilização social ou um longo período de maturação histórica, mas também (e necessariamente) uma ampla ação em termos de políticas públicas⁹⁹. No sentido de abrir espaço para um marco regulatório alternativo, a ES constitui, certamente, um avanço.

...

Em resumo, podemos concluir que a remuneração do trabalho nos EES é regulada pelos mecanismos de mercado e pelo valor do trabalho socialmente necessário. Por um lado, a baixa remuneração individual do trabalhador em um EES reflete o baixo valor da remuneração do trabalho pouco qualificado no mercado. E por outro lado, o valor reduzido dos produtos resulta da baixa quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, a distribuição do produto social na ES permanece regulada segundo o valor do trabalho, mantendo-se fracas suas possibilidades de reprodução ampliada.

Infelizmente, tanto nas críticas de WELLEN (2008), como de CARLEIAL E PAULISTA (2010), não se verifica o mesmo empenho empregado em suas análises macroestruturais ao tratar questões relativas às microrrelações da ES. Generalizando de forma

⁹⁸ Para uma interessante análise dessa questão e o papel do Estado na construção dos mercados, ver NEE (1999).

⁹⁹ Nesse sentido, POCHMANN (2004) aponta cinco grandes lacunas determinantes a serem preenchidas em relação às políticas públicas para o fortalecimento da ES: 1) Definição de uma regulação pública para a economia solidária, com estatuto e código próprios para a regulamentação do trabalho na ES; 2) Desenvolvimento de uma rede de financiamento apropriado, pois o sistema de crédito tradicional está baseado em princípios de mercado que não correspondem às particularidades desse setor; 3) Constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica nos moldes da ES, com instituições análogas às que já existem para a economia capitalista (como o Sebrae); 4) Ampla reformulação das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior no âmbito da ES, desenvolvendo novos parâmetros éticos de produção e exportação; e 5) Revisão no processo de compras e na legislação das licitações do setor público de modo a favorecer esse tipo de atividade, reconhecendo uma lógica de concorrência diferenciada.

um tanto extremada, os autores identificam nas teses da ES um elevado grau de voluntarismo, relacionado-as a uma posição filosófica idealista e politicamente ingênua.

Não é possível tratar de forma homogênea o pensamento sobre a ES, nem definir claramente uma categoria “defensores da ES”. Uma das deficiências destas críticas é que esta imagem estereotipada apresenta a ES como um modelo já definido de sociedade¹⁰⁰, o que cria uma **lacuna frente ao estudo do seu processo de construção histórica** e de suas contradições latentes, **dando pouca importância ao processo que leva os atores a se engajarem nestas atividades.**

Uma das dificuldades que o movimento de ES enfrenta, seja de modo simbólico ou prático, é a constante constatação dessa contradição, ao bater de frente com as barreiras para uma transformação social ampla. Há uma forma objetiva para se conduzir uma inversão da ordem social? Como realizar tal campanha sem que seja uma imposição de valores e formas de agir construídas de cima para baixo? Não se pode exigir do movimento resultados e respostas as quais ele não tem, nem pode oferecer. Sabemos que se trata de um espaço de luta e debate político, cujos resultados não estão definidos de antemão.

2.7.3. O mito do desenvolvimento

Os mitos, segundo nos explica Celso FURTADO (1974), embora se baseiem em hipóteses que não podem ser testadas, orientam a construção da visão do processo social, dando sentido ao trabalho analítico. Assim, a literatura sobre desenvolvimento tem na sua maior parte se fundamentado na idéia de que o desenvolvimento econômico, segundo o modelo de produção e consumo que vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado.

Pretende-se que o padrão de vida da minoria da humanidade possa ser acessível às grandes massas da população do chamado terceiro mundo. No Brasil, particularmente, acredita-se que o padrão de consumo das classes mais abastadas possa ser reproduzido para toda a população.

¹⁰⁰ WELLEN (2008) mistura, por exemplo, a obra sobre microcrédito do Bengalês M. Yunus – que pouco tem a dizer sobre autogestão e menos ainda sobre a ES no Brasil – com as teses de Singer. Não discute, assim, o sentido da autogestão, não trabalha sobre a questão da auto-estima, nem sobre o processo de democratização do trabalho e do acesso aos meios de produção nos EES.

Tal idéia, diz Furtado, “constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”. (p. 16) No entanto, a civilização deu pouca atenção às conseqüências do aumento do estoque de capital no plano cultural e “menos atenção ainda ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujo objetivo último é a satisfação de interesses privados”. Com isso, negligenciou-se a noção de que a economia dos países chamados desenvolvidos, sobretudo a americana, tende a ser crescentemente dependente de recursos não renováveis produzidos no exterior do país.

Acreditamos que esta questão, negligenciada pelas políticas de ES, seja extremamente relevante para se pensar um projeto alternativo de desenvolvimento. A estratégia da ES, centrada no fortalecimento de unidades de produção coletivas, não oferece instrumentos para o enfrentamento de tais questões, estando em parte absorvida pelo mito do desenvolvimento. Por isso, podemos discutir um pouco mais sobre a crítica de Furtado.

A partir de um olhar crítico sobre o relatório Meadows, resultado de uma demanda de um grupo de grandes países que ficaram conhecidos como Clube de Roma na década de 70, Furtado oferece uma interpretação coerente para repensar o desenvolvimento. Este foi seguramente o mais influente estudo que trouxe a questão ambiental na pauta desses países por vários anos. O relatório procurava estabelecer a relação entre variáveis relevantes ao problema ambiental, desenvolvendo um modelo que levava em conta um sistema de longo prazo.

Para Furtado, antes de tudo, este trabalho reflete o início de um processo onde um sistema econômico planetário começa a ser pensado. A sua importância “deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”.

Porém, segundo Furtado, não se encontra neste estudo qualquer preocupação com respeito à dependência dos países altamente industrializados dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as conseqüências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos. (p. 19). Assim, a base do estudo de Meadows e o seu alerta fundamentam-se em uma hipótese irreal: a generalização do padrão de produção e consumo dos países desenvolvidos em escala mundial. Fica evidente a confusão feita entre conceitos

como economia subdesenvolvida e país jovem ao se ignorar as especificidades do subdesenvolvimento e considerá-lo como fase necessária do desenvolvimento.

Nesse sentido, Celso Furtado oferece uma análise econômica e histórica que não rejeita as conclusões de Meadows, mas a complementa. A partir da compreensão econômica e social do processo de industrialização, destaca que os processos irreversíveis de degradação do mundo físico em nossa civilização são provocados pelo mecanismo de criação de valor econômico. Antes de limitar sua análise à evidência superficial, o autor explica como o projeto liberal de divisão internacional do trabalho, legitimado pela Lei das Vantagens Comparativas de Ricardo, serve como justificativa para levar as nações à especialização em recursos locais.

Assim, enquanto os países desenvolvidos expandem sua base tecnológica e sua diversidade de produtos, o que se vê historicamente nos países em desenvolvimento é o crescimento de uma rede de produção de bens primários voltada para a exportação. Enquanto a especialização não requer nem implica modificações nos métodos produtivos e a acumulação se realiza com recursos locais, surge um incremento da capacidade para importar nesses países, que permanece disponível para ser utilizado na aquisição de bens de consumo – por uma população restrita. Dessa forma, “é pelo lado da demanda por bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial” (p. 27), sempre tentando reproduzir o padrão de consumo e do estilo de vida desta sociedade.

A compreensão sobre a estrutura dos EES não pode ser pensada fora desse contexto econômico da acumulação capitalista, cuja natureza polarizadora tende a ampliar continuamente o fosso entre “um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se”. Mais do que isso, dentro dos próprios países periféricos, o fosso que a atual orientação do desenvolvimento cria é ainda mais perverso.

Desse modo, Furtado indica um provável engano nas previsões alarmistas de Meadows, já que, por si só, a orientação polarizadora do processo de acumulação seria suficiente para que a pressão sobre os recursos (dada a incapacidade de se generalizar tal padrão de produção) fosse substancialmente inferior à das projeções oferecidas. Sua conclusão é que “a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos não tem cabimento dentro das possibilidades

evolutivas aparentes desse sistema”. A idéia de uma ruptura cataclísmica carece, assim, de fundamento.

Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (p. 75).

Furtado chega a afirmar que uma mudança no estilo de vida da população implicaria a abstenção de grande parte das vantagens do que significa integrar o centro do sistema capitalista – o que significa que, “qualquer país, independente de seu tamanho terá que conviver com as grandes empresas, dirigidas de dentro ou fora de suas fronteiras, respeitando a autonomia de que necessitam para integrar oligopólios internacionais” (p. 39).

Pragmático, sugere, de forma menos radical, mudanças graduais na orientação do desenvolvimento.¹⁰¹ O autor acreditava que, no quadro do atual modo de produção, seria impossível distribuir bens de forma mais igualitária simplesmente limitando (ou suprimindo) o crescimento. Assim, esta “nova orientação do desenvolvimento teria de ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício

¹⁰¹ Recentemente, o filme “Uma Verdade Inconveniente”, protagonizado pelo ex-candidato à presidência dos EUA, Al Gore, fez outro alarme ao mundo e às nações desenvolvidas, principalmente aos EUA, sobre as conseqüências do aquecimento global, muito semelhante ao relatório Meadows. O filme passa uma mensagem importante e necessária, com uma dura crítica ao governo norte americano por sua total negligência às políticas ambientais. Segundo o filme, a previsão catastrófica agora não dependeria mais e não estaria baseada na reprodução do padrão de vida e de produção dos países desenvolvidos pelos países em desenvolvimento. Para o cataclismo, hoje seria suficiente apenas a manutenção do atual padrão de produção e consumo. Não obstante, uma parte da crítica de Celso Furtado pode ser analogamente transposta às pesquisas de Al Gore. Estes novos estudos ainda não demonstram “qualquer preocupação com respeito à dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as conseqüências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos”. Além disso, nenhuma referência se faz à organização econômica e política de um sistema de decisões cujo objetivo último é a satisfação de interesses privados e individualizados. Parece que em relação às causas da pobreza e da desigualdade, pouco parece ter mudado da década de 70 até hoje – diferentemente do conhecimento sobre o clima e o derretimento das calotas polares.

provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privados dos grupos privilegiados” (p. 74)¹⁰².

Por isso, é necessário ter uma atenção bastante crítica frente à busca ideológica e abstrata pelo crescimento do PIB, que, por si só não reduz as desigualdades. Autores como E. J. Mishan denunciam a busca cega pelo crescimento, demonstrando abstrata e logicamente a possibilidade objetiva de se aumentar o bem estar da população reduzindo o nível de produção¹⁰³. Esta é a mesma perspectiva da ecologia política, que vêm ganhando força desde a segunda metade do século XX com a erupção dos problemas ambientais provocados pela poluição industrial.

Este movimento levanta o meio ambiente como bandeira para o socialismo, apresentando uma nova perspectiva para tratar o processo de desenvolvimento econômico. Como aponta LIPIETZ (2003), mais do que a soma da ciência (ecologia), com seus instrumentos e sua análise da relação homem-natureza, e da prática política, a ecologia política representa um conjunto de valores e uma visão específica de mundo. É um movimento que propõem uma nova forma de relação do homem com a natureza e entre si¹⁰⁴.

Por outro lado, o movimento ambientalista mais geral tem apresentado uma enorme capacidade de se ligar a diferentes tradições e propostas políticas. Seu discurso faz parte de um campo em disputa, e ainda não constitui um sujeito bem definido nesse espaço. Ele reúne movimentos e instituições sociais de diversos campos como os de mulheres, negros, homossexuais, agricultores alternativos de comunidades rurais, empreendimentos de economia solidária, etc., mas não tem um vínculo político claro e consistente. Não se identifica nem com a direita nem com a esquerda política, nem com uma classe ou um grupo social específico,

¹⁰² Isso significa, por exemplo, realocar recursos e revalorizar os serviços públicos em áreas como transportes coletivos, segurança, saúde e educação. No caso dos transportes, a política nacional atual caminha exatamente na contramão do desenvolvimento, ao incentivar a indústria automobilística. É sabido que o sistema de transportes baseado no veículo particular é absolutamente insustentável a longo prazo, sendo extremamente ineficiente econômica e ecologicamente.

¹⁰³ No Brasil, por exemplo, é possível observar uma relação quase que direta, em alguns períodos históricos, entre a concentração de renda e o crescimento do PIB.

¹⁰⁴ Num sentido amplo, segundo DUPUY (1980), a ecologia apresenta-se como crítica global e radical ao modo de produção industrial, mas não se coloca contra a técnica, e sim contra o projeto técnico que caracteriza a sociedade industrial, onde os homens se tornam escravos das suas ferramentas. Dupuy afirma que a civilização, em todas as partes, reflete cada vez mais sobre si mesma e, começa a destruir seus próprios fundamentos.

sendo um fenômeno que parece ir além das demandas e ações dos Partidos Verdes que apareceram nas últimas décadas.

Desse modo, é evidente que a defesa ambiental cada vez mais será utilizada como meio competitivo na busca das empresas e países por novos nichos de consumo, mantendo o conceito de produção sustentável, ainda guiado pelo mercado. Torna-se assim importante alertar para as armadilhas de se apostar em soluções supostamente técnicas na resolução dos problemas ambientais e sociais de hoje.

Por outro lado, para além de uma extensão de um marxismo radical, a ecologia tem desconsiderado a visão tradicional da sociedade de classes, de forma que a condenação que faz da sociedade atual e passada ainda recai objetivamente sobre elementos isolados e não sobre todo seu conjunto. Como afirma Célia DIAS (2002), a atuação dos *Verdes* tem se baseado na “interpelação popular-democrática”, ou seja, na tentativa de mostrar para os cidadãos de qualquer classe que estes também são responsáveis pela destruição da natureza. Segundo a autora:

A constituição discursiva de sujeitos a partir da interpelação ambiental passou não só pela crítica ao modelo de desenvolvimento, por ser predador da natureza e do homem, mas também pela crítica à forma de fazer política. Para os Verdes em geral, e não apenas os brasileiros, os sistemas políticos estão viciados: não há democracia participativa, o parlamentar eleito decide; o vínculo entre representante e representado é estabelecido pelos meios de comunicação, inexistindo a prática da política face a face. Com base nessa idéia, eles tendem a se definir como um partido do cidadão, o partido movimento, no qual todos podem participar das decisões (os políticos terão contato direto com as pessoas). O tema democracia participativa será um dos grandes elementos do discurso Verde, como crítica às decisões centralizadas e chamamento a ações localizadas, afirmando o poder participativo local como a possibilidade de as pessoas decidirem seu destino e terem, assim, um tipo de atuação política. Pensando global (como cidadãos do planeta) e agindo local (como cidadãos do bairro). (p. 106).

Por isso, como aponta GORZ (1980), um dos maiores desafios é colocar a própria democracia atual na pauta da discussão e não se limitar ao cientificismo que corre o risco de

culminar em uma tecnocracia ditatorial em nome da “correta” gestão ambiental. Esse pode ser um elemento decisivo na forma dos ecologistas fazerem política, defendendo um projeto de sociedade autogovernada, que absorva o político efetivamente na sociedade civil – e, dessa forma, negando todo poder totalitarista.

Mas, não nos esqueçamos que a possibilidade de uma transformação radical, revolucionária, da sociedade está menos relacionada à capacidade do que à vontade dos humanos em se autogovernar. Assim como a autogestão e o autogoverno podem resolver uma série de problemas, também trarão completas novas questões. Uma sociedade mais autônoma não resulta de uma simples mudança na estrutura de poder para o desenvolvimento da autogestão, mas também numa mudança de cultura e de valores que regem o modo atual de vida e de definição das necessidades.

Os elementos desse processo estão cada vez mais visíveis: a renovação de uma filosofia política com base na autonomia e na participação, a emergência de uma nova filosofia da natureza e um novo paradigma científico (interdisciplinar), e apontam uma autolimitação cada vez mais consciente da organização da vida e do espaço. Este tipo de projeto, mais do que um programa, é uma trilha. Baseia-se na vida coletiva e só pode ser uma obra coletiva que é ao mesmo tempo prática e teórica. Não depende de um partido ou bloco político e só pode estar ligada a uma diversidade, um agrupamento qualitativo de movimentos, demandas e ações.

Embora o aumento da produção ainda apareça como a maior promessa (embora ilusória) para responder às desigualdades mundiais, não é possível negar a existência e a relevância de projetos que cada vez mais evidenciam o mito do desenvolvimento. Esse é um contexto sobre o qual é preciso se debruçar, política e teoricamente.

PARTE 3 – O MUNDO ACADÊMICO E O MUNDO DO TRABALHADOR

Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que fez tua rosa tão importante.
(O Pequeno Príncipe - Antoine de Saint-Exupéry)

3.1. Introdução: a construção social do participante da ES

Todos os grupos sociais constroem regras e lutam para reforçá-las em certos momentos. Trabalham para torná-las mais abrangentes, para atingir ou convencer outros grupos, definindo situações e comportamentos apropriados para eles, especificando o que é “certo” e o que é “errado”. A entrada recente da ES no campo das políticas públicas, sua penetração e reconhecimento pelo Estado é, como símbolo e como prática, resultado do poder conquistado pelos grupos que a compõem e da ampliação da sua capacidade, ainda que limitada, de reforçar suas próprias regras e crenças.

No universo da ES, constantemente afirma-se que se tem como objetivo a construção de uma *outra economia*. Afirma-se que se quer promover um caminho alternativo, baseado em valores alternativos aos induzidos pela “sociedade capitalista” que, evidentemente, desviam dessa condição tradicional de reprodução e organização social. O questionamento das regras, a preocupação por novas práticas e por uma nova legislação, torna-se um ponto central, no momento em que o movimento procura imprimir um novo conjunto de normas e regras para seu funcionamento.

O processo de construção de sentido dos indivíduos que se tornam participantes nos espaços tidos como de militância¹⁰⁵ do movimento é caracterizado muitas vezes por uma cobrança e um controle normativo sobre as práticas cotidianas dos próprios participantes. MOTTA (2010) classifica isso como um julgamento, inclusive sobre o próprio comportamento das pessoas:

Uma característica importante deste mundo é que nele todas as práticas (e freqüentemente é essa mesmo a palavra usada) devem estar de acordo com os princípios da ES, mesmo que não estejam relacionadas a atividades econômicas. O julgamento sobre o que as pessoas fazem, inclusive sobre seu próprio comportamento, passam por serem consideradas solidárias ou não. Isso é importante porque “ser solidário” é aquilo que se acredita que as pessoas “devam ser”. (MOTTA, 2010, p. 12).

¹⁰⁵ Utilizamos o termo *militante* em seu sentido genérico, ou seja, o militante é aquele indivíduo politicamente engajado em uma causa. Nesse sentido, a militância não deve ser confundida com filiação partidária nem com o envolvimento em uma organização política formal, mas sim com o comprometimento e a mobilização em defesa de determinadas idéias. Geralmente, militar significa assumir compromissos e dedicar tempo e trabalho a questões coletivas cujos impactos podem ter efeitos sobre o modo de vida da sociedade da qual participa.

Muitas vezes esta é a perspectiva não apenas de seus participantes, mas também das análises sobre as situações de trabalhadores e militantes na ES, o que não põem em evidência a condição social do personagem desse universo, nem sua trajetória. O envolvimento é compreendido como resultado de atributos inerentes ao indivíduo, características da pessoa *a priori*. Localizando-se a fonte do engajamento como uma decisão individual, evita-se que seu aspecto social seja visto como uma parte essencial do fenômeno.

Contudo, em grande medida, as atividades vistas como alternativas refletem antes as situações sociais dos seus participantes. Seu engajamento é socialmente criado, e, apenas neste contexto constitui sua dimensão política. Ele não ocorre senão na interação social e de acordo com as inter-relações entre os diversos e heterogêneos grupos dentro da sociedade. Assim, podemos traçar uma analogia com a análise do desvio, de Becker, que afirma:

I mean, rather, that social groups create deviance by making the rules whose infraction constitutes deviance, and by applying those rules to particular people and labeling them as outsiders. From this point of view, deviance is not a quality of the act the person commits, but rather a consequence of the application by others of rules and sanctions to an 'offender'. The deviant is one to whom that label has successfully been applied; deviant behavior is behavior that people so label (BECKER, 1973, p. 09).¹⁰⁶

É interessante verificar que o processo de definir alguém como participante de um movimento também não é infalível e não se aplica a todos os espaços sociais indefinidamente. Pessoas que de fato não estão envolvidas a fundo em um movimento social podem ser vistas como militantes, assim como militantes engajados podem não ser percebidos socialmente como tal. Essa falta de homogeneidade torna extremamente difícil encontrar fatores comuns

¹⁰⁶ A perspectiva do desvio de Becker, que em alguma medida retoma a noção de anomia social de Durkheim, trata dos padrões sociais que levam um indivíduo a quebrar regras mais ou menos evidentes. Exemplos típicos de outsiders que basearam estudos clássicos nesse campo são usuários de drogas, pessoas com distúrbios mentais, assaltantes, jovens que engravidam antes do casamento ou cônjuges infiéis. Contudo, tal abordagem não assume necessariamente um viés negativista. Isso significa que, embora o outsider possa criticar convenções morais, instituições e todo o mundo convencional, essa ruptura não o exclui obrigatoriamente do meio social. Ou seja, não é a existência de uma punição (ou um prêmio) institucionalizada que o caracteriza como tal. Por isso, um ato militante considerado moralmente exemplar e fora do comum também pode ser analisado como um desvio.

de personalidade ou situações de vida que possam explicar o engajamento. No entanto, é possível encontrar semelhanças entre aqueles que compartilham a marca de *militantes*.

Geralmente estes indivíduos se apresentam (e assim são apontados) como aqueles que desejam transformar um conjunto de regras sociais convencionais (de produção). Na interação desses atores com outros grupos dos quais fazem parte, isso é observado cotidianamente. Um trabalhador membro de uma cooperativa pode sofrer uma pressão familiar por fugir aos padrões do trabalho assalariado; o cientista social que estuda o assunto pode ser tido (e se assumir) como heterodoxo; o estudante pode ser estigmatizado por seus pares como aquele que “não sabe separar a ciência da sua vida militante”; o professor, classificado como “marxista” ou “socialista” pelos alunos e por outros professores, etc.

Muitos estudos, ao apresentar o tema, contudo, costumam tratar a atuação política e o engajamento militante como se fossem atributos inerentes aos indivíduos, como um voluntarismo sem o qual não haveria movimento social. Porém, não há razões para se assumir que somente aqueles que militam tem o impulso para tal. Ao contrário da resposta voluntarista, a análise aqui desenvolvida, coloca a militância na ES como um produto da transação entre os atores da ES e os grupos dos quais pertencem. Como afirma MOTTA (2010):

As três categorias – empreendimento, assessoria e gestor público – são carregadas simbolicamente e determinam expectativas sobre o comportamento dos agentes, a partir das quais suas práticas são julgadas. Outra noção central é a de “representação”, segundo a qual as pessoas só existem como parte de um coletivo – entidade, grupo, empreendimento – que se considera que fala por meio dela. O caráter também performático da representação, se revela através das falas e ações das pessoas nos encontros. (p. 206/7)

Por isso, nesta terceira parte, este estudo se volta para a construção social da ES. Aprofundamos a discussão com base em dois grupos bem distintos, mas relacionados: o mundo acadêmico e o mundo dos trabalhadores. O objetivo é investigar alguns dos elementos que condicionam socialmente a produção deste mundo.

Por um lado, observamos o perfil das pesquisas sobre ES na última década, procurando traçar uma relação com os diferentes espaços institucionais que podem influenciar este campo. Por outro lado, procuramos apresentar elementos que oferecem uma luz para lidar com a construção de sentido no mundo do trabalhador. É possível afirmar que, além dos novos espaços institucionais criados, fundamentais para o engajamento militante, as diferentes carreiras na ES (acadêmicas ou profissionais) tendem a seguir as origens sociais daqueles atores (BOURDIEU, 1988).

É possível perceber diferentes formas de interação nestes dois meios, de acordo com o próprio processo anterior de socialização dos participantes. Assim, as perspectivas das pessoas que se envolvem em uma ação militante podem ser muito diferentes. Para uns, o questionamento da relação social de trabalho assalariado e a conseqüente afirmação do trabalho associado é o ponto político e prático mais relevante da questão, no que se refere ao seu engajamento público. Para outros, o pertencimento a um grupo coletivo está ligado mais a um processo de desenvolvimento de sua auto-estima ou da sua sobrevivência. Assim, a criação recente de diferentes espaços institucionais propicia diferentes possibilidades de engajamento, sendo que os indivíduos são atraídos de forma diferenciada para cada um deles.

Com efeito, o “profissional” da ES, antes mero simpatizante, precisa construir sua carreira¹⁰⁷. Precisa aprender a participar dessa cultura, e se localizar numa posição suscetível aos mecanismos através dos quais ele poderá construir sentido às suas atividades nesse mundo. Uma das primeiras etapas desse processo é o momento em que um indivíduo é reconhecido por outros e publicamente apontado como militante da ES. Um estudante que vai a um encontro por conta de uma exigência de um professor pode se ver identificado como um representante da universidade, assim como um representante de uma ONG interessado no assunto passa a ser definido como representante de uma entidade de apoio. Essa identificação terá conseqüências cruciais para a criação de uma auto-imagem e para uma mudança pública e

¹⁰⁷ O termo *carreira* não está sendo empregado aqui como uma trajetória de ascensão a um posto em uma profissão respeitável, nem é algo que possa ser classificada como mal ou bem sucedida. Como afirma GOFFMAN (2001), trata-se de indicar o caminho percorrido por uma pessoa ao longo de sua vida, de forma que “os resultados singulares são esquecidos, considerando-se as mudanças temporais que são básicas e comuns aos participantes de uma categoria social, embora ocorram de maneira independente em cada um deles” (p. 111).

pessoal da identidade do indivíduo, que pode contribuir para sua maior participação social, desenvolvendo um sentimento de compromisso.

Interessam-nos também os aspectos morais desta carreira, “a seqüência regular de mudanças que a carreira provoca no eu da pessoa e em seu esquema de imagens para julgar a si mesma e aos outros” (GOFFMAN, 2001). Uma vez dentro de um grupo organizado, pode ser difícil sair dessa trajetória sem que o indivíduo sofra um impacto na concepção de si mesmo. Assim, o nosso interesse é verificar como os motivos do engajamento se desenvolvem no curso da experiência da atividade militante, para entender a seqüência de aprendizado ou de mudanças de atitudes que levam a formação da concepção do indivíduo sobre a ES. Isso significa estudar o sentido das ações desses atores.

São essas questões que se colocam nesta parte desta tese, para além da análise tradicional sobre as possibilidades de desenvolvimento de ações econômicas alternativas. O interesse não é de destacar a lógica do empreendimento solidário como uma lógica oposta à concepção da empresa capitalista. Tanto esta como aquela forma de agir são construídas socialmente (e resultam do mesmo contexto macro-social). Trata-se menos de considerar a ES como uma forma de resgate de valores “humanos” elevados (ou de fazer a defesa de tais valores), e mais de compreender as estruturas e relações que permitem a construção social destes valores.

3.2. O mundo acadêmico

Esta sessão está destinada a discutir uma série de dados que ajudam a demonstrar a expansão da ES enquanto conceito e tema de estudo acadêmico. Acreditava-se que o surgimento da ES enquanto objeto de estudo em diferentes áreas refletiria o desenvolvimento dos diferentes eventos, das redes sociais e das instituições que permitem a criação de laços sociais e a difusão de diferentes significados entre seus participantes. Nossa intenção aqui é menos de aprofundar o conteúdo das pesquisas sobre ES (o que foi feito predominantemente na parte II) e mais de caracterizar o contexto no qual elas têm sido redigidas.

Através de uma consulta realizada no Banco de Teses da CAPES¹⁰⁸, construímos um banco de dados próprio. Seleccionamos as pesquisas que continham o termo “economia solidária” no assunto (ou seja, no título, entre as palavras-chaves ou no corpo do resumo) e procuramos analisar de onde vinham estes trabalhos e seus pesquisadores. Verificamos que até o ano de 2007 foram registrados no Banco de Teses da CAPES 226 pesquisas com o termo “economia solidária” em 59 Universidades e 18 estados brasileiros.

Como mostrado no gráfico 1 e na tabela 1, a primeira pesquisa registrada data de 1998, ano em que houve apenas um trabalho com essas características¹⁰⁹. Até 2002 têm-se uma média inferior a 5 pesquisas por ano, sendo que a partir de 2003 este número salta para 25 pesquisas. A partir de então este número cresce continuamente chegando em 2007 a 57 pesquisas realizadas.

Não por acaso, o ano de 2003, quando há uma evidente inflexão no número de pesquisas, é o ano de criação da SENAES e do FBES. Isto tem várias implicações. Em primeiro lugar, indica que um termo que não existia antes, passa a ser objeto de estudo no meio acadêmico. Vale lembrar que até aqui não é possível falar um conceito ou uma nova teoria. Contudo, é possível afirmar que uma realidade que antes não era reconhecida ou que era classificada de outras formas, passa a ser definida sobre o termo ES¹¹⁰.

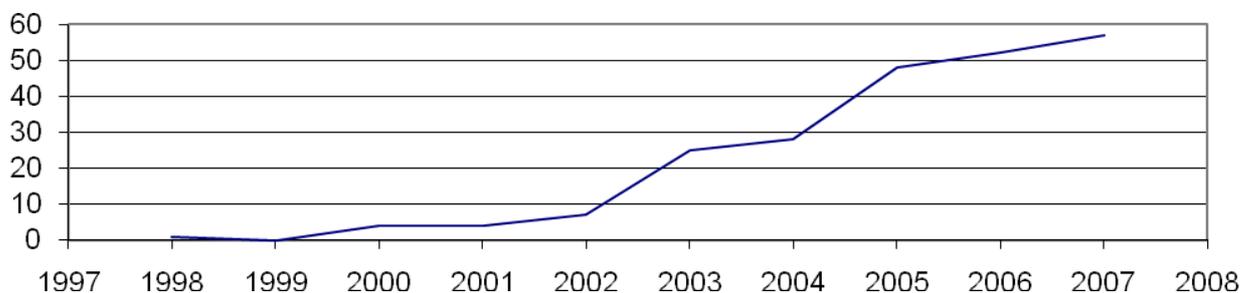
Em terceiro lugar, isso indica de forma geral que a institucionalização e a visibilidade social dada a determinado fenômeno tem implicações diretas sobre o esforço de pesquisa que será feito sobre o mesmo. BOURDIEU (1988) sustenta que as mudanças no mundo acadêmico são, muitas vezes, guiadas por mudanças demográficas que influenciam o perfil dos estudantes, assim como por mudanças nas necessidades econômicas da sociedade como um todo.

¹⁰⁸ A base contém os resumos relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações são fornecidas diretamente a Capes pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. A ferramenta permite a pesquisa por autor, instituição, assunto, nível (mestrado, doutorado ou ensino profissionalizante) e ano base.

¹⁰⁹ Trata-se da tese de doutoramento de Dalila Pedrini pelo departamento de Serviço Social da PUC-SP sobre uma experiência denominada na época de Empresa Alternativa de Produção Socializada, em Brusque, Santa Catarina. Ver PEDRINI (1998).

¹¹⁰ Verifica-se que recentemente abriu-se também mais espaço de discussão em sessões e mesas sobre ES no campo da sociologia do trabalho em associações de pesquisa como a ALAS, ABET, SBS, Anpocs, etc.

Gráfico 1: Número de teses e dissertações com o termo ES no assunto entre 1998 e 2007



Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

Tabela 1: Número de teses e dissertações com o termo ES no assunto entre 1998 e 2007

Tipo de trabalho / Ano de publicação	Teses de doutorado	Dissertações de mestrado	Dissertações de ensino profissionalizante	Total
1998	1	0	0	1
1999	0	0	0	0
2000	0	4	0	4
2001	2	2	0	4
2002	1	6	0	7
2003	2	21	2	25
2004	5	23	0	28
2005	6	40	2	48
2006	14	37	1	52
2007	10	43	4	57
Total	41	176	9	226

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

Isto pode parecer evidente, no entanto tais dados permitem explicitar de forma bem simples, mas eficiente, o fato de que a relação entre a pesquisa e o mundo político é mais intensa do que se pode imaginar. Em outras palavras, mesmo que o pesquisador busque um maior nível de imparcialidade em relação ao seu objeto, a escolha do mesmo se dá por critérios políticos anteriormente definidos em diferentes instâncias (evidentemente que a influência no sentido contrário também ocorre).

Fazendo um primeiro recorte por Unidade da Federação (tabela 2), verificamos que apenas três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) respondem por mais de

55% das pesquisas realizadas nestes 10 anos¹¹¹. Existem inumeráveis variáveis que influenciam a quantidade e o tipo de pesquisas que são realizadas em cada região do país, desde o tamanho da população universitária até os recursos de cada instituição e, obviamente, não é possível analisar todas. Em relação à pesquisa sobre ES, tais dados corroboram a hipótese de que a institucionalização de uma política ou de um movimento social faz com que novos olhares sejam a ele direcionados.

Tabela 2: Número e percentual de teses e dissertações entre 1996 e 2007 segundo UF

UF	Trabalhos	%
SP	69	30,5%
RJ	33	14,6%
RS	26	11,5%
PR	18	8,0%
MG	18	8,0%
BA	14	6,2%
DF	11	4,9%
SC	10	4,4%
CE	7	3,1%
PE	5	2,2%
RN	4	1,8%
PB	3	1,3%
GO	2	0,9%
MS	2	0,9%
ES	1	0,4%
AM	1	0,4%
RO	1	0,4%
PA	1	0,4%
Total	226	100%

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

São Paulo e Rio Grande do Sul figuram entre as regiões com as primeiras experiências de políticas públicas de ES¹¹². Rio de Janeiro foi sede da segunda plenária, abrangendo diversas organizações de peso como o IBASE, o PACS e o Fórum Estadual de Cooperativismo Popular. Outra análise interessante pode ser tirada fazendo-se uma analogia a

¹¹¹ As pesquisas encontradas em São Paulo estão divididas em 14 instituições, no Rio de Janeiro em 8 instituições e no Rio Grande do Sul em 6 instituições.

¹¹² De fato, existem políticas semelhantes anteriores em Lages, Santos, Belém, etc., mas que não tinham a denominação de economia solidária.

pesquisa de Noelle LECHAT (2004), que analisa a trajetória de 3 dos mais importantes intelectuais no campo da ES: Paul Singer, Marcus Arruda e Luis Inácio Gaiger. A principal atuação dos três no mundo da ES é respectivamente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul¹¹³.

Além da institucionalização da ES como movimento social e política pública, existe um terceiro e importante processo que diz respeito mais diretamente às universidades. Talvez o caminho mais forte de envolvimento de pesquisadores na ES seja por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Muitos estudantes quando iniciam seus primeiros estágios de pesquisa acabam se envolvendo em uma atividade de extensão ligada a uma incubadora universitária que apóia empreendimentos econômicos solidários. Começam visitando algumas experiências, logo apresentam trabalhos em encontros acadêmicos e, quase sempre, passam a participar de reuniões com os atores dos fóruns e articulações locais. Ao participarem de um encontro, recebem um crachá e logo são identificados como “assessoria”. Explicando o funcionamento de seu departamento, Cortegoso e Gambelli descrevem este processo (vale lembrar, sem pretensões etnográficas):

Como parte das exigências para bacharelado e formação de psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, os alunos desenvolvem uma monografia, que é iniciada no quinto semestre do curso e desenvolvida por no mínimo dois anos, com orientação contínua feita por orientadores credenciados para esta finalidade. A definição de temas para desenvolvimento destas monografias (...) é feita a partir de linhas de pesquisa mantidas por esses orientadores. Uma destas linhas (...) têm por objetivo identificar, descrever e avaliar contingências comportamentais na organização e funcionamento de cooperativas populares de trabalho e em incubadoras de cooperativas populares, bem como em relação à outras questões comportamentais de interesse para a economia solidária. Alunos (...) entram então em contato com literatura no campo da economia solidária, sobre cultura e práticas culturais no âmbito da análise do comportamento e atividades desenvolvidas na Incubadora Regional de

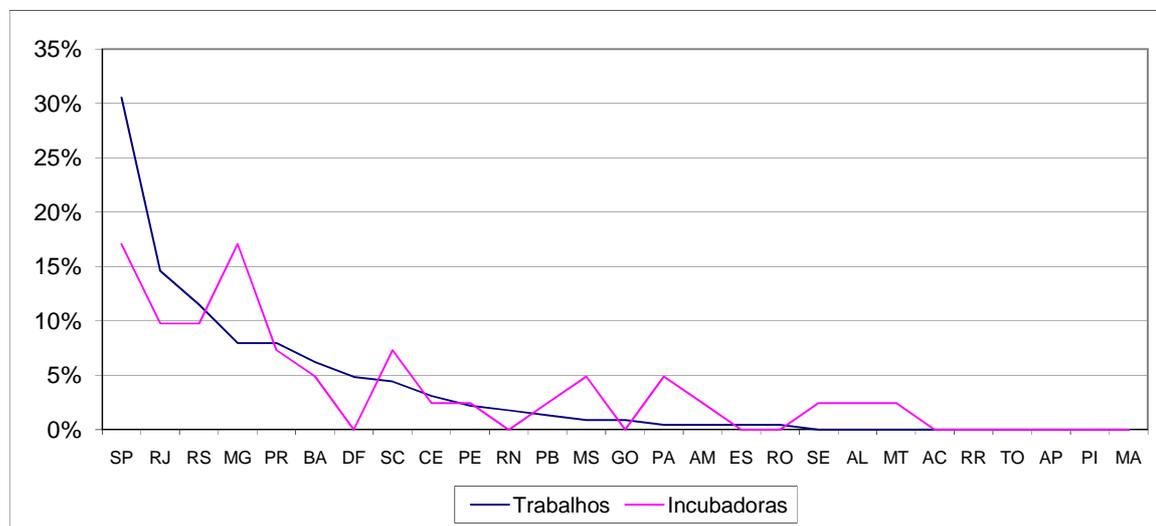
¹¹³ Com exceção de Singer que coordena a SENAES em Brasília, mas cuja atuação sempre foi prioritariamente São Paulo, os outros dois continuam atuando nas mesmas regiões onde deram início a sua carreira como intelectuais da ES.

Cooperativas populares (...). Definem, gradualmente, temas de interesse a partir de possibilidades espontaneamente apresentadas ou propostas pelo orientador e selecionados pelos alunos a partir de interesse pessoal. (CORTEGOSO e GAMBELLI, 2008, p.70).

O período na incubadora significa, assim, uma porta de entrada em suas carreiras como “profissionais da ES”. É um momento crucial em que o estudante, mero observador interessando, pode ser reconhecido e se auto-reconhecer como militante do movimento. Após fazer uma monografia de conclusão de curso sobre ES ou algum tema correlato, uma das suas alternativas para se manter nesse universo é se engajar em uma nova pesquisa (de mestrado ou doutorado).

O gráfico 2 a seguir, indica que existe uma relação que não é desprezível entre o número de incubadoras por Estado e o número de pesquisas realizadas. Naquelas regiões onde existem mais incubadoras ou onde elas são mais ativas, maior é o número de pesquisas.

Gráfico 2: Distribuição das pesquisas e número de incubadoras segundo UF



Fonte: Banco de teses (CAPES) e dados do Proninc. Elaboração do autor.

Vale lembrar que há uma fusão comumente feita entre autores e militantes, análises e aspirações. Não apenas o jovem pesquisador que se deixa levar pelo tema, mas também os

seus autores de referência combinam não raramente tais papéis. O fato de se envolver com um movimento social faz este se reconhecer e ser reconhecido como partidário de “teoria alternativa” e cria-se um rótulo. Esta imagem é reforçada ainda mais pelos pares, pesquisadores de outros temas, dentro das diferentes disciplinas de estudo que classificam: “aquele é o pesquisador da ES”. Isso se dá, de fato, em diversos outros grupos acadêmicos que comumente pintam imagens caricatas de seus colegas intelectuais.

O processo da pesquisa em si também influencia a mudança de sentidos dada a ES por um estudante, que posteriormente se torna um assessor reconhecido de uma ONG. MOTTA (2010) explica isso a partir de uma análise de sua própria trajetória:

Percebe-se que as ONGs são espaços de transformação em que se estabelece uma relação entre saberes acadêmicos e a ação política, através das práticas dos seus profissionais que circulam entre a universidade e estas organizações que prestam assessoria aos chamados movimentos sociais. A maioria dos profissionais das grandes ONGs, como o Ibase, tem curso superior em áreas como Ciências Sociais e Economia. Uma parte deles possui mestrado e doutorado, sendo que entre os dirigentes esta é uma situação comum. No caso da minha trajetória esse processo está ligado à mudança de sentido da “pesquisa”. Entrando neste mundo a “pesquisa” era meu interesse manifesto fazendo com que a motivação da minha participação estivesse fora dele. Com a profissionalização outro tipo de pesquisa passa a dar sentido ao meu lugar. Não mais a minha pesquisa, mas um tipo de pesquisa referida ao próprio universo da ES, em uma instituição que está a serviço do movimento. (MOTTA, 2010, p. 93).

3.2.1. As pesquisas sobre economia solidária

Podemos analisar mais diretamente elementos que ajudam a caracterizar a pesquisa sobre ES. O primeiro dado que destacamos revela uma curiosidade sobre a inserção da ES no mundo acadêmico.

Embora o senso comum nos indique que uma discussão sobre ES poderia ser feita predominantemente por economistas, nota-se que este não é um fenômeno alvo de preocupação acadêmica dentro do universo da ciência econômica em geral. Esse é um equívoco comum, que leva autores a apresentarem a ES como uma construção teórica do

campo da Economia. Contudo, ela é amplamente mais reconhecida nas ciências sociais e na administração (Veja tabela 3). As pesquisas sobre ES nos departamentos de economia respondem por apenas 3,1% no quadro de pesquisas analisado.

Tabela 3: Número de teses e dissertações segundo área de pesquisa

ÁREA DE PESQUISA	Trabalhos	%
Sociologia e ciências sociais*	39	17,3%
Administração	30	13,3%
Desenvolvimento	20	8,8%
Educação	18	8,0%
Psicologia	16	7,1%
Serviço social	15	6,6%
Direito	15	6,6%
Engenharia de produção	13	5,8%
Geografia	9	4,0%
Política pública social, saúde, ciência e tecnologia	8	3,5%
Economia	7	3,1%
Ciência política	6	2,7%
Engenharia (outras)	5	2,2%
Gestão	5	2,2%
Agronomia	3	1,3%
Extensão rural e desenvolvimento local	3	1,3%
Ciências da religião / teologia	2	0,9%
Arquitetura e urbanismo	2	0,9%
Ecologia	2	0,9%
Antropologia	1	0,4%
Ciências da informação	1	0,4%
Comunicação	1	0,4%
Enfermagem	1	0,4%
Contabilidade	1	0,4%
História	1	0,4%
Zootecnia	1	0,4%
Linguística	1	0,4%
TOTAL	226	100%

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

Aparentemente, o fato de o principal intelectual no campo da ES, Paul Singer, ser um economista influencia muito pouco a reprodução de pesquisas sobre ES feitas por

economistas, ou melhor, de pesquisas feitas nos departamentos de economia¹¹⁴. Isso não impede que sua posição de intelectual militante permita maior aceitação da ES no âmbito dos movimentos sociais em geral. Vale reforçar que Singer é amplamente reconhecido pela sua contribuição acadêmica, fazendo parte do departamento de economia de uma das maiores universidades do Brasil, com livros e trabalhos utilizados como bibliografia básica desde os anos 70 nas faculdades de economia de todo o país.

Isso indica fortemente que os diferentes departamentos nas universidades têm maior ou menor aceitação para cada tipo de pesquisa. Mais do que isso, existem condicionantes sociais que, desde o início de sua formação, restringem o leque de pesquisas que pode ser desenvolvido por estudantes de determinadas áreas. Assim, nos parece que a bagagem acadêmica de Singer, reconhecida largamente nas escolas de economia no Brasil não legitima automaticamente a ES como um campo de estudo da ciência econômica. Logo, deve haver outras condições que impulsionam ou restringem o desenvolvimento de pesquisas sobre ES dentro de uma ou outra área.

Observando, de maneira complementar, os dados da Tabela 4, retirados da Base nacional de grupos de pesquisa CAPES, verifica-se uma inversão entre as áreas de pesquisa, sendo que a Administração passa a apresentar o maior número de pesquisas, seguida da sociologia. E aqui, a Economia segue como terceira área de pesquisa com maior número de grupos de estudo. Aparentemente, a existência de grande número de grupos de estudos não significa necessariamente um número maior de pesquisas de mestrado e doutorado sendo desenvolvidas, como acontece em relação às incubadoras.

É importante salientar outra questão explicitada nestas duas tabelas, que é a forte presença da administração (de empresas), historicamente conhecida como uma ciência voltada para melhorar o desempenho produtivo de empresas baseadas em relações capitalistas de produção. Onde a relação de assalariamento seria algo dado e inquestionável desde suas origens. No entanto, surpreende a quantidade de pesquisas feitas sobre ES nos departamentos de administração, ou seja, feitas sobre empresas não capitalistas.

¹¹⁴ Na base de teses da CAPES não é possível verificar a formação original dos autores, mas apenas o departamento no qual a pesquisa foi feita. Logo, é possível que hajam muitos pesquisadores formados em economia ou em qualquer outra área, mas que por diversos fatores decidiram migrar de departamento.

Tabela 4: Número de grupos de estudo segundo área de pesquisa

Área de Pesquisa	Total
Administração	18
Sociologia	16
Economia	11
Educação	8
Serviço Social	7
Psicologia	6
Engenharia de Produção	4
Planejamento Urbano e Regional	4
Direito	3
Arquitetura e Urbanismo	3
Geografia	3
História	2
Ciência Política	2
Turismo	1
Saúde Coletiva	1
Comunicação	1
Agronomia	1

Fonte: Base nacional de grupos de pesquisa CAPES

Parece que a autogestão de empresas é um campo que tem sido cada vez mais explorado, abrindo brechas de pesquisas organizacionais alternativas nestes departamentos. Discutindo o processo e as técnicas de gestão coletiva de unidades produtivas, as pesquisas em administração parecem oferecer contribuições para interpretar a ES – o que é menos propício na ciência econômica que têm demonstrado ser incapaz adaptar modelos macro ou microeconômicos a este universo e menos ainda ferramentas econométricas. Isto corrobora mais uma vez o fato que viemos discutindo na parte II de que o significado atual de ES depende necessariamente da concepção de unidades produtivas autogestionadas.

A partir da leitura dos resumos das 226 pesquisas, foi possível complementar o banco de dados com informações mais específicas em relação à forma com que se estuda a ES. Foram definidas assim as seguintes novas variáveis (que não fazem parte do formulário objetivo da CAPES): abordagem específica sobre ES, temas de pesquisa, existência de estudo de caso, tipo de EES estudado (se for o caso), sexo dos pesquisadores e orientadores, posicionamento em relação à ES. Ao longo das sessões seguintes iremos explicar melhor cada uma delas.

Abordagem específica: Trata-se de verificar se o trabalho apresenta uma abordagem voltada ao diretamente ao estudo da ES ou se trata de outro tema, sendo ES um campo complementar. Como a seleção dos trabalhos no banco de teses não se resume ao título, mas abrange a existência do termo ES nas palavras-chave e no corpo do resumo, é possível que existam pesquisas que não tratem diretamente de ES, mas apenas tenham incluído o termo em algum destes outros campos. É possível afirmar que pelo menos 80% dos trabalhos apresentam uma abordagem voltada ao estudo da ES. Isso quer dizer que cerca de 20% dos trabalhos têm foco em outros temas, como educação infantil, terceiro setor, economia de comunhão, etc., mas citam o termo ES.

Temas de pesquisa: Trata-se dos principais temas citados nas pesquisas, em relação aos temas mais gerais conhecidos dentro do campo da ES. Em 45% das pesquisas foi citado que se tratava de pesquisa sobre EES; pouco mais de 21% das pesquisas apresentam uma abordagem predominantemente teórica, histórica ou conceitual, e 9,3% tratam de políticas públicas locais.

Tabela 5: Número e percentual de trabalhos segundo temas de pesquisa

Temas	Total	%
Empreendimentos Solidários	102	45,1%
Abordagem teórica/histórica ou conceitual	49	21,7%
Políticas Públicas - Locais	21	9,3%
Incubadoras	13	5,8%
Educação	9	4,0%
Análise do discurso e representações	8	3,5%
Empresas Recuperadas / Autogeridas	8	3,5%
Questão de gênero	7	3,1%
Desenvolvimento local sustentável	5	2,2%
Economia de Comunhão	5	2,2%
Gestão de EES	5	2,2%
Políticas Públicas - Federal	5	2,2%
Sindicalismo	5	2,2%
**Outros	40	17,7%

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

* o total supera os 100% pois alguns trabalhos envolviam mais de um tema.

** Entre os outros temas: análise comparativa internacional, comércio justo, microcrédito, clubes de troca, deficiência e saúde mental, feiras, políticas públicas em geral, cooperativismo, empresas de participação comunitária, fóruns e entidades de representação, marco legal, movimentos sociais, MST, igreja, mapeamento, questão racial e terceiro setor.

Estudo de caso: Trata-se da citação explícita de estudos de caso nas pesquisas. Quase 70% dos trabalhos apresentam algum tipo de estudo de caso, com trabalho de campo, visitas e/ou entrevistas com experiências. Nas pesquisas em que se evidenciou se tratar de estudos sobre empreendimentos (45,1%), quando possível, foi registrado o **tipo de empreendimento**. Destacam-se em termos quantitativos, os estudos sobre cooperativas de catadores, grupos prestadores de serviços urbanos e coletivos agrícolas.

Tabela 6: Número e percentual de pesquisas segundo tipo de empreendimento estudado

Tipo de EES	Pesquisas	%
Não identificado	28	27%
Catadores e reciclagem	22	22%
Serviços urbanos	20	20%
Agrícola / agroindustrial	11	11%
Redes e cadeias	5	5%
Serviços coletivos comunitários	5	5%
Bancos comunitários	3	3%
Habitação	3	3%
Pesca, etc.	2	2%
Construção civil	1	1%
De apoio	1	1%
Transportes	1	1%
Total	102	100%

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

3.2.2. Os pesquisadores

Não temos dados estatísticos sobre os indivíduos que nos permitam descrever claramente o perfil dos pesquisadores que discutem ES, mas alguns elementos básicos podem ser levantados. Em relação à distribuição de gênero, verifica-se que 57% das pesquisas registradas foram realizadas por mulheres e 43% por homens. Isso não deve ser surpresa, pois é conhecido que nos cursos de pós-graduação predomina a presença feminina¹¹⁵. Logo, não é possível afirmar que a escolha deste tema estaria relacionada a engajamentos pessoais dos

¹¹⁵ Sobre esta questão, ver GUEDES (2008): “Do ponto de vista masculino, o abandono do curso universitário provavelmente se articula à necessidade de trabalhar, ou seja, à representação tradicional do homem como provedor da família. Um reflexo dessa tendência é o fato de os cursos de mestrado e doutorado serem um reduto feminilizado, fato que se reflete na presença sempre mais ampla de mulheres do que a distribuição apresentada anteriormente nos cursos de graduação”. (GUEDES, 2008).

pesquisadores relacionados ao gênero, apesar do forte discurso sobre o feminino na ES. Entre os orientadores, esta diferença também não se observa, sendo 40% mulheres e 60% homens, o que também não destoia da distribuição de gênero conhecida entre professores universitários.

Gráfico 3: Distribuição dos pesquisadores e orientadores segundo gênero



Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

GOHN (2008) afirma que o recorte de gênero tem pautado a discussão sobre novas racionalidades, o que é verdade particularmente em relação à simbologia do feminino na ES. Segundo a autora, as mulheres têm constituído a maioria das manifestações públicas coletivas, sustentando majoritariamente além dos movimentos feministas, movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho, redes e fóruns que ultrapassam fronteiras nacionais, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças, etc. (p. 133)¹¹⁶.

A categoria gênero foi um grande saldo positivo para o feminismo a partir da década de 80. O termo analítico "gênero" enfatiza os aspectos relacionados à construção social e cultural, contra o determinismo biológico implícito no termo "mulher", uma categoria descritiva. No entanto, muitas vezes argumentações biologizantes continuam sendo hoje

¹¹⁶ Nos espaços de encontro da ES, a participação de mulheres aparenta ser mais expressiva, contudo os dados do mapeamento indicam um maior número de homens nos empreendimentos. Enquanto as mulheres predominam nos pequenos e diversificados grupos produtivos, nos grandes empreendimentos (que são poucos), há maior parte dos sócios é de homens, o que influencia fortemente a soma total. Não há pesquisas sobre a existência de invisibilidade do trabalho feminino nos empreendimentos de economia solidária.

apresentadas, mas no sentido inverso, em favor de uma visão feminista que defende um “modo de ser feminino” e um “modo feminino” de fazer política.

Esse posicionamento, que caracteriza, ao meu ver, uma falsa questão, defende, por exemplo, a adesão dos valores femininos como forma de transformar a economia (Economia Solidária como Economia Feminina). Os valores do feminismo seriam a cooperação e a solidariedade, o que faltaria no capitalismo dominado por empresas regidas pelos valores masculinos. Dessa forma, incorrem no mesmo equívoco de considerar o papel socialmente construído de gênero como uma condição pré-determinada.

Outro recorte realizado a partir dos dados observados nas pesquisas diz respeito à concentração de orientadores. Verificou-se que nas 226 pesquisas participaram 181 orientadores, o que indica que tais pesquisas não se concentram em professores isolados, mas que diferentes pesquisadores têm tratado do tema. Vejamos:

- 84% dos orientadores participaram de apenas 1 trabalho, o que corresponde a 68% dos trabalhos realizados;
- 18 (11%) orientadores, orientaram 2 trabalhos, correspondendo a 9% dos trabalhos;
- E apenas 10 (5%) destes, orientaram 3 ou mais trabalhos, correspondendo a 16% dos trabalhos.

Embora haja 10 professores que orientam 3 ou mais pesquisas, tais dados evidenciam que não há uma concentração da temática sobre alguns pesquisadores. Ao mesmo tempo, nas bancas das 226 pesquisas apresentadas houve a participação de cerca de 88% de professores que anteriormente não orientaram pesquisas sobre ES. Isso pode significar que, por um lado, não têm ligação forte com o tema, ou que sua atuação na ES pode seguir outras vias.

Tudo indica que há um potencial grande de acadêmicos que passam a lidar com a questão e que não estão a priori ligados a uma atividade militante na ES. Para verificar isso, observamos a distribuição das pesquisas nas diferentes instituições. Aparentemente, o debate sobre ES não se concentra necessariamente em departamentos específicos.

Tabela 7: Número e percentual de pesquisas segundo instituição

Universidade	Pesquisas	%
Universidade de São Paulo	24	11%
Universidade Federal do Paraná	15	7%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	15	7%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	14	6%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	13	6%
Universidade Federal da Bahia	11	5%
Universidade de Brasília	10	4%
Universidade Federal de Santa Catarina	9	4%
Universidade Estadual de Campinas	8	4%
Universidade Federal de São Carlos	7	3%
Universidade Federal de Minas Gerais	7	3%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	6	3%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	4	2%
Universidade Metodista de São Paulo	4	2%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4	2%
Universidade Federal Fluminense	4	2%
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	4	2%
Universidade Federal do Ceará	4	2%
Fundação Oswaldo Cruz	3	1%
Pontifícia Universidade Católica do RS	3	1%
Centro Universitário de Araraquara	3	1%
Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	3	1%
Universidade Salvador	3	1%
Universidade Federal de Pernambuco	3	1%
Outras	45	22%
Total	226	100%

Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

- Na USP, as 24 pesquisas estão divididas em 14 departamentos e 21 orientadores diferentes, destacando-se a Sociologia com 5 trabalhos;
- Na UFPR, as 15 pesquisas estão divididas em 4 áreas distintas (Direito, Sociologia, Desenvolvimento Econômico e Educação), com 14 orientadores diferentes, sendo Direito a mais representativa com 10 pesquisas;
- Na UFRJ, as 15 pesquisas estão divididas em 7 áreas distintas, com 12 orientadores diferentes, destacando-se Engenharia de Produção com 7 pesquisas;

- Na UFBA, por outro lado, 9 das 11 pesquisas são da área de Administração, sendo 7 orientadas pelo mesmo professor (as outras 2 são de Direito e Ciências Agrárias). Na UNB o mesmo ocorre com 6 das 10 pesquisas (Sociologia), sendo 5 orientadas pela mesma professora;

Verificamos, então, que há uma diversidade suficientemente grande para afirmar que as pesquisas sobre ES não se limitam a nichos de estudo ou pessoas isoladas. Ela é diversificada em diferentes departamentos o que, provavelmente, estimula o diálogo e a construção multidisciplinar.

3.2.3. Há um posicionamento explícito?

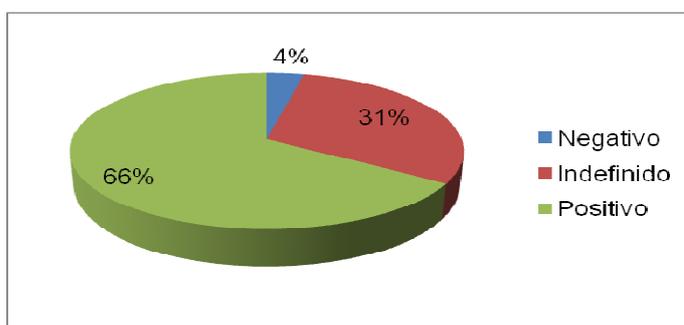
Ao analisar os trabalhos acadêmicos sobre ES, procuramos identificar se havia um posicionamento explícito dos autores em relação ao tema. Fizemos tal exercício a fim de verificar se existe uma tendência pré-estabelecida (positiva ou negativa) para tratar o tema. Quando não era possível identificar uma tendência clara, o posicionamento foi listado como indefinido. Vale lembrar que se trata de uma questão delicada já que estamos analisando pesquisas que, a priori, não deveriam assumir nenhum posicionamento explícito sobre o tema estudado.

Há duas justificativas que nos levam a fazer tal análise. Primeiro, sabemos que não existe neutralidade científica. Toda pesquisa é de um modo ou de outro influenciada pelo olhar do pesquisador, por sua visão de mundo. Isso apenas não bastaria para identificar um posicionamento a favor ou contra a ES nas pesquisas observadas. Contudo, um segundo elemento entra em questão, ou seja, as motivações e a trajetória daqueles que passam a estudar ES. Tudo indica que não se trate de pesquisadores de escritório, mas indivíduos que de algum modo militam em movimentos sociais de diferentes tipos e que tem um envolvimento vivencial com o tema.

Pela leitura simples dos resumos foi possível identificar frequentemente o posicionamento dos autores em relação à ES. Talvez mais do que em outros temas, muitas vezes fica evidenciado que o projeto de pesquisa tem relação direta com o projeto de trabalho

e de vida de uma parte desses pesquisadores. Algumas vezes parece que não há nem mesmo uma preocupação em deixar menos explícito este posicionamento.

Gráfico 4: Posicionamento das pesquisas



Fonte: Banco de teses (CAPES). Elaboração do autor.

Dois terços dos trabalhos assumem um posicionamento evidentemente positivo em relação ao tema estudado. Por exemplo, afirma-se de antemão que a ES promove o desenvolvimento local ou que é um referencial a ser seguido para políticas públicas.

[este trabalho] pretende abordar duas experiências que vem sendo desenvolvidas em duas Cidades que possuem programas de Economia Solidária, compará-las e mostrar como essas experiências tem contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento local. (...) Ter a economia solidária como referencial nas políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento local é o que se pretende apresentar nesse trabalho de mestrado. (LEITE, 2007).

Mesmo destacando a fragilidade dos empreendimentos, é comum que se valorize as experiências por permitirem o desenvolvimento da “criatividade e da autonomia” a seus membros. Por exemplo:

A busca pela independência financeira ainda contrasta com os rendimentos insuficientes alcançados, que são compensados pelo exercício cotidiano da autonomia e da criatividade aplicadas às técnicas artesanais. (CARVALHO, 2007).

O efeito positivo em relação à auto-estima dos indivíduos no grupo também se destaca. Nesse sentido, muitos trabalhos reforçam a questão da sensibilidade, da criatividade e de certo “aspecto humano” nos empreendimentos, para além do econômico:

Apesar dos limites de renda e benefícios trabalhistas, presentes nas iniciativas autogestionárias, esses espaços podem ser férteis para o exercício de relações mais democráticas e conquista de autonomia para as mulheres. (COSTA, Bianca, 2007)

Algumas afirmações surpreendem pelo otimismo:

Pretende-se demonstrar que a economia solidária surge na atual conjuntura capitalista como instrumento sólido de geração de trabalho e renda, criando uma expectativa positiva em relação ao desfavorável cenário de desemprego mundial. (FAGUNDES, 2003).

Após análise dos dados, busca-se mostrar que esses empreendimentos representam uma possibilidade real e histórica de transformação das relações sociais e do desenvolvimento local através de uma melhor distribuição da renda e de um desenvolvimento mais humano, sustentável e solidário. (JULIANI, 2004).

A economia solidária vem se afirmando como uma alternativa importante principalmente para grupos de trabalhadores urbanos atingidos pelo desemprego, não apenas no Brasil, mas em grande parte do mundo. (STREIT, 2006).

Partimos do pressuposto de que a economia solidária, prática baseada na solidariedade, e a educação popular se apresentam como espaços potenciais para a socialização do valor cooperativo. (BENZAQUEN, 2006). (Grifo nosso.)

[A ES] pode se constituir numa potente estratégia de desenvolvimento territorial... (VASCONCELOS, 2007).

Definimos posicionamentos positivos também quando o objetivo explícito do trabalho é fortalecer ou multiplicar tais experiências:

Os resultados explicitados nesta dissertação certamente poderão contribuir não somente com o objeto de estudo, mas também com outras instituições de microcrédito no estado e no país, visto que os modelos de gestão podem ser replicados e implantados em outras realidades, considerando peculiaridades locais. (OLIVEIRA, 2005).

Isso quer dizer que, há uma aparente tendência a se considerar tais experiências positivas a priori. Aparentemente, pouco se discute sobre a estruturação de um sistema alternativo de crédito ou a reformulação do atual sistema, mas limita-se a idéia de multiplicação de experiências pontuais. Percebe-se regularmente uma intenção de divulgar e apresentar um projeto de ES ou de empreendimentos solidários como algo a ser replicado. Uma das afirmações mais ambiciosas nesse sentido dizia: “Junte-se a nós para conhecer esta nova utopia.” (TIMBÓ, 2003)¹¹⁷.

Há também pesquisas que procuram definir se uma iniciativa caracteriza “uma economia solidária” ou não, ao invés de explicar o que significaria aquilo que chamam de ES. Distinguir o significado de ES como um ideal a se atingir, do significado construído historicamente permitiria análises mais consistentes para se compreender o fenômeno. Este, é profundamente diferente do discurso propriamente feito, o qual reflete variadas motivações subjetivas dos atores.

Por fim, estas observações nos permitem afirmar que existe entre muitos pesquisadores uma crença de que a estrutura de mercado pode ser superada através do fortalecimento de unidades produtivas coletivas:

... [experiências] que ousam afirmar lógicas alternativas à do mercado, que fundam, em bases sustentáveis e solidárias o consumo e a economia, instaurando, como ética, um

¹¹⁷ Trata-se, na verdade, de um trabalho sobre Economia de Comunhão, mas que expressa bem os sentimentos de um pesquisador engajado.

'princípio de responsabilidade' capaz de revolucionar as prioridades e recolocar o ser humano acima da condição de mercadoria descartável (SOARES, 2000).

Afirmações como esta são encontradas não apenas em teses e dissertações. A organizadora de um livro que reúne experiências de psicologia e ES apresenta uma definição que é visivelmente ideológica e sem fundamento social ou histórico. Não o faz por má fé, mas simplesmente porque está sinceramente convencida da necessidade deste projeto. Vejamos:

A economia solidária constitui uma outra economia frente à economia capitalista, principalmente como possibilidade de geração de trabalho e renda para os segmentos excluídos da população, e também um outro modo de produção e de organização social e cultural. A economia solidária tem, como valores fundamentais, adesão voluntária e esclarecida dos membros, participação democrática em processos decisórios, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, preocupação com a natureza, preocupação com a comunidade, produção e consumo éticos, solidariedade. (CORTEGOSO e GAMBELI, 1 p.28).

Há muito pouco, em tal definição, de algo que vá além de um conjunto de valores e aspirações políticas dos autores, sendo que o texto se trata mais de um projeto a se construir do que algo realmente existente. A ES é colocada como uma alternativa ao capitalismo predatório e produtor de desigualdades, como se fosse simples fruto de escolhas individuais. Isso demonstra uma fragilidade grande das análises em relação ao significado mesmo do termo Economia, assim como do conceito de relações sociais de produção.

Esta forma de apresentação da ES pode convencer e atrair muitos estudantes e militantes engajados em várias formas de lutas sociais. Estes abraçam textos e autores de referência, ou visitam algumas experiências 'exitosas', e passam a reproduzir o mesmo discurso. No entanto, em algum momento se defrontam com a realidade cotidiana destes trabalhadores. Se deparam com casos contraditórios e disputas de todos os tipos se tornam evidentes. Pequenas intrigas, reprodução de hábitos de consumo considerados “não-ecológicos”, controle da gestão por um grupo reduzido, assim como a dificuldade de administração e de viabilidade dos EES.

Mas isso não leva necessariamente a uma decisão de afastamento. Ao contrário, aqueles aprendizes, agora 'profissionais da ES', já se encontram imersos no universo da ES, de certo modo, condicionados a este ambiente. Dificilmente podem cortar este laço, pois várias dimensões da sua vida dele são dependentes. Assim, mantendo seu engajamento, estes precisam passar por um processo de racionalização e justificação. A ES passa a ser vista como "uma possibilidade, ainda que falte um longo caminho a ser percorrido" (OLIVEIRA, 2007). Ou então, passa a se dar maior ênfase a elementos relativos à pluralidade de dimensões de tais experiências:

Parte-se do pressuposto de que a sustentabilidade em tais iniciativas não se define apenas por aspectos econômicos. (...) é uma sustentabilidade plural, visto que uma série de fatores e dimensões em interação determina a sua dinâmica. (REIS, 2005).

O discurso da ES como realidade já existente, se torna discurso do projeto em construção, que necessariamente deve enfrentar limites e dificuldades em seu desenvolvimento. Mais uma vez, pouco se discute sobre os meios pelos quais tal projeto se desenvolveria, limitando-se a esperança gerada pela promessa de uma sociedade regida por novos valores, como os apresentados no parágrafo de Cortegoso citado acima.

No outro extremo verifica-se que apenas 4% das pesquisas em nossa base assumem um posicionamento crítico negativo em relação à ES. Isso quer dizer, que apresentam um discurso explícito contrário à ES como projeto ou como política.

Isso se evidencia em afirmações que chegam a apresentar a ES como “um projeto político de corte conservador extremamente funcional à sedimentação da hegemonia do capital e à reprodução ampliada da ordem burguesa” (MENEZES, 2006). Ou que simplesmente afirmam que não se trata de um projeto com “potencial revolucionário” de emancipação da classe trabalhadora (AMARAL JÚNIOR, 2003).

Interessante é verificar que também as pesquisas que assumem uma posição crítica radical revelam o lugar de seus autores. Embora os dados sejam numericamente pequenos para se poder fazer afirmações conclusivas, verificamos que a metade dessas pesquisas são feitas por mulheres (sendo 7 entre os 8 orientados por mulheres). Apenas 1 apresenta estudo de caso

e 5 tem como abordagem uma discussão teórica, histórica e/ou conceitual. Não há, entretanto, uma concentração em relação à região ou a uma área de estudo específica. Sendo a ES uma construção muitas vezes apresentada como “feminina”, é possível que as mulheres tenham mais legitimidade (e liberdade) para criticá-la.

O fato de apenas uma entre estas oito pesquisas apresentar estudo de caso indica que aqueles que têm mais contato direto e proximidade com as experiências têm tendência a se posicionar mais positivamente em relação a elas. Não necessariamente porque estejam mais próximos da realidade, mas mais por seu envolvimento emocional no contexto do que representa participar do movimento de ES. Da mesma forma, os autores de pesquisas em que se explicita um posicionamento negativo assumem um distanciamento que os fazem focar suas críticas em contradições da ES que se encontram no campo conceitual e macro estrutural. Isso fica evidente no seguinte resumo:

Esta dissertação trata das aproximações entre as práticas políticas de parte da esquerda não-socialista, representada no presente trabalho pelas organizações não-governamentais, e alguns programas socialistas não-marxistas, incorporados em parte pela inserção da CUT - Central Única dos Trabalhadores - na chamada economia solidária. A não consideração da função desempenhada pelo Estado de organizar a dominação de classe num dado modo de produção, e a despreocupação com a luta de classes fazem com que autores considerem possível a construção do socialismo nos interstícios da sociedade capitalista, sem ruptura ou transição. Este socialismo direto, ao não entender necessária a destruição do Estado burguês para a construção do socialismo, acaba por se aproximar não do socialismo como a superação do capitalismo, mas simplesmente como incremento da democracia e melhoria nas condições de exploração. (ZARPELON, 2003).

Assim, deixam de lado elementos que fazem parte do aspecto psicossocial e pedagógico do processo de autogestão nas unidades coletivas que se reconhecem como parte de uma ES. Isso é verificado também em artigos que tratam a economia solidária como uma teoria, com postulados, teses e sínteses. Criticam assim, as análises sobre a ES e seus

pensadores, mas não chegam a discutir o fenômeno social em si. É o que faz Henrique WELLEN (2008):

(...) os representantes desse projeto apelam para a boa vontade das pessoas, para que essas façam um uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, a 'economia solidária'.

Logo, ao invés de se propor a analisar a questão, de início o autor esclarece seu objetivo latente de desmistificar certa concepção de ES: “Trataremos essas posturas como formas ideológicas e mistificadoras que servem para intensificar processos de alienação humana.” O problema é que, segundo este ponto de vista, todo cientista social que estuda determinado tema passa a ser considerado como “representante” de seu objeto. Tomando, ironicamente, ao pé da letra, Marx poderia ser chamado de “representante do capitalismo”, Howard Becker de “representante dos usuários de maconha” e Goffman, “representante das instituições fechadas”.

Diferentemente dos escritos da CEPAL, por exemplo, que reclamam uma Teoria da Dependência para tratar do desenvolvimento desigual das nações ou de Marcell Mauss que esboça uma teoria da magia para tratar a natureza das relações sociais, não há nada que permita a classificação da economia solidária como corrente teórica de pensamento, sendo que não existem nem mesmo autores reconhecidos que reclamem a ES como teoria. Por isso, o termo impreciso “representantes da ES” constitui uma generalização problemática.

Como vimos, existe de fato um engajamento de muitos pesquisadores, contudo é preciso compreender que tal engajamento se trata mais de um posicionamento político ao qual estão sujeitos todos os cientistas sociais e menos de um engajamento acadêmico no sentido de busca por reconhecimento de um campo teórico. Essa disputa também existe e, como veremos em seguida, tem suas próprias especificidades.

3.2.4. A influência francesa

Alguns autores franceses são recorrentemente utilizados como base teórica nas análises sobre ES no Brasil. Podemos destacar dois representantes de linhas de pesquisa que têm maior repercussão, já citados anteriormente nesta tese: Jean-Luis Laville, que atua mais diretamente com ES na França, e Alain Caillé, um dos principais representantes do chamado paradigma anti-utilitarista. Embora suas concepções sejam relativamente diferentes, é possível verificar que ambos possuem uma trajetória militante considerável e que mantém contato regularmente.

Caillé é conhecido por sua obra em torno do paradigma do Dom, sendo fundador do Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS)¹¹⁸. Laville é talvez o primeiro intelectual a conceituar a Economia Solidária na França, diferenciando-a do conceito de Economia Social. Estando presente em diversos encontros internacionais de movimentos sociais (como o FSM, RIPESS, etc.), Laville defende no meio acadêmico a noção de Economia Plural, tendo também muitos trabalhos publicados em parceria com autores brasileiros.

Ambos possuem relações diretas ou indiretas com universidades brasileiras, por exemplo, orientando ou co-orientando pesquisadores de ambas as nacionalidades que desenvolvem estudos paralelos entre um país e outro. Logo, frequentemente os trabalhos no Brasil passam por esses autores e suas abordagens que, embora tenham especificidades próprias, não por acaso reivindicam uma posição alternativa às teorias dominantes. Ambos criticam não apenas a forma de se fazer ciência, mas também reafirmam o compromisso entre a ciência (em destaque a ciência social) e a transformação (ou conservação) das relações na sociedade. Como aponta LAVILLE (2004, p. 42), “a *economia alternativa* é alvo de fortes esperanças, das quais os novos movimentos sociais são uma das manifestações”.

Isso nos mostra que, no meio acadêmico, uma parte daqueles que tomam a ES como objeto reivindica também bases teóricas alternativas. No entanto, a teoria sobre a Economia Social e Solidária na França não é constituída por uma base metodológica, epistemológica ou histórica específica à ES no Brasil e, por isso, sua aplicação para explicar tais experiências

¹¹⁸ O site do jornal do MAUSS recentemente ganhou uma versão em português e espanhol, se transformando em uma revista eletrônica bimestral. Ver <http://www.jornaldomauss.org/>

deve ser feita com cuidado. Embora seu caráter alternativo lhe confira grande aceitação entre os atores no Brasil, é possível questionar a forma na qual geralmente é utilizada e apresentada.

De fato, o que há de mais próximo entre o paradigma do Dom, a economia plural e a ES no Brasil é o discurso de oposição ao modo de pensar e agir habitual e dominante, mas não as formas específicas de compreensão do funcionamento de uma economia alternativa¹¹⁹. O objetivo aqui não é tanto fazer uma análise de tais teorias, mas antes ilustrar o caráter de reivindicação de um espaço alternativo realizado por esses intelectuais. Ainda assim, é possível esclarecer melhor esta questão.

A noção de pluralidade da economia, inspirada na obra de Karl Polanyi, visa demonstrar que o comportamento econômico pode ser regido por diferentes princípios, além do mercantil (o princípio da domesticidade, da reciprocidade e da redistribuição). Isso permite compreender como, na Europa, um conjunto de iniciativas civis passou a cuidar, a partir da década de 80, de serviços econômicos fundamentais antes prestados pelo Estado, como saúde, cultura, lazer ou cuidado de idosos. Serviços caracterizados por seu aspecto **não mercantil**.

Procurando conciliar esta definição com as experiências de ES no Brasil, França Filho e Laville compreendem a ES no Brasil como um conjunto de:

[...] iniciativas e práticas econômicas diversas (...) que assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas (...) indicando, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade; e por outro, sugerindo a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE 2004, p. 109).

É fundamental destacar duas coisas. **Primeiramente**, é necessário reconhecer que, no Brasil, a ES é constituída por atividades que estão inseridas no mercado. Em outras palavras,

¹¹⁹ É interessante notar inclusive que, para Alain Caillé, diferentemente de Laville, o projeto da economia solidária no Brasil não tem potencial de transformação social para além do discurso, havendo uma utopia perigosa na concepção de “mercado solidário”, que precisaria ser revista. Ele, de fato, critica esta concepção, que “busca realizar algo impossível: submeter o capitalismo às regras de solidariedade, criando o “mercado solidário” (...) Pessoalmente, não acredito, nem do ponto de vista prático nem teórico, na existência possível de um outro mercado, que venha substituir o mercado que está aí”. (CAILLÉ, 2003b, p. 79/80).

os EES desenvolvem atividades mercantis e monetárias (com raras exceções), produzindo e vendendo em concorrência com outras empresas. Logo, não nos parece correto apresentar os EES como exemplos de experiências onde se desenvolvem atividades econômicas fundadas em relações não mercantis.

Muitos trabalhos, por conta desta confusão entre o projeto de reconhecimento teórico e o projeto de reconhecimento social da ES, acabam aplicando tais teorias sem sua necessária adequação à realidade brasileira. Fazem isso porque confundem a noção de ES como fenômeno e a noção de ES como teoria (ou melhor, com a teoria da reciprocidade ou da economia plural, já que não se pode definir uma teoria da ES).

Por exemplo, ALVES e BURSTYN (2009), sugerem que:

(...) a compreensão de experiências de economia solidária em andamento pode ser facilitada se sua análise partir de uma visão de economia diferente daquela atualmente vigente. Uma economia que não seja integralmente subordinada às leis do mercado e regida unicamente pelo racionalismo e materialismo, mas, ao contrário, seja subordinada ao sistema social. Recorre-se à formulação polanyiana de economia plural e à dádiva maussiana como ponto de partida para, numa articulação entre ambas, explicar o que se passa no interior das experiências de ES, a partir do estudo de um caso concreto. (p. 589)

(...) Com isso, a economia se subordina às relações sociais e deixa de ocupar lugar central na sociedade, ao mesmo tempo que ocorre uma valorização da liberdade do outro e as transações se processam num contexto de incerteza, criando espaço para a manifestação da confiança entre os atores da rede. Ocorre, por assim dizer, uma regulação das relações sociais e, ao mesmo tempo, um fortalecimento dos vínculos dessas relações, responsáveis por um entrelaçamento indissociável entre vida econômica e vida social. (p. 599)

Apesar de cativante, tal proposição é problemática. A aplicação descontextualizada das duas teorias acaba por equiparar as experiências de ES com sistemas fechados ou com grandes comunidades como as estudadas por Mauss, desconsiderando as determinações externas aos empreendimentos que condicionam suas relações de produção.

Por isso, não se pode analisar os empreendimentos solidários no Brasil a partir da analogia direta que afirma que "A dádiva opera como um princípio que regula as relações sociais, envolvendo a obrigação dos indivíduos de se submeterem à lei do simbolismo e à exigência de dar, receber e retribuir" (p. 591). O simples fato de se constatar que grande parte da atividade na ES se configura como uma complementação de renda impede qualquer interpretação que a coloque como uma atividade central que regula a vida de um grupo.

Em outras palavras, a noção de dádiva como elemento de regulação das atividades econômicas é confundida com a noção de ajuda mútua entre membros de uma comunidade ou empreendimento coletivo. Esse equívoco ocorre porque a análise parte de uma visão viesada da ES como atividade não mercantil.

Evidentemente, um grupo ou empreendimento coletivo se distingue de um empreendimento capitalista tradicional. No entanto – é preciso reforçar – as diferenças não caracterizam uma estrutura baseada em princípios não monetários e não-mercantis. Com efeito, as relações de produção da ES não são reguladas por trocas simbólicas que possam ser caracterizadas como dádiva.

Em **segundo** lugar, é preciso lembrar que o fundamental da crítica à perspectiva utilitarista é reconhecer o caráter social de **qualquer** relação econômica e não somente explicar o funcionamento de comunidades isoladas ou de algumas experiências não mercantis. A crítica à visão utilitarista mostra que o econômico e o social são uma coisa só e não deveriam ser separados. Nesse sentido, é um alerta frente aos malefícios de uma visão que particiona as diferentes áreas do conhecimento e da vida, fenômeno que se intensifica com o desenvolvimento da economia de mercado¹²⁰.

Na modernidade, o imaginário comum do que é economia está ligado às finanças, ao comércio, ao mercado, à troca e à acumulação monetária. No entanto, a etnologia do termo (*oikos* – casa; *nomos* – administração), indica que a economia não se limita às atividades mercantis. Ela engloba a produção, o consumo e a distribuição de bens e serviços na sociedade (e tem como objetivo, segundo a filosofia aristotélica, de permitir a felicidade). A ciência

¹²⁰ No limite, não apenas a distinção entre o mundo social e econômico, mas também a sua distinção do mundo físico seria apenas disciplinar e meramente analítica, tema que a teoria da complexidade vem discutir. Logo, qualquer análise, mesmo que profundamente especializada, só teria a ganhar em se situar minimamente em relação ao todo do qual faz parte.

econômica é então estabelecida como a ciência que estuda a administração de recursos escassos entre usos alternativos e competitivos. Por qualquer uma destas definições, não se trata exclusivamente de uma questão monetária ou mercantil¹²¹.

Nesse sentido, apesar da falta de trocas monetárias, um serviço gratuito possui dimensões sociais e econômicas indissociáveis. Como afirma Bourdieu, “o social é o econômico”. Logo, uma economia fundada sobre a dissociação entre o econômico e o social “é uma péssima economia”¹²².

Isso significa que a idéia de que o econômico está imerso no social vale inclusive para as empresas capitalistas – ou seja, não é uma exclusividade da ES. Desse modo, uma política ou uma ação com um objetivo estritamente econômico terá, necessariamente, efeitos sociais – geralmente ignorados. Logo, ao se restringir essas abordagens teóricas ao mundo da ES ou a atividades não mercantis, corre-se o risco de ignorar os efeitos sociais das atividades desenvolvidas nos demais setores econômicos de um país.

Afirmar que “as experiências de ES são um locus privilegiado para observar esse papel do simbolismo na vida comunitária” (ALVES e BURSTYN, 2009) não apenas cria uma expectativa irreal sobre a ES, como desvia o foco de pesquisas que poderiam analisar o funcionamento e o desenvolvimento histórico de outros setores do sistema social e econômico. Incorre-se em uma visão que vê a realidade de maneira particionada, mantendo a falsa dicotomia entre econômico e social.

Tais considerações refletem uma dificuldade comum de se separar o *que é* e o *que se deseja*. Vejamos o que diz Genauto França em um encontro da rede de gestores se dirigindo aos militantes presentes:

Vamos começar comentando o 'é preciso saber viver'. Estou muito contente nesse momento, acho que vocês estão dando uma lição muito interessante, muito bonita de como trabalhar em ES. Em outro momento, conversamos, entre outras coisas, sobre o conceito de ES, e pensamos que é uma outra forma de operar a economia e uma das

¹²¹ Como demonstra Polanyi (1983), o mercado é um instrumento dos estados nações modernos. Na escala da história da humanidade, não é senão há muito pouco tempo que ele se tornou o centro da economia.

¹²² Tradução nossa. Sobre esse assunto, ver o documentário *La sociologie est un sport de combat* (2001) de Pierre Charles.

diferenças é o fato que nela não se separa as esferas da vida humana associada: o econômico está vinculado ao social, ao político, ao estético, ao cultural, ao ambiental. Então o que fazemos agora é isso, misturamos o lúdico com o trabalho, uma lição muito interessante e não podemos jamais perdê-la. É uma outra economia, na prática. Portanto, é preciso saber viver. (MEDEIROS et Al, p. 132).

Neste trecho, sugere-se que os participantes daquele encontro têm o mérito de misturar conscientemente diferentes esferas da vida, o que caracterizaria um avanço da ES. Contudo, o que a teoria esclarece é que as diferentes esferas da vida estão necessariamente vinculadas, queiramos ou não. Não se trata de afirmar que elas devem ou não ser misturadas.

Compreender esta inter-relação nos permite verificar que diferentes formas de organização produtiva têm efeitos diferentes em variadas esferas da vida que não simplesmente a vida econômica. **Ao colocar o mérito de religar as esferas separas da vida como resultado já consumado da ES, se ignora a contribuição teórica que fornece instrumentos para demonstrar a inevitabilidade do vínculo entre o social e o econômico.** Consideram-se tais práticas boas por si só por valorizarem dimensões não consideradas em outros tipos de trabalhos (o que se deveria) sem que se analise precisamente como as diferentes esferas estão sendo mutuamente afetadas (o que é).

Tal discurso alimenta uma expectativa necessária de projeto para frente, mas que pouco esclarece sobre os mecanismos passados e presentes. Isso significa que não se diferencia o que é passado histórico a se compreender do que é futuro possível a se construir, o que caracteriza uma deficiência não só estratégica, mas epistemológica. Assim, dificilmente se define um posicionamento que permita articular os fundamentos básicos de uma teoria para explicar a realidade social e os modelos práticos para os quais tal teoria poderia apontar.

Um olhar sobre algumas das grandes empresas mais "bem sucedidas" no mercado capitalista mundial, por exemplo, permite identificar como estas utilizam diversos meios para tornar o trabalho de seus empregados mais agradável, lúdico e interessante. Do mesmo modo, pode-se observar como tais empresas fazem uso de práticas de responsabilidade social e ambiental assim como os efeitos das redes sociais no mercado de trabalho. Enfim, não se trata

de enfatizar as ações individualizadas de empreendimentos ou pessoas, mas de buscar a compreensão do mundo social em sua complexidade.

3.2.5. A economia solidária como teoria social

Da análise acima, segue outra precisão a ser feita. Por vezes o termo ES é tomado como uma teoria¹²³ (econômica ou social). O discurso de atores da ES de diferentes origens, muitas vezes, é considerado como uma massa homogênea, o que induz a considerá-los como constituintes de uma base teórica comum. Alguns exemplos confirmam este posicionamento:

A presente tese analisa a aderência e a coerência da economia solidária a partir de um estudo de caso descritivo de grupos autogestionários em Mato Grosso do Sul, com ênfase nos coletivos de produção do MST. Para tal, identificam-se os principais elementos formadores da teoria da economia solidária presentes entre os precursores, Owen, Marx e Yunus, e os contemporâneos, Singer, Arruda, Mance, Coraggio e Gaiger. (VIEIRA, Fabiano M., 2006).

Partindo dessas considerações, buscou-se analisar e entender os arranjos organizacionais alternativos que existem dentro do sistema capitalista. A teoria da Pós-modernidade e a teoria da Economia Solidária, ambas em construção, foram a base de análise de quatro casos organizacionais estudados, denominados de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). (GALO, A. Rita, 2003).

Como se observa, as análises acima apresentam a ES como uma teoria ou um campo acadêmico sólido o suficiente para oferecer conceitos que fundamentem estudos sociais. De forma mais sutil, NOVAES (2007) faz o mesmo, ao confundir a ES enquanto objeto e enquanto teoria sócio-econômica, colocando em conjunto quase uniforme o que considera os "pensadores da economia solidária":

¹²³ Quando se utiliza o termo teoria, implicitamente se acrescenta a palavra científica. Caso se considere a teoria da ES como uma teoria não científica, seria mais adequado se utilizar outra expressão como "as concepções ideológicas da ES" ou o "senso comum sobre a ES".

As abordagens de Feenberg, Mészáros, Chenais e Serfati, Bettelheim e Noble contestam o argumento de que a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção nos levaria mecanicamente ao socialismo, tal como pensou grande parte dos marxistas e pensam os pesquisadores da Economia Solidária. E que, por ser o desenvolvimento das forças produtivas apolítico e governado por leis próprias, bastaria ao proletariado a apropriação e o uso dessas forças produtivas para que se pudesse iniciar a construção de um sistema alternativo. (p. 313/14).

Utilizando termos como “os representantes da ES” ou até “as obras teóricas da ES”, WELLEN (2008) faz a mesma generalização. Estes pensadores formariam, segundo esta visão, uma corrente de pensamento, análoga a certa corrente "marxista" (o que também é impreciso). No entanto, como já afirmamos diversas vezes, para uma compreensão adequada o que seja a ES, ela precisa ser analisada antes como fenômeno social e não simplesmente como elaboração científica.

O primeiro livro numa perspectiva mais acadêmica que oferece uma base introdutória para apresentar o fenômeno (Introdução à Economia Solidária, de SINGER, 2002) traça uma linha histórica da evolução das diferentes formas de organização associativas e cooperativas. A análise de Singer se fundamenta com base no marxismo e em conceitos econômicos que são lugar comum. Assim, quando escreve sobre ES, Singer não busca sistematizar uma nova metodologia nem ferramentas específicas de análise econômica – ou seja, não nos parece seu objetivo destacar a ES como corrente teórico-metodológica, nem apontar a ES como uma alternativa epistemológica para a ciência econômica ou social. Ao contrário, ele aplica ferramentas e métodos existentes nas teorias correntes.

De forma semelhante, podemos considerar o termo EES, cunhado por L. I. Gaiger, como uma nomenclatura original, que permite maior visibilidade política e acadêmica ao fenômeno. Vale destacar que seu trabalho de conceituação não diz respeito a uma proposta para pensar a sociedade ou a natureza das relações sociais em geral. Para isso, Gaiger utiliza trabalhos de autores diversos da sociologia que, em grande parte, não tem necessariamente relação com a ES.

Com efeito, pensadores influentes no campo intelectual da ES como Marcos Arruda e Eucides Mance, propõem formas alternativas de pensar a sociedade (e o ser humano). No entanto, são autores que têm pouca expressão no mundo acadêmico, estando seus textos menos ligados à ciência (como campo) do que a uma crítica social com objetivos mobilizadores¹²⁴. Essa confusão ocorre, em parte, devido ao envolvimento dos próprios autores, o que dificulta a separação entre a ES enquanto projeto possível e enquanto resultado histórico¹²⁵. Ao invés de utilizar teorias sociais consolidadas, muitas análises sobre ES se limitam aos “pensadores da ES”.

É importante compreender que aqueles que pensam a ES fazem quase que inevitavelmente parte dela e contribuem para seu desenvolvimento, reconhecimento e transformação. No entanto, ela continua a existir como fenômeno social, independentemente dos seus pensadores. Nesse sentido, classificá-la como teoria pode desviar a atenção sobre suas características fundamentais, que podem ser compreendidas por teorias diversas.

Como discutimos anteriormente, teorias mais firmadas como a “Economia Plural” ou do anti-utilitarismo são muitas vezes utilizadas para analisar as questões em torno da ES. Tais teorias buscam, em seu campo, um reconhecimento como teoria econômica e sociológica. Contudo, não podem, nem devem ser identificadas como teorias da ES. Da mesma forma, abordagens mais holísticas como a da “Economia Feminista” de Marcos Arruda ou mesmo sua noção de Sócio-Economia¹²⁶, com pouca repercussão na academia, não devem ser confundidas com a ES em si. Estas são formas de tratar (e de influenciar) a ES, mas não se confundem com o fenômeno em si.

Outro risco desta concepção é de que ela cria uma impressão de que o conceito de ES não se sujeita a grandes mudanças. Ao se afirmar a ES como uma teoria, associa-se sua concepção a de um modelo a ser implementado e não a de um objeto de estudo, uma realidade

¹²⁴ Tendo dado que a definição sobre o que é ciência é em grande parte política, dada pelos representantes legitimados de determinada área do conhecimento, é preciso se perguntar também como a ES é vista pelos pesquisadores de cada campo antes de defini-la como uma teoria. Podemos afirmar que não há um grupo de autores relevantes que reivindique um status à ES de teoria científica e que seja reconhecido como representante de uma corrente do pensamento.

¹²⁵ Não é preciso entrar aqui no mérito das análises mais simplistas que, não raramente, sugerem explicações gerais para o funcionamento da sociedade. Afirma-se, por exemplo, que a inevitabilidade da “economia solidária” decorre de certa característica naturalmente cooperativa da condição humana.

¹²⁶ Alguns economistas, críticos das teorias tradicionais e da “falta de humanismo” na ciência econômica em geral se apresentam correntemente como sócio-economistas, na mesma orientação política que o faz Marcos Arruda.

social. Isto torna ainda mais difícil compreender seu processo histórico, cujo desenvolvimento não é definido *a priori*. Enquanto fenômeno histórico, a ES não têm postulados. Não tem teses, antíteses ou sínteses. Diferentemente do movimento cooperativista, dos falanstérios de Fourier e outros projetos criados e defendidos por um grupo de intelectuais e ativistas entre os chamados socialistas utópicos, a ES não constitui necessariamente um modelo de sistema. Portanto, a análise até aqui conduzida não nos permite identificar na ES elementos para classificá-la como teoria econômica ou social em geral.

3.3. O mundo do trabalhador

O objetivo desta parte do trabalho é oferecer elementos que ajudem a diferenciar algumas interpretações correntes sobre o universo dos trabalhadores envolvidos em empreendimentos de ES. Por um lado, existe uma imagem que é, de certo modo, idealizada do trabalhador engajado, pró-ativo, que desenvolve ações cidadãs em favor do meio-ambiente e da comunidade em que vive, através de uma atividade que desafia os valores da economia de mercado. Por outro lado, de forma menos evidente, é possível observar elementos que dão significado as atividades dos trabalhadores dentro dos empreendimentos, que não estão necessariamente relacionados a uma condição política de trabalhador associado. Isso significa que nos espaços de encontro da ES, criam-se condições sociais que reforçam o engajamento, que não é uma simples escolha moral¹²⁷.

A apresentação feita por Paul Singer no prefácio do livro organizado por CORTEGOSO e GAMBELLI (2008) serve bem para descrever a imagem que chamamos de senso comum e que é normalmente a mais veiculada. Em poucas palavras, Singer apresenta quem seriam os trabalhadores da ES¹²⁸:

A maioria dos trabalhadores que acaba se juntando à economia solidária o faz inicialmente como estratégia de sobrevivência. São empregados de firmas em crise ou em vias de falir, que ousam se organizar para assumir o patrimônio delas, tendo em

¹²⁷ O fato de tentar explicitar algumas dessas condições latentes, não é contraditório com a afirmação de que a base das iniciativas de economia solidária é limitada pela produção mercantil, já que toda atividade econômica, mercantil ou não, está imersa em determinadas condições sociais.

¹²⁸ Esta citação é colocada apenas como um exemplo representativo. O importante é verificar que não se trata de uma afirmação isolada, mas de uma descrição que expressa bem a visão comum sobre estes trabalhadores.

vista preservar seus postos de trabalho. Ou são trabalhadores rurais sem terra, que acampam, por meses, à beira de estradas, ocupam sucessivamente terras ociosas ou mal aproveitadas, esperando obtê-las algum dia por meio da reforma agrária. Ou são ainda catadores de lixo, artesãos de toda espécie, prestadores de serviços braçais, que se organizam em associações ou quando possível em cooperativas, juntando seus esforços para escapar da precariedade e da miséria. (p. 14).

Esse pequeno parágrafo nos permite identificar algumas questões sutis, mas relevantes. Em primeiro lugar, são apresentados os trabalhadores de empresas recuperadas. Em seguida, trabalhadores rurais sem terra. E, ao final, são citados outros tipos de trabalhadores prestadores de serviços.

Se tomarmos como base aproximativa os dados do mapeamento¹²⁹, perceberemos que a afirmação de Singer não está totalmente de acordo com o que sugerem os resultados da pesquisa. Aparentemente, a maior parte dos trabalhadores na Economia Solidária não está em Empresas Recuperadas. Na verdade, estas parecem ter uma importância quantitativa muito pequena, apesar de sua singularidade qualitativa. Entre mais de 20 mil EES registrados não se identifica mais de 162 registros de empreendimentos que declararam como principal motivo de criação a recuperação de empresas pelos trabalhadores (tabela 8). Mesmo considerando que a média de trabalhadores associados é superior nesses EES, sua participação ainda é muito pequena em relação ao total de trabalhadores em todos os empreendimentos mapeados.

Disto, temos um indicativo de que a relevância das fábricas recuperadas parece ser, no sentido conjuntural da ES, em grande parte simbólica. Formadas por empreendimentos maiores e mais bem estruturados, estas fábricas são, sem sombra de dúvidas, importantes marcos para consolidação do movimento, tendo grande peso na discussão sobre autogestão e servindo de campo para os primeiros trabalhos acadêmicos (inclusive sobre experiências internacionais). No entanto, devemos nos questionar se elas não constituem antes exceções do que a regra.

¹²⁹Vale lembrar que se deve ter o cuidado de não considerar o mapeamento como senso nem como amostra, mas como registro contínuo de informações.

Tabela 8: Motivos de criação declarados pelos empreendimentos

MOTIVOS*	ORDEM 1	ORDEM 2	ORDEM 3	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	6.746	2.069	1.130	9.945
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	3.339	3.125	1.510	7.974
3. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	3.060	4.473	2.102	9.635
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	1.571	2.489	2.030	6.090
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	2.870	1.501	1.131	5.502
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	89	37	36	162
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	864	441	272	1.577
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	1.128	1.084	768	2.980
9. Alternativa organizativa e de qualificação	961	616	586	2.163
10. Outro. Qual?	772	347	316	1.435

Fonte: Relatório Nacional do SIES (Acesso Online em 2010)

* Trata-se de uma questão de até 3 respostas, com hierarquização na ordem de importância.

O fato das fábricas recuperadas serem direta ou indiretamente apresentadas como resultado de um efeito generalizado resultante da crise do capitalismo talvez lhes confira um peso maior do que elas realmente têm na configuração da economia como um todo¹³⁰. Se estas se revelarem como casos particulares, talvez não possamos nos servir tão diretamente delas como modelo para compreensão da realidade da ES no Brasil.

De forma semelhante, percebe-se no discurso deste prefácio um destaque dado aos trabalhadores rurais sem terra. Não se trata de trabalhadores rurais em geral, mas daqueles ligados a um movimento específico. Verifica-se por meio do mapeamento que 4.646 EES (21% do total mapeado) afirmam participar de movimentos sociais e populares caracterizados como “Movimento de luta pela terra e agricultura familiar” (tabela 9). Desses, não é possível dizer precisamente quantos estão ligados ao MST, mas ao se especificar redes ou fóruns de articulação, apenas 47 EES citam o termo MST. Mais uma vez, existe pouca informação que

¹³⁰ Apesar de milhões de empresas fecharem todos os anos no Brasil, é ínfimo o percentual daquelas que se tornam empresas recuperadas (como citado na nota 59, o número de empresas no Brasil ultrapassa a cifra de 5 milhões).

indique que, efetivamente sejam trabalhadores que tenham acampado na beira das estradas e participado intensamente da luta pela reforma agrária.

Tabela 9: Tipos de movimentos que os empreendimentos participam

TIPOS DE MOVIMENTO	TOTAL
Movimento comunitário	6.074
Movimento sindical urbano ou rural	5.680
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	4.646
Movimento ambientalista	2.812
Movimento de luta por moradia	1.667
Religioso ou pastoral	1.350
Movimento pela igualdade racial	997
Mulheres / gênero	970
Outro movimento	954
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	421

Fonte: Relatório Nacional do SIES (Acesso Online em 2010)

Tabela 10: Tipos de rede ou fórum de articulação os empreendimentos participam

TIPOS DE REDE/FÓRUM DE ARTICULAÇÃO	TOTAL
Fórum ou Rede de Economia Solidária	2.995
Movimentos social ou sindical*	1.743
Redes de produção/comercialização	1.548
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	1.449
Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc.	1.151
Federações de cooperativas.	1.114
Outro	978
Outras articulações ou redes	647
Complexos cooperativos	619
Centrais de comercialização	528

Fonte: Relatório Nacional do SIES (Acesso Online em 2010)

* Entre estes, foram identificados 47 citações relativas ao movimento dos trabalhadores sem terra.

Apenas ao final são citados por Singer outros tipos de trabalhadores prestadores de serviços, embora se saiba que pelo menos um quarto dos EES mapeados se enquadre nesta categoria (considerando atividades de prestação de serviços diversos e serviços de alimentos e bebidas - ver tabela 11). Vale lembrar que 36,5% dos EES mapeados são informais e que 44%

(9.635) declararam que o trabalho na ES representa uma atividade de complementação de renda e não explicitamente uma alternativa ao desemprego¹³¹.

Tabela 11: Produtos agrupados por tipo de atividade

PRODUTOS AGRUPADOS POR TIPO DE ATIVIDADE*	N. DE EES GRUPO 1	N. DE EES GRUPO 2	N. DE EES GRUPO 3
Prestação de serviços(diversos)	1443	591	394
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	8580	5918	3183
Produção de artefatos artesanais	3655	2134	1416
Produção de fitoterápicos, limpeza e higiene	340	275	160
Produção e serviços de alimentos e bebidas	3625	2377	1441
Produção e serviços diversos	324	128	176
Produção industrial(diversos)	388	375	274
Produção mineral(diversa)	388	22	23
Produção têxtil e confecção	2144	1670	653
Serviços de coleta e reciclagem de materiais	339	439	297
Serviços relativos a crédito e finanças	231	69	19

Fonte: Sies Online

* Cada EES poderia registrar até 3 produtos ou serviços, assim podendo ser classificado em mais de um tipo de atividade.

Aparentemente, os exemplos de experiências tendem a ser citados de acordo com sua forte relação com as origens do movimento de ES. Inicialmente, são, de fato, essas as experiências, ligadas às organizações nativas (como a Cáritas, a ANTEAG e o MST, como discutido na parte II desta tese)¹³² que assumem maior importância política e simbólica na construção do imaginário sobre o tema. Logo, na medida em que a ES toma vulto e ganha reconhecimento social, mesmo após o mapeamento, é essa imagem ideal dos empreendimentos que será a mais veiculada¹³³.

¹³¹ Tendo em vista que a publicação do livro citado é de 2008 e que os primeiros dados do mapeamento foram disponibilizados em 2005, não se pode justificar tais imprecisões pela carência de informações. Nem tampouco queremos sugerir que os autores agiram de má fé. A questão central é destacar que existem mecanismos que reproduzem certos consensos, que ao longo do tempo passam a ser tomados como fatos.

¹³² Veja nota 48.

¹³³ No mesmo livro, que tem um segundo prefácio, Sylvia Leser de Mello afirma que a ES é “plenamente, um movimento de luta dos trabalhadores”. Tal afirmação, que nos parece demasiadamente simplificadora, pode ser rediscutida. Ao verificar, por exemplo, as primeiras organizações responsáveis pelo reconhecimento da ES como movimento social (que compunham o GT ES no primeiro fórum social mundial e que escreveram a carta ao presidente Lula solicitando uma política de ES) verifica-se que estas não são, na sua maior parte, organizações específicas de trabalhadores em empreendimentos. Da mesma forma, as incubadoras e prefeituras (que não são organizações de luta dos trabalhadores) têm um papel fundamental na indução e na formação de

Isso nos permite, aos poucos, perceber que o imaginário sobre o que é ES tem sido definido através de modelos pré-estabelecidos, ou melhor, a partir de experiências modelo. De fato, as análises pioneiras sobre estas experiências (fábricas recuperadas, cooperativas ou associações resultantes de um movimento pela reforma agrária, cooperativas de catadores, etc.) geram uma compreensão ideal sobre o que é a ES. No entanto, quando captada pelos próprios instrumentos desenvolvidos por seus idealizadores, as experiências originárias, não se reproduzem necessariamente. Isso ocorre porque muitas das características qualitativas dessas experiências originais (como a luta realizada para transferir a massa falida de uma empresa ou as negociações locais) não são (nem podem ser) critérios para se definir um EES.

Neste mesmo prefácio, Singer apresenta outras hipóteses a respeito das trajetórias destes trabalhadores. Diz o autor que:

No momento em que passa a integrar EES, suas situações de vida [dos trabalhadores] mudam radicalmente. Os ex-assalariados se tornam donos de empresa, pela qual passam a responder coletivamente. (...) Os micro-operadores, quando se associam com seus vizinhos, têm de colaborar em vez de competir com eles, têm de confiar em vez de desconfiar deles. (...) Está claro que a primeira geração dos que aderem à economia solidária tem de passar por uma ampla mudança de hábitos, formas de pensar, valores e atitudes, uma revolução cultural, que equivale ao desabrochar de uma nova personalidade. Embora esta obra seja coletiva, cada indivíduo a sofre a seu modo, conforme seu caráter e de seus familiares, amigos, vizinhos, etc. Do êxito desta transformação, que em seu íntimo não pode deixar de ser individual, depende o destino de cada EES e, portanto, da economia solidária como um todo. (SINGER, in CORTEGOSO e GAMBELLI, 2008, p.15).

Não discordamos completamente de tal raciocínio. A dificuldade está, precisamente, no fato de que ele diz respeito apenas aos empreendimentos onde os trabalhadores vivenciam

empreendimentos. Sem elas talvez não existisse a ES como conhecemos hoje. CARLEIAL e PAULISTA, a partir de um estudo localizado afirmam que, nas 32 experiências visitadas, havia “uma absoluta dominância de associações e/ou cooperativas geradas pela indução da política pública” (p. 18). Nesses casos, o trabalho associado não é, segundo as autoras, uma escolha do trabalhador, nem um movimento de luta.

intensamente suas atividades cotidianas. Além disso, o processo de mudança sobre a qual se fala reflete, fundamentalmente, uma adaptação relacionada ao meio de trabalho, para a autogestão dentro da empresa, que não necessariamente se dissipa para outras dimensões da vida. Fora da fábrica não existe uma estrutura, nem normas ou instituições que afetem a vida do resto da sociedade, inclusive de seus filhos e de sua família, mesmo sabendo que um trabalhador pode, individualmente, mudar alguns de seus hábitos por razões morais.

Assim, a análise gira em torno do espaço da unidade de produção, das motivações individuais e dos aspectos psicossociais do indivíduo no empreendimento, como se bastasse, para permitir uma revolução social, a conduta de certos princípios e valores. Não há dúvidas que o tipo de trabalho realizado por cada pessoa influencia o modo como se vive. No entanto, isto não muda tão diretamente as instituições e estruturas que condicionam a vida social.

Ao mesmo tempo, este imaginário está baseado no conhecimento adquirido sobre as experiências modelares e bem sucedidas ou que tiveram grande impacto no momento de definição inicial da ES. É preciso ir além desses casos para compreender a situação social em que estão inseridos trabalhadores que passaram a se envolver mais recentemente e por diferentes razões no universo da ES¹³⁴.

Ao se criar uma imagem idealizada dos trabalhadores da ES, alguns problemas práticos e teóricos se colocam. A experiência na ES é associada ao desenvolvimento de “uma vida virtuosa”, baseada na colaboração, na mudança de hábitos e na transformação interior dos indivíduos. Isso significa ignorar os mecanismos sociais de reprodução que vão além do universo da ES e que constituem os perfis psicossociais de seus sujeitos. Não se discute o papel do social na construção do próprio indivíduo, ou melhor, acredita-se que ele possa ser definido pelos princípios da ES. Nada se diz, também, sobre as instituições políticas e jurídicas que constituem tanto o caráter individual como as relações econômicas. Assim, muitas análises, como a execução de políticas e o processo de incubação, limitam-se a questão da organização das unidades de produção coletivas e ao apoio a trabalhadores, desde que nelas inseridos.

¹³⁴ Neste sentido, é de extrema relevância que novos estudos sejam desenvolvidos a partir dos dados do mapeamento nessa perspectiva.

Ao explicar as etapas da metodologia de trabalho com os grupos na incubadora de empreendimentos solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESOL-UEPG), SANTOS (2008) afirma que (após a pré-incubação) somente o grupo que estiver disposto e apto, poderá ser encaminhado para a incubação. Esse processo inicial funciona como uma espécie de filtro social para que permaneçam os grupos com as características desejadas ou que se formem novos, mas que já tenham os princípios compreendidos e aceitos. Em suas palavras, “A partir dessa metodologia, afirma-se que ao final da pré-incubação o grupo terá condições de perceber se deseja assumir os princípios da economia solidária” (p. 08).

Por consequência, a experiência na ES é apresentada como sendo a base de mudança para outro modo de fazer economia, de um novo modelo econômico, mesmo sendo ela limitada a um setor social e economicamente frágil. Como já discutido na parte 2 desta tese, este posicionamento, que ignora a importância dos espaços públicos, supõe que o fato de se organizar a produção por meio de empreendimentos autogestionados, em concorrência entre si, reduziria por si só as desigualdades.

Um debate comum, em torno desta questão é o que coloca a necessidade de se desenvolver mecanismos na ES que permitam aos trabalhadores se livrarem da “tirania do mercado”. A questão cria confusões tanto para pesquisadores quanto para os trabalhadores em um empreendimento, já que os indivíduos e empreendimentos na ES, sendo parte de uma sociedade de mercado, não podem resolvê-la.

A sensação de liberdade por ter arrancado o poder dos patrões pode gerar confusões no seio da classe trabalhadora ao reivindicar o poder para dentro de cada FR [fábrica recuperada]. Mézaros (2002) (...) não se contenta com as possibilidades de surgimento de mudanças dentro das unidades produtivas, em função da expropriação dos expropriadores, e advoga também a necessidade de um controle social global consciente das condições de auto-realização humana para nos livrarmos da tirania do mercado capitalista. (NOVAES, 2007, p. 312/13).

(...) no caso das fábricas visitadas, verifica-se uma acentuação imensa da autogestão como possibilidade de decisão democrática no seio da unidade produtiva. Na Argentina, por sua vez, os trabalhadores acreditam que autogestão significa retiradas igualitárias. (NOVAES, 2007, p. 319)

O discurso comumente feito nos espaços da ES, ao apresentá-la como alternativa ao capitalismo, faz com que muitas pesquisas passem a questionar se “trata-se ou não de um movimento emancipador” – o que constitui uma falsa questão, pois considera que um processo de emancipação pode ser limitado a um grupo, a uma parte da sociedade. Nesse sentido, o texto de Novaes coloca em evidência o fato de que qualquer proposta de controle social global não pode ficar restrita a mudanças na fábrica, na unidade produtiva.

Um interessante exemplo, que demonstra como aspectos aparentemente internos aos empreendimentos estão condicionados aos seus limites externos é a tensão que ocorre entre trabalhadores de chão de fábrica e peritos (engenheiros, advogados, contadores ou consultores), no que diz respeito ao questionamento da hierarquização e mesmo à sua remuneração desigual.

Um grupo autogestionado tem poucas chances de avançar caso ofereça remunerações para profissionais mais qualificados muito abaixo da remuneração oferecida por empresas comuns. Isto revela a impossibilidade de uma autogestão absoluta e descontextualizada. A disparidade resulta da formação desigual de capital social, de poder e conhecimento entre os diferentes trabalhadores, formados para serem alocados em funções desiguais, numa macroestrutura desigual.

Como discutimos anteriormente na parte 2 desta tese, não é possível afirmar que a autogestão na unidade produtiva produz, por si, um trabalhador emancipado. Limitar a autogestão à fábrica é desconsiderar todo o contexto social que o condiciona, assim como o fato de que a produção de mercadorias é social e vai além do empreendimento.

É pouco provável que conflitos como a diferença salarial se resolva no seio da unidade produtiva. Para tratar de tais questões são necessárias também amplas políticas públicas que ofereçam oportunidades menos díspares para as diferentes camadas da população para satisfazer necessidades básicas no campo da educação, da saúde, do saneamento básico, da cultura e do acesso aos bens públicos em geral.

3.3.1. A função social dos exemplos modelos

A construção simbólica da ES não se sustentaria se não houvesse um conjunto de empreendimentos modelo, experiências aparentemente bem sucedidas, citadas regularmente como a exemplificação de uma economia que *já acontece*. A existência desses casos especiais está diretamente relacionada com o problema observado ao se considerar a ES como tipo ou modelo ideal¹³⁵.

No entanto, a definição de ES como um tipo ideal não deve ser compreendida como objetivo a se realizar, mas antes como um instrumento de análise. Isso significa que o termo ideal qualifica simplesmente uma representação sobre um determinado objeto social e não uma meta na qual ele deva se ajustar. O conceito busca certa objetividade, reconhecendo a impossibilidade de se descrever perfeitamente a realidade e de forma alguma constitui um modelo a ser alcançado.

Essa confusão comum leva a um desvio da busca pela compreensão da realidade, em nome de um suposto modelo ideal de sociedade. No entanto, sem o conhecimento sobre o seu funcionamento (inclusive das práticas nos meios da ES) reduz-se a possibilidade de se desenvolver instrumentos para influenciar esta mesma.

Existem no Brasil diversos exemplos de empreendimentos solidários considerados bem sucedidos, ou exemplares e amplamente reconhecidos. São eles, por exemplo, Catende, Justa trama, Banco Palmas, Univens, etc. Diversos estudos demonstram como, no sentido micro, sua estrutura de organização interna se diferencia das empresas tradicionais, na medida em que há um grau de controle sobre os processos e a própria orientação da atividade.

Entretanto, no sentido macroeconômico, sua sobrevivência material depende de uma atividade de produção de mercadorias, ordenada por um preço dado no mercado. Nesse sentido estritamente social da produção, é lugar comum o fato de que todas essas experiências dependem de uma atividade mercantil e monetária. Internamente, formas alternativas de relação de trabalho, democracia, igualitarismo, com engajamento solidário e repartição dos benefícios. Algo animador e respeitável. No entanto, tomadas num sentido histórico amplo e

¹³⁵ Algumas pesquisas procuram analisar experiências e empreendimentos com o objetivo mal formulado de verificar se tratam-se de exemplos de “uma economia solidária”. Na análise de uma política pública, e na ânsia de encontrar um caso ideal, o autor revela a confusão teórica ao afirmar que “o programa analisado apresenta muitas contradições e não promove uma economia solidária” (Bárbara COSTA, 2006).

considerando seu peso na estrutura produtiva não podem ser definidas como um modelo ideal de organização social (como visto na segunda parte desta tese), a não ser partindo de uma motivação política.

Assim, esses tipos “ideais” não devem ser vistos de forma idealizada. Embora elas possam ser fundamentais para se desenvolver outras formas (experimentais) de organização do trabalho internamente às pequenas organizações, pouco dizem a respeito de um processo de reorganização do trabalho social. Ou seja, os modelos ideais não servem como modelo para a reorganização global do complexo processo de divisão internacional do trabalho. Na prática e na teoria, a coletivização dos meios de produção nos empreendimentos solidários, pouco tem a ver com um processo de socialização dos meios de produção (mesmo as redes internacionais não demonstram uma orientação nessa direção), já que as unidades produtivas servem à produção de mercadorias e dependem da ampliação do valor¹³⁶ para existir.

Logo, se a ES é representada, por um lado, por experiências particulares, pequenas e sem escala (tirando pouquíssimas exceções), e por outro lado, por uma política pública limitada ao apoio a essas experiências, podemos dizer que tais projetos têm muito mais sentido no meio do grupo ao qual estão inseridos do que fora deles. Isto pode parecer óbvio, porém, no limite, assumir tal afirmação significa negar uma das premissas mais fortes no projeto político da ES – seu caráter de proposta universal.

A função latente (não declarada) de tais modelos é a construção de sentido dos indivíduos que nelas se inserem ou que nelas se inspiram a partir do fortalecimento de justificativas para seu engajamento. Seu efeito objetivo se dá prioritariamente na vida daqueles que neles se engajam, assim como nos micro-universos limitados às redes sociais a sua volta, e não de forma ampla e indiscriminada “por uma nova ordem social”.

Em outras palavras, seu desenvolvimento constitui efetivamente fator de transformação de vidas e de inspiração para uma série de pessoas e experiências, mas não à política em geral, já que nada se altera em relação à estrutura macro-social mercantil. Logo, a afirmação “por uma outra economia” deve necessariamente ser recolocada. Trata-se de uma “outra economia” para aqueles que estão no contexto propício e que têm o perfil específico para dela fazerem parte.

¹³⁶ Ver JAPPE (2006).

3.3.2. Auto-estima e pertencimento a um grupo

O envolvimento de trabalhadores nos espaços reconhecidos da ES pode ser em parte explicado pela sua situação social, que condiciona a forma na qual se desenrolam as micro-relações no interior de cada grupo. Esses trabalhadores têm se reunido no campo da ES a partir da ênfase sobre uma característica comum: o trabalho associado. Contudo, se, por um lado, encontramos no meio urbano trabalhadores de uma grande metalúrgica, por outro lado estes se diferenciam enormemente de um grupo de catadores da material reciclável ou de costureiras. Do mesmo modo, a realidade no meio rural pode variar muito, seja numa cooperativa de agricultura familiar ou numa comunidade quilombola.

Não acreditamos que seja possível limitar as motivações ao engajamento de um trabalhador a um EES a sua própria conscientização e interesse em desenvolver um trabalho associado (ver tabela 8 sobre os motivos declarados de criação dos EES no item anterior). Diferentemente, sua identidade é construída a partir da articulação dos diferentes campos da ES, e não apenas sobre a dimensão do trabalho. Os próprios espaços de encontro respondem a necessidades subjetivas diversas de seus participantes e contribuem para a edificação de sua identidade na ES.

Observando a ES sob a ótica do ambiente de trabalho, Egeu GOMES (2008) analisa a construção daquilo que ele considera como a "identidade psicossocial de sócio trabalhador". Seria possível, segundo o autor, levantar algumas características comuns do trabalhador associado. O "sócio trabalhador" se preocupa, controla e se sente parte do grupo ou empresa, do qual é sócio. Assim, este trabalhador, alternaria sua posição entre o papel de sócio e de trabalhador. A partir dessa idéia, Egeu procura investigar como se daria a construção e a manutenção de sua identidade. Afirma que a negociação cotidiana, na forma de acordos coletivos sociais e cognitivos, é o método de construção da autogestão nestes empreendimentos, e cita três regras tácitas que exemplificam seu funcionamento: "todos são iguais", "todos são responsáveis" e "todos estão no mesmo barco" (p. 97).

Como discutido anteriormente, a abrangência desta análise se limita a trabalhadores em empresas recuperadas e empreendimentos com estrutura mais complexa, com setores de produção diferenciados e instâncias de coordenação próprias. Nesses empreendimentos os

sócios têm grande envolvimento, sendo uma atividade da qual depende sua estabilidade, para além de uma complementação da renda familiar.

Em um grupo de trabalho, durante a IV plenária nacional, um assessor expressa certa angústia, ao levantar questão de que “os empreendimentos pequenos não vêm na ES um porto seguro para mudar a sua vida”. Para ele, “as cooperativas grandes talvez tenham mais condições, mas os pequenos não”. Isso reforça a idéia de que há uma diferença grande entre o envolvimento de trabalhadores em pequenos ou em grandes empreendimentos.

Conseqüentemente, a análise de empreendimentos bem estruturados não pode ser estendida a identidade do "trabalhador da economia solidária" em geral (se é que é possível verificar uma tal identidade). Parte dos trabalhadores na ES não tem necessariamente uma experiência anterior em empresas tradicionais, tendo pouco contato com um trabalho assalariado formal (como foi visto, 36% dos EES são informais, além de 58% ter menos de 30 sócios). O tipo de trabalho que muitos deles desenvolviam anteriormente (empregados ou de forma autônoma) não reflete o padrão de emprego estável, nem o perfil de trabalhador do qual se refere Egeu Gomes - o que só é certo para empreendimentos bem específicos.

Com efeito, há uma diversidade de empreendimentos no universo da ES e uma diversidade de motivações para que trabalhadores se engajem, o que torna problemática a pesquisa de uma identidade comum limitada ao espaço de organização do trabalho. Para além dos processos internos de negociação, Novaes apresenta de forma pragmática, outro elemento que nos permite refletir sobre o alcance dos empreendimentos sobre a vida das pessoas:

... nas fábricas recuperadas o objetivo é, na medida do possível, facilitar ao máximo suas vidas (dos trabalhadores) dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado uma espécie de humanização do espaço de trabalho pelos cooperados. (NOVAES, 2007, p. 322).

Ou seja, antes que uma mudança social estrutural, o sentido produzido na trajetória desses trabalhadores diz respeito ao fato de que seu engajamento na ES lhes permite uma condição de vida melhor. É exatamente este o ponto observado ao se analisar a situação de catadores de materiais recicláveis que, aliás, se encontram em situações muito mais precárias.

Como afirmado em texto produzido pelo movimento nacional de catadores de materiais recicláveis (MNCR):

Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores. (MNCR, 2009).

Em outras palavras, são trabalhadores cuja condição de sobrevivência imediata está ameaçada, sendo que é imperativo melhorar sua condição de vida. Percebemos que é muito comum observar não apenas no discurso legítimo do movimento de catadores, mas também em análises acadêmicas, um tratamento idealizado da condição de catador.

Ao analisar a experiência de uma escola de ensino fundamental com características autogestionárias, NASCIMENTO (2008) descreve a imagem que é transmitida para as crianças sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis:

Na época, já imaginávamos a nova profissão do milênio: Catadores. Essas pessoas nunca se sentirão diminuídas por exercerem esta profissão, alguns falavam que era um trabalho como outro qualquer, talvez sem muita estrutura, mas digno e de cuidado com o meio ambiente. Se não houvesse catadores, não haveria a reciclagem e os nossos recursos naturais não dariam conta da demanda da fabricação de tantas embalagens. (p. 108).

Este parágrafo é no mínimo paradoxal, já que faz a defesa de uma atividade que, em si, é fundada sobre a precarização e a desigualdade. Não se ensina as crianças que é preciso reduzir a produção de lixo, nem se questiona a sustentabilidade de um sistema baseado na coleta manual de embalagens plásticas que serão vendidas a grandes empresas. Ao contrário, sugere-se que o catador é um agente ambiental e que sua atividade de coleta resolverá os problemas de gestão de dejetos na cidade, o que é um engano.

A defesa dos direitos humanos dos catadores é, sem sombra de dúvidas, necessária. Não colocamos em questão o importante trabalho de mobilização do movimento de catadores e de inserção desta questão na pauta das políticas públicas. Contudo, isso não pode impedir de perceber que o trabalho do catador não se origina de um processo individual de conscientização, mas é um reflexo de uma sociedade extremamente desigual que não oferece nenhuma outra perspectiva de vida digna para esses trabalhadores.

É comum a afirmação de que os catadores prestam um importante serviço a sociedade e que têm um papel formativo fundamental nesse processo. Contudo, a proposta de organização de catadores em cooperativas, embora louvável e mesmo produzindo resultados efetivos na redução da precariedade de seu trabalho e aumento de sua renda, não deveria ser apresentada como a solução final da questão. Tal proposta valoriza uma profissão que, num quadro ideal, talvez não devesse nem mesmo existir – afinal, se não houvesse tanto desperdício, se não houvesse excesso de consumo e de produção de lixo, não haveria catadores. Apesar disso, o papel do catador é extremamente valorizado, ficando em segundo plano a crítica da sociedade de consumo. E a sua organização em cooperativas é colocada como a solução para a desigualdade, quando se trata de um paliativo para permitir condições de trabalho menos desumanas.

Este apelo tem mais sentido político que ecológico, já que o movimento organizado que representa os trabalhadores deste segmento está, legitimamente, lutando por seu fortalecimento e sobrevivência. No entanto, um projeto de tratamento de resíduos em longo prazo deve ter como horizonte, por um lado, medidas educativas e de regulação dos processos de produção e consumo, e por, outro, medidas de realocação e readaptação do trabalho nesses setores e não de sua manutenção precária.

Uma forma prática de lidar com a situação já visualizada pelo MNCR é dar novo sentido a atividade de catação, possibilitando que este trabalhador se insira em uma atividade relacionada à de reciclagem, mas que não é em si catação. Esta é uma transição que pode ser feita de forma gradativa.

Não faz parte do escopo deste trabalho propor soluções para questões como esta. Nosso interesse é oferecer elementos para refletir sobre os aspectos sociais do processo de construção da identidade destes trabalhadores. Em uma palavra, verifica-se que, em muitos casos, o

engajamento em um empreendimento coletivo está relacionado a três fatores interdependentes: melhoria da renda, reconhecimento social e, conseqüentemente, aumento da auto-estima de indivíduos em condições sociais e econômicas instáveis.

O livro de CORTEGOSO e GAMBELLI (2008) tem uma sessão dedicada a 14 trabalhos de conclusão de curso, realizados por estudantes ligados a uma incubadora de cooperativas populares. As pesquisas explicitam bem o tipo de grupo com o qual lidam a maior parte das incubadoras no Brasil ao aplicar metodologias de gestão do trabalho coletivo. Trata-se, quase sempre, de grupos relativamente pequenos e pauperizados. Nestes trabalhos identificam-se elementos fundamentais para compreender porque indivíduos decidem permanecer em um empreendimento solidário, assim como para explicar a perenidade ou dissolução prematura de um grupo.

Segundo Oliveira (2004, p.81), há diversos efeitos positivos sobre a vida de uma pessoa que participa de um empreendimento solidários. Ao entrevistar familiares e amigos de trabalhadores de EES, a autora apresenta relatos e casos de melhoria nas relações domésticas e pessoais. É comum encontrar inclusive relatos de pessoas que tiveram suas vidas transformadas ao se engajarem na ES. É o que afirma SANTOS (2008) ao destacar a elevação da auto-estima proporcionada aos grupos com a documentação pela incubadora das histórias de vida de seus participantes:

(...) as experiências apresentam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares, embora apresentem contradições e ambigüidades, bem como profundas dificuldades de sobrevivência e consolidação. Porém, esse potencial torna-se significativo quando somado ao papel de favorecimento de construção identitária e de elevação de auto-estima dos grupos proporcionados pela transformação de suas histórias de vida em documentos históricos para um público mais amplo, reconhecendo seus papéis como sujeitos históricos. (p. 12).

De modo semelhante, histórias pessoais, como de mulheres reprimidas por seus maridos, são exemplos esclarecedores de situações que levam pessoas a se engajar em um

empreendimento, para além de seu caráter econômico. Dona Francisca¹³⁷, numa conversa informal no intervalo de um seminário, conta sua trajetória no movimento. Após participar de uma capacitação oferecida pela prefeitura municipal, resolveu, junto com outras mulheres, formar um grupo de produção de sabonetes artesanais e produtos de limpeza. Neste grupo, discutia-se não apenas questões de trabalho, mas também o papel da mulher na sociedade e sua situação desigual em relação aos homens. Antes desse trabalho, Francisca foi sempre dona de casa, sendo que a renda familiar provinha do trabalho do marido. Ela sofria também de uma depressão profunda.

Com o tempo participando deste grupo de mulheres e de diversos outros encontros de ES, Francisca conta que passou a questionar o marido, que lhe costumava dizer que “seu único direito é não ter direitos”. Os conflitos aumentaram na medida em que Francisca se via como cidadã e buscava sua autonomia, não mais obedecendo prontamente ao marido autoritário. Seu marido dizia que a Economia Solidária havia mudado a cabeça da mulher, que não era a mesma. Graças ao seu envolvimento emocional com outras mulheres em situações semelhantes, segundo ela, Francisca conseguiu enfrentar um processo duro de separação, assim como sua depressão, tendo inclusive parado de tomar remédios controlados.

É interessante notar que aquele primeiro grupo não teve uma duração longa, sendo que não permitia resultados econômicos satisfatórios. Mesmo assim, Francisca continuou se envolvendo cada vez mais, formando outro grupo, e se tornando representante de seu município no fórum local. Por conta disso, ela teria pela primeira vez ido a um encontro em Brasília. O envolvimento dentro da ES afetou tanto sua vida, que hoje ela não se vê mais em outro tipo de atividade.

Fica claro, em seu discurso que ela acredita na necessidade de formar um grupo coletivo para produzir e do qual possa extrair sua sobrevivência, por mais difícil que seja isso. Contudo, seu relato permite perceber algo que não é sempre evidente: a questão não é estritamente sua sobrevivência econômica em um grupo coletivo e, para muitos, essa não chega a ser o principal motivo de engajamento. Em outras palavras, aquela organização definida como um empreendimento solidário, não tem como função necessariamente a produção de um bem ou serviço, mas prover uma estrutura que permita ao indivíduo se inserir

¹³⁷ Foi dado um nome fictício para a personagem, mas o exemplo é real.

em um grupo¹³⁸ e suprir assim uma série de deficiências psicossociais. Estas são carências provocadas por diversos fatores, seja pela falta de uma estrutura familiar, seja pela falta de um sistema de proteção social adequado.

Naturalmente, verifica-se que as pessoas permanecem nos grupos, como afirma BARROS (2003, p. 78) "por falta de oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, falta de vagas em que pudessem ser adequadamente remuneradas". Isso não significa que elas possam ser "inseridas" no mercado formal de trabalho. Como vimos, a exclusão é antes, produto desta estrutura desigual. Com efeito, dado que há um processo de reconhecimento dentro do grupo, pode-se dizer que a aproximação e "a permanência de pessoas em um empreendimento solidário é influenciada pelos resultados e consequências desta participação, tais como envolvimento com outros membros, prazer em desempenhar determinado trabalho e participação nas decisões." (BARROS, 2003).

Segundo afirma uma assessora de uma organização reconhecida no meio da ES, as mudanças têm efeitos que vão além da organização interna dos grupos:

A economia solidária para mim é uma proposta de desenvolvimento, um caminho que não está pronto... e por isso é tão rico e cheio de tensões também... Com desafios que são muito nossos... de superar a cultura política que transpiramos e que tanto nos fere... e outros que são de sempre... mudar um mundo... nossa grande e eterna utopia... outros que são novos e próprios deste movimento: que cada um/a possa se sentir ator econômico, responsável em seu cotidiano pelos caminhos que podem se construir a partir da ação individual. Ao mesmo tempo entender que não é um problema seu... é de toda uma sociedade... ou sociedades.. e que portanto não poderá resolve-lo só... daí voltamos a utopia que nos alimenta... somos muitos... se continuarmos nosso trabalho de formiga nos subterrâneos da humanidade um dia poderemos fazer ruir este mundo para ver surgir o novo... e que nem bem sabemos o que é...

¹³⁸ Quando grupos pequenos como estes entram em processos de cisão, não raramente isso dá devido a conflitos diversos entre membros. VALÉRIO (2005, p. 83) aponta como condições favorecedoras de rompimento, as "condições de centralização de informações, fofoca, problemas de comunicação e falta de dinheiro", além de "deficiências na comunicação" e situações geradoras de desconfiança entre membros. POLASTRINI (2006) (p.87) indica que relações de amizade entre participantes de EESs podem afetar negativamente o trabalho de um grupo, na medida em que influenciam o acesso à informação e a própria gestão do empreendimento, criando pequenos privilégios para alguns e descontentamento de outros.

Acompanho a tempos grupos de economia solidária que a princípio não falam de produção, nem tem nisso seu principal objetivo... Apesar de serem do meio popular e viverem cotidianamente o desafio de não ter grana para pagar as contas ou passar o mês... de não poderem sonhar porque o sonho foi proibido... para estas pessoas economia solidária são princípios e valores que se traduzem em praticas que podem estar presentes em sua atuação quando estão no conselho de pais e mestres da escola publica do bairro, ou no Consad, ou no conselho de segurança, ou no movimento de moradia, ou na catequese, na ação voltada para o bairro... Enfim...

Isso não significa que esse tipo de estrutura aponte necessariamente para uma sociedade que se possa chamar de plural. A dificuldade está no fato de que os princípios e valores reproduzidos nas práticas cotidianas de tais grupos não se suportam sobre uma base institucionalizada, mas antes sobre ações em grande medida voluntárias. Em outras palavras, se identificam muitos elementos institucionais que permitam incentivar de forma estrutural práticas locais de participação nos diferentes espaços sociais, atingido a população para além dos participantes da ES.

No entanto, existem elementos e situações específicos aos espaços de encontro da ES (seja nos empreendimentos, em reuniões com entidades de apoio, nos fóruns, feiras e nos grandes eventos) que tem como significado o reconhecimento e a valorização destes atores. A simples possibilidade de ter um espaço de fala, de se expressar frente a um político e a intelectuais é, em certas situações, algo extremamente valorizado, para alguns atores que acabam se tornando líderes ou representantes locais.

Além disso, participar de um projeto que têm como missão a utopia de transformar a relação entre os homens significa um enorme apelo simbólico que reforça a justificção para o engajamento.

Assim, do mundo de onde eu vim... do povo que me educou para ser o que sou... economia solidária é proposta de desenvolvimento... e faz parte de um compromisso cotidiano de transformar a realidade... é testemunho... coerência entre o ver, julgar e agir... e te juro que estou muito longe da coerência que quero para mim... Mas tenho um horizonte... com por do sol, arco-íris, amigos e tudo mais... e pouco me importa

que digam que vivo no mundo dos sonhos... me alimento nele... acredito nesta utopia, ou loucura coletiva, como queiram... Sou feliz assim... o pouco de consciência e indignação que sinto vem daí... E isso ninguém rouba de mim... Nem de mim nem de outras milhares de pessoas que me acompanham... algumas nem conheço.. outras tem nome e sobrenome... (Assessora de uma ONG).

Deve-se notar que a visão sobre a ES como utopia de mudança social não é consensual. Além de haver posicionamentos menos ambiciosos, também é possível que a visão de um indivíduo mude ao longo de sua trajetória. Isso não impede, contudo, que ela deixe de se envolver cada vez mais. Se o debate sobre o caráter de alternativa ao capitalismo (origem do interesse pelo tema por muitas pessoas) perde o foco e o sentido, um indivíduo pode desenvolver mecanismos de racionalização que o auxiliam a justificar seu engajamento. Como afirma um trabalhador em um espaço de debate, “Esse discurso tão elaborado do capitalismo não se sustenta na prática. (...) Não vamos sair do capitalismo, não vamos acabar com o capitalismo. (...) De que forma vai se sustentar essa ES na base? Antes, eu acreditava que a ES ia acabar com o capitalismo, hoje vejo que não”.

Uma das razões para esta mudança de posição é a percepção sobre os limites da produção de bens e serviços na ES, por exemplo. Os produtos e serviços realizados pelos empreendimentos solidários não satisfazem (e não podem satisfazer) aos hábitos de consumo de seus próprios participantes.

GARCIA (2005, p.85) examina o perfil e os hábitos de consumo de pessoas que fazem parte de um grupo de consumidores solidários e verifica que se tratam, na maior parte, de mulheres entre 21 e 30 anos com nível de educação superior completo ou em atividade. O autor indica que a maior parte de suas compras é realizada em empreendimentos distribuidores de grande porte (com exceção dos alimentos perecíveis que são, preferencialmente, comprados direto dos produtores). O principal critério para escolha da compra é o preço. Em resumo, o autor conclui que a prática de compras cotidiana destes participantes não corresponde a grande parte dos objetivos do grupo de consumo solidário do qual eles fazem parte¹³⁹.

¹³⁹ É também nesse sentido, de culpabilização ao indivíduo, que é feito um discurso de crítica à sociedade de massas nos grandes encontros, o que não impede, evidentemente, que os hábitos de consumo dos participantes da ES reproduzam (de forma menos intensa, talvez) os da sociedade de massas.

Tais resultados não deveriam surpreender o leitor atento. O que pode parecer uma contradição é na verdade mais um indício de que a questão é tratada não raramente apenas na sua perspectiva moral, tanto por pesquisadores como por militantes. **Estes consideram o consumo apenas pela sua dimensão individual e deixam em segundo plano a compreensão das estruturas sociais que condicionam os hábitos cotidianos.** Criticam assim os indivíduos e não as instituições. Não propõem medidas de regulação sobre processos produtivos para todas as empresas, mas limitam-se ao ideal de apoiar grupos coletivos.

Na prática cotidiana os empreendimentos mais bem estruturados vão intensificar seu trabalho para obter conquistas materiais para seu grupo, como acesso a financiamentos e desenvolvimento de melhorias no processo de produção e comercialização. Os menos estruturados vão, provavelmente, seguir com uma atividade complementar sem o foco na produção, mas na discussão de questões comunitárias. Mas em ambos os casos, será comum a racionalização fundada na ligação construída entre suas práticas voluntaristas e as grandes estruturas políticas de poder.

Em outras palavras, o envolvimento voluntarista dos militantes da ES, seja nos empreendimentos ou nas lutas cotidianas de seu bairro e sua cidade, nas associações, nos conselhos nas escolas e outros conselhos de políticas públicas, é tido como o fator que pode “levar o recado que outro desenvolvimento depende de outra economia”. Isto seria a base para a radicalização da democracia, influenciando as grandes estruturas políticas e econômicas, do orçamento municipal até o Mercosul e os bancos mundiais. Essa imagem é construída sobre outro conceito, que não pode ser superestimado, de democracia participativa.

Vale notar que existem indivíduos com uma propensão prévia a participar e se engajar no movimento de ES, por exemplo, porque já possuem uma trajetória de militância considerável. Isso é válido tanto para militantes de partidos políticos, de movimentos ambientais ou profissionais de organizações não governamentais, como para líderes comunitários e trabalhadores que costumam representar suas organizações em eventos políticos. O seu envolvimento na ES constitui uma sequência natural da sua trajetória política.

De forma diferente, para alguns indivíduos, cuja história de engajamento em movimentos sociais está menos definida, a ES pode representar o espaço principal de consolidação de sua formação política. Para estes, este engajamento pode não significar uma

mudança no mundo, mas sim uma mudança na sua própria vida¹⁴⁰. Isso fica claro no depoimento de um indivíduo cuja vida foi marcada pelo preconceito. Ser nordestino de família pobre, negro, pode constituir atributos que têm impactos negativos sobre a auto-estima de um indivíduo numa sociedade marcada pela discriminação regional, racial ou de renda. No entanto, de certa forma, estes atributos qualificam e dão ainda mais legitimidade para que uma pessoa se torne uma liderança no mundo da ES.

Ao adquirir experiência lidando com pessoas em diferentes atividades de prestação de serviços, possuindo simpatia e habilidade comunicativa, um trabalhador informal pode assumir naturalmente a posição de mediador na realização de projetos a serem desenvolvidos por ONG's ou pelo governo, com as comunidades e atores locais. Isso lhe confere certo prestígio e certamente é muito positivo para a auto-imagem de muitos personagens com esse perfil no mundo da ES. Ao mesmo tempo, sua condição social prévia à ES permite que este se mantenha legitimamente como representante do segmento de trabalhadores, mesmo que sua atuação direta não seja dentro de um empreendimento. Esse contexto reforça, certamente, sua motivação para participar de tais atividades.

Como tentamos demonstrar, o envolvimento pode estar ligado a uma esperança de mudar a sociedade radicalmente. Esta visão inicial pode ser abandonada ou reforçada, dando espaço para novas justificativas de engajamento. Mas se o indivíduo permanece, é porque existem, elementos naquela atividade que lhe conferem sentido. O olhar sobre essas relações nos permite perceber os diferentes caminhos que podem ser seguidos neste universo. Na parte seguinte analisamos uma situação mais específica em que diferentes sentidos são produzidos. O objetivo é lançar mais um elemento ilustrativo para esta reflexão.

¹⁴⁰ Esta conclusão reflete um aspecto positivo, em relação ao engajamento na ES, que é exatamente o oposto da crítica que faz CARLEIAL e PAULISTA (2010). As autoras sugerem que pode ser um sofrimento ainda maior para pessoas fragilizadas pelo desemprego participar de um empreendimento fadado ao fracasso, com a ilusão de que podem ser economicamente incluídas. Sua crítica, embora possa ser verdadeira em algumas situações, simplesmente desconsidera as relações não mercantis e os vínculos sociais que se desenvolvem num empreendimento solidário, que dizem respeito, por exemplo, às questões de gênero.

3.3.3. Dois momentos: o caso das feiras de Economia Solidária

Feiras são atividades que existem desde muito antes da sociedade de mercado. Até a era feudal constituíam momentos esporádicos onde se reuniam produtores de terras distantes para trocar produtos que não eram fabricados em suas respectivas regiões. Aos poucos as feiras foram se popularizando, ocupando o espaço público e se tornando, com a maior divisão do trabalho e a especialização das atividades, cada vez mais comuns, de modo que produtores, agora da mesma região, se reuniam em intervalos de tempo curtos para comercializar seus produtos entre si¹⁴¹.

Com o crescimento das cidades e a industrialização, as feiras, que conquistaram espaços permanentes, se tornaram mercados. Em algumas regiões, sobrevivem ainda mercados pequenos e tradicionais, onde os próprios produtores organizam o espaço de comercialização. Entretanto, os grandes mercados oligopolizados, onde a diversidade e a complexidade dos produtos e dos processos tornou infinita a distância entre produtor e consumidor, são os hegemônicos. Desse modo, o que era uma atividade marginal (e talvez até de luxo) em sociedades passadas, se transformou no principal mecanismo de organização do capitalismo. Como afirma POLANY (1980), o mercado, ou melhor, o processo de domínio pelo mercado sobre todos os aspectos da vida cotidiana, está no centro do desmoronamento do século XIX e da “Grande Transformação” daí decorrente.

Não obstante, existem atualmente diversos tipos de feiras, desde as feiras de agricultores familiares até as feiras de automóveis, eventos que ocorrem em momentos específicos do ano e que são acompanhados, em geral, de atividades culturais e apresentações artísticas ao se final. Apesar de possuírem diversas funções latentes, seu propósito básico ainda está vinculado à comercialização e à exposição de um produto ou serviço no mercado.

Num sentido particular, as Feiras de Economia Solidária são consideradas por seus organizadores como uma alternativa de comercialização. Por um lado, constituem um espaço que busca resgatar o aspecto tradicional das feiras – a reunião de pessoas de lugares distantes e o contato entre produtores (e consumidores). Por outro, constituem também um espaço de

¹⁴¹ Para um estudo detalhado da formação do capitalismo e uma análise profunda do significado das feiras na antiguidade, ver BRAUDEL (1985).

formação sobre o significado e as práticas da Economia Solidária e, com isso, segundo seus atores, uma forma de lutar e contrapor a dominação das *relações do mercado capitalista*.

Podemos verificar que, para além da pura troca econômica, tais feiras, enquanto espaços de encontro, possuem funções que não se evidenciam na primeira observação. Elas parecem guardar os mesmos elementos simbólicos que podem ser procurados nas diferentes manifestações e organizações do movimento de ES. Com efeito, a análise deste universo será mais significativa se for capaz de evidenciar o conjunto de conseqüências não intencionadas e, muitas vezes, não reconhecidas em relação às motivações inicialmente observadas.

Segundo o texto do programa nacional de feiras, retirado da página oficial do FBES, as feiras representam uma entre várias “formas de manifestações e organizações da Economia Solidária (...), que consistem basicamente em espaços para trocas solidárias, venda direta e rodadas de negócios”. Entretanto, “elas também se constituem em espaços para trocas simbólicas, com as atividades culturais, a troca de informações e de saberes, formação e qualificação em ES”. Assim, “elas proporcionam espaço para integração e articulação entre os empreendimentos, instituições governamentais e entidades de apoio e fomento. Além disso, oferecem oportunidades para o fortalecimento dos fóruns e das redes de economia solidária, para a realização de oficinas e o avanço conceitual (...)”¹⁴².

Diversas feiras, em escala local, vêm sendo realizadas de forma autônoma pelo movimento da ES desde a organização dos primeiros fóruns municipais e estaduais. A SENAES atualmente vem apoiando a organização de feiras estaduais pelo Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária¹⁴³. Em 2005, 18 feiras estaduais foram realizadas com recursos do Programa, além de diferentes apoios captados em cada região, e em 2006, ocorreram feiras em todas as unidades da federação.

Vamos expor abaixo os eventos ocorridos em uma feira particular, realizada em 2006. O caso apresentado foi baseado na participação do autor nas atividades realizadas durante uma das feiras estaduais, e na análise de gravações coletadas durante duas oficinas e uma reunião

¹⁴² Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária (www.fbes.org.br).

¹⁴³ O Programa foi criado em parceria com o IMS – Instituto Marista de Solidariedade, que já apoiava a realização das feiras estaduais e feiras livres e funciona a partir da estratégia de promoção da Política Nacional de Comércio Justo, Ético e Solidário, uma das linhas de ação do programa de governo da SENAES. Ver plano de ação SENAES 2003 – Economia Solidária em Desenvolvimento.

de grupo neste evento, além de anotações de campo e registro fotográfico¹⁴⁴. No momento I, abordamos os aspectos relativos à organização da feira e ao modo como os participantes resolveram o conflito gerado no primeiro dia. No momento II, apresentamos uma análise com base na oficina de formação realizada durante a feira.

Momento I – A expectativa da feira e o primeiro encontro

Participando pela primeira vez de uma feira de ES naquele estado, eu não tinha uma visão concreta e clara sobre a organização do movimento e dos atores na região. O histórico de atividades ou mesmo as disputas entre os diferentes personagens políticos, trabalhadores e entidades locais era para mim pouco evidente. A principal referência era de que o Fórum Estadual era ativo politicamente, além de várias entidades importantes terem suas sedes na região, algumas delas tendo semeado as primeiras sementes do movimento nacional. Em algumas ocasiões anteriores pude participar de outras feiras de ES, de formas mais variadas, contudo havia certa expectativa para esta feira que, segundo a organização local reuniria mais de 100 empreendimentos da capital e do interior.

No primeiro dia do encontro, contudo, ao verificar o espaço onde os grupos estariam organizando a estrutura da feira, essa expectativa se desfez. Ao invés de um ambiente animado, com música e um espaço decorado e diversificado, a visão era de desalento: na praça, poucas barracas estavam montadas e sua estrutura era frágil, de modo que, o vento forte, num ambiente aberto, estava causando problemas estruturais. Não havia nenhum cartaz indicando uma feira, nem mesmo qualquer informação sobre ES, além de que a praça estava ocupada por mendigos que aguardavam um grupo de freiras que distribuiriam alimentos naquele dia. Embora o local tivesse grande movimento durante a noite, sendo cercado de bares e espaços de lazer, naquela quinta-feira à tarde pouquíssimas pessoas passavam por lá. Além de tudo, começava a chover.

¹⁴⁴ Vale ressaltar que, por uma questão metodológica, não foram realizadas entrevistas diretas nesta parte específica da tese. O autor participou do evento como apoiador e não realizou intervenções diretas nos debates. Optamos, assim, por não citar nomes nem a unidade da federação na qual ocorreu o evento, procurando apresentar os aspectos sócio-psicológicos mais gerais da análise como o objeto de estudo fundamental. A descrição que se segue é feita de uma maneira um pouco diferente do restante desta tese, como relato em primeira pessoa.

A desilusão era grande para um espectador que, ao chegar nesse espaço com uma visão ideal, ou uma expectativa idealizada das feiras de ES, se depara com tal realidade. Talvez sua reação fosse a de negar o que estava diante dos olhos. E era isso o que alguns dos assessores pareciam estar fazendo ao tentar incentivar os trabalhadores a organizarem a feira e ao justificar os problemas ocorridos.

Não entraremos em maiores detalhes sobre essa questão já que não é o objetivo aqui fazer uma avaliação do processo e da equipe de coordenação do evento. Contudo, é possível afirmar que a situação era problemática por uma série de fatores, que podiam ser diretamente observados, além de serem citados pelas pessoas presentes.

Em primeiro lugar, havia uma evidente deficiência de profissionais qualificados na organização. Embora, os trabalhos costumem ser realizados em equipes, havia um articulador local contratado para exercer algumas funções e que não teve condições de lidar com uma série de questões básicas para estruturação de um evento desse porte. Por outro lado, o governo local, que não mantinha boa relação com o movimento local de ES, não ofereceu nenhum apoio para a realização feira (apoio que foi fundamental em vários outros estados), nem mesmo a simples liberação do espaço na praça. Desse modo, como seria elevado o custo para alugar um local fechado, foi decidido realizar a feira na praça, concomitantemente a outras atividades culturais que aconteceriam ali, mesmo sob a tensão da chegada da polícia municipal, que poderia expulsar o grupo do local, como o faz com camelôs. Ao mesmo tempo, havia um problema com o fornecedor das barracas para o fórum, que apresentava dificuldades em entregar o produto em boas condições. As barracas eram frágeis e havia peças faltando, o que contribuiu para irritar ainda mais os trabalhadores expositores.

Outro aspecto decisivo foi a falta de envolvimento dos próprios trabalhadores, que pouco participaram das atividades de planejamento anterior ao evento, deixando que as assessorias assumissem este papel. Por exemplo, por conta da crise devido à chuva, foi possível ouvir comentários como: “todos sabem que no verão chove muito e não é possível fazer feira em local aberto. Todos sabem”. Entretanto, como posteriormente foi comentado por uma assessora, ninguém nas várias reuniões do fórum estadual apresentou este risco.

O mesmo ocorreu com respeito às críticas sobre a alimentação servida durante o evento: “Somos pobres, mas gostamos de comer bem”. Entretanto, aqueles que criticaram a

comida, eram acusados de não ter participado de nenhuma das comissões de planejamento da feira (e é comum haver uma equipe de alimentação). Visivelmente, este momento não se assemelhava aos momentos anteriores à criação da SENAES quando o movimento foi capaz de organizar eventos do mesmo porte ou maiores que este no estado sem recursos do governo.

Assim, ao final do primeiro dia, após uma parte dos trabalhadores ter desistido do evento e abandonado o local, um grupo de cerca de 20 pessoas presentes se reuniu para decidir, como seriam as atividades dos próximos dias. As falas selecionadas apresentadas abaixo, refletem por si alguns dos conflitos em questão:

A – “Estamos nos juntando aqui é pra ganhar dinheiro. O produto final é isso, dinheiro. Se não é pra ganhar dinheiro, estou fora”.

B – “Tudo bem, essa é a realidade sim, mas se não fizermos uma coisa bem feita, estamos denegrindo a imagem do movimento. Porque está neste estado? Porque o próprio fórum está desestabilizado. Então este é o momento de começar a refletir sobre o que é o fórum. Quem é o fórum? Nós somos o fórum. Ou a gente assume esse erro, ou vamos estar sempre culpando alguém.”

A – “Mas havia uma comissão...”

B – “Sim, querida, mas a comissão foi determinada por nós. Escolhemos errado a comissão. Continuamos errando. Precisamos corrigir o que estamos fazendo.”

C – “Agente tem um problema aqui que é o seguinte: ou a gente faz a feira, ou não faz a feira. Teve gente que veio de longe, não podemos desistir agora. Amanhã vai haver várias apresentações de cultura e 8, 9 horas isso aqui vai *bombar* e a gente vai vender pra caramba. Amanhã, se a gente ver que a coisa ta complicada a gente senta e vê se tem feira na sexta e no sábado. O que eu acho é que é muita moleza a gente botar o rabo entre as pernas no primeiro problema que acontece. Agora, a comissão, eu quero avaliar, mas segunda ou terça feira, em dezembro, lá no auditório da DRT [no espaço onde ocorre as reuniões do fórum estadual]. E vamo que vamo”.

Com isso, o grupo decidiu que não haveria feira durante o dia, quando seriam realizadas as oficinas, valorizando os momentos de formação, e que, de acordo com as

condições climáticas, montariam as barracas para comercialização à noite, quando estariam ocorrendo uma série de atividades culturais¹⁴⁵.

Momento II – As oficinas de formação

Geralmente as feiras de ES constituem um espaço para grupos informais de pequeno porte e associações urbanas de porte médio que, em sua maioria, desenvolvem atividades econômicas de produção artesanal, alimentação ou confecção, em grande parte como complementação da renda familiar. Diferente das empresas recuperadas, por exemplo, estes empreendimentos têm pouco tempo de existência, são compostos majoritariamente por mulheres e apresentam maior fragilidade econômica, de modo que as possibilidades de contatos e de comercialização abertas pelas feiras geram certa expectativa para os trabalhadores¹⁴⁶.

Nesse sentido, muitas das pessoas que permaneceram nas atividades pareciam ter pouco conhecimento sobre outras dimensões da ES. Havia pessoas que estavam participando desse tipo de evento pela primeira vez, além de que não havia um espaço que incentivasse o maior envolvimento de empreendimentos cujas atividades não se adequavam a exposições em feiras. Isso reforça o fato de que os encontros de ES precisam se constituir em espaços de formação, que acabam por trabalhar uma pedagogia própria da ES. Como afirma MOTTA (2010):

Em relação à forma como são organizados os encontros, o que se percebe, o que aliás é uma característica forte deste mundo, é que eles são espaços de uma pedagogia da ES, que envolve técnicas específicas e pessoas encarregadas de ensinar. As dinâmicas e os trabalhos de grupo ajudam a formar uma comunidade, no sentido do compartilhamento dos princípios e valores da ES. Isso se dá através da palavra falada e escrita, mas também das performances envolvidas na ideia de representação (quando alguém fala como empreendimento, por exemplo) e ao colocar em cena nos trabalhos

¹⁴⁵ Estas atividades, das quais se referiu uma das pessoas nas falas anteriores, eram parte de uma comemoração local e não estavam diretamente ligadas à organização da Feira.

¹⁴⁶ O detalhamento do perfil dos empreendimentos participantes das feiras e um primeiro trabalho de sistematização e avaliação destas, é apresentado no Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária 2005 (mimeo), do Instituto Marista de Solidariedade.

de grupo, os princípios de democracia e solidariedade. Os encontros criam ES ao colocar através das práticas os princípios de divisão (as fronteiras) e de visão compartilhados neste mundo. (MOTTA, 2010, p. 71).

Durante este evento, foram realizadas 3 atividades diferentes de formação, mas complementares. A primeira atividade foi a Oficina da Campanha Nacional de Divulgação da ES, a segunda, uma apresentação sobre o tema Comércio Justo, Ético e Solidário e, por fim, foi realizado um exercício de Trocas Solidárias. Cada uma dessas teve duração de uma manhã ou uma tarde e foi conduzida por um assessor, representante de uma das entidades de apoio locais. Enfocaremos aqui com maior detalhe a primeira oficina.

A oficina da campanha nacional de divulgação foi uma iniciativa da organização nacional do projeto de feiras. A campanha, realizada pela SENAES junto com o FBES, visava a padronização de uma identidade visual para a ES, além da produção de material de formação. Essa é uma questão importante no que se refere às oficinas e seminários que haviam sido planejadas e à minha compreensão sobre a forma com que os participantes interagem e davam sentido aquelas atividades.

Enquanto, eu estava atendo a campanha a partir de fontes nacionais, o que me permitia compreender o sentido daquela atividade como o espaço de discussão da estratégia de divulgação no estado, a compreensão dos atores locais se dava de forma diferente. O plano nacional era de apresentar o material da campanha¹⁴⁷ para ser discutido entre os atores que participavam das feiras em cada estado. Dessa forma os atores interessados se inscreveriam anteriormente e deveriam, durante a oficina, realizar um plano do estado para a disseminação deste material no seu interior e a sua ampla utilização, nos diferentes meios de comunicação.

Entretanto, no caso desta feira, isso não se deu dessa forma e a oficina, que foi a primeira após os conflitos do dia anterior, funcionou de modo bastante peculiar. A assessora que conduziu a oficina não apresentou os objetivos desta como explicado acima, mas inicialmente decidiu incentivar uma discussão entre os participantes sobre o significado do termo “economia solidária”. As falas variaram desde a “importância da união” até alguns

¹⁴⁷ O material está organizado em um kit, com alguns vídeos para o público em geral e um vídeo longo formativo (em DVD e VHS), cartilhas, *folders* e um *dingle* e um programa de rádio.

comentários mais complexos sobre a ES como um “instrumento de superação do capitalismo”, além da “falta de políticas públicas”. Em resumo, aquele grupo fragilizado estava formado por pessoas que ainda precisavam aprofundar seu conhecimento básico sobre ES.

Assim que foi falado sobre a necessidade de organização e planejamento, a coordenadora citou rapidamente a campanha e, em seguida, apresentou o vídeo principal de divulgação. Neste vídeo são apresentadas belas imagens de empreendimentos e produtos da ES e depoimentos de trabalhadores entusiasmados. Há um texto com uma narrativa cativante, que apresenta os aspectos da ES (como autogestão, solidariedade e cooperação) e uma música alegre de fundo. Ao assistir aquelas imagens, que inclusive apresentavam experiências de grupos daquele estado, parecia haver duas espécies de reações. Se, por um lado o vídeo poderia parecer irreal, por outro as pessoas sorriam ao vê-lo e buscavam se identificar com aquele mundo apresentado.

Após o vídeo, a atividade final foi feita a partir da divisão entre grupos de discussão, com cerca de dez participantes cada. Segundo o esquema original, estes grupos deveriam discutir (e escrever numa cartolina que lhes foi entregue) a estratégia de divulgação e utilização do kit da campanha a partir de seis eixos: atividades, estratégias, responsabilidades, prazos, formas de reprodução do material, recursos e definição de uma equipe estadual. Contudo, para os participantes nada disso foi esclarecido. Apenas dividiram-se os grupos e lhes foi entregue as cartolinas onde o relator de cada grupo começou a escrever os eixos.

Minha impressão inicial desta atividade era que algo estava errado e que as pessoas precisavam de um esclarecimento maior para discutir a estratégia. Mas em cada grupo algumas pessoas tomaram a iniciativa e começaram diferentes debates. Aparentemente suas falas não faziam sentido com o que *deveria* estar sendo debatido, pois os grupos começaram a preencher as cartolinas com outras coisas e não com as questões inicialmente previstas, que estavam relacionadas à estratégia da campanha. Ao final, foram apresentadas críticas e sugestões sobre a organização da feira e do próprio fórum, sobre o mapeamento no estado e diversas outras atividades (algumas muito confusas), além de algumas propostas de divulgação.

Contudo, ao contrário do que eu previa, chegou-se ao final da oficina com um clima de contentamento dos participantes. Após as apresentações da cada grupo, a grande parte dos

presentes parecia relativamente satisfeita com os resultados. Foi este momento que nos inspirou a questão sobre como estas pessoas estavam dando sentido a sua participação nesta atividade, e na ES em geral.

Nesse dia, as atividades se encerraram com uma mística. As pessoas se abraçaram formando um círculo, agradeceram e cantaram juntas uma música, quando alguns se emocionaram. À noite, a chuva havia cessado, foi possível montar as barracas e realizar uma feira modesta com cerca de 20 empreendimentos. Durante o dia, a coordenação organizou melhor a montagem das barracas, colocou um *banner* que identificava a feira em um local visível e conseguiu uma autorização que, embora não tivesse respaldo legal, foi aceita pelos policiais, evitando maiores dificuldades. O último dia foi semelhante, com as duas outras oficinas sendo realizadas durante o dia e a feira pela noite.

3.3.4. O sentido está lá, mas como podemos desvendá-lo?

A ES pode ser observada como a possibilidade de emergência do novo, contudo, é preciso levar em consideração as circunstâncias que condicionam os caminhos dos indivíduos nesse universo. A descrição da situação extrema desta feira nos permite levantar algumas reflexões. É fundamental estar sempre atendo ao fato de que as formas de ação e pensamento expressam experiências, conhecimentos e vivências históricas e sociais.

Não é simples formular considerações gerais com base em alguns contextos específicos. Nesse sentido, toda pesquisa corre o risco de incorrer em generalizações fortes ou de oferecer respostas, mesmo que complexas, equivocadas. Por isso, os resultados aqui apresentados podem sempre ser aprofundados a partir de estudos de situações semelhantes e devem, certamente, ser relativizados.

A primeira conclusão pode ser apreendida do trabalho de M. Bakhtin, sobre a formação social da mente e cabe bem na análise da situação descrita. Segundo o autor, a consciência humana não pode ser reduzida a processos internos: “a consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social” (BAKHTIN, 1992, p. 35). Ela se constitui, assim, a partir da relação do homem com o mundo coletivo, social e cultural, e não como um simples conjunto de interações orgânicas. A consciência deve ser vista como um sistema integrado, em permanente processo de mudança,

produzido em meio a condições sociais e históricas determinadas, só podendo ser compreendida a partir deste meio social. Esse processo de reconstrução interna do mundo objetivo marca a tensão entre o novo e a permanência. (AGUIAR, 2001).

Como descrito nas situações apresentadas, os diferentes contextos, origens e vivências podem fazer com que as experiências de trabalhadores, organizadores e observadores sejam bem diferentes umas das outras. Logo, suas expectativas e objetivos, seja numa feira, em qualquer outro tipo de encontro ou mesmo nos diferentes empreendimentos, não necessariamente coincidem, variando de acordo com a condição social de seus participantes.

Vigotski apresenta uma interessante diferenciação entre os conceitos de *sentido* e *significado*, que nos permite fazer certa analogia com aspectos do mundo da ES. Podemos depreender as diferenças entre os dois termos por meio da análise da palavra “dinheiro”, que exemplifica bem essa relação. O termo “dinheiro” possui um *significado* particular, é uma construção histórica que adquiriu uma definição relativamente estável no tempo. Seu *significado* serve para definir um instrumento econômico, um meio que permite a troca ou simplesmente a aquisição de um bem ou serviço. Contudo, o termo “dinheiro” pode adquirir também diversos *sentidos* diferentes de acordo com a experiência pessoal de cada um em seu meio social.

Para um intelectual marxista, dinheiro pode significar o resultado da exploração do trabalho no modo de produção capitalista, um símbolo de dominação e poder, de alienação e desumanização. Para uma pessoa em uma situação de dificuldade financeira ou que leva uma vida na miséria, (como interpretamos no diálogo destacado no momento I) o termo pode trazer o sentido da necessidade imediata de sobrevivência. Em ambos os casos, evocar o termo “dinheiro” pode trazer à tona emoções que refletem a maneira particular que cada um o interpreta.

Podemos pensar a relação entre sentido e significado para interpretar outra situação, no mínimo curiosa, que envolve o discurso contra o capitalismo. Em meio à necessidade de dar respostas a situações materiais concretas e mais imediatas, o questionamento tradicional ao capitalismo nem sempre chega a ser colocado. Neste caso, observamos uma aparente contradição, em um seminário organizado pelo sistema de limpeza urbana de determinada unidade da federação.

Um grupo de catadores organizados, representantes de uma importante cooperativa, se apresentou no seminário exibindo camisetas nas quais se lia a marca “CAPITAL”. Eram camisetas oferecidas pela empresa que comprava o material da cooperativa e o enviava para outros estados, onde é tratado e reaproveitado. O sentido antagônico geralmente dado aos termos “CAPITAL” e “COOPERATIVA” não impediu que estes fossem associados dessa forma.

A empresa, tradicionalmente capitalista, que realizava o trabalho chamado (de modo pejorativo) de atravessador, tão criticado pelos movimentos sociais, era reconhecida pelos catadores como importante parceira. Algumas vezes a empresa era considerada responsável inclusive por viabilizar o trabalho de catadores que, sem recursos, recebiam adiantamentos para comprar uma carroça ou fazer pequenos reparos. O significado dos termos Capitalismo ou Cooperativa, muitas vezes pode parecer óbvio. Porém, seu sentido acadêmico ou dentro de um movimento social é muito diferente do sentido que os empresários ou os catadores dão a eles. Mais do que isso, a situação indica que a construção simbólica que acompanha esses termos para os militantes de longa data não faz parte e por vezes está bastante distante do imaginário dos empresários e dos catadores em suas práticas cotidianas¹⁴⁸.

Cada palavra, cada frase, dentro desse contexto formado por personagens com experiências muito diferentes, como apresentado, dificilmente terão, para um expectador situado fora desse contexto, algum nexos ou conexão evidente. E, muitas vezes, mesmo com uma visão geral do processo nos deparamos com situações de difícil compreensão¹⁴⁹. Muitos dos apontamentos, das colocações e das ações dos grupos em espaços de encontro desse tipo

¹⁴⁸ Em algumas regiões, sugere-se aos entrevistadores do mapeamento a não utilizarem o termo cooperativa ao abordar empreendimentos rurais, pois sua simples citação pode gerar reações extremamente negativas. Seu sentido é, nesses locais, associado às práticas de implantação das chamadas falsas cooperativas, que causaram diversos prejuízos para muitos agricultores.

¹⁴⁹ Processo semelhante é o que ocorre nos momentos descritos como as místicas. Estes momentos podem ser comuns no dia-a-dia de diversos grupos e algumas organizações consideram uma prática fundamental para se iniciar encontros, já que simbolizam outra racionalidade e outra forma de conexão entre os participantes. Contudo, dificilmente será aceita por um gestor público, criado em um meio burocratizado e que não vê sentido na mística. Questões desse tipo, relativas ao corpo, às emoções e à expressividade são raramente consideradas nos discursos e práticas racionalizadas na maioria das reuniões em espaços governamentais e por seus representantes, em espaços externos. Mesmo os gestores dedicados às políticas públicas que têm ligação umbilical com movimentos populares acabam por assumir um papel formal, quando dentro da estrutura da administração pública. Isso reflete, em parte, um desequilíbrio sócio-cultural proveniente da ampliação dos espaços de deliberação pública com o qual ainda não se sabe lidar adequadamente.

não podem ser interpretados por si só. Os fatos descritos nas feiras são exemplos claros disso. Não estavam relacionados a uma idéia ou a uma prática efetiva de planejamento qualquer – como era o esperado. No entanto, havia evidentemente um sentido muito forte naqueles debates.

Como esse conjunto de ações, aparentemente desconexas se une resultando em uma experiência coletiva carregada de sentido? Acreditamos que ao menos uma parte do fenômeno pode ser desvelada e que, para além da sua aparência, é isto que pode ser generalizado. É aquele elemento que, embora resultado do contexto em que foi gerado, independe desse contexto, podendo ser encontrado na essência de outras realidades, em análises sobre outros grupos de ES em outras regiões, ou mesmo, em estudos sobre diferentes grupos de pessoas em situações diversas.

Com efeito, o sentido das situações descritas (como no momento II) não deve ser buscado em absoluto no objeto aparente que estava em discussão (as formas e estratégias de divulgação e distribuição do material da campanha). Seria impossível tentar explicar a produção do sentido naquele momento a partir da idéia do planejamento de uma ação em si. Os trabalhos em grupo podem colocar em jogo, em situações como estas, para além do planejamento técnico, uma *sensação* de poder de decisão, a possibilidade de ser ouvido e a necessidade de demonstrar envolvimento e participação.

Pela primeira vez vêm sendo oferecido para muitas daquelas pessoas, um espaço em que elas podem se expressar e, talvez, ser ouvidas. Embora não responda aos problemas práticos do *tempo curto* (SPINK, 1999), isso parece ser em muitos momentos, principalmente para aqueles que permanecem, uma motivação importante, na perspectiva do *tempo vivido*.

Dentro desse contexto, há um discurso político explícito, que prega a igualdade, a cooperação e a possibilidade de uma outra sociedade, de uma cultura de trabalho alternativa. Esse discurso, fortemente ideológico e muitas vezes emocionado, é capaz de reunir uma diversidade enorme de grupos e práticas sociais nesse universo que procuram caminhar nessa direção e reproduzir essa forma de pensar e agir, contra uma tendência hegemônica. Entretanto, há ao mesmo tempo um discurso “não dito” (que muitas vezes gera constrangimento), que resulta de uma “contaminação ideológica” inevitável, já que os trabalhadores da ES não apagam sua própria história ao se engajar em um empreendimento.

Assim, as estruturas dadas atravessam de forma transversal os espaços que se tenta construir, impondo as relações desiguais ou simplesmente confinando o *novo* a possibilidade ilusória. Afinal, é preciso levar em conta que as mudanças sociais e culturais necessitam de um tempo relativamente longo para se instalarem. As velhas estruturas não mudam do dia para a noite dando lugar as novas, que, como a história demonstra, não se tornam hegemônicas por meio de um processo claro e conscientemente planejado.

Essa análise constitui uma possibilidade para se abrir o caminho para enxergar e propor outra compreensão da ES, a partir das idéias e práticas sobre seus participantes, da apreensão desse aspecto motivacional, do processo de formação social do indivíduo e do estudo da produção de sentido em pequenas e grandes experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta tese partiu de uma compreensão e um posicionamento epistemológico orientados por uma expectativa transdisciplinar. Isso significa que se buscou percorrer diferentes áreas do conhecimento e reflexões de diversos autores sem a preocupação em se parcelar e definir uma dimensão do objeto estudado. Embora meu ponto de partida tenha sido uma questão de cunho sociológico, foi inevitável atravessar outros campos como a economia, a antropologia e a psicologia.

O desafio transdisciplinar não se limita ao desenvolvimento de um método e de uma prática de pesquisa que rompa com as barreiras disciplinares. Mais do que isso, significa também romper com a distinção da realidade em dimensões físicas, biológicas e antropológicas estritas. É preciso reafirmar, assim, o que nos parece óbvio: a divisão do conhecimento foi construída ao longo do tempo, sendo meramente analítica. Isso nos permite outro olhar sobre a relação entre ciência e política, como discutimos na primeira parte. Se o posicionamento científico historicamente possui um caráter político inevitável, nada mais interessante do que a reflexão do cientista sobre sua própria prática. Assim, as três partes da tese complementam-se e dialogam.

Sabemos, no entanto, que estamos distantes do desenvolvimento de algo que possa ser definido como um método capaz de reorganizar uma visão de totalidade – há muito tempo parcelada. Esta distinção está muito marcada em nossa vida cotidiana, no processo mesmo de socialização, em nosso corpo, não sendo simples uma contraposição a ela. Uma de suas consequências na modernidade é o particionamento racional de nossas ações entre trabalho, estudos e lazer.

Evidentemente, é impossível negar que existem diferenças práticas e históricas na forma de se fazer ciência em diferentes áreas. O que se quer destacar, contudo, é que, em essência, não é possível separá-las de maneira rígida, dado que não existe um mundo social separado do mundo físico, assim como não é possível constatar um mundo físico independente de um observador em um meio social, que lhe atribui significado. Tal separação foi artificialmente criada e hoje tem como um dos resultados a existência de campos políticos

conflituosos nas ciências que lutam por prestígio, financiamento e reconhecimento social, por exemplo.

Se os avanços permitidos (ou limitados) pelo caminho tomado por este desenvolvimento são maiores do que se tal separação não tivesse sido realizada em algum momento no passado, é uma questão sobre a qual não nos cabe especular aqui.

Com efeito, o fato de estar imerso e vivenciar de perto a construção da ES (como um espaço ao mesmo tempo de aprendizado, pesquisa, trabalho e lazer) foi algo fundamental para o desenvolvimento deste estudo e que deve ser considerado. Assumir este desafio pode parecer uma tarefa pretensiosa, o que significa correr o risco de gerar expectativas para o leitor interessado em aprofundar seu conhecimento sobre o mundo da ES maiores do que podemos responder neste momento. De uma forma ou de outra, tais questões são aqui colocadas de um modo um pouco diferente do debate tradicional sobre ES – o que acredito ser em si uma das principais contribuições desta tese.

Falar hoje sobre as diferentes concepções de ES, sobre seus diferentes pensadores e sobre como pessoas dão sentido às suas atividades dentro deste universo, além de iluminar a questão sobre o que é a ES como construção social, significa inevitavelmente falar também sobre a minha própria concepção do que deve ser a ES enquanto um projeto para orientar o presente (e não enquanto realidade já existente). Como afirma Morin, o processo de desvelamento de um objeto de estudo (seja a cidade, seja a ES, seja uma roda) implica a visão de um projeto para o mesmo objeto, não existindo pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Esta é uma crítica que não pode ser feita sem um diálogo com os próprios atores da ES, sejam acadêmicos ou não.

Tendo explicitado tal posicionamento, podemos partir para a discussão sobre o aspecto macro-social da ES, como foi discutido na segunda parte da tese. Como vimos, o conjunto de experiências de trabalho associativo que estão na origem da construção da ES reflete, no quadro da economia mundial, o fim da era fordista e a queda do Estado do bem-estar social. Após os anos 70, o equilíbrio entre o econômico e o social o qual atravessava a sociedade capitalista ruiu culminando na crise do trabalho assalariado e no aumento da sua precarização, o que ocorreu de forma ainda mais intensa nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, no Brasil, o projeto da ES cresceu como reflexo de uma sociedade extremamente desigual e ganhou uma considerável visibilidade na última década, seja como prática econômica alternativa, como movimento social ou como política pública. Nesse sentido, muitos estudos têm valorizado excessivamente o potencial de seu caráter autogestionário, apresentando freqüentemente a ES como um projeto alternativo ao capitalismo (segundo as bandeiras do FBES, uma economia alternativa que já acontece).

Uma análise dos diferentes sentidos práticos dados sobre a ES nos revela que a concepção dominante é aquela baseada na idéia de Empreendimentos Econômicos Solidários, como organizações produtivas, baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção e em processos decisórios democráticos. Esta é a orientação sobre a qual se baseia a maior parte dos estudos acadêmicos, das práticas de extensão universitária e da política pública. No entanto, não se pode exagerar no caráter revolucionário de tais organizações.

A oferta de produtos e serviços proporcionada pelos empreendimentos de ES guarda uma dependência inevitável da venda de suas mercadorias no mercado tradicional e impessoal de bens e serviços. A integração que se observa de uma produção voltada para a satisfação das demandas de uma comunidade não ocorre senão em pequena escala, resumindo-se a experiências em comunidades e a redes específicas. Tudo indica que a grande parte dos empreendimentos surge como possibilidade de oferecer ganhos complementares de renda para seus associados em meio à anarquia do mercado e não como resposta a demandas locais e microrregionais. Ainda assim, o nível de remuneração possibilitado aos trabalhadores da ES reflete a remuneração de trabalhadores com a mesma qualificação, dado pelo valor de troca no mercado de trabalho (valor abstrato socialmente necessário), externo aos empreendimentos.

Logo, embora as experiências legítimas de ES enfrentem o autoritarismo e a hierarquização da empresa capitalista, não é possível afirmar que sejam capazes de superar o processo de divisão social do trabalho e as consequências da produção mercantil. Além de manterem-se reguladas pela lei do valor, tais experiências não parecem apresentar traços de uma estrutura que possa adquirir certa autonomia, se multiplicar e se tornar historicamente predominante. Isso leva a crer que é preciso considerar a possibilidade de que os empreendimentos solidários, embora carreguem a interessante perspectiva do trabalho

associado, não representem uma inversão tão radical da lógica da empresa reduzida à empresa mercantil.

Ao longo desta tese, procuramos argumentar que não se deve confundir a ES real com aquela ideal, do projeto. Embora seja fundamental abrir a perspectiva para uma visão mais complexa do humano, não é possível compreender a ES hoje como um conjunto de atividades que tenham extrapolado o campo econômico para se aprofundar em outras finalidades sociais, políticas, culturais e ambientais tão imediatamente. O que se deseja pode ser a buscar por uma solução para os problemas sociais – mais que isso, muitos expressão que a ES possa ser essa solução. Mas, discutir o que "é", diferentemente, significa estudar os aspectos que constituem a ES como um fenômeno social. Da mesma forma, não se pode limitar a compreensão da conjuntura e da totalidade da ES aos casos dos exemplos modelares. Sua função social é antes servir de exemplo para ilustrar o imaginário sobre o mundo dos empreendimentos.

Como se sabe, atualmente a ES não tem grande apelo de poder econômico (apesar de seu crescimento ser inegável). A satisfação das necessidades mais comuns de um indivíduo contemporâneo (dada a complexidade da produção) dificilmente pode ser realizada dentro do circuito produtivo da ES de forma autônoma ou mesmo orientado por ela. Apesar disso, a ES é apresentada como uma estratégia e como uma política para um novo projeto de desenvolvimento e a organização de grupos coletivos é tomada como um fim em si, como se o socialismo fosse um aglomerado de pequenas unidades de produção coletivas.

Mas o processo de coletivização dos meios de produção nos EES não significa, na sua forma atual, um processo de socialização do produto. Justamente porque não combate a mercadoria, o que impede uma sociedade consciente, ao mesmo tempo em que conduz necessariamente os indivíduos a trabalharem cada vez mais, privando a maior parte de ter trabalho. Refletir sobre o aspecto social da produção requer ultrapassar a unidade coletiva, considerando o complexo processo histórico de divisão social e internacional do trabalho, assim como a distribuição fragmentada das atividades econômicas pelo mundo.

O sistema produtivo atual está amplamente integrado, não sendo possível imaginar que suas partes possam funcionar independentemente umas das outras, a não ser que haja um intenso processo de transição da base técnico-produtiva. Por isso, a produção é dita social, o que significa que não é produto de uma pessoa isolada, nem de um grupo de pessoas em um

empreendimento, mas resultado da cristalização do trabalho de milhares de pessoas espalhadas pelo mundo.

Uma concepção de desenvolvimento centrada nos empreendimentos acaba por criar uma expectativa a qual estes não podem responder. Apesar de haver alguns empreendimentos mais bem estruturados e com maior nível de complexidade produtiva, há poucas perspectivas de integração da produção na ES nacional ou internacionalmente que extrapole o limitado circuito das atividades primárias e artesanais. Não se pode desconsiderar também uma multiplicidade de aspectos fundamentais para um projeto de desenvolvimento, limitando-se a política de ES à geração de renda para uma população fragilizada.

Talvez antes disso, para propiciar a maior liberdade e bem-estar para esta mesma população (e para as gerações seguintes, num projeto de longo prazo) é preciso garantir acesso a condições adequadas de saúde, educação, cultura, alimentação e transportes – o que significa reorientar a economia nacional para setores organizados de forma não mercantil, isto é, menos dependentes da forma de regulação baseada na lei do valor.

Por isso, uma das coisas a se considerar num projeto de desenvolvimento é a gestão do espaço e dos bens públicos pelo Estado, assim como alternativas de (auto?)gestão deste espaço através de novas formas de organização da vida coletiva nas cidades e no campo. Os serviços públicos (e, principalmente, a administração de atividades que não podem servir a interesses particulares, como saúde, educação e transportes) são necessidades básicas a serem satisfeitas para oferecer condições igualitárias para as pessoas, que dificilmente podem ser geridas por pequenas unidades produtivas autogestionadas¹⁵⁰.

Não é nosso intuito questionar a legitimidade da luta pelo direito de produzir coletivamente, que requer, sem dúvidas, uma orientação do Estado voltada para prover acesso aos meios de produção, a socialização do conhecimento, formação, crédito e técnicas produtivas pelos setores marginalizados da sociedade (o que de fato é a orientação atual da

¹⁵⁰ Em particular, é urgente uma nova política de mobilidade, que possa iniciar uma transição para um sistema de transporte coletivo de qualidade. Desde a era Fordista, o automóvel assume o papel de um dos maiores símbolos, senão o maior, do *status quo* do capitalismo do século XX. O automóvel representa ao mesmo tempo, a ideologia da estabilidade do trabalho assalariado, o processo de individualização e segmentação social e o avanço do consumismo. Mais do que qualquer outro bem hoje, o automóvel (cuja ineficiência econômica, social e ambiental é flagrante) é possivelmente o melhor exemplo da ideologia do crescimento econômico. Crescimento pelo crescimento, que não gera melhoria nas condições de vida. O fato de essa questão ser praticamente inexistente nos discursos da ES comprova seus limites quando é colocada como política de desenvolvimento.

política de ES). Além disso, sem dúvidas existem diversas externalidades positivas, na organização coletiva. Nosso anseio é, antes, mostrar a contradição e os riscos em se apresentar um discurso que fala em desenvolvimento, mas se limita a um setor particular e restrito da sociedade.

A nossa análise da atual configuração da ES enquanto concepção centrada em unidades de produção coletivas autogestionadas (assim como seu reflexo nas políticas públicas) sugere que ela deva ser compreendida como um elemento de um projeto de desenvolvimento. Mas não deve ser confundida com o projeto em si. Embora haja uma expectativa ampla de que signifique um novo paradigma (e, de fato, tal política já constitui um avanço em relação à tendência do Estado capitalista em individualizar as relações), cada vez mais sua concepção se restringe a uma visão setorializada, não se tratando da luta por direitos universais, mas apenas daqueles ligados a trabalhadores ligados a empreendimentos autogestionários.

O momento atual coloca a ES de frente para o resultado construído por seus atores na última década. Por um lado, ela se consolida como setor reconhecido da economia brasileira, conquista uma política e uma legislação próprias. Criam-se secretarias, leis, fundos e se fortalecem parcerias. Por outro lado, na medida em que se torna mais específica aos empreendimentos, questões mais gerais sobre a vida em sociedade correm o risco de serem marginalizadas. Não é necessário optar por uma entre essas duas alternativas, que não são excludentes. Eis o desafio: trabalha as duas frentes.

Esta contextualização da ES no Brasil feita na segunda parte, assim como a crítica propositiva que ensaiamos é fundamental para compreender as situações específicas que apresentamos na terceira e última parte da tese.

Existem diversos aspectos que estão além do poder de mudança social dos grupos de pressão organizados e de seu discurso consciente por um novo projeto civilizatório. Os efeitos das revoluções tecnológicas, por exemplo, não podem ser negligenciados para explicar as mudanças sociais do capitalismo na sua estrutura histórica. As manifestações organizadas contra situações de injustiças ou as ações coletivas que questionam um modo de dominação são, em grande parte, reflexo das consequências deste modo de dominação e não apresentam necessariamente alternativas a ele.

De fato, os movimentos são quase sempre acompanhados do discurso da transformação social, atuando contra a ordem estabelecida, que impõem o que é normal ou não, o que é permitido ou proibido. O mundo da ES, não é diferente, englobando lutas de sujeitos que passaram por experiências onde sua identidade foi negada, que sofreram opressões ou discriminação de todo tipo. Isso é fundamental para entender as motivações das pessoas engajadas neste universo.

A associação em um grupo quase sempre reforça e solidifica uma identidade comum, já que as redes informais servem como audiência para as histórias que confirmam o eu. Foi possível identificar alguns elementos presentes de forma recorrente em grupos coletivos que indicam elementos da formação do ator da ES, mesmo sabendo que esta pode variar bastante. As trajetórias e motivações são certamente diferentes no mundo acadêmico e no mundo dos trabalhadores, refletindo os diferentes significados atribuídos pelos seus participantes a si próprios e pelos outros. De início, o papel de *assessoria* ou de *empreendimento*, por exemplo, é dado pelo grupo, classificando seus componentes.

O estudante, após construir sua carreira na ES através de instituições reconhecidas (como uma incubadora universitária), pode se tornar um pesquisador reconhecido ou um técnico de uma organização de apoio. Sendo um profissional que têm sua renda garantida por uma fonte diferente dos empreendimentos, mas que sobrevive da ES, este agente muitas vezes precisa demonstrar e reforçar seu engajamento no movimento. Isso é reconhecido, entre outras formas, pela sua dedicação nos trabalhos nos encontros em finais de semana ou nas madrugadas. Além disso, muitos aspectos da sua vida pessoal, como amizades e eventos sociais dos quais participa, passam a ser orientados direta ou indiretamente pelas suas relações no mundo da ES.

As críticas mais duras à ES como uma política de controle social da pobreza pecam justamente por ignorar a sua relevância em aspectos mais gerais da vida cotidiana das pessoas, para além da geração de renda. Embora essas mudanças (simbolizadas pelas muitas trajetórias de indivíduos em situações de extrema vulnerabilidade) não representem uma grande transformação estrutural no que se refere à organização do produto social, elas revelam que a participação em um empreendimento preenche importantes funções sociais de reconhecimento e valorização das pessoas. Logo, afirmar que induzir a formação de grupos coletivos pode

criar uma expectativa irreal para estes trabalhadores (como se a partir disso eles pudessem mudar o mundo) é subestimar sua própria capacidade de discernir sobre o potencial de participar de um empreendimento. Em outras palavras, estes trabalhadores têm plena consciência de que não irão sair da miséria da noite para o dia.

Outro aspecto interessante é dado pelo mapeamento da ES. Este revela que a classificação de um indivíduo como trabalhador da ES pode ser feita por um agente externo, mesmo que aquele não se reconheça dentro de tal realidade. Isso seria natural em pesquisas tradicionais, diferentes deste mapeamento, que não têm uma expectativa de retorno de resultados aos grupos estudados. Mas neste caso reflete algo ainda mais importante: há pouca possibilidade de participação na ES para quem não está inserido ou não é reconhecido direta ou indiretamente em seus espaços institucionais. Esta é uma contradição fundamental.

Embora seja apresentada como modo de superação do capitalismo e havendo um apelo voluntarista aos indivíduos à mudança de hábitos, a realização de ações práticas pelas pessoas, que possam ser consideradas ações de ES, depende, na maioria das vezes, de um vínculo institucional. Isso ocorre, a meu ver, devido à limitação da concepção de ES como aquela economia que ocorre dentro do conjunto de empreendimentos autogestionados. Isso cria várias dificuldades teóricas e práticas para se canalizar recursos físicos e humanos e para se desenvolver práticas políticas que incentivem relações econômicas não mercantis – práticas com uma orientação não capitalista, que possam ser reproduzidas pelo conjunto da sociedade na vida cotidiana.

As possibilidades de participação da população em geral se limitam ao consumo dos produtos dos empreendimentos. Sugere-se que as pessoas freqüentem as feiras e espaços de comercialização ou que se engajem em grupo de *consumidores conscientes*. No entanto, são poucos os próprios atores da ES que participam de coletivos de consumo (normalmente para compra de alimentos agrícolas). Por outro lado, aquele indivíduo que se considera um elemento engajado na ES enfrentará dificuldades de ser reconhecido se sair de seu espaço institucional (num empreendimento, numa ONG, numa universidade ou no governo). Se for demitido, ou mudar de profissão, a não ser que tenha acumulado certo prestígio (se tornando, por exemplo, um consultor), terá dificuldades mesmo de se apresentar nos encontros políticos, já que não se enquadra em nenhuma das categorias.

Nesse ponto de vista, a compreensão de militância se altera. Enquanto em outras formas de movimento e em outros contextos históricos, o sustento do indivíduo não estava ligado à atividade militante, agora não apenas é possível viver da atividade militante, como é também mais difícil ser militante da ES sem viver da ES. Isso não impede que as pessoas engajadas nesse mundo se dediquem de corpo e alma, trabalhando muito mais do que lhe é demandado e que exerçam uma luta por uma causa comum.

Em resumo, o engajamento na ES não constitui somente uma opção voluntária, não é uma característica intrínseca ao indivíduo que dela participa e que por ela trabalha. Antes disso, é uma condição social, sendo que os motivos do engajamento se desenvolvem também no curso de cada experiência. As experiências de ES têm muito mais sentido para as pessoas no meio do grupo ao qual estão inseridos do que fora deles. O seu desenvolvimento constitui efetivamente fator de transformação de vidas e de inspiração para uma série de atividades, porém, dificilmente atinge aqueles cuja trajetória passa ao largo dos seus espaços institucionalizados de socialização. Trata-se, assim, de uma *outra economia* para aqueles que estão no contexto propício a ela, nos seus empreendimentos e organizações.

Estas são apenas algumas das questões para continuar o debate sobre a ES no Brasil. Como procuramos esclarecer aqui, não se pode tentar explicar a ES por si só, nem mesmo quaisquer experiências de autogestão isoladamente. Compreender os desafios práticos e teóricos que acompanham tais fenômenos significa tentar compreender a dinâmica da sociedade como um todo, observando tanto as práticas capitalistas, como as não-capitalistas. Tanto estas como aquelas formas de agir são construídas socialmente (e resultam do mesmo contexto macro-social). Trata-se menos de considerar a ES como uma forma de resgate de valores “humanos” elevados (ou de fazer a defesa de tais valores), e mais de compreender as estruturas e relações que permitem a construção social destes valores.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. *Entre Deus e o Diabo - mercados e interação humana nas ciências sociais*. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 2004.
- AGUIAR, Wanda M. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, Ana M.; GONÇALVES, M. e FURTADO, O. (orgs). *Psicologia Sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)*. São Paulo, Cortez, 2001.
- ALVES, Odete e BURSTYN, Marcel. Raízes e Prática de Economia Solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*. Vol. 40, n. 03, julho – setembro, 2009.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Hucitec, SP 1992.
- BARBOSA, Rosângela N. C. *A Economia Solidária como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- BAUD, Céline. *L'économie solidaire au Brésil: de l'émergence à la reconnaissance d'un mouvement*. *Revue du Mauss Permanente*, mars 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. New York, Free Press, 1973.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira; FERREIRA, C. *Crise do capitalismo mudanças na estrutura do emprego: um olhar sobre a economia solidária em belo horizonte*. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. “A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte”. Dissertação de mestrado, CEDEPLAR/UFMG, 2005.
- _____. *Lien social et économie d'hébergement gratuit sur Couchsurfing*, *Revue du MAUSS permanente*, 30 octobre 2009 [online].
<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article578>
- _____. *A política de economia solidária e as diretrizes da Conaes: uma contribuição crítica*. *Boletim IPEA Mercado de Trabalho*. N. 43, junho de 2010a.

- _____. Desenvolvendo a solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 173-200, abr. 2010b.
- BLAUG, Mark. *A metodologia da economia, ou, como os economistas explicam*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Translated by Peter Collier published in the United States by Stanford University Press, 1988.
- BRASIL. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2006.
- BRASIL. II Conferência Nacional de Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Documento Base. Brasília: SENAES/ MTE, 2010.
- BRASIL. Plano de Ação “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), Brasília, 2003.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Termo de Referência*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) 2004. 17p.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Guia de orientações e procedimentos do SIES 2009/2010*. Brasília: SENAES/MTE, 2009.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Boletim Acontece Senaes 7ª ed*. Brasília: SENAES/MTE, 2009.
- BRASIL. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), Brasília 2005a.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Termo de Referência em Economia Solidária – PNQ 2003-2007*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005b.
- BRASIL. Portaria N° 30, de 20 de Março de 2006. Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), Brasília 2006.
- BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, 1985.
- CAILLÉ, Alain. *Dádiva e Associação*. In: Martins P. H. (org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.

- CAILLÉ, Alain (Org.). *L'alteréconomie. Quelle «autre mondialisation»? Revue du MAUSS* semestrielle n° 21, 1^{er} semestre 2003a, 432 p.
- CAILLÉ, Alain. Economia Solidária – com ou sem Mercado ? in : MEDEIROS, Alzira et MARTINS P. Henrique. *Economia Popular Solidária. Desafios teóricos e práticos*. Recife, Bagaço, 2003b.
- CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*. Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. *Centralité du travail et cohésion sociale*. In: KERGOAT, J. et alii (orgs.) *Le Monde du Travail, La Découverte*, Paris, 1998. Uma síntese deste artigo apareceu em: CASTEL, R. *Le fin du travail, un mythe démobilisateur*, *Le Monde Diplomatique*, setembro/1998.
- CAVALIERI, M, A. Porque os economistas discordam: O contexto da descoberta em economia. Textos para discussão. CEDEPLAR, 2005.
- CHALMERS, A. F., O que é ciência afinal?, Ed. Brasiliense, São Paulo. 2000.
- CHARLES, Pierre (dir). *La sociologie est un sport de combat*. Documentário. 146m. 2001.
- CORAGGIO, J. Luis. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Fronesis, 1994.
- _____. *Desenvolvimento humano e educação*. Cortez, Inst. Paulo Freire, São Paulo, 1996.
- CORTEGOSO, Ana. et GAMBELLI L. Miguel (orgs). *Psicologia e Economia Solidária. Interfaces e Perspectivas*. São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 2008. (Resenhas citadas In CORTEGOSO: Oliveira (2004), Barros (2003), Garcia (2005), VALÉRIO (2005) e Polastrini (2006).)
- DELGADO, C. J. Complexidade e educação ambiental. In: GARCIA, R. L. (Org.). *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*, São Paulo, Atlas, 3a. ed. 1995.
- DESCARTES, René. O discurso do método. [Por: Paulo Neves]. Porto Alegre: L&PM, 2005, 128 p.
- DIAS, Célia Regina da Silva. “As antinomias discursivas da Ecologia Política: uma análise baseada na experiência do Partido Verde no Rio de Janeiro, 1986-1992”. In: Alimonda, Héctor (comp.) *Ecologia e Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires, CLACSO, marzo de 2002, p. 111-114.

- DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 2º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.
- ENGELS, Friederich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 7.ed. São Paulo: Global, 1985.
- FERREIRA, C. G., *O Fordismo, sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro*, Nova Economia, vol.7, nº 2, Deptº de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- FERREIRA, Cândido Guerra; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. *A Economia Popular Solidária em Belo Horizonte: Um Estudo Exploratório*. In: IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. São Paulo, 2004. p. 01-19. (Também divulgado como texto para discussão no portal Cedeplar/UFMG - www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD255.pdf).
- FEYRABEND, P. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Trad. Lúcia M. Pondé Vassalo. 11ª. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: *La revenue du Mauss Permanente*, maio de 2007.
- FRANÇA FILHO G.C., LAVILLE J.L., Economia Solidária. Uma abordagem internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics. In: FRIEDMAN, Milton. Essays in Positive Economics. Chicago, Chicago University Press. 1953.
- FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento econômico. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GAIGER, Luis I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul/dez 2003. (Disponível em: www.ecosol.org.br).
- GAIGER, L. Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIRARD, C. *Elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas*. In: MARTINS, Paulo Henrique, NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- GLYN, A.; HUGHES, A.; LIPIETZ, A.; SINGH, A. *The Rise and Fall of the Golden Age*. A: MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (ed.). *The Golden Age of Capitalism. Reinterpreting the Postwar Experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- GODBOUT, J. *Homo donator versus homo oeconomicus*. In: Martins P. H. (org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.
- GODELIER, Maurice. *Transição*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986 v.7. p.181-215.
- GOFMANN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GOMES, E. (2008). In CORTEGOSO, Ana. e GAMBELLI L. Miguel (orgs). *Psicologia e Economia Solidária. Interfaces e Perspectivas*. São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 2008.
- GORENDER, Jacob. *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*. In LAPA, J. R. do Amaral (org). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- GORZ, André. *Ecology as politics*. Boston: South End Press, 1980.
- GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, suppl., pp. 117-132. ISSN 0104-5970.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. *Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária*. 2005. (mimeo).
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor*. 1ª edição portuguesa. Portugal: Antígona, 2006.

- LAVILLE, J-L. *Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural*. In: MARTINS, Paulo Henrique, NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- LAVILLE, J-L. e NYSSSENS, M. *Empresas sociais: rumo a uma abordagem teórica*. In: MARTINS, Paulo Henrique, NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. *Trajetórias Intelectuais e o Campo da Economia Solidária no Brasil*. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP. Campinas, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. 2. ed. London: Allison & Busby, 1978.
- LEFEBVRE, Henry. *The Production of Space*. Cap. I. Blackwell Publishers, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Introdução à Obra de Marcell Mauss*. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- LIPIETZ, Alain. *A ecologia política e o futuro do marxismo*. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: www.scielo.br.
- LÖWY, Michael. *Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista*. *Margem Esquerda*, n. 14. 2010.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Ed. Vozes. 2000.
- MARTINS, Carlos B. *Notas sobre a Noção da Prática em Pierre Bourdieu*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 62, p. 163-181, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1
- _____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Paz e Terra. São Paulo, 2002.
- _____. *Carta à Pavel Annenkov*. In: *Obras Escolhidas*, Tomo I. 1982.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Prefácio e Cap. III. *O método da Economia Política*. Ed. Martins fontes. 1977.
- _____. *A guerra civil na França*. Versão para e-book, Ridendo Castiag Moraes, 1999. (ebooksbrasil.com).
- _____. *A Questão Judaica*. (mimeo, marxists.org).
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Porto Alegre. L&PM, 2002.

- _____. A ideologia alemã. Martin Claret, São Paulo, 2005.
- MAUSS, M. *Ensaio Sobre a Dádiva*. In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- MEDEIROS, A., SCHWENGBER, A. & SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- MERTON, R. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MORIN, Edgar. O Método - a natureza da natureza. v. 1. 3a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise. N. 41. IPEA, novembro de 2009.
- MOTTA, Eugênia. de S. M. A “Outra Economia” : um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2004.
- MOTTA, Eugênia. de S. M. Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março, 2010.
- NASCIMENTO, Patrícia Limaverde. Educação Bio-sustentável, Eco-sistêmica e Transdisciplinar: Uma prática da Escola Vila. Expressão Gráfica Editora. Fortaleza, 2008.
- NEE, Victor. *The role of the state in making markets*. Journal of Institutional and Theoretical Economics, Washington, 1999.
- NOVAES, H. T. O Fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVA, Helbert. REIS, Tatiana A., MEIRA, Ludmila. Economia Solidária no Governo da Bahia. Boletim IPEA Mercado de Trabalho. N. 39 mai 2009.
- PARSONS, T. Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PAULA, João Antônio de. A dialética valores e preços. Revista de Economia Política, v. 20, n. 4 (80), out./dez. 2000.
- Paula, João Antônio et AL. Conhecimento e interesse em economia. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.
- 29p. (Texto para discussão ; 178)

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época* [1944] Rio de Janeiro: Campos, 1980. 306p.
- POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 24. IPEA, Brasília, agosto de 2004.
- POPPER, Karl. *A lógica das ciências sociais*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1978.
- PRAXEDES, Sandra. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. Boletim IPEA Mercado de Trabalho. N. 39 mai 2009.
- Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária 2005 (mimeo).
- SPINK, Mary Jane. (org). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. SP, Cortez, 1999.
- SABOURIN, E. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas*. In: MARTINS, P. H. *Gestão Pública, reciprocidade e obrigação redistributiva: uma agenda para a reforma moral do Estado*, Tomo (UFS), NPPCS/UFS, v. 7, n. 1, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345p.
- SEN, Amartya. *Rational Fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory*. In: HAHN, F.; HOLLIS, M (eds) *Philosophy and economic theory*. London: Oxford University, 1979.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. *A Economia Solidária*. Td Teoria e Debate, 47 fev/mar/abr, 2001.
- _____. *Novo modelo econômico social*. Td Teoria e Debate, 50 fev/mar/abr, 2002b.
- _____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002c.

- TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. (Trabalho submetido ao seminário internacional “Teorias de Desenvolvimento no Novo Século”, Junho de 2001).
- TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três formas para entender o 'Suicídio' de Durkheim. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 6, n. 11, ago 2002.
- TREVIÑO, A. J. Introduction: The Theory and Legacy of Talcott Parsons. In: TREVIÑO, A. J. (editor). *Talcott Parsons Today. His Theory and Legacy in Contemporary Sociology*. Rowman Publisher. New York. 2001.
- VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- VIGOTSKI, L. *Problemas da Psicologia Geral*. Cap. 7: Pensamento e Palavra.
- WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, Julho 2008. (Disponível em <http://www.scielo.br/>).
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. A ciência como vocação e A política como vocação. Cultrix. São Paulo, 1968.
- _____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa, Editora presença, 1977.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Martin Claret, São Paulo, 2006.
- _____. *A origem do capitalismo moderno*. Coleção Os pensadores. Abril cultural. XXXVII. São Paulo, 1974.

Resumos de Teses e dissertações citados

- AMARAL JÚNIOR, Economia Solidária: A Proposta da CUT ao Desemprego Estrutural e as Transformações no Mundo do Trabalho. Mestrado. Educação. Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2003.
- BENZAQUEN, Júlia Figueredo. A Socialização para a cooperação: uma análise de práticas de educação não-formal. Mestrado. Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2006.
- CARVALHO, Susana Corbacho Alvarez de. De Ponto em Ponto se Muda a Vida: Autogestão e Saúde da Mulher Trabalhadora numa Cooperativa de Costura Artesanal no Rio de Janeiro. Mestrado. Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

- COSTA Bárbara L. de Sena. Microcrédito ou pequeno crédito? : a experiência dos financiados do Programa Providência no Recanto das Emas e Riacho Fundo II, no Distrito Federal. Doutorado. Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- COSTA, Bianca A. Lima. Em busca de autonomia: a trajetória de mulheres na economia solidária. Mestrado. Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- FAGUNDES, Renata Caldas. Economia solidária: uma alternativa ao desemprego. Mestrado. Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- GALLO, A. Rita. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. Doutorado. Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2003.
- JULIANI, Luis. Potencialidades e limites dos empreendimentos autogestionários como alternativa para o desenvolvimento do setor agropecuário na região noroeste do estado do rio grande do sul. Mestrado. Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, RS, 2004.
- LEITE, Antônio Silvestre. O governo municipal como indutor de desenvolvimento local: o caso da economia solidária. Mestrado. Desenvolvimento. Centro Universitário de Araraquara. São Paulo, 2007.
- MENEZES, Maria T. Candido Gomes de. Economia Solidária: os elementos para uma crítica marxista. Doutorado. Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2006.
- OLIVEIRA, Florença Dumont. Economia Solidária e direito do trabalho: pontos de interseção, de interrogação e de esperança. Mestrado. Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- OLIVEIRA, Gilzirene Simone. Gestão da Informação e do Conhecimento numa Agência Regional de Microcrédito: Estudo de caso da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDE, filial Minas Gerais, da visão Mundial Brasil. Mestrado. Ciências da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- PEDRINI, Dalila Maria. Entre laços e nós. Associativismo - auto-gestão - identidade coletiva. A empresa de produção socializada - EAPS Brusque - Santa Catarina. Doutorado. Serviço Social. Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

- REIS, Tatiana Araújo. A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária - pluralidade e interconexão de dimensões. Mestrado. Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- SANTOS, Andrea Paula dos. Histórias de vida dos trabalhadores da economia solidária em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais: memória, identidade e história oral. IV Encontro Internacional de economia Solidária. São Paulo, 2008.
- SOARES, Flávia Passos. A Descartabilidade do Humano. A dinâmica do consumismo na globalização contemporânea. Mestrado. Engenharia de produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- STREIT, Jorge Alfredo. Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: referências para atuação das organizações de apoio. Profissionalizante. Gestão social e trabalho. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- TIMBÓ, Sérgio Coe. Economia de Comunhão: Uma Nova Etapa da Globalização. Mestrado. Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.
- VASCONCELOS, Teódulo A. C. A Economia Solidária como uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial: Alguns Aspectos Teóricos. Mestrado. Economia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.
- VIEIRA, Fabiano M. Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. Doutorado. Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ongs e o cooperativismo da CUT. Mestrado. Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

Consultas a sítios eletrônicos na internet

- Fórum Brasileiro de Economia Solidária, www.fbes.org.br (jan 2008).
- Jornal do Mauss, www.jornaldomauss.org (jan 2008).
- Sistema nacional de informações em economia solidária (SIES). MTE/SENAES, www.sies.mte.gov.br (jan 2008).

ANEXO I – Roteiro de Entrevistas Individuais

1. Identificação e origens

Nome:	Idade: Região:	Sexo:
Em que trabalha atualmente? Qual sua formação escolar? Em que já trabalhou?		
Já participou de movimento social? Estudantil? É ou já foi filiado a algum partido político?		
Participa de alguma atividade ou ação ligada a alguma igreja ou culto religioso? Têm alguma crença/visão espiritual definida?		

2. Formação da carreira e identificação como ator da ES

Quando ouviu falar pela primeira vez em economia solidária?
Qual a 1ª experiência marcante teve contato? Ainda existe? Qual sua impressão sobre ela?
O que fazia até então? Continua nessa atividade?
Quando começou a trabalhar com o tema e a participar do movimento?
Como foi o envolvimento inicial? Como é hoje? De quais eventos já participou?

3. Referências

Algum amigo ou parente lhe introduziu a esse tema? Quem? Em que essa pessoa trabalha?
É possível indicar alguns nomes de referência que influenciaram suas idéias sobre economia solidária (amigos, conhecidos, eventos ou referências de leituras)?
De quais experiências mais antigas têm conhecimento? Ainda existem? Quais as mais conhecidas hoje?

4. Sentidos e reconhecimento

Como é a sua participação no Fórum da sua Região?
Qual a motivação de existência da sua organização/empreendimento/instituição?
Qual é sua atuação específica e de sua instituição na produção da ES? Em quais projetos já se envolveu? Quais as fontes de financiamento?
Quanto tempo dedica em atividades relacionadas à ES durante a semana?
Você atua em outros ambientes ou outros espaços de trabalho fora da ES? Que outras atividades exerce? Qual a dedicação a essas atividades em relação a ES?
Como você avalia a compreensão das pessoas comuns sobre o significado da ES?
Que mudanças você identifica no movimento nos últimos 5 anos?
Qual sua perspectiva sobre o futuro desse movimento? Quais seus planos pessoais?

**ANEXO II – Lista de pesquisas de pós-graduação registradas no banco de teses da
Capes com o termo *economia solidária* no assunto (título, resumo ou palavras-chave)
entre 1998 e 2007**

1998 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Dalila Maria Pedrini	Entre laços e nós. Associativismo - auto-gestão - identidade coletiva. A empresa de produção socializada - EAPS Brusque - Santa Catarina	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço Social

2000 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Edenise da Silva Antas	O caráter educativo dos professores de participação nas organizações econômicas populares: a experiência de Shangri-lá	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	Educação
Flavia Passos Soares	A Descartabilidade do Humano. A dinâmica do consumismo na globalização contemporânea	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de Produção
Marcia Baraúna Pinheiro	Cultura e Economia: Faces da Mesma Moeda? Análise do Projeto Economia de Comunhão em Perspectiva Cultural	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço social
Valmor João Umbelino	Sócio-economia solidária e educação popular: contradições e perspectivas	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Educação

2001 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Luciana Badin Pereira Lima	Ainda nos Caminhos da Utopia - O Princípio Dialógico no Projeto Sócio Econômico Libertário	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Valéria Heloísa Kemp	Práticas associativas da economia solidária e laço social	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SP	SP	Psicologia (psicologia social)

2001 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Adriano Aristides Rodrigues	Arquitetura e economia solidária a experiência das cooperativas de habitação dos sindicatos do ABC Paulista	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Arquitetura e urbanismo
Alexandre Maia do Bomfim	Economia solidária e o "fim das utopias": estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	Educação

2002 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Roberto Veras de Oliveira	Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações (do novo sindicalismo ao sindicato cidadão)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Sociologia

2002 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Dieine Aparecida Cescon Chaves	Cooperativa de trabalho: um estudo sobre a formação e o processo de educação cooperativa - o caso da cooperativa dos produtores de confecções e facções Mandaguari	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	PR	Administração
Gabriela Cavalcanti Cunha	Economia Solidária e Políticas Públicas	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Ciência política
Henrique Zoquei Martins Parra	Liberdade e Necessidade: Empresas de Trabalhadores Autogeridos e a Construção Sócio-Político da Economia	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Sociologia
Maria Paula Nogueira Ávila	Sindicalismo no Brasil no contexto da globalização	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Direito
Silvânio Zacarias Rodrigues	A Economia Popular e as Políticas Públicas Municipais: O Caso de Montes Claros	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Economia
Tânia Cristina da Silva Cruz	Iniciativas populares de geração de renda: participação popular e empreendimentos solidários em Santa Maria/DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia

2003 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Ana Rita Gallo	Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia de produção
Pedro Cláudio Cunha Bacayuva	Metamorfoses do Trabalho e Cooperação Produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Planejamento urbano e regional

2003 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Amélia do Carmo Sampaio Rossi	O cooperativismo como movimento social de resgate a cidadania a luz dos princípios constitucionais	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Ana Beatriz Marinho de Noronha	Novas tecnologias de comunicação, novas subjetividades e novas possibilidades para a sociedade	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Comunicação

Antônio Santos Barbosa de Castro	Sindicalismo, utopia política do trabalho e economia solidária no Brasil: as vicissitudes do projeto político e sindical da CUT nos anos 90	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia
Carla Carusi Dozzi	Paradoxos e ambiguidade de uma cooperativa popular de produção: uma análise psicossocial	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Psicologia (psicologia social)
Claudir José daltoé	Concepções sobre economia solidária na perspectiva dos associados de cooperativas populares	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Educação
Denise Maria Maia	O papel da incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade federal do paraná no desenvolvimento humano	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Desenvolvimento econômico
Fernanda Henrique Cupertino Alcântara	A institucionalização das redes cooperativas como modelos de organização do trabalho e de promoção do desenvolvimento	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO	RJ	Sociologia
Fernando Antonio Ferreira Bartholo	Empresa de participação comunitária: aspectos teóricos e práticos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	MG	Administração
Flávio Augusto Dumont Prado	Regime jurídico tributário do ato cooperativo	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Isamara Della Favera Alegretti	Redes de colaboração solidária: um contraponto ao desmanche do mundo do trabalho	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais aplicadas
Jacimara Villar Forbeloni	A representação social da economia solidária: o caso da rede de colaboração solidária em Curitiba-paraná	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Sociologia
Jorge Luiz Cunha Lima	Banco Palmas e políticas públicas no conjunto palmeiras: um estudo sobre o desenvolvimento humano sustentável e o trabalho solidário	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CE	Políticas públicas e sociedade
José de Almeida Amaral Júnior	Economia solidária: a proposta da CUT ao desemprego estrutural e as transformações no mundo do trabalho	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	SP	Educação
José Eustáquio de Brito	O caráter pedagógico da produção associada: estudo de caso sobre a aprendizagem da autogestão na cooperativa autogestionária dos trabalhadores da Mambrini - Coopermambrini	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Educação
Josiane Fonseca de Barros	Rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: projeto societário e projeto educativo.	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	Educação
Juan Luis Rodrigo González	Habitação de interesse social e economia solidária: o caso da Associação Santa Luzia de construção comunitária	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/SÃO CARLOS	SP	Arquitetura e urbanismo

Luciana Francisco de Abreu Ronconi	Gestão social e economia solidária: desafios para o serviço social	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Serviço social
Pedro de Almeida Costa	Em busca da sustentabilidade: um diagnóstico da administração praticada em empreendimentos de economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Administração
Renata Caldas Fagundes	Economia solidária: uma alternativa ao desemprego	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	MG	Direito
Sandra Regina Zarpelon	A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das Ongs e o cooperativismo da Cut	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Ciência política
Sérgio Coe Timbó	Economia de comunhão: uma nova etapa da globalização	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	Direito (direito e desenvolvimento)

2003 – Profissionalizante

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
João Carlos da Silva Borges	Economia Informal: uma Avaliação dos Fatores que Influenciam no Crescimento do Contingente de Mão de Obra não Oficializada	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Gestão e estratégia em negócios
Katarine de Sá Santos	Economia Solidária e Educação: uma cumplicidade possível?	SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO	RJ	Planejamento regional e gestão de cidades

2004 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Francisco Quintanilha Vêras	Análise crítica da globalização neoliberal e seu impacto no mundo do trabalho à luz da interpretação dos conceitos de fetichização e racionalização nas obras de Karl Marx e Max Weber	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
João Roberto Lopes Pinto	Economia Solidária: Um Elogio à Associação em Tempos de Crise	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO	RJ	Ciência política (ciência política e sociologia)
Marília Verissimo Veronese	A Psicologia na Transição Paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Psicologia
Noëlle Marie Paule Lechat	Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Ciências sociais
Regina Y. Dakuzaku Carreta	Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia de produção

2004 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Adilson Araújo de Souza	Mutirão Habitacional e Geração de Renda: Autogestão e Inclusão Social	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Ciências sociais
Adriana Lucinda de Oliveira	O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Serviço social
Aline Accorssi	"Eles te dão o pão e não te dão a faca": representações sociais e ideologia no Programa Coletivos de Trabalho	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Psicologia
Aline Mendonça dos Santos	Vivendo e pensando o diferente. Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais
Edi Augusto Benini	Políticas Públicas e Relações de Trabalho: Estudo Sobre o Processo e Natureza da Denominada "Economia Solidária", Enquanto Política Pública, a partir da Investigação de alguns Casos Concretos	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	SP	Administração pública e governo
Eugenia de Souza Mello Guimarães Motta	A 'Outra Economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Antropologia social
Gisele Carneiro Blasius	Economia solidária: a experiência dos clubes de troca do Paraná	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Henrique Arlindo Franzmann Schuster	Autogestão: um caminho para a emancipação do trabalho nas cooperativas de produção?	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais
Heron Albergaria de Melo	Indicativos da valoração de trocas numa iniciativa de economia solidária	UNIVERSIDADE SALVADOR	BA	Desenvolvimento o regional e urbano
Janaina Prevot Nascimento	Economia e Solidariedade o caso da TCP COPP UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Javier Walter Ghibaudi	Um lugar para Eles... Fábricas recuperadas na Região Metropolitana de Buenos Aires (2001-2004).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Planejamento urbano e regional
Jeová Torres Silva Júnior	Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: a experiência da ASMOCONP/BANCO PALMAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Leandro Klineyder Gomes de Freitas	Programa de Microcrédito do Fundo Ver-o-Sol de Belém do Pará: crédito convencional ou solidário, 2004	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Ciências sociais

Luis Juliani	Potencialidades e limites dos empreendimentos autogestionários como alternativa para o desenvolvimento do setor agropecuário na região noroeste do estado do rio grande do sul	UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Desenvolvimento
Marcia Campos Andrade	Psicologia social e economia solidária: uma análise psicossocial sobre o trabalho associativo e cooperativo na perspectiva da economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Psicologia
Maria Tereza Ferrabule Ribeiro	Evolução da sociedade e das relações econômicas: economia solidária e empresa privada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Newton Manoel de Andrade Barreto Lins	Articulação Entre Elementos de Racionalidade Instrumental e Substantiva nos Processos Organizacionais da CACC Duval Paiva	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Administração
Renato Guimaraes Ribeiro	A guerra dos centavos: A produção de transporte público coletivo por autônomos em Goiânia.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de transportes
Roberto Mosca Junjior	Mercado, capitalismo e socialismo: algumas abordagens fundamentais para o debate do cooperativismo e da economia	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	Ciências sociais
Rosângela Alves de Oliveira	A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para uma Economia Popular Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	PB	Educação
Sandra Maria Quintela Lopes	Mulheres para além do capital: sinais de uma nova economia	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Sandro Lunard Nicoladeli	A solidariedade e a economia solidária: uma perspectiva sócio-jurídica	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Simone Aparecida Lisniowski	Identidade de grupo na formação de uma cooperativa popular	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito

2005 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Anne Marie Theresse Georgette Emilia Waltier	As relações de trabalho na economia solidária: uma mudança nas relações sociais? (Uma comparação Brasil/França)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Sociologia
Gilmar Laforga	Dinâmica do comércio justo, associativismo e agricultura familiar na citricultura brasileira	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia de produção
Marcelo Gomes Justo	Excluídos: ex-moradores de rua como camponeses nem assentamento do MST	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Geografia (geografia humana)
Maurício Sardá de Faria	Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Sociologia política

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa	A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço social
Sandra Rufino Santos	(Re)Fazer, (Re)Modelar, (Re)Criar : a autogestão no processo produtivo	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Engenharia (engenharia de produção)

2005 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Ana Amélia Nerone	Economia de Comunhão e Cooperativismo: entre a utopia e a esperança	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Ana Paula Gomes de Melo	Agricultura familiar e economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	MG	Administração
André Ricardo Nascimento Oliveira	Identidade e Transformação na Economia Solidária: a Trajetória de Vida de Luciene	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Cris Fernandez Andrada	O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Psicologia social
Elaine Araujo Busnardo	Auto Gestão em Construção: o caso de uma cooperativa da construção civil do Rio de Janeiro	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	RJ	Saúde pública
Elisângela de Felipe Rodrigues	A Construção da Territorialidade alternativa na cidade do Rio Grande: O movimento de luta pela moradia no bairro Castelo Branco II	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Geografia
Elizabeth Maria de Fátima Borges	Itaçu: Sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO	História
Flavio Luciano	Ética do cuidado numa economia solidária. Contribuição para um novo paradigma ético no âmbito sócio-econômico	CENTRO UNIVERSITARIO ASSUNCAO	SP	Teologia
Gilson Sérgio Tessaro	Ecopedagogia biocrática - a sobrevivência humana colocando à vida em xeque: a experiência no mato da cruz (e no planeta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Educação
Gilzirene Simone Oliveira	Gestão da Informação e do Conhecimento numa Agência Regional de Microcrédito: Estudo de caso da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial – ANDE, filial Minas Gerais, da visão Mundial Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Ciências da informação
Henrique Tahan Novaes	Para além da apropriação dos meios de produção: O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Política científica e tecnológica
João Réus do Nascimento	Redes de empreendimentos solidários são possíveis em mercados capitalistas? Estudo da Cooperativa Ecológica Coolméia, em Porto Alegre/RS.	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais

Jonas de Oliveira Bertucci	A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em belo horizonte	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Economia
Jose Carlos Moraes de Souza	Economia solidária: a construção de um conceito a partir da prática	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Ciências agrárias
José Evandro Bastos Oliveira	A Pequena Produção e o Agronegócio do Leite em Rondônia: uma proposta de Economia Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	RO	Desenvolvimento regional e meio ambiente
José Raimundo de Souza	Possibilidades e limites da Associação na estruturação de unidades locais de reciclagem: o caso da Associação Nora - Novo Osasco reciclando atitudes - dos trabalhadores com materiais recicláveis	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais
Katia Salete Barfknecht	Economia Solidária, Saúde mental e Trabalho em uma Cooperativa de Confeção de Porto Alegre	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Psicologia social e institucional
Luciana Martins Amorim	Mulheres na economia solidária: reflexos da reestruturação produtiva – o caso das maricultoras associadas à Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Administração □
Luciana Vargas Netto Oliveira	Economia Solidária e Conjuntura Neoliberal: Desafios para as Políticas para as Políticas Públicas no Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Ludmila Meira	Especificidades da Gestão de Empreendimentos Econômicos	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Luis Oscar Ramos Correa	As conexões possíveis e necessárias entre o ensino fundamental de adultos e a economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Educação
Marcio Lima do Carmo	O micrédito como tentativa de democratização do acesso ao crédito, no contexto da economia popular e solidária: o estudo de caso comparativo do Ivacred-Rocinha	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Planejamento urbano e regional
Marcos Augusto Paladini dos Santos	Lógicas de Cooperação dos Assentados: idealizações e realizações	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Engenharia agrícola
Oriana de Nadai Fulaneti	Entre paradigmas e ameaças: análise dos discursos do cooperativismo oficial e da economia solidária	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Linguística
Paulo Jose Goncalves	Ajuda mútua como relação constitutiva e necessária ao desenvolvimento social	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Paulo Sérgio Costa da Araújo	Modelo Qualitativo de Organização e Gestão de Cadeias de Suprimento Baseado em Economia Solidária, Comércio Justo e Supply Chain Management: O Caso da Cadeia da Amêndoa da Castanha de Caju no Ceará	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	Engenharia de transportes
Quenes Silva	Contribuições educacionais geradas por uma	UNIVERSIDADE	SP	Educação

Gonzaga.	política pública de economia solidária: a incubadora de cooperativas populares de Santo André/SP	DE SÃO PAULO		
Rizoneide Souza Amorim	A economia solidária, um passo além da informalidade a experiência do Dendê - Fortaleza-Ceará	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Ciências sociais
Sandra Regina Nishimura	Economia Solidária: a trajetória dos grupos de geração de renda de Londrina	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	PR	Serviço social e política social
Sanyo Drummond Pires	A dimensão psicossocial da autonomia em cooperativas de trabalho	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Psicologia
Sidney Benedito de Oliveira	Ação social e terceiro setor no Brasil	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Economia
Solange Sueli de Sales Guimarães	As tramas da inclusão/exclusão social mediadas pela economia solidária	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Psicologia (psicologia social)
Soraya Gama de Ataíde	Uma aproximação à experiência autogestionária da cidade de Vitória -ES: um novo padrão de integração social ou uma forma de gerir a pobreza?	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	Serviço social
Susana Iglesias Webering	Conhecendo a realidade da economia solidária: o mapeamento de empreendimentos	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Tânea Maria Mariano da Silva	A Tessitura das Políticas Intersectoriais para a Educação Infantil: instâncias, papéis e responsabilidades	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	MS	Educação
Tania Cristina Lopes de Castilho	Economia Solidária, Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis e Poder Público Municipal: uma experiência no município de Jaboticabal/ SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia urbana
Tatiana Araújo Reis	A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária - pluralidade e interconexão de dimensões	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Tatiana Rogovschi Garcia	Impactos da implantação de uma cooperativa de produção de ostras junto a comunidades extrativistas caiçaras do Litoral Sul/SP: um estudo de caso	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Zootecnia
Tatiane Marina Pinto de Godoy	O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: usos e contradições	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/RIO CLARO	SP	Geografia
Thiago dos Santos Xavier	EPC Pilar S/A: a história de uma holding popular	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração

2005 – Profissionalizante

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Adriana Malamut	Cooperativas incubadas e dialogicidades	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	RJ	Administração

2006 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Aécio Alves de Oliveira	Para uma Socioeconomia Política da Transição: Possibilidades e Limites da Economia Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	Sociologia
André Ricardo de Souza	Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Sociologia
Antonio Carlos Martins da Cruz	A Diferença da Igualdade – A Dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do MERCOSUL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Desenvolvimento econômico
Bárbara Lúcia de Sena Costa	Microcrédito ou pequeno crédito? : a experiência dos financiados do Programa Providência no Recanto das Emas e Riacho Fundo II, no Distrito Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia
Benedito Anselmo Martins Oliveira	As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Desenvolvimento, agricultura e sociedade
Fabiano Mourão Vieira	Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Economia
Jorge Henrique da Silva	Catadores de materiais recicláveis: contexto, experiências e perspectivas de futuro	UNIV.DE SÃO PAULO/ESCOLA SUP. DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ	SP	Ecologia aplicada
Liliane Moser	Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social: Vivências de Trabalhadores em Empreendimentos Econômicos Solidários - Chapecó/SC	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço social
Marcos Alexandre dos Santos Ferraz	Da cidadania salarial à agência de desenvolvimento solidário : o sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Sociologia
Maria Nezilda Culti	O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Educação
Maria Thereza Candido Gomes de Menezes	Economia solidária: os elementos para uma crítica marxista	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Serviço social
Marlene Grade	Fórum do Maciço do Morro da Cruz e Agreco como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidária em Santa Catarina	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Geografia

Odilon Luiz Poli	Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste catarinense	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Educação
Sonia Maria Rezende Camargo de Miranda	Cidadania em construção: possibilidades e limites no processo de “exclusão”/inclusão social no núcleo cooperativa de lixo do real parque	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Ciências sociais

2006 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Ana Paula Vendramini	O gesto e a persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas : discussão no contexto de uma cooperativa popular	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Psicologia (psicologia experimental)
Anderson Ricardo Cornelian	A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA	SP	Sociologia
Arthur Yamamoto	Por que Continuamos Juntos? Um estudo sobre Recipocidade, Mudança Cultural e Relações de Poder entre o Urbano e o Rural	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	CE	Sociologia
Augusto Rodrigues da Silva	Creme dental com óleo de NIM (Azadirachta indica A. de Jussieu):uma inovação como alternativa de desenvolvimento local em assentamentos rurais	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	MS	Desenvolvimento local
Bianca Burdini Mazzei	Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	PR	Administração
Carlos Daniel Dell Santo Deidel	Políticas Sociais e Relações de Gênero: as políticas de renda mínima e o desenvolvimento da cidadania das mulheres em Samambaia, Distrito Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Ciência política
Daniele Janotti Soares	As contribuições da Economia de Comunhão para o estudo da influência de valores no ambiente organizacional	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ES	Administração
Edir Antonia de Almeida	Contabilidade e autogestão - um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Controladoria e contabilidade
Fernando Kleiman	Lições de Catende um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na zona da mata sul de Pernambuco na década de 1990	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia
Gladaniel Palmeira de Carvalho	A economia solidária e o direito internacional econômico	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	DF	Direito

Irene Rossetto Giaccherino	Economia solidaria e igualdade racial - contribuicoes para a construcao de um dialogo	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Economia da indústria e da tecnologia
Jandir Pauli	O poder nas redes de economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Sociologia
Janete Jacques da Costa	Sistemas técnicos e usos do território: o casop da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Geografia (geografia humana)
Jorge Henrique Teixeira de Mendonça	Políticas Públicas e Economia Solidária em Governos Locais no Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Josiane Bortoluzzi	Experiências associativas de trabalho em chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Serviço social
Júlia Figueredo Benzaquen	A Socialização para a cooperação: uma análise de práticas de educação não-formal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	Sociologia
Juliana da Silva Nóbrega	As possibilidades de uma ecologia de saberes: a negociação de sentidos no processo de incubação	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Psicologia (psicologia social)
Luíza Reis Teixeira	A Ideologia Política na Economia Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Maico Roris Severino	Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia de produção
Marcelo Rodrigues da Silva	Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Resíduos Sólidos: o caso da Associação de categorias de catadores Érick Soares do Município de Abreu e Lima, PE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	PE	Extensão rural e desenvolvimento local
Márcia Luiza Pit Dal Magro	Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC	Psicologia
Maria de Fátima Araújo Fortes	Valor em Relacionamentos de Negócios na Perspectiva da Díade: um estudo no setor de software	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Administração
Maria Tamburrelli	Educação e economia solidária: um estudo de vivência de cidadania	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SP	Educação
Mariana Vieira Viveiros	Coleta seletiva solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Ciência ambiental

Monika Weronika Dowbor da Silva	Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas uma análise comparativa da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo(OCESP) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL/Brasil)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Sociologia
Nelsânia Batista da Silva	Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	PB	Educação
Olmedo Humberto Arciniegas Cuellar	Vantagens Comparativas e Competitividade Potencial do Setor de Fiação Cearense	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	CE	Administração de empresas
Otacila Lemos Barreto (Pirôdhohio)	A produção da fibra de tucum como alternativa econômica dos povos indígenas do alto rio negro	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	AM	Sociedade e cultura na amazônia
Patricia Pastori Reynaldo Costa Lima	Autogestão na economia solidária: um estudo de caso na cooperativa de alimentos engenho doce - Coopaed-BA	UNIVERSIDADE SALVADOR	BA	Desenvolvimento regional e urbano
Paulo Sérgio Viana Chaves	Clima Ético e Economia de Comunhão: estudo de caso	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	CE	Administração de empresas
Roberto Dantas Brandão Junior	Cultura organizacional nas organizações de economia solidária: um estudo de caso da usina catende-harmonia	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	PB	Administração
Rosana Mary Delatorre Scolari	Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da associação de recicladores cidadão amigos da natureza do município de erchim (RS)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Geografia
Roseny de Almeida	Gestão e Participação na Cooperativa Pindorama	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	Ciência política
Ruth Espinola Soriano de Sousa Nunes	Movimento social de economia solidária: limites e possibilidades da relação com o estado	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Desenvolvimento, agricultura e sociedade
Soledad Bech Gaivizzo	Limites e Possibilidades da Economia Solidária no Contexto das Transformações do Mundo do Trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Serviço social
Valdir Ferreira	Economia solidária: experiências na região Turvo-Grande/SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA	SP	Desenvolvimento regional e meio ambiente
Vanderson Gonçalves Carneiro	Da Dimensão Econômica à Dimensão Política: a economia solidária sob a perspectiva do conflito Social	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG	Ciência política

2006 – Profissionalizante

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Jorge Alfredo Streit	Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: referências para atuação das organizações de apoio	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Gestão social e trabalho

2007 – Doutorado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Alessandra Bandeira Antunes de Azevêdo.	Autogestão e Competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Política científica e tecnológica
Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas	O Movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado.	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Ciências sociais em desenvolvimento , agricultura e sociedade
Gildásio Santana Júnior	A Economia Solidária Face à Dinâmica da Acumulação Capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Jane Cláudia Jardim Pedó	O cooperativismo na perspectiva da economia solidária: evidências locais a partir da COOPAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	RS	Agronomia
Maria Cristina Guimarães de Oliveira	O uso social da informação na rede de desenvolvimento de santo amaro	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	Serviço social
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos	Além da geração de trabalho e renda: economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço social
Maria Eliza de Sales Amaral Siqueira	Turismo e favelas: necessidades e possibilidades - o caso da urbanização da favela do Dique Sambaituba, em São Vicente (baixada Ssantista - São Paulo)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Geografia (geografia humana)
Mariane Lemos Lourenço	Cooperativismo e subjetividade: um estudo das dimensões da autogestão do tempo e da cultura solidária.	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Psicologia social
Marilene Zazula Beatriz	Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Psicologia (psicologia social)
Pedro de Almeida Costa	Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Administração

2007 – Mestrado

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Alex Pizzio da Silva	A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	RS	Ciências sociais
Ana Beatriz Trindade Melo	Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	MG	Psicologia
Ana Paula Carletto Mondadore	A opção cooperativa: os trabalhadores diante da falta de alternativas de ocupação e renda	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Ciências sociais
Ana Paula Granella Zarpelon	Contribuição da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNOCHAPECÓ para a Proposta de Geração de Trabalho e Renda em Empreendimentos de Economia Popular Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Administração
Antonio Silvestre Leite	O governo municipal como indutor de desenvolvimento local: o caso da economia solidária	CENTRO UNIVERSITÁRIO O DE ARARAQUARA	SP	Desenvolvimento regional e meio ambiente
Bianca Aparecida Lima Costa	Em busca de autonomia: a trajetória de mulheres na economia solidária	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	MG	Ciências sociais
Bruno Souza Bechara Maxta	Atividades Humanas e Saúde dos Trabalhadores de uma Cooperativa de Serviços do Rio de Janeiro	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	RJ	Saúde pública
Bruno Thiago Lopes da Costa Campos	Proposta de Modelo de Gestão Participativa e Auto-Sustentável para Geração Descentralizada em Comunidades Isoladas no Contexto da Economia Solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	MG	Engenharia de energia
Carolina Tavares Oliveira Borges	Estratégias Sociais de resistência aos processos desterritorializantes: redes de solidariedade - O caso da rede industrial de confecção solidária (RICS)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Geografia
Daniela Gomes Metello	Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama - cadeia solidária do algodão agroecológico	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Engenharia de produção
Diego Bonaldo Coelho	De catadores de rua a recicladores cooperados: Um estudo de caso sobre a formação e a gestão de uma cooperativa de reciclagem	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	SP	Administração de empresas
Edemar Luis Balbinot	Particularidades inerentes ao modelo de gestão de um empreendimento de economia solidária: um estudo de caso	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	RS	Administração
Elizete Alvarenga Pereira	Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em imbariê	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RJ	Política social

Flávio Scarrone	Graça e reciprocidade em um projeto econômico de inspiração religiosa: a economia de comunhão	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SP	Ciências da religião
Florença Dumont Oliveira	Economia solidária e direito do trabalho: pontos de interseção, de interrogação e de esperança	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	MG	Direito
Gabriela Uieda	Produção e comercialização de produtos em um modelo de Economia Solidária - dois estudos de caso em Porto Alegre, RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Economia
Iane Rocha Przewodowska Ferreira	Do lixo à solidariedade: avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	Ciências sociais
Juliana Lordello Sicoli	Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Psicologia social
Laércio Bento	Desconstrução do paradigma do ensino de administração no Brasil: uma análise metacrítica dos fatores histórico-econômico-políticos que influenciaram e determinaram a ideologia educacional brasileira na área de administração	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SP	Administração
Leile Silvia Cândido Teixeira	Cooperativismo e trabalho: A experiência da cooperativa de reciclagem de lixo (COOPREC)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	SP	Serviço social
Leonor Correa	Modelos de Ações Solidárias: Um exame multicaso	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SP	Administração
Lucas Rodrigues Azambuja	Os sentidos do trabalho autosugerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Sociologia
Lucimar Magalhães de Albuquerque	Aprender com o Buriti: tempos e espaços na formação de agentes da economia solidária no Norte de Minas Gerais	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	MG	Geografia
Maria Cecília Camargo Pereira	Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	Educação
Mariane Josviak	Trabalhador subordinado e cooperado: o papel do fundo público	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Direito
Nadia Scariot	Catador não é lixo, não! Catador é lixo, sim! O caso ACATA Ijuí	UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	Educação nas ciências

Olimpia Maria de Carvalho Ignácio	Gestão De Empreendimentos de Economia Solidária No Agronegócio Brasileiro	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO	Agronegócio
Ósia Alexandrina Vasconcelos Magalhães	Estudo exploratório em bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA	Administração
Pedro Henrique Isaac Silva	Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia
Priscilla Maia de Andrade	A Economia Solidária é Feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a Perspectiva de Gênero	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Política social
Raquel Aragão Uchôa Fernandes	Economia solidária, velhas idéias, novos sentidos: o caso da Associação Mãos Mineiras - MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	MG	Extensão rural
Roberto Araújo Martins	Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais: uma análise das mudanças no aterro sanitário do Aurá em Belém (1997/2006)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PA	Desenvolvimento sustentável do trópico úmido
Romeu Batista Lemos	A política pública de economia solidária como estratégia de desenvolvimento local: o caso do departamento de geração de trabalho e renda da secretaria de desenvolvimento e ação regional da prefeitura municipal de Santo André - SP	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	PE	Extensão rural e desenvolvimento local
Rosana Kirsch	Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Sociologia
Saete Aparecida Rossini Lara	Políticas Públicas de geração de trabalho e renda no município de Bauru: Um estudo sobre a ação e a desarticulação do Estado e da Sociedade Civil	CENTRO UNIVERSITÁRIO O DE ARARAQUARA	SP	Desenvolvimento regional e meio ambiente
Sidemar Presotto Nunes	Em busca de viabilização, legitimidade social e de novos referenciais ideológicos: o campo político da agricultura familiar e a idéia de projeto alternativo de desenvolvimento	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Sociologia
Sílvia Maria de Oliveira Mendes	Saúde Mental e Trabalho: a transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MG	Serviço social
Susana Corbacho Alvarez de Carvalho	De Ponto em Ponto se Muda a Vida: Autogetão e Saúde da Mulher Trabalhadora numa Cooperativa de Costura Artesanal no Rio de Janeiro	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	RJ	Saúde pública
Taia Duarte Motta	As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Enfermagem
Teódulo A. C. Vasconcelos	A Economia Solidária como uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial: Alguns Aspectos Teóricos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	MG	Economia

Teresinha de Fátima Perin	Educação e desenvolvimento: a contribuição do MST na construção do conceito de educação do campo	UNIVERSIDADE SALVADOR	BA	Desenvolvimento regional e urbano
Thiago Nardini	A utilização de métodos de planejamento participativo durante o processo de incubação de cooperativas populares	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SP	Engenharia de produção
Vanessa Moreira Sígolo	Trabalho em movimentação: a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SP	Integração da América Latina

2007 – Profissionalizante

Autor	Título	Universidade	UF	Departamento
Aloize Gogola	Economia popular: origem, natureza, dimensão e significado das formas emergentes de auto-ocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado no Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR	Desenvolvimento econômico
Arlete Cândido Monteiro Vieira	Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	SP	Gestão e desenvolvimento regional
Fábio da Silva Gomes	Gênese habermasiana e o caso de Catende: pragmática universal e a economia solidária	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	RJ	Administração
Monique Carina Caliri Schimdt	Rede de catadores e gestão socioambiental de resíduos sólidos recicláveis: experiência contemporânea no município de Itajaí - SC	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	SC	Gestão de políticas públicas
Rodrigo Campos Crivelaro	Estudo da Influência do Capital Social em Empreendimentos de Economia Solidária do Distrito Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	Gestão social e trabalho